UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Ricardo Manffrenatti Venturelli

TERRA E PODER:
AS DISPUTAS ENTRE AGRONEGÓCIO E A RESISTÊNCIA
CAMPONESA NO SUDOESTE PAULISTA
UMA ABORDAGEM SOBRE O USO DE TERRAS PÚBLICAS

Versão Corrigida

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TERRA E PODER:
AS DISPUTAS ENTRE AGRONEGÓCIO E A RESISTÊNCIA
CAMPONESA NO SUDOESTE PAULISTA
UMA ABORDAGEM SOBRE O USO DE TERRAS PÚBLICAS

Ricardo Manffrenatti Venturelli

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Larissa Mies Bombardi

De acordo: _____

Versão Corrigida

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V468t   Venturelli, Ricardo Manffrenatti
Terra e Poder: As disputas entre agronegócio e a
resistência camponesa no sudoeste paulista - Uma
abordagem sobre o uso de terras públicas / Ricardo
Manffrenatti Venturelli ; orientadora Larissa Mies
Bombardi. - São Paulo, 2013.
256 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Questão Agrária. 2. Geografia Agrária. 3.
Núcleo Colonial Monção. 4. Cutrale. 5. Movimentos
Sociais. I. Bombardi, Larissa Mies , orient. II.
Título.

Ricardo Manffrenatti Venturelli

**TERRA E PODER:
AS DISPUTAS ENTRE AGRONEGÓCIO E A RESISTÊNCIA
CAMPONESA NO SUDOESTE PAULISTA
UMA ABORDAGEM SOBRE O USO DE TERRAS PÚBLICAS**

Dissertação de Mestrado

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Larissa Mies Bombardi (Orientadora)

Prof^º. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Prof^ª. Dra. Eliane Tomiasi Paulino

Prof^ª. Dra. Marta Inez Medeiros Marques (Suplente)

Prof^º. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Suplente)

São Paulo, Junho de 2013

DEDICATÓRIA:

*Aos Camponeses, que enfrentam o calor da lona
preta, a ferocidade das balas dos capangas e a
crueldade da assinatura dos juízes, para ter acesso a
um pedaço de chão para plantar.*

AGRADECIMENTOS:

Início os agradecimentos àqueles que sempre estiveram do meu lado, meus pais, que por muito me incentivaram, apesar de que algumas horas atrapalhavam com suas conversas altas.

A Bruna, quem há muitos anos está do meu lado, mesmo não querendo ler nada, pois acha complicado e muito extenso. Mas que me ajudou na hora de dar um toque de capricho neste trabalho.

Agradeço também as pessoas que acreditaram que esse trabalho poderia se tornar realidade. A professora Larissa Mies Bombardi, pela orientação e por todas as vezes que precisei recorrer, sendo algumas em momentos importunos, mas sempre com atenção. Também agradeço a professora Eliane Tomiasi Paulino, que me iniciou nos estudos da questão agrária, e me ajudou no primeiro projeto de pesquisa para pós-graduação, mesmo sem obrigação.

Aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques, pelas contribuições em suas disciplinas, e principalmente no exame de qualificação, momento em que pude sugar ainda mais o conhecimento desses grandes nomes.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação do departamento de geografia, pois, sempre que tinha uma dúvida ou necessitava de um auxílio, não hesitaram em atender meus telefonemas e responder meus emails.

À CAPES, pela bolsa concedida durante o curso, que muito auxiliaram para o andamento da pesquisa.

Aos assentados e integrantes do MST, pelas recepções e sabedorias passadas.

Não posso deixar de agradecer às escolas onde atuo ou atuei desde 2010, quando iniciei o mestrado, onde me transformava de aluno à professor, apesar que nenhum professor pode deixar de ser aluno. Primeiramente a ETEC Cerqueira César, ao qual adaptavam meu horário de aulas, para que pudesse viajar à São Paulo e assistir as aulas. Também à CEC, que sempre entendia as minhas faltas para participar de eventos acadêmicos. Mais recentemente às escolas Holambra II e ETEC de Piraju, que vivenciaram o momento de término das pesquisas.

EPIGRAFE:

“O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado o terreno lembrou-se de dizer ‘isto é meu’ e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupariam ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘evitai ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém’”

Jean-Jacques Rousseau, Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.

“Uma lei de terras não é medida de ocasião; suas disposições devem antes se modelar pelas exigências do futuro do que pelas circunstâncias do presente.”

Tavares Bastos, Os males do presente e as esperanças do futuro.

“Tomava-se a terra do Estado, forjava-se a propriedade constituída contra o direito, estabelecendo latifúndios imensos que davam aos seus donos um poder formidável.”

Van Delden Laerne, Interpretação da Política Migratória Brasileira.

Resumo

A luta pela terra é um processo inegável na história do Brasil. Desde o saque gerado pelos portugueses às terras indígenas, e em sua trajetória também, a um sem número de camponeses, sempre foi marcada pela extrema violência e pelas forças díspares empregadas.

Procurando entender os determinantes de um episódio ocorrido em 2009, conhecido como “Caso Cutrale”, quando integrantes do MST ocuparam uma unidade desta empresa, localizada entre os municípios de Iaras e Borebi, demonstrando o litígio sobre as terras legitimadas pelos movimentos sociais como passíveis de reforma agrária, uma vez que há evidências que se tratam de terras públicas, ficou clara a necessidade de investigar os condicionantes de tal manifestação, que repercutiu perante a sociedade através de um posicionamento parcial da mídia nacional, e com atuação questionável do judiciário.

A terra é sinônimo de poder às elites brasileiras, e assim, é importante desdobra-se sobre o papel da terra na configuração das relações de poder e lutas de classes, principalmente após a sua transformação em mercadoria após 1850.

Para tal, investigar os processos de ocupação da localidade, desde os levantamentos sobre a existência de terras devolutas, bem como a aquisição de terras através de dívidas pelo Governo Federal no início do século XX, que lhe dá o caráter de terra pública é a chave inicial de reflexão. E como uma *praxe* nefasta presenciada em todo Brasil, essas terras não ficaram alheias às ações de grilagens.

Logo, entender os processos que transformaram essas terras em palco de lutas e disputas, bem como a esperança de muitas famílias em ter seu pedaço de chão para plantar é que determinam as diretrizes dessa pesquisa, procurando entender as discrepâncias encontradas entre os que lutam pela terra armados pela força de vontade contra aqueles que se armam de ações judiciais, da mídia e do capital.

Assim, chegaremos às conclusões sobre os desdobramentos dessas disputas, em que a luta camponesa é obrigada a se deparar, em um típico processo de tentativas de destruição do campesinato.

Palavras - chave: Questão Agrária; Terras Públicas e Devolutas; Luta pela Terra e Reforma Agrária; Movimentos Sociais; Campesinato.

Abstract

The struggle for land is an undeniable process in the history of Brazil. Since the loot generated by the Portuguese indigenous lands, and also in its trajectory, the countless peasants, has been marked by extreme violence and the disparate forces employed.

Trying to understand the determinants of an episode occurred in 2009, known as "Cutrale Case" when members of the MST occupied a unit of this company, located between the towns of Iaras and Boreham, demonstrating the dispute over land legitimized by social movements as liable to agrarian reform, since there is evidence that these are public lands, there was a clear need to investigate the determinants of such expressions, that resonated in society by positioning part of the national media, and questionable actions of the judiciary.

The land is synonymous with power to the Brazilian elites, and so it is important unfolds on the role of land in the configuration of power relations and class struggles, especially after its transformation into goods after 1850.

To reach this aim, to investigate the processes of occupation of the town, from the surveys of the existence of vacant land as well as land acquisition through debt by the Federal Government in the early twentieth century, which gives the character of public land is the key initial reflection. And as a nefarious practice witnessed throughout Brazil, these lands were not the actions of others "grilagens".

Therefore, to understand the processes that transformed this land into a stage for fights and disputes, as well as the hope of many families to have their piece of land to plant that determine the guidelines of this research, trying to understand the discrepancies found between those who struggle for land by armed force of will against those who arm themselves from lawsuits, media and capital.

Thus, we will conclude what are the consequences of these disputes, in which the peasant struggle is bound to come across in a typical process attempts to destroy the peasantry.

Key-Words: Agrarian Matters, Public and Vacant Lands, Struggle for the Land and Agrarian Reform, Social Movements, Peasantry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Croqui de localização da área em estudo.....	24
Figura 2: Parte da Província de São Paulo em 1855. Destaque para o município de Botucatu.....	81
Figura 3: Mapa da Província de São Paulo em 1879.....	83
Figura 4: Mapa da Província de São Paulo em 1886.....	84
Figura 5: Ferrovias do estado de São Paulo em 1900.....	86
Figura 6: Ferrovias da Província de São Paulo em 1898.....	87
Figura 7: Localização aproximada das terras do Núcleo Colonial Monção.....	90
Figura 8: Escritura de compra das fazendas Turvinho, Geada, Forquilha e Salto pela Cia. Colonial São Paulo-Paraná no ano de 1981.....	91
Figura 9: Fazendas que compunham o Núcleo Colonial Monção.....	92
Figura 10: Loteamento do Núcleo Colonial Monção.....	93
Figura 11: Área adjudicada pela União em 1909.....	94
Figura 12: Área adquirida pela União em 1910.....	95
Figura 13: Planta do Distrito de Monção em 1940.....	96
Figura 14: Distribuição dos lotes nas Fazendas Santa Luzia e Capão Rico.....	99
Figura 15: Solos areníticos nas proximidades da Fazenda Capivara.....	100
Figura 16: Caderneta de Colono do Núcleo Colonial Monção – 1915.....	101
Figura 17: Imigrantes austríacos no Núcleo Colonial Monção.....	102
Figura 18: Imigrantes austríacos no Núcleo Colonial Monção.....	103
Figura 19: Entrada da escola Rosa Luxemburg e a Fazenda Agrocentro.....	109

Figura 20: Entrada da escola Rosa Luxemburg e antiga sede da Fazenda Agrocentro.....	109
Figura 21: Acampamento Rosa Luxemburgo.....	110
Figura 22: Distinção dos limites das Fazendas Turvinho – União e Rondinha.....	113
Figura 23: Lwarcel e Ripasa localizadas na Fazenda Turvinho.....	114
Figuras 24: Lwarcel e Ripasa localizadas na Fazenda Turvinho.....	114
Figura 25: Localização da Fazenda Ideal nos perímetros da Fazenda Turvinho.....	117
Figura 26: Localização da Fazenda Maria Cristina nos perímetros da Fazenda Turvinho União.....	119
Figura 27: Título Definitivo de Propriedade do Sítio São Roberto.....	120
Figura 28: Vista geral da Usina Rio Pardo.....	124
Figura 29: Silvicultura de pinus em Águas de Santa Bárbara que se estendem pelas terras da Fazenda Capivara.....	124
Figura 30: Extração de resinas em <i>pinus</i> de área no Horto Florestal de Águas de Santa Bárbara.....	126
Figura 31: Áreas reivindicadas e ocupadas através de grilagens do antigo Núcleo Colonial Monção.....	143
Figura 32: Reintegração de posse em Iaras no ano de 2001.....	148
Figura 33: Acampamento na Fazenda Capin/Santo Henrique, em 2004.....	150
Figura 34: Ocupação e atos de protesto do MST nas terras griladas ocupadas pela Cutrale entre Iaras e Borebi.....	156
Figura35: Ocupação e atos de protesto do MST nas terras griladas ocupadas pela Cutrale entre Iaras e Borebi.....	156

Figura 36: Laranjais da Cutrale visto a partir do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	159
Figura 37: Período de colheita de diferentes espécies de laranja.....	182
Figura 38: Intoxicação por agrotóxicos no Brasil.....	189
Figura 39: Mulheres do MST protestam e interditam a Rodovia Castello Branco.....	195
Figura 40: Cartaz do MST sobre o uso de agrotóxicos pelo agronegócio.....	208
Figura 41: Produção camponesa de alimentos no Assentamento Zumbi dos Palmares.....	227
Figura 42: Criação de gado leiteiro no assentamento.....	229
Figura 43: Placa mostrando investimento do governo estadual no Assentamento Zumbi dos Palmares.	232
Figura 44: Placas no Assentamento Zumbi dos Palmares indicando ação de infraestrutura pelo Governo Federal.....	236
Figura 45: Deputado Federal Paulo Teixeira em reunião com os assentados.....	237
Figura 46: Caminhões da CPFL Sta. Cruz e postes de transmissão no Assentamento Zumbi dos Palmares.....	238
Figura 47: Caminhões da CPFL Sta. Cruz e postes de transmissão no Assentamento Zumbi dos Palmares.....	238
Figura 48: Reunião dos integrantes do MST com estudantes da região na Escola Popular Rosa Luxemburg.....	239
Figura 49: Construção de escola estadual no Assentamento Zumbi dos Palmares e placa publicitária informando que há recursos estaduais.....	240
Figura 50: Construção de escola estadual no Assentamento Zumbi dos Palmares e placa publicitária informando que há recursos estaduais.....	240

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Situação Fundiária da Fazenda Agrocentro.....	110
Tabela 2: Situação Fundiária da Fazenda Maria Cristina.....	118
Tabela 3: Situação Fundiária da Fazenda São Geraldo.....	122
Tabela 4: Títulos emitidos pela INCRA no município de Iaras desde 2006.....	122
Tabela 5: Terras devolutas nos municípios onde se localiza o Núcleo Colonial Monção.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Conflitos no campo brasileiro entre 1985 a 2006.....	172
Gráfico 2: Imóveis Rurais desapropriados por decretos presidenciais.....	176
Gráfico 3: Taxa de Crescimento de Vendas de Agrotóxicos.....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mandamentos da Reforma Agrária no Governo Sarney.....	54
Quadro 2: BNDES aprova financiamento para usina Rio Pardo.....	123
Quadro 3: Síntese dos processos jurídicos para retomar as terras públicas.....	142
Quadro 4: MST invade fazenda de laranja em Iaras.....	154
Quadro 5: PT e MST protestam contra prisões em Iaras e Borebi.....	156
Quadro 6: Comparação entre as propostas e aprovações do II PNRA.....	171

Quadro 7: Política agrária evolui em oito anos.....	175
Quadro 8: Por que a desapropriação de terras está parada no governo Dilma?.....	177
Quadro 9: Trabalhadores sofrem acidente por causa de transporte precário da Cutrale	183
Quadro 10: Citricultores marcam protesto contra crise da laranja em Taquaritinga....	185
Quadro 11: Agronegócio concentra produção de laranjas e abre crise no setor.....	186
Quadro 12: Os “vícios” que a Cutrale não consegue esconder.....	191
Quadro 13: Mulheres Sem Terra ocupam prédios do Incra e Itesp no interior de São Paulo	192
Quadro 14: Cutrale é condenada por grilagem e desrespeitar direitos em tribunal popular	193
Quadro 15: Mulheres do MST ocupam terras da União invadidas pela Cutrale.....	194
Quadro 16: Mulheres do MST trancam rodovia após reintegração de posse na Cutrale.....	195
Quadro 17: ‘Projeto de reforma agrária mais avançada apresentada até hoje continua sendo a do governo João Goulart’	200
Quadro 18: Alckmin ameaça patrimônio público e deseja legalizar grilagem.....	203
Quadro 19 : Judiciário faz ofensiva contra a Reforma Agrária, diz Gilmar Mauro.....	205
Quadro 20: Não existe uma ação para democratizar a terra.....	206
Quadro 21: Entrevista do Ministro Afonso Florence ao jornal Valor Econômico.....	210

Quadro 22: Carlos Marés: Ruralistas querem mudar lei para bloquear reforma agrária.....	212
Quadro 23: Os limites da política agrária no Brasil.....	213
Quadro 24: Cadê a Reforma Agrária?.....	214

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Núcleo Colonial Monção: Rodovias, Ferrovias e Via de Acesso.....	98
Mapa 2: Limites da Fazenda São Domingos.....	108
Mapa 3: Uso e Ocupação do Solo das Fazenda Capivara e Turvinho.....	115
Mapa 4: Uso e Ocupação do Solo nas terras do Núcleo Colonial Monção e Adjacências.....	125
Mapa 5: Carta Topográfica Santa Bárbara do Rio Pardo.....	127
Mapa 6: Carta Topográfica Turvinho.....	128
Mapa 7: Delimitação do Núcleo Colonial Monção e cobertura vegetal em 1985.....	129
Mapa 8: Uso e Ocupação do Solo do antigo Núcleo Colonial Monção em 1994, no período do início da ocupação.....	151
Mapa 9: Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	152
Mapa 10: Territórios em disputa no Núcleo Colonial Monção.....	158

LISTA DE ABREVIACÕES

AA: Áreas de ação

APPAM: Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Maracy

ARP: Áreas Regionais de Prioritárias

ATAI: Associação da Torre dos Assentados de Iaras

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CIMI: Conselho Indigenista Missionária

CNA: Confederação Nacional da Agricultura

COCAFI: Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária de Iaras e Região.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPMI: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CRI: Cartório de Registro de Imóveis

DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra

DEM: Partido Democratas

EFS: Estrada de Ferro Sorocabana

EPI: Equipamentos de Proteção Individual

EUA: Estados Unidos da América

FAO: Food and Agriculture Organization

FEPAP: Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FMI: Fundo Monetário Internacional

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

Ha: Hectares

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC-SP: Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Km: Formação Marília

km: Quilômetros

MAPA: Ministério da Agropecuária, Pesca e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD: Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MP: Medidas Provisórias
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PA: Pará
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PCB: Partido Comunista do Brasil
PIN: Plano de Integração Nacional
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA: Plano Nacional para a Reforma Agrária
PROCERA: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB: Partido Social-Democrata Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
RO: Rondônia
SP: São Paulo
SP-261: Rodovia Osni Matheus
SP-270: Rodovia Raposo Tavares
SP-280: Rodovia Presidente Castello Branco
SP-300: Rodovia Marechal Rondon
SRB: Sociedade Rural Brasileira
STF: Supremo Tribunal Federal
UDR: União Democrática Ruralista
UNESP: Universidade Estadual Paulista
USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
PARTE I	31
1 – APROPRIAÇÃO DA TERRA NO BRASIL E O PAPEL DO ESTADO.....	32
1.1 – O Saque das Terras brasileiras: uma história de vencedores e vencidos.....	33
1.2 – A Lei de Terras de 1850 e a terra como mercadoria.....	58
1.3 – Terra e Poder: a terra como renda capitalizada.....	68
1.4 – O Processo Contraditório no Brasil: a aliança terra-capital.....	73
PARTE II	78
2 – “A TERRA”: DO NÚCLEO COLONIAL MONÇÃO – USOS E DESUSOS DE ONTEM E HOJE.....	79
2.1 – A Ocupação do Sudoeste Paulista.....	80
2.2 – A Formação do Núcleo Colonial Monção.....	89
2.3 – O Avanço dos Grileiros.....	106
3 – “A LUTA”: TERRA E TERRITÓRIOS EM DISPUTA.....	132
3.1 – Disputas e Poder: agentes e territórios em disputa.....	133
3.1.1 – Disputas territoriais.....	139
3.2 – O MST.....	147
3.2.1 – As Tentativas de Criminalização do MST e a Resistência Camponesa.....	154
4 – REFORMA AGRÁRIA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA.....	162
4.1 – Reforma Agrária para quê?.....	165
4.2 – Territórios em Disputa no Sudoeste Paulista: a luta continua.....	179
4.3 – A Contrarreforma Agrária do Estado Brasileiro.....	196

5 – O CAMPESINATO: “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR” E “LUTAR NÃO É CRIME”	216
5.1 – O Campesinato: a luta de classes.....	217
5.1.1 – A Família Camponesa.....	226
5.2 – O Assentamento Zumbi dos Palmares: mecanismos de criação, manutenção e recriação camponesa.....	231
5.2.1 – A Pedagogia do MST no Assentamento Zumbi dos Palmares e a Escola Rosa Luxemburg.....	239
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
 REFERÊNCIAS.....	247
 ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A pretensão inicial deste trabalho vem a ser o de analisar o movimento contraditório presentes no campo, principalmente entre os setores sucroenergético e citrícola, e em contraponto, os mecanismos de resistência e reprodução camponesa em algumas localidades do Sudoeste Paulista.

Contudo, as perspectivas que a dialética entre a expansão de uma agricultura empresarial, monocultora e concentradora, frente à resistência camponesa na luta camponesa pelo acesso a terra, e também por se manter na terra, fez-nos remeter ao quanto esse jogo era disputado por forças díspares entre agentes antagônicos.

Em busca de entender as contradições entre o Agronegócio e o Camponato, as investigações e reflexões, nos fez ir além de mostrar-nos como esse é um jogo desleal, e por vezes voraz, percebemos também o quanto as estratégias para se ganhar esse jogo são sujas.

Certamente que era de nosso conhecimento as estratégias que o capital utiliza para a sua produção e reprodução ao se valer da renda da terra. A expansão do agronegócio brasileiro é marcada pela modernização conservadora, e além do mais, muitas terras em que se instalam essa agricultura, estão sobre litígio, visto os inúmeros casos de grilagens de terras, assim como na localidade em estudo.

Entretanto, conforme as pesquisas foram se desenrolando, o pouco de ingenuidade que havia no pesquisador foi se dilacerando. A cada conversa, a cada análise de documentos, a cada investida, era notada nas entrelinhas das pesquisas e das conversas, o quão sujas são as estratégias utilizadas ao longo da história para se garantir o controle de terras, e consequentemente, o poder. Poder esse que não se dá apenas pelo bel prazer do latifundiarista, mas sim como instrumento de luta de classes, posição política e garantia de auferiação de renda capitalizada da terra.

E dentro desse processo, as mais indignantes estratégias são utilizadas por aqueles que procuram o controle da terra em busca de poder, e não de ali produzir o alimento à sua família.

Grilagens de terras, falsificações de cadeias dominiais, violência e expropriação forçada a camponeses, a velha aliança entre terra e capital, a submissão do Estado, esses são fatores que mais encontramos nos processos de apropriação da terra.

Claro que nem toda a área elencada como objeto de estudo remete-se a esses processos. Temos os casos de muitos proprietários que se valem procedimentos legais de aquisição e titularidade de suas terras. São pequenos, médios e grandes proprietários de terras, geralmente instalados em áreas tradicionalmente conhecidas.

Entretanto, mesmo o proprietário legal de terras se vale de diferentes estratégias frente ao campesinato local. Para tal, o grande produtor rural tem o auxílio das instituições financeiras, como o Banco do Brasil, por exemplo, que financia a este com maior facilidade que para aqueles pequenos agricultores. É um típico caso da presença do Estado na pretensão de se assegurar um ponto de privilégio à agricultura empresarial.

Contudo, o foco central desse trabalho se dá sobre os processos de apropriação por meios ilegais de terras públicas. E nesse âmbito, iremos analisar como que os grandes capitalistas e proprietários de terras se beneficiam da “desatenção” do Estado para assegurarem a concentração fundiária.

Em contraponto, é impressionante como os camponeses exaurem as suas forças para procurarem se manter na terra, ou lutar para ter acesso à ela. O campesinato é fruto da sua luta.

A luta camponesa pela terra se dá de diversas maneiras, tais como as ocupações, denúncias e manifestações, como também através de diversas estratégias realizadas no cotidiano camponês visando a sua permanência na terra.

Temos que pensar qual o papel do campesinato no capitalismo, no que concerne à luta de classes. Nas análises marxistas clássicas, teríamos no capitalismo apenas o proletariado e a burguesia, conferindo as suas lutas. Embora em seu último livro, publicado após a sua morte, Marx já havia entendido a presença das classes de proprietários fundiários, diferenciando os grandes proprietários dos camponeses através das suas relações de produção. Entretanto, presenciamos a luta camponesa pela terra, que exprime mais um capítulo da luta de classes. E esse fato nos faz buscar um caminho para entender o campesinato dentro do capital, como uma classe não exclusiva desse modo de produção.

O camponês faz de tudo possível para se manter em seu pedaço de chão. Sujeita a sua renda ao capital, se aventura em trabalhos temporários a fim de obter renda extra, utiliza-se de mecanismos de produção e trabalho, e mesmo assim, sofre com a investida do agronegócio sobre as suas terras. É uma luta diária para não ser expropriado.

Na mesma luta, encontramos o camponês que procura ter acesso a terra e posteriormente, em uma nova luta, se manter. Os movimentos sociais levantam a bandeira da

luta pela terra, como forma de desconcentrar as terras e o poder no Brasil. Terras essas que pela lei são de direito de toda a sociedade, pois se tratam de devolutas, públicas e/ou improdutivas.

Como se não bastasse ter que lutar para ter acesso a terras de direito. Muitas vezes os camponeses se deparam com casos de grilagens de terras, documentos falsos, e a benevolência do Estado em prol dos que estão errados. Não é incomum o parecer da justiça em favor dos proprietários de terra com títulos falsos.

O campesinato resiste frente a forças que vão muito além do poder econômico. Se não bastassem apenas os processos de expansão do agronegócio, ou do caráter rentista da terra, vemos ações coordenadas pelos interesses do Capital, do Estado e por parte da sociedade, sendo que está última por vezes repete um discurso absorvido, sem refletir no que se reproduz.

Não é demais citar que as disputas contra o campesinato também são marcadas pela violência. Investidas às terras camponesas por capangas, a defesa “do que é seu” por parte de fazendeiros, que armam seus funcionários para agir a ferro e fogo contra as manifestações populares, e mesmo das forças repressivas do Estado, quando de ações policiais atuantes com extrema violência, com o intuito de proteger a propriedade privada, mesmo quando essa não é legítima.

Contudo, por vezes é interessante ao capital e ao Estado a manutenção da produção camponesa. Principalmente nos casos em que o capital se vale do campesinato para garantir a sua produção. A produção do capital que se dá sobre a sujeição da renda camponesa, visando extrair-la ao fim de garantir a acumulação do capital. Nesse momento vemos o capital e o Estado aliado, desenvolvendo programas que garantam a produção camponesa, essa, destinada exclusivamente para a indústria. Trata-se da sujeição da renda camponesa ao capital. Dessa forma, vemos que o campesinato tem que enfrentar o seu antagonico, o agronegócio, para procurar se manter ou ter acesso a terra. Além do que, as forças contra o campesinato perpassam a questão do dinheiro e chegam à forças políticas.

E como se não bastasse, o campesinato ainda enfrenta em sua busca pela manutenção e reprodução de suas práticas, as estratégias do capital e do Estado, mesmo que lhes garantindo o direito a terra, seja por programas de crédito, assistências técnicas ou até a reforma agrária, a ação sobre a sua produção, como meio de submetê-los aos seus ditames.

Importante ressaltar neste momento, que o entendimento do conceito de Agronegócio é amplo. Não vamos optar pela concepção neoliberal, que a vê como um setor

produtivo, em que há a interligação dos três setores da economia, abrangendo a produção no campo, a industrialização e a comercialização de commodities, bem como a relação intrínseca entre a produção agropecuária e o uso intenso de implementos e insumo. Porém, quando mencionarmos o termo “agronegócio”, não é o foco deste trabalho o de desvendar as interligações entre os diferentes ramos produtivos, mas sim, citar como este modelo agropecuário que se utiliza de grandes extensões de terra, monocultor de commodities para exportação e valendo-se de trabalho assalariado disputa territórios com a agricultura camponesa. Tendo como principal abordagem o uso da terra e a forma como que, nesse caso, essa agricultura de grande escala se apropriou ilegalmente das terras públicas do Núcleo Colonial Monção. Assim, mencionamos aqui como Agronegócio as atividades agropecuárias empresariais, latifundiária e que visa a extração de renda capitalizada da terra.

Logo, iremos dividir esse trabalho em duas partes, com o intuito de realizar um movimento analítico de levantamento teórico e abordagens empíricas, para desvendar os ditames das disputas de terras que se tem mostrado como marco na questão agrária. A Questão Agrária brasileira é evidenciada por uma série de fatos e fatores que condicionam a concentração de terra, tendo como reflexo a luta, e em resposta aos que lutam, a violência, seja ela física, seja ela moral.

Na primeira parte, intitulada de “*APROPRIAÇÃO DA TERRA NO BRASIL E O PAPEL DO ESTADO*”, serão abordados conceitos e referências importantes para o entendimento da propriedade privada da terra e sua condicionante dentro de nossa questão agrária. É de fundamental importância abordar os mecanismos de apropriação e concentração de terras no Brasil, uma vez que esses processos, acumulados ao longo da história, deram o quadro extremamente delicado que se apresenta atualmente.

Em certo momento, a terra que era dádiva de Deus, e depois passa a ser vista como mercadoria. Não que no primeiro momento a terra fosse de acesso a todos aqueles que se viam como filhos de Deus, mas sim os privilegiados, oriundos de famílias nobres, que eram contemplados por concessões emitidas pela Coroa Portuguesa, como o propósito de efetivar uma ocupação sistemática do território na colônia brasileira, se tratam das Sesmarias, e aí nasciam os latifúndios.

Contudo, em 1850 a terra passa a ser privada, uma lei sancionada neste ano, e conhecida como a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601), garantia a transmissão da terra cercada apenas através da compra e venda. Entretanto, essa lei legitimava a propriedade de terras para os sesmeiros, desde que comprovassem a sua titularidade.

Vale ressaltar o ambiente político e social à época de forjamento dessa lei, marcado pelas pressões internacionais de abolição da escravidão negra, tal como a Lei do Bill Aberdeen, em que a Inglaterra proibia o tráfico negreiro, e consequentemente iria forçar a gradual transformação do trabalho escravo em trabalho livre. É nesse bojo que a Lei de Terras é sancionada poucos dias após a Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581), efetivando a proibição do tráfico negreiro ao Brasil.

Concomitantemente, as primeiras experiências com imigrantes europeus, com a visão clássica de substituição dos trabalhadores escravos por livres, são realizadas na Fazenda Ibicaba, de propriedade do Senador Vergueiro.

A substituição do negro escravo pelo trabalhador assalariado vindo da Europa e a mercantilização da terra estão intrinsecamente ligados, e mostram uma faceta delicada de nossa história. Vivia-se o clímax do Evolucionismo, e essas ideias também foram interpretadas para as sociedades, surgindo assim o Darwinismo Social, elaborado por Hebert Spencer. Seus reflexos, não só no Brasil, mas em um contexto geral de ex-colônias latino-americanas, foi o da perspectiva do embraquecimento da população. Daí um dos motivos pela negação pela utilização do negro como assalariado e a sua substituição por imigrantes europeus.

Mas onde se encaixa a Lei de Terras nessa abordagem? Simples, na negação do acesso a terra aos trabalhadores livres. Será nessa perspectiva, a de não acesso a terra no contexto histórico que iremos abordar e analisar as lutas pela terra na atualidade, como fator que se materializa no campo, advindo de um conjunto de fatores históricos. Outro ponto interessante será a abordagem analítica e comparativa entre a Lei de Terras brasileira, com seu caráter restritivo e o Homestead Act estadunidense, que teve como característica, além de propiciar uma ocupação sistemática do território dos EUA, o acesso a terra, principalmente à aqueles que iriam cultivar o solo com a força de trabalho familiar.

Também é vital analisar o conjunto econômico que transforma a terra em um objeto de disputas. Qual o papel da terra no capitalismo? A terra não poderia ter preço, pois ela não pode ser encarada como mercadoria, uma vez que não é forjada pelo trabalho humano. Logo, a terra tem valor, dentro de uma análise que encara a propriedade privada da terra como fonte de renda capitalizada. Assim, dentro desses jogos de interesses financeiros, a terra é comercializada, explicitando-se como uma contradição ao capital. E como se não bastasse, existem valores diferentes para “terras diferentes”.

A renda da terra é obtida dentro de um mecanismo que tratam de sua fertilidade, localidade e demais interferências humanas, resultando em questões primordiais para serem analisadas com o propósito de entender os processos de apropriação e de disputas territoriais. Não poderia se deixar de fora um exercício de reflexão para entender a aliança entre terra e capital, mais um marco da questão agrária brasileira, mostrando a contradição e particularidade que dá um caráter *sui generis* ao capitalismo brasileiro. Bem como os frutos que demonstram a relação entre propriedade privada da terra e poder.

E na busca pelo poder, vale-se de quaisquer estratégias, tais como a grilagem de terras, a violência no campo, a expropriação camponesa e a utilização do Estado, através de meios judiciais e do aparelho repressivo, a fim de se manter no poder, visando a concentração de terras.

No segundo momento do trabalho, iremos abordar o caso específico das disputas pela terra no sudoeste paulista, mais especificamente nos municípios de Iaras, Águas de Santa Barbara, Borebi, Agudos e Lençóis Paulista. Na primeira seção, abordamos “*A TERRA*”, ao qual é dada especial atenção à área em estudo, correspondente a uma análise histórico-geográfica das terras em litígio. Iremos adentrar em considerações sobre a ocupação do sertão paulista, mais especificamente no vale do Paranapanema, principalmente após a segunda metade do século XIX, ou seja, no momento em que a terra já tinha seu caráter privado. É vital analisar a expansão cafeeira e algodoeira, bem como a instalação de ferrovias, para entender os processos e arranjos territoriais que começam a ser formados.

Um acontecimento primordial e que iria ser o condicionante de todas as ações e disputas na região, é a formação do Núcleo Colonial Monção, no início do século XX. Formado por terras adquiridas pela União, através de ações de pagamentos de dívidas e compras, veio a ser constituído esse programa de colonização, voltado para imigrantes estrangeiros e colonos brasileiros. Nesse ponto cabe uma referência entre os conceitos de terras devolutas e terras públicas, que irá ser trabalhado de forma a esclarecer que são termos parecidos, e na prática semelhantes, mas que apresentam usos e ocupações diversos.

Figura 1: Croqui de localização da área em estudo. Destaque para o município de Iaras e arredores.

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo. Org.: Ricardo M. Venturelli – Nov/2012

Não podemos deixar de mencionar os fatores que levaram ao insucesso desse programa, provocados principalmente pela baixa fertilidade natural dos solos e a considerável distância dos principais meios de transporte à época, como as ferrovias. Fazendo um comparativo ao ponto de vista do acesso no início do século XX e atualmente, veremos que essa área ainda se trata de um rincão, de uma localidade desprovida (propositalmente ou não) de vias de acesso. Se pelos anos de 1900 as principais vias de deslocamento, as ferrovias, passavam longe, sendo os principais os ramais da Estrada de Ferro Sorocabana em seus ramais Botucatu-Ourinhos e Botucatu-Bauru, o Núcleo Colonial Monção acabou-se localizando no espaço entre as seus traçados lineares. Atualmente não é diferente, sendo margeada pelas SP-280 (Castello Branco) e SP-300 (Marechal Rondon), e a única via rodoviária que a corta é a SP-261, ligando ambas as rodovias, ainda também à SP-270 (Raposo Tavares), sendo essa mais distante. Mas, a SP-261, desde a sua construção até hoje, é desprovida de asfalto, se caracterizando por uma estrada secundária e de péssimas condições.

Logo, qual a importância de se analisar a localidade e suas vias de acesso? Essa é uma indagação simples, uma vez que as vias de acessos determinam os processos de uso e ocupação do solo, bem como os valores de renda da terra. Assim, as terras do Núcleo Colonial Monção, principalmente após a desativação do programa na década de 1930, se tornaram em terras longínquas e sem interesse, de pouco valor econômico.

Contudo, não é o que foi notado, uma vez que o arranjo territorial dessas terras públicas, localizadas quase que escondidas e desocupadas, se tornaram alvos de grilagens de terras, através da intensa falsificação de titularidade das terras.

Portanto, analisar os processos históricos para entender as territorialidades expressas na localidade são fundamentais para a elucidação de questões que hoje se mostram à sociedade, como a luta pela terra, e mais especificamente, pelas terras públicas que foram alvos de grilos e da ação irresponsável do Estado por elas. É fundamental buscar as informações sobre os procedimentos de uso e ocupação do solo, bem como as informações documentais, para se chegar ao entendimento de fatos recentes, como o Caso Cutrale, em que talvez tenha sido uma das mais evidentes disputas territoriais entre as forças antagônicas do campo brasileiro, promovidas pela busca ao acesso à terra em denuncia à grilagens e ao uso ilegal de terras públicas.

A segunda abordagem de análise nesse momento do trabalho é a “*A LUTA*”, demonstrando as localidades, os momentos e os agentes em disputas. É nesta seção em que serão evidenciadas as principais lutas encontradas na localidade. As ações de movimentos

sociais, através de ocupações e acampamentos não é a primeira ocorrência, uma vez que antigos posseiros se deparam com as ações de violência e expropriação advindas dos grandes latifundiários.

A luta pela terra ocorre em diversas etapas. A denúncia se dá através da ocupação, e é importante evidenciar os termos utilizados pela mídia e pela justiça, já na prática de procurar desmerecer as ações dos movimentos sociais. Invasão é um termo que surge como pejorativo às ações, levando ao entendimento pela sociedade, que se tratam de procedimentos ilegais e nefastos à ordem. De certa maneira é nefasto para a manutenção de uma ordem vigente pautada na grilagem, na violência e na terra como instrumento de poder.

No decorrer da década de 1990 as denúncias sobre a utilização ilegal dessas terras públicas se intensificam, principalmente após a ação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras). Ocupações são realizadas, acampamentos erguidos e a pressão para os governantes ganha força, até que no final dessa década são desapropriadas fazendas que se utilizavam de terras públicas e criado o Assentamento Zumbi dos Palmares.

Contudo, a luta não termina nesse momento. Foi superada, em partes, apenas a luta pelo acesso a terra, agora se tem a luta para se manter na terra.

É nessa perspectiva que iremos fazer um adendo na questão da luta, na qual analisando a partir de uma abordagem dialética sobre a realidade da reforma agrária no Brasil, chegamos à terceira seção nesse momento de análise, “*REFORMA AGRÁRIA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA*”, trata-se de uma reflexão sobre os procedimentos de realização de reforma agrária no Brasil.

Serão abordadas algumas concepções ideológicas como base de entendimento para as reflexões sobre os processos de reforma agrária, principalmente no Brasil redemocratizado após Ditadura Militar. Ao qual nos debruçaremos em investigar as principais políticas públicas de reforma agrária, e as críticas trazidas pelos movimentos sociais, principalmente o MST.

A gestão governamental (1995-2002) do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), personalizado pela figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em nada lembrou os ideais do Estado de Bem-estar Social, e sim se aproximaram das ações de uma política econômica neoliberal. Dessa forma, iremos abordar os processos de reforma agrária sob a visão política e ideológica vigente nesse período. Vale ressaltar que é durante esse governo que é realizado em 1998 a legalização do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Entretanto, esse governo é marcado por um processo de reforma agrária extremamente conservador, atribuindo aos movimentos sociais, através do uso da mídia, uma imagem pejorativa. A reforma agrária é intensamente morosa e a luta pela terra é marcada por intensas ações repressivas, com o uso abusivo de violência, gerando alguns dos piores massacres no campo brasileiro. Em um segundo momento, a reforma agrária viria a ser de mercado, em que expressaria a ação do Estado Mínimo no que se refere às políticas agrárias de reforma agrária. Mas contraditórias quando analisadas as ações desse governo neoliberal quando a favor dos grandes produtores, o dito agronegócio. É nesse momento em que as ideias da inserção do capital em todos os setores produtivos, inclusive no campo são reinterpretadas, e abordadas sobre outro viés, dando margem a ações de intensificação ainda maior que as já notadas do capital no campo brasileiro.

A subida ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT – 2003-2014), sobre a liderança de Lula e Dilma Rousseff, trouxe um momento de esperança às lutas sociais. Entretanto, esse governo é marcado por um privilégio ao agronegócio em detrimento ao campesinato, trazendo a ideia da divisão social no campo, uma vez que as perspectivas de reforma agrária foram muito aquém do que se esperava.

Trazendo uma bandeira popular, foi nos anos iniciais desse governo o momento em que mais houve ocupações no campo brasileiro, como uma estimativa de que a reforma agrária real e completa sairia do papel e dos anseios dos movimentos populares.

Assim, é importante trazer uma série de reflexões sobre os números da reforma agrária entre o período de 1985-2012. Sabendo-se que é necessário analisar os números de forma pormenorizada, uma vez que a manipulação estatística de englobar regularização fundiária com a realização de assentamentos foi uma prática comum.

O posicionamento das políticas agrícolas adotadas em cada gestão, tais como o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), realizado no governo Sarney (PMDB – 1985-1989), a Constituição Federal de 1988 e o 2º PNRA (2004), são de vital importância para entender os procedimentos e desdobramentos de uma ação de realização de reforma agrária e suas contradições sinalizadas pela falta de assistência técnica e créditos para a real consolidação do assentamento.

Seria esse movimento primordial para entender os movimentos de uma reforma agrária realizada para dar errado. Mas por que dar errado?

E assim, adentramos na quarta abordagem deste ponto de análise da pesquisa. “*O CAMPESINATO*”, nos leva a entender quais são os principais mecanismos de

criação, manutenção e recriação camponesa dentro do assentamento. Trata-se de uma abordagem do campesinato através de ações de reforma agrária. O lema “Ocupar, resistir e produzir”, elencado como palavra de ordem pelo MST, é trazido aqui a partir das perspectivas da luta pela terra e da manutenção da classe camponesa, bem como o lema atual de que “Lutar não é crime”, demonstra o quão criminalizado vem a ser os movimentos sociais. No ciclo de “ocupar-resistir-produzir” é que vemos o campesinato em busca de sua consolidação após a realização das ações de desapropriação e distribuição dos lotes, e ainda a batalha pela não criminalização dos movimentos sociais.

Não podemos deixar de pensar em algumas conceituações sobre o campesinato. Seguindo na abordagem ideológica de entendimento do campo através dos discípulos de Marx, trazendo aqui as conceituações sobre o desaparecimento do campesinato, iremos trazer em um primeiro momento as contribuições de Karl Kautsky e Wladimir Lênin. Ambos fazem um diálogo muito próximo, no que se refere ao desaparecimento de uma classe camponesa, mas discordam nos posicionamentos políticos sobre esta classe.

Também é importante trazer as contribuições de Rosa Luxemburgo, que mesmo pensando no desaparecimento da classe camponesa, esta autora analisa como que o capital e o campesinato se relacionam, a partir de que o primeiro se vale das relações de trabalho e produção do segundo, a fim de se valer de procedimentos não capitalistas para garantir a acumulação.

Contudo, além de analisarmos as considerações dos autores que pensavam no desaparecimento do campesinato, temos também que analisar as contribuições de Alexander Chayanov, em que este autor aborda a unidade familiar camponesa e não contempla o seu desaparecimento. Para Chayanov, a dinâmica familiar camponesa, pensando na produção e na alimentação é que definem o campesinato enquanto relações de trabalho e classe social, não pertencente a um modo de produção, e sim existente em todos eles.

Assim, é importante pensar no campesinato enquanto classe contraditória ao capital, e que cria as suas dinâmicas para se manter e reproduzir.

Entretanto, a luta, como dito anteriormente, ainda continua. A luta se dá no dia-a-dia, com o objetivo de se manter em uma terra pouco fértil, longe dos mercados, de difícil acesso.

A luta também ocorre contra o agronegócio, que ainda pressiona os camponeses, cercando-os com agrotóxicos ou ações de violência física e moral. Como se não

bastasse possuir uma força econômica muito superior, o agronegócio ainda se vale de meios midiáticos, judiciais e policiais como armas nessas disputas.

Logo, como abordagem empírica para essa reflexão, analisar profundamente os desdobramentos e acontecimentos que permeiam as disputas territoriais na antiga área do Núcleo Colonial Monção e Assentamento Zumbi dos Palmares irá trazer as diretrizes de que o Estado brasileiro optou pelo movimento contraditório de realizar uma reforma agrária parcial, e posteriormente, agir ou omitir-se, para a consolidação de uma contrarreforma agrária.

Quanto aos procedimentos metodológicos para a construção dessa pesquisa, analisar fontes das mais diversas qualidades foi de vital importância. Não poderíamos apenas nos ater a interpretações teóricas sobre a questão agrária no Brasil, nem como apenas investigar *in lócus* os fatos e consequências. O casamento da teoria com a prática marca o fundamento do trabalho, uma vez que, qual seria a importância da teoria, sem basear-se na realidade, e da realidade sem interpretá-la através da teoria. A *práxis* cabida aqui marca a abordagem interpretativa, remontada em um jogo de investidas e interpretações, de teorias para subsidiar o que é encontrado na realidade, e da realidade para dialogar com as teorias.

Como referenciais teóricos, nos baseamos naquela leitura sobre o campo brasileiro que o interpreta a partir de sua dialética. A questão agrária brasileira é marcada por contradições, e a partir disso, muitos estudiosos adotaram esse método de interpretação, a partir dos extremos, da barbárie e da modernidade.

Interpretar as lutas de classes e seus reflexos nas disputas territoriais é mais um fenômeno das contradições da questão agrária brasileira. O jogo de interesses é explícito nos âmbitos políticos, econômicos e assim também o encontramos no meio acadêmico. Dessa forma, é que deixamos claro qual a metodologia e as referências teóricas adotadas para decifrar os trâmites e condicionantes de tantas desigualdades, a partir da dialética.

Também realizamos diversos trabalhos de campo na área do Assentamento Zumbi dos Palmares, onde pudemos observar, perguntar e escutar as diferentes histórias de vida, as lutas vividas, as esperanças e as reivindicações dos camponeses, como também uma série de cobranças coletivas que ecoam como uma única voz.

Optamos pela conversa pura e simples com os camponeses assentados, procurando não os tirar do seu ritmo de vida. Assim, ora conversávamos enquanto um arrumava seu caminhão, ora quando estavam em um momento de lazer no fim de tarde de sábado, e esse pesquisador não fazia cerimônia em acompanhá-los. De um total de aproximadamente 200 famílias assentadas, conseguimos estreitar relações com

aproximadamente 30 famílias. Muitas famílias assentadas preferiam que procurássemos os “líderes” do assentamento, para que melhor pudessem nos informar.

Talvez houvesse o receio de passar por cima de uma hierarquia que existe no dia-a-dia do assentamento, ou mesmo por uma questão de reservar-se em suas práticas cotidianas. Não podemos deixar de mencionar que há um certo litígio dentro do assentamento, marcado por conflitos de interesses entre os grupos de assentados, e assim, quando o acesso a um grupo estivesse facilitado, o acesso ao outro estaria dificultado.

Realizamos conversas com o rigor acadêmico, mas sem intimidar o camponês com gravadores, máquinas fotográficas ou blocos de nota. Queríamos deixar o ambiente o mais descontraído possível. E assim, após cada conversa dessas, corríamos para o carro e anotávamos tudo. Também fizemos pesquisas e entrevistas com os integrantes do diretório do MST em Iaras, ao qual no primeiro momento tivemos que ganhar a confiança deles, e em seguida, parar para ouvir verdadeiras palestras com um posicionamento político claro e demasiadamente consistente.

Algumas falas, optamos por transcrevê-las, outras, a pedido dos próprios entrevistados, ficou acordado que iríamos apenas mencionar as ideias contidas nas conversas, a fim de preservar a identidade dos camponeses assentados e integrantes do MST.

Também fizemos grandes investidas em documentos e processos oficiais do INCRA, ao qual conseguimos uma cópia de um processo de investigação das terras remanescentes do Núcleo Colonial Monção, e que se apresentou como importantíssima nos desdobramentos de investigação dos usos e desusos das terras públicas nessa localidade.

Por fim, após tantas análises, reflexões e observações, chegamos a ideia síntese da pesquisa, que é a de analisar o papel do Estado no uso de terras públicas, privilegiando a classe dos grandes latifundiários e do agronegócio principalmente no que se refere ao Núcleo Colonial Monção e os desdobramentos sobre as grilagens, lutas e mecanismos de manutenção camponesa. E assim, com o uso de documentos de acesso a toda sociedade, como textos e informativos disponíveis em sites oficiais e dos movimentos sociais, realizamos um diálogo com os procedimentos acontecidos nos últimos governos federais eleitos democraticamente, a fim de entender quais os ditames do Estado sobre a reforma agrária, ou seriam ações em prol de uma contrarreforma agrária?

PARTE I

1 – APROPRIAÇÃO DA TERRA NO BRASIL E O PAPEL DO ESTADO

Ao analisarmos a questão agrária no Brasil, é notado um processo histórico que contribuiu com a concentração fundiária em níveis elevados, abrindo-se a possibilidade da consolidação de estruturas fundiárias concentradas que formam a base do modelo agroexportador (OLIVEIRA, 2003).

No decorrer da formação socioeconômica do país, sempre foi notada a supremacia dos interesses de uma elite agrária conservadora, proporcionando um quadro agrário, muitas vezes estagnado, em detrimento de uma agricultura diversificada (OLIVEIRA, 1988). Vários foram os mecanismos e procedimentos que visassem a manutenção do poder nas mãos de uma oligarquia agrária, sufocando quaisquer movimentos que indicassem uma mudança.

Dessa forma, entendemos como primordiais tratar algumas considerações sobre a questão da terra no Brasil, um assunto tão evitado pelo conjunto da sociedade, devido dar-se base de entendimento de como que se formou a sociedade brasileira pautada no clientelismo e na corrupção (MARTINS, 1999, p. 19), e que tais pressupostos possibilitam o entendimento de processos que quebrem com o pacto de poder, que no Brasil, se estende por quinhentos anos.

É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para no fragmento de um isolamento social, circunscrito a algumas regiões e a alguns grupos sociais. Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer. (MARTINS, 1999, p 12)

Na verdade, permeia-se nas mentes de grande parte da sociedade que a Questão Agrária Brasileira é algo a não ser tratado. Mais interessante manter-se uma ordem, mesmo que arcaica, para que não haja mudanças bruscas que possam romper com o caráter conservador de nossa sociedade.

Seria como não tocar na ferida aberta. Ferida essa que dilacera o conjunto de nossa sociedade, economia e meio ambiente, e alimenta os “parasitas” de terras, aqueles que se valem de meios ilegais para a apropriação, como as grilagens de terras e as trocas de favores políticos.

É mais fácil deixar as coisas como estão, diriam muitos. As coisas como estão, e como sempre foram, são as responsáveis por um quadro de concentração fundiária e concentração econômica no Brasil, ocasionando em sua outra ponta, a miséria e a violência.

Está na hora de cutucar a ferida, de ir buscar as raízes para entender o porquê de tanta violência na busca pelo conservadorismo, enquanto os movimentos sociais levantam a bandeira da desconcentração fundiária.

1.1 – O Saque das Terras brasileiras: uma história de vencedores e vencidos

A luta pela terra não é um fenômeno restrito aos nossos dias, reflexo das lutas de classes, e assim um evento que se repete historicamente, que se inicia com a invasão europeia vinda com as Grandes Navegações e o saque das terras indígenas, e se confirma com a ganância pela propriedade da terra. Como afirma Oliveira, “a história da violência no campo, [...], não é recente: é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil.” (1988, p. 20).

Com a expansão das rotas comerciais europeias, a consolidação da conquista de territórios ultramarinos se mostrou como importante mecanismo de acumulação primitiva do capital, principalmente com a exploração de metais preciosos encontradas nas terras das colônias. Dessa forma, a partir do século XVI, o território brasileiro é sistematicamente ocupado, com o propósito explícito de explorar seus recursos minerais, o que não foi realizado com sucesso na colônia portuguesa em terras americanas em um primeiro momento, se comparado com a exploração nas colônias espanholas no continente. Com o intuito de manter o controle territorial, a Coroa Portuguesa opta por investir suas ações em um sistema agrícola, que fornecesse produtos tropicais, muito apreciados na Europa.

Logo, a real intenção portuguesa era a de garantir o controle dessas terras, com a agricultura de cana-de-açúcar, baseada na monocultura e no trabalho escravo, a fim de manter o máximo rendimento para a o acúmulo de capital. Assim, no processo de ocupação do território brasileiro, como colocado por Andrade e Andrade (1999, p. 23), durante os primeiros momentos de consolidação da colônia, mais precisamente no século XVI, a ocupação efetiva seu deu na faixa litorânea, que correspondia desde Natal até as proximidades de Cananéia.

A ocupação do território brasileiro foi, em boa parte, consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias, que acreditavam que esses países somente tinham direito sobre as terras efetivamente ocupadas. Quando os franceses organizaram, por motivos religiosos, porém com apoio governamental, a primeira expedição às novas terras para criar uma colônia de povoamento, aliás, a primeira do continente, os portugueses atuaram na corte francesa, através de suborno, para desviar as atenções do território brasileiro. (FURTADO, 1998, p. 7).

Entretanto, afirma Furtado (1998, p.6) que a cada dia, se tornava mais difícil manter as terras americanas, a menos que fosse realizado um grande esforço para povoá-las permanentemente e isto significava que teriam que desviar recursos de terras muito mais produtivas no oriente para este empreendimento. A possibilidade da descoberta de ouro nas terras do Brasil pesou significativamente na decisão de conservar as terras americanas.

O sistema econômico então implantado, como apontado por Furtado (1998, p. 10), foram as *Plantations*, que tinham sua produção basicamente voltada para o mercado externo. A partir da metade do século XVI a produção portuguesa de açúcar passa a ser, praticamente, cada vez mais uma empresa em comum com os flamengos, que recolham o produto em Lisboa, refinavam e faziam a distribuição por toda a Europa, principalmente no Báltico, na França e na Inglaterra. A contribuição, particularmente dos Holandeses para a grande expansão do mercado do açúcar foi um dos fatores do êxito da colonização do Brasil.

Contudo, a atividade canavieira não era a única que existia em terras da colônia portuguesa na América. Havia outras atividades econômicas, tal como as Bandeiras, que tinham como objetivo principal a exploração do território, a fim de conhecimento e levantamento de jazidas. Os Bandeirantes se concentravam na Capitânia de São Vicente, onde, após vencerem a Serra do Mar, se concentravam nas terras do Planalto de Piratininga, hoje São Paulo, e iniciavam suas expedições que chegavam a durar anos. Utilizando vias terrestres e aquáticas, como o Rio Tietê, essas expedições também realizavam outras práticas, como a captura de índios e escravos fugitivos. Episódio mais conhecido foi a destruição do Quilombo de Palmares pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, na segunda metade do século XVII. Fato pensar que esse grupo expedicionário tinha como foco manter e consolidar a ordem vigente, servindo aos interesses de uma oligarquia e nobreza, que muito se interessavam em seus serviços.

Além da destruição de quilombos, redutos de escravos fugidos que desenvolviam ali a sua estrutura social e produtiva. As Bandeiras também foram fundamentais para a descoberta e efetivação da exploração de metais e pedras preciosas. Com a União das Coroas Ibéricas (1580-1640), o Tratado de Tordesilhas perdia a sua intenção, torando-se terras não mais espanholas ou portuguesas. Assim, abri possibilidades para as investidas além desse tratado, e que conflou com a descoberta de jazidas de ouro nas Minas Gerais e diamantes em Goiás e Mato Grosso. Além de mudar o traço de exploração, a descoberta desses recursos possibilitou a espoliação de riquezas de nosso território, o que configurou a efetivação da acumulação primitiva de capital.

Outras expedições que merecem ser mencionadas são aquelas ligadas à exploração dos recursos da Floresta Amazônica, iniciada no século XVI, em que eram realizadas investidas às margens do Rio Amazonas e afluentes próximos, a fim de que fossem encontrados produtos com grande aceitação na Europa, como temperos e ervas. Certamente esse foi o primeiro momento de exploração da floresta, que acarretou no contato de colonizadores e índios, bem como a alteração da paisagem, que foi se mantendo em níveis não tão altos, mesmo com a exploração dos seringais para a extração do látex, uma vez que para os povos tradicionais da floresta (extrativistas, ribeirinhos e índios), a floresta é o seu sustento. Quadro que vai se alterar drasticamente com a inserção efetiva de terras amazônicas em uma abordagem de inserção do capital de forma brusca, com as políticas integracionistas da segunda metade do século XX (FURTADO, 1998).

Ademais, retornando as atividades agrícolas que possibilitaram o controle territorial, não podemos deixar de citar as *plantations* de fumo e algodão no Maranhão. A tríplice formula de latifúndio, mão de obra escrava e monoculturas é a raiz da síntese de exploração, controle de terras e formação de divisas que possibilitaram a acumulação primitiva de capital. Dessa forma, era muito importante que o controle das terras se desse de forma efetiva, para possibilitar os objetivos primários da metrópole portuguesa.

Em relação às terras, em particular, centro e base do poder até os dias de hoje, e muito mais ainda no período colonial, o rei mantinha sempre a propriedade eminente dos terrenos concedidos em sesmaria. O que significava a preservação do seu direito de recuperar a posse das terras que fossem abandonadas ou não usadas de maneira a produzir os tributos a que tinha direito. (MARTINS, 1999, p. 23)

Portanto, como ferramenta de consolidação da ocupação do território brasileiro, frente a possíveis e eventuais ocupações por outras nações, a Coroa portuguesa

adota o regime de Sesmarias, que primordialmente consistiam em se dar o direito de posse de grandes extensões de terra a quem pudesse cultivá-las. De nada adiantaria a concessão de terras, se não houvesse possibilidade de torná-la sistematicamente inserida nas políticas da época. O cercamento apenas não era a intenção, mas sim a produção.

Mesmo sendo um regime que favorecia a constituição da grande propriedade, o sistema sesmarial teve uma preocupação acentuada com a utilização produtiva da terra, expressa na cláusula de condicionalidade da doação, atrelada ao cultivo da terra. Esta cláusula dispunha que o sesmeiro (aquele que recebia a terra) tinha cinco anos para torná-la produtiva, devendo esta retornar ao senhor original (a coroa portuguesa) caso esta exigência não fosse cumprida. Este é o sentido original do termo terras devolutas – terras concedidas e não aproveitadas que retornavam ao doador. (SILVA, 1997, p. 16)

Vemos que a exploração do território brasileiro, desde sua gênese, esta ligada a reprodução do capital, o que remete a inviabilidade de interpretar o campesinato como resquício feudal, mas sim, como processo contraditório do próprio capital, uma vez que esse campesinato surge como orbital aos grandes engenhos, participando principalmente como agregados e responsáveis pela produção de alimentos. Mas também houve a existência de um campesinato pautado na posse pura e simples da terra, o que de certa forma, se configurava como algo a parte da exploração da terra.

O interesse da Coroa Portuguesa não era deixar as terras ociosas, uma vez que eram tributadas as produções e não o domínio da terra (SILVA, 2008, p. 46).

No Brasil, o que tivemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de bases de uma economia mercantil. Com a abolição da escravidão (preenchida de um processo de substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, desde a supressão do tráfico africano), era natural que as classes dominantes e senhoras dos meios e fatores de produção, inclusive e sobretudo a terra, procurassem se aproveitar da tradição escravista ainda muito próxima e viva, para o fim de intensificarem a exploração do trabalhador.[...] Mas as formas peculiares de relações entre proprietários rurais e seus trabalhadores, que resultam daquela situação, não tem nada de “feudais”. Apresentaram quando muitos traços que fazem lembrar a escravidão. (PRADO JR, 1981, p. 68)

Nota-se nas palavras de Caio Prado Jr, que para ele o que diferencia a estrutura agrária brasileira e o feudalismo vem a ser a base legal que dá direitos aos trabalhadores e produtores, que por sua vez garante os direitos que dão margem a diferenciação entre os modos de produção. Além também de que é mencionado o caráter

comercial que a agricultura brasileira apresenta desde o início, independente das relações existentes.

Dessa forma, Caio Prado Jr afirma que o não acesso a terra no Brasil tem seu foco voltado a um processo que visa a formação de uma classe trabalhadora no campo, servindo aos pressupostos da agropecuária capitalizada. (PRADO JR, 1981, p.69).

Dessa forma, a adoção desse sistema de controle de terras, aliados ao trabalho compulsório, explorando a mão de obra de escravos africanos tinham um propósito explícito, o de negar o acesso à terra para trabalhadores livres, com o intuito de garantir a acumulação primitiva de capital. Na Europa, o mercantilismo dos séculos XV e XVI proporcionou a expropriação camponesa, gerando trabalhadores livres para o capital. Nas colônias, inseridas no circuito comercial, a apropriação da terra e o escravismo foram fundamentais para a acumulação primitiva.

A moderna colonização européia criou, nesse sentido, a disponibilidade de terras para o capital mercantil, mesmo quando para isso foi necessário expulsar, matar ou subjugar os indígenas que se encontravam nelas. Por outro lado, a introdução do trabalho compulsório recriava permanentemente a disponibilidade de terras para os agentes da exploração econômica isto é, o senhorio rural que se vai formando nas colônias. [...] a introdução do trabalho compulsório permitiu, [...], a manutenção da disponibilidade de terras para a camada social que produzia de acordo com as exigências do sistema colonial. (SILVA, 2008, p. 33)

Nesse sentido, o sistema escravocrata representava uma contradição à acumulação de capital, uma vez que os fazendeiros estavam em condições de personificar as necessidades de reprodução do capital, sem depender de uma nova classe social, distinta a de proprietários fundiários, ou seja, a de trabalhadores assalariados, que configuraria em um mercado consumidor, fato difícil de ser construído em uma base produtiva pautada na exploração escravista.

Em suma, ao entrar em contradição com o escravismo, o capital anunciava a possibilidade de transformações sociais, de superação dos bloqueios sociais e econômicos a que suas virtualidades se manifestem numa realidade social transformada e nova. (MARTINS, 1999, p. 55)

Contudo, o escravismo e o tráfico negreiro (Martins, 1983, p. 37) tinha um caráter que retirava todo um possível caráter feudal da relação entre fazendeiros e agregados, pois com o tráfico era realizada renda capitalizada. Assim, era o tráfico negreiro que impunha

a necessidade do monopólio da terra, como forma de evitar que os camponeses formassem uma economia paralela, livre da escravidão e do tributo aos traficantes.

Portanto, para Martins “o camponês era duplamente excluído, da propriedade de terras e da condição de escravo, já que não podia ser renda capitalizada do traficante colonial” (1983, p. 38). O camponês no período colonial era quem produzia alimentos para o mercado interno, pouco atraente aos capitalistas, devido ao baixo rendimento. Não se pode deixar de mencionar que além do camponês agregado, houve também o camponês posseiro. Agregados eram aqueles que se situavam juntos às empresas agrícolas canavieiras, vivendo concomitante, mas a margem da produção, uma vez que não se tratava de um ser explorado e nem explorador. Por isso o nome agregado, uma vez que estava ali na condição de uma população que orbitava o engenho, e em troca, produziam alimentos.

O camponês posseiro já viria a ser aquele que se ocupa de um pedaço de chão para desenvolver atividades em que o labor era familiar, objetivando a sua subsistência, produzindo o necessário para a sobrevivência de sua família e alguns excedentes eram trocados. Entretanto, essa prática era repudiada pela coroa portuguesa, uma vez que não era passível de tributação, já que não entrava no esquema produtivo da agricultura de exportação.

Concluimos assim, que o sistema de sesmarias foi o precursor da violência no campo, uma vez que o objetivo primordial era o de garantir à Coroa Portuguesa e aos Sesmeiros o controle territorial, negando o acesso a terra. Não eram escassos os casos de demarcação de terras além dos limites estipulados aos sesmeiros, bem como o avanço sobre aqueles que não detinham um título de concessão, os posseiros. Tal fato pode ser entendido sobre as ações do poder real e dos prestigiados com muitas léguas¹ de terras contra a posse.

O aspecto mais importante do instituto de sesmarias foi a sua adaptação aos objetivos da produção colonial. Esta é uma parte da história das relações do colono com a terra: grandes propriedades produzindo para a exportação com base no trabalho escravo. (SILVA, 1996, p. 333)

Seria essa a origem da concentração de terras no Brasil? A prática de aquisição de terras acima do concedido pela coroa, o avanço sobre posseiros, utilizando-se de extrema violência, seriam um marco da ganância pela terra, com o fim de demonstrar poder, e principalmente garantir os mecanismos de acumulação da riqueza no país.

---

¹ Uma légua quadrada correspondia à 4.356 ha. Portanto havia doações que iam de 17.424 ha. até 87.120 há, ou seja, entre 4 a 20 léguas (SILVA, 2008, p. 47). Contudo, era sabido que os domínios sesmariais eram facilmente superados, devido ao controle parco realizado pela Coroa Portuguesa.

A falta de fiscalização criava a oportunidade do avanço para além daquelas terras concedidas por meios legais, e não raro, a sua ociosidade era visível. O sesmeiro era contemplado com uma quantia de terras cabível ao seu potencial de investimentos, sendo estes a aquisição de escravos e a implantação sistemática da lavoura de exportação. A origem do latifúndio brasileiro, de acordo com Porto (s.d., p. 48) está nas práticas adotadas pelo sistema de sesmarias, uma vez que:

Uma das principais distorções do nosso sesmarialismo – fruto em grande parte, de dezazo em ignorar as peculiaridades da Conquista, aplicando-lhe o disciplinamento imaginado para a Metrópole – ocorreria de respeito à estrutura fundiária e cuja síntese seria esta: enquanto no Portugal de fins do século XVI, a prática do sesmarialismo gerou, em regra, a pequena propriedade, no Brasil foi a causa principal do latifúndio.

Entretanto, Silva (2008, p. 44), afirma que não se pode jogar toda a culpa do latifúndio brasileiro no regime de sesmarias, mas sim no modelo colonial implantado e na busca por dificultar o acesso a terra, a fim de beneficiar o mercantilismo e o sistema de acumulação primitiva, como também aponta Luxemburgo, onde o sistema adotado no Brasil, sem o investimento para a aquisição da terra e o trabalho compulsório, seriam fundamentais para a consolidação do modo capitalista de produção, ao se basear em meios não-capitalistas para garantir a sua acumulação.

Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas, nem estas podem sequer se manter. (LUXEMBURGO, 1970, p. 363)

Então, temos na concessão das sesmarias um movimento contraditório, porém objetivo, vendo que no primeiro momento tinha como fundamento a tributação sobre a produção da empresa agrícola exportadora, e num segundo momento de ação, o avanço sobre terras incultas, deixando-as em muitos casos ociosas, mas sobre controle. Esse movimento, embora possa parecer irracional, surge como fundamento para a se manter o controle da terra a fim de negar o acesso ao trabalhador. Trata-se de um processo de espoliação, marco da acumulação primitiva do capital.

Logo, a origem do latifúndio está vinculada aos propósitos da Coroa Portuguesa no acúmulo, baseado pelo modelo agroexportador mercantilista, e também na figura gananciosa daqueles “privilegiados” que demonstravam a sede pela concentração fundiária. Dessa forma, evidente que se o sistema de sesmarias era fundamental para garantir

o acúmulo, era vital o controle territorial extremo, como já citado, garantindo a produtividade da terra, a fim de cobrar as taxas sobre este, e não sobre a dimensão territorial da sesmaria; Demonstrando assim suas fragilidades e contradições. Se a coroa iria garantir seus tributos pela produção, interessante seria conceder o tanto de terras que aqueles detentores de sesmarias pudessem investir, e não o de se omitir sobre a anexação de mais áreas do que se poderia investir, proporcionando assim a ociosidade, ou seja, a improdutividade em grande parte das sesmarias, mesmo que em outras, tenha apresentando grande produtividade.

Portanto, vê-se esse procedimento contraditório sobre as terras coloniais, uma vez que, sabendo ser rentável cobrar o foro do que era produzido, o Estado no papel da coroa, não era rígido sobre os procedimentos de constituição de “reservas” de terras por parte dos sesmeiros, adquirindo mais terras do que podiam produzir (SILVA, 2008, p. 78). Prática comum, em que os limites exatos das sesmarias não eram sabidos ou esclarecidos, e os fiscalizadores de tal, poucos agiam para combater essa prática.

O que era duramente combatido, com a aliança entre a coroa e os sesmeiros era a posse. Esse modelo de ocupação da terra se dava de modo desordenado e espontâneo, fugindo do controle da metrópole o uso do solo colonial. Certamente que a posse, fugindo a regra das normativas sesmarias, não era apenas realizada por pequenos lavradores livres na colônia, ou por aqueles que não detinham condições de constituir uma empresa agrícola. “As mesmas condições que levaram à falta de controle no tamanho das sesmarias fizeram com que o limite da posse fosse dado pelo próprio sesmeiro”, afirmou Silva (2008, p. 67).

Durante a época colonial desenvolveu-se uma outra forma de apropriação que, aos poucos, obteve o reconhecimento das autoridades – a posse –, que era mais adaptada à agricultura móvel, predatória e rudimentar praticada, tornando-se o meio principal de apropriação territorial. Até hoje, sua importância como forma de aquisição de domínio é incontestável. (SILVA, 1997, p. 16)

Esta posse representou a forma de ocupação do pequeno agricultor que não possuía o direito às sesmarias. Inúmeros litígios começam a surgir com a prática da posse, principalmente quando havia a concessão de terras pela coroa, que já estavam ocupadas por posseiros. Certamente que os posseiros mais prejudicados eram aqueles dotados de poucos recursos, que não estendiam suas posses por extensas léguas. A violência para se garantir o controle total da sesmaria, levavam à violência extrema para a retirada do posseiro e a dificuldade para se ter o acesso a terra. Episódios de combates a posse eram corriqueiros, marcados pelo avanço sobre tal, ora expressos pela expulsão violenta dos posseiros, ora se

tornavam agregados, exercendo trabalho livre, tal como a abertura de novas aéreas a serem incorporadas ou de novas fazendas.

Os conflitos no campo brasileiro se caracterizam de forma primaz pela posse. Essa posse que pode ser entendida como um fenômeno social que marca o campesinato brasileiro. A negação a terra ou a sua expropriação são os principais condicionantes que inferem a posse. Para Paoliello (1992, p.2) “do ponto de vista histórico-social, pode-se dizer que as noções e as práticas de posse se diferenciam do senso comum, que todos operamos, da posse como categoria oposta à propriedade”. Nessa definição, fica a questão da posse ser entendida como o antagônico à propriedade privada, ou seja, a posse é vista como algo marginal, que acontece a parte do avanço do capital, e quando interpretada pelo senso comum, ganha a feição de algo que quebra a ordem da mercantilização da terra.

Entretanto é fundamental pensar na posse não apenas de forma generalizada, simplesmente pelo controle da terra sem a titulação necessária, e sim pela sua objetividade, sendo ela laboral ou de negócio.

Martins (1980, p. 59) define bem a questão entre a posse para controle da terra em que seja desenvolvido o trabalho familiar, daquele que explora mão de obra de outrem, com o intuito de auferir lucro.

A terra não é propriedade de quem explora o trabalho alheio; é propriedade direta do produtor; é terra de trabalho e não terra de negócio; é propriedade do trabalhador e não propriedade do capitalista. O móvel da sua produção é o valor de uso e não o valor de troca nem tampouco o lucro. Seu ganho resultado seu próprio trabalho e dos membros da sua família.

Se fizermos uma breve reflexão sobre as alternativas de acesso a terra por parte da população fora da oligarquia, veremos que sempre haverá uma contrarreposta, buscando a garantia da manutenção do poder e o abafamento das pressões e reivindicações populares. A negação do acesso a terra é primordial para manter o sistema de exploração e acumulação. Assim, quanto mais saques e cercas forem criados, melhor seria para se consolidar a espoliação da mão de obra e dos produtos agrícolas produzidos. E este fato não se isola no período das sesmarias, sendo práticas repetidas constantemente, mesmo principalmente após a transformação da terra em mercadoria, em meados do século XIX, e estão presentes no bojo dos conflitos agrários ainda hoje.

Como afirmado anteriormente, desde o saque realizado pelos europeus nos solos indígenas, a luta pela terra vem sendo fenômeno recorrente na formação do Brasil.

Presenciamos até os dias de hoje, um verdadeiro genocídio sobre os índios, como forma de tomar-lhes as suas terras. Desde sempre os índios foram esquecidos na questão da terra no Brasil. Poucas respostas a favor dos povos indígenas foram dadas na história de nosso país, tais como a criação de reservas indígenas, demarcações de terras, principalmente após as investidas dos irmãos Villas-Bôas.

Entretanto, a incursão sobre territórios indígenas sempre foi um traço da violência no campo em favor da concentração fundiária. Mesmo com a criação dos parques nacionais e as demarcações de territórios indígenas, a violência continua. Violência que se inicia no ato da demarcação e limitação de onde os índios podem viver. Violência essa que continua a cada dia, iniciadas pelos bandeirantes e sertanistas, hoje exercidas pelo agronegócio que desmata a floresta, polui o rio, leva a monocultura e os agrotóxicos até as margens de onde estão presos os índios. Lembrando-nos ainda da ação do judiciário em parceria com os fazendeiros, que determinam a retirada de povos indígenas, aliando o poder lei e força das armas contra os primeiros ocupantes das terras daqui (BALDI, 200-).

Durante a Ditadura Militar, incontáveis casos de avanço sobre territórios indígenas aconteceram. Os planos de integração da Amazônia, o avanço do frente pioneira, a incorporação de terras pelo agronegócio e o aumento do desmatamento foram os principais eventos. Além do avanço da agricultura empresarial sobre os solos do cerrado e da Amazônia, temos os projetos de infraestruturas, tais como a construção de rodovias e hidrelétricas como principais ações governamentais de violência contra os povos indígenas.

As grandes obras, tal como a transamazônica, demonstram a violência não apenas pela expulsão das terras, mas também pelo avanço do capital em territórios ainda não integrados ao uso capitalista de fato. Com o avanço do “progresso”, os povos da floresta, tais como indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Outro exemplo de ação governamental em obras que causam a destruição dos territórios indígenas são as construções de hidrelétricas, que interferem no volume das águas dos rios, alagam terras, diminuem vazão e provocam deslocamentos de povos inteiros.

Em 1988 a índia Tuíra empunhada de um facão e movida pela paixão provocada através do medo da perda de seu território, esfregou-a no rosto do presidente da Eletrobrás à época, como um ato simbólico de resposta à violência contra os índios que vivem no Xingu e seriam afetados com a construção de uma hidrelétrica neste rio. (ALVES, 2010)

Passados mais de vinte anos, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo finalizada. A região conhecida como volta grande do Xingu será drasticamente afetada, alterando o regime fluvial e também alagando diversos hectares de terra firme. Os protestos não cessam, povos indígenas, populações ribeirinhas, posseiros e um conjunto grande da sociedade se mobilizaram contra a construção desse empreendimento que afirma ser o da terceira maior hidrelétrica do mundo.

Outro momento histórico marcante na luta pela terra no Brasil vem a ser os movimentos quilombolas. Durante a escravidão, muitos negros se refugiaram, e nessa resistência contra os trabalhos forçados, criaram territórios marcados por uma sociedade igualitária e com produção coletiva, diferente ao modelo escravista e latifundiarista. Os Quilombos se transformaram em um exemplo pela resistência à exploração e a luta pela terra (OLIVEIRA, 1988, p. 20). Não adentraremos nas especificidades trazidas pelas terras quilombolas, mas é importante ressaltar alguns avanços sobre os direitos adquiridos para a efetivação dos territórios quilombolas. Claro que a sua consolidação estão ligadas as matrizes culturais, ainda realizadas pelos descendentes dos escravos ali territorializados.

Entretanto, é através da lei que os quilombolas teriam mais autonomia e segurança contra o avanço de forças externas aos seus territórios. A Convenção nº 169, elaborada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989, pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), traz uma grande contribuição sobre a definição de territórios indígenas e tribais, afirmando que “longe de estar associada ao passado, é o reconhecimento de que o colonialismo continuou produzindo efeitos mesmo depois de oficialmente abolido” (BALDI, 2008, p. 5). Antes, na Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 68, assim traz:

- Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Ademais, outro importante marco legal para o reconhecimento de territórios quilombolas foi o Decreto nº 4.887/2003, que determina os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como o Projeto de Lei nº 3654/2008, que reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando. Mas, como em toda a história brasileira, a contrarresposta vinda das elites não tardou, e em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, interposta pelo DEM (Partido

Democratas), procurava interromper os direitos das comunidades quilombolas, prevista no Decreto de Lei mencionado anteriormente.

Não podemos deixar de citar que mais um fato marcante na negação do acesso a terra no Brasil, se deu no momento da transferência do trabalho compulsório ao trabalho livre. Com a vinda dos imigrantes europeus, principalmente italianos, para o trabalho nas lavouras de café em São Paulo, as resistências camponesas ganham força, predominantemente no final do século XIX e início do século XX. Os camponeses se viam empregados sobre a relação do Colonato, onde eram subitamente explorados pelos grandes fazendeiros paulistas de café. Não raro eram as revoltas por melhores condições de trabalho e pagamento, bem como o levante em greves e protestos (OLIVEIRA, 1988, p. 22).

Vale ressaltar que a perspectiva adotada não era a de assalariar o trabalhador, e sim de tê-los na modalidade livre, e não mais cativa. Entretanto, a renda capitalizada expressa pelo trabalho escravo, que aliado a produção determinava o valor da terra, a partir de agora iria ser substituída, uma vez que a modalidade de trabalho não seria a mesma.

Com a substituição do trabalho escravo pelo livre, a renda capitalizada se transfere da figura do cativo para a terra, assim, em uma perspectiva de manter o controle sobre a renda, seria necessário manter o trabalhador livre sob as redias do trabalho, não o possibilitando de ter acesso à terra. Assim, não se garantia apenas a mão de obra necessária, mas também a manutenção da extração da renda capitalizada, através a da propriedade privada da terra.

O bojo do trabalho livre não se limita apenas ao assalariamento, uma vez que não se bastava assalariar o negro liberto, mas sim utilizar-se de mecanismos que garantissem a permanência desse trabalhador livre nas fazendas de café.

Como já mencionado o trabalho livre era algo que já existia no Brasil, antes e depois da terra ganhar a feição de mercadoria. A origem do campesinato brasileiro se remete ao princípio da ocupação capitalista, ainda no século XVI. Sua formação se deve principalmente por mestiços e filhos não herdeiros, como forma de impedir a fragmentação da fazenda. Muitos agregados das fazendas eram as pessoas que abriram as matas e preparavam a terra para instalação deste.

Havia uma diferença drástica entre as figuras do escravo liberto e do imigrante livre, uma vez que:

[...] o primeiro ganhou a propriedade de sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra ou dela desprovido, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a sua força de trabalho. Para um, a força de trabalho era o que ganhará com a libertação, para outro, era o que lhe restara. (MARTINS, 2010, p. 34).

Logo, ao escravo, o trabalho representava a opressão, e com a sua libertação, a negação ao trabalho seria o marco de entendimento do ser. Não restaria condições para que se manter mão de obra suficiente nas fazendas de café que se expandiam do Vale do Paraíba fluminense e paulista para o velho oeste paulista e mogiana. Assim, valer-se daquele trabalhador, que já havia experimentado a noção de propriedade, seja da terra ou de sua força de trabalho, foi a prática adotada na substituição do cativo pelo livre.

Ademais, garantiria as demandas de mão de obra nas fazendas ao ponto que se negava o acesso a terra. Os trabalhadores livres, que não possuíam nada, a não ser sua força de trabalho serviriam bem às novas transformações, com o desaparecimento do trabalho compulsório, e a transformação da terra em mercadoria, uma vez que, ciente de sua situação de não proprietário, só lhe restava trabalhar nas terras de outrem.

Martins (2010, p. 59) afirma que o “mais importante do que a propriedade sobre o trabalhador era assegurar o trabalho que cria riqueza, que cria valor” Assim, se o trabalho não era mais cativo, a terra precisava ser, para assegurar a presença de mão de obra suficiente para as atividades agrícolas, principalmente as ligadas à cafeicultura. Logo, não é nada interessante aos detentores de terras, que se consolide uma classe camponesa, uma vez que estes não se encontram a parte da exploração pelo capital, o que tornaria inviável a empresa agrícola cafeeira, nos moldes das grandes produções voltadas ao mercado externo.

As lutas no campo brasileiro são marcos da história da exploração do “branco europeu capitalista” sobre os povos da terra. Contudo, as lutas contra os índios e escravos também se intensificam sobre um campesinato em consolidação no Brasil.

Os “Movimentos Messiânicos”, ocorridos no início do século XX, também podem ser entendidos como a luta pela terra, visando um processo de territorialização e transformações sociais ao qual quebrariam com algumas amarras. Marcados pela presença da fé e sempre dirigidos por líderes espirituais, envolveram milhares de camponeses em busca por terra. Os mais significantes foram os movimentos de Canudos, na Bahia, e do Contestado, na divisa entre Santa Catarina e Paraná.

Durante a primeira metade do século XX no Brasil, presenciamos também diversas resistências camponesas e luta pela terra. Os casos mais conhecidos e emblemáticos certamente são dos de Trombetas e Formoso, em Goiás, e a Guerrilha de Porecatu, no norte do Paraná (OLIVEIRA, 1988, p. 22-24).

A ordem política e social nas primeiras décadas de República era intensa, principalmente no que se refere ao campo brasileiro. Diversas revoltas camponesas eclodem por todo país, significado de que as “coisas não andavam bem”. Os camponeses se mostravam como insatisfeitos com a ordem vigente, que colocava a classe camponesa à margem da sociedade. Diversos movimentos camponeses, além de insurgências sociais, expressavam um caráter político, tais como os movimentos messiânicos, o cangaço, as ligas camponesas e demais revoltas ocorridas. Martins (1983, p. 63) afirma que esses eventos se caracterizavam como uma resistência de classes. “Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros”.

Diversos movimentos de lutas camponesas ganharam caráter político, e é a partir disso que Martins (1983) discorre sua análise. Sobre o termo camponês, esse tem um caráter estritamente político, e foi introduzido no Brasil como forma de nomear de maneira geral, diversos personagens do campo, como os *caipiras*, *tabaréus* e *caboclos*, que de acordo com as teorias, exercem processos camponeses, como a utilização do trabalho familiar na produção.

Entretanto, todos esses nomes dados, remetem à figura daquele que está do “lado de fora” da modernidade, longe da cidade, com um sentido pejorativo. Assim, a introdução do termo camponês, sugere que estes estão se mobilizando política e socialmente. Em oposição ao camponês, aparece o latifundiário, aquele que detém muitas terras e explora o trabalho alheio.

No entanto, aproximadamente na década de 1950, tem-se a mediação do Partido Comunista do Brasil (PCB), com os trabalhadores do campo, no que se refere às reivindicações da reforma agrária, contando com apoio de segmentos da população urbana, ganhando destaque no debate político do período. (MARQUES, 2004, p. 40).

Contudo, por mais que as lutas camponesas nos meados do século XX tivessem amplitude nacional, a mobilidade era local, sem uma organização efetiva única a nível federal. Mas no imaginário daqueles que seriam afetados como a mudança da estrutura

fundiária brasileira, aqueles que perderiam o monopólio da terra, os movimentos camponeses representava uma ameaça à oligarquia agrária. Esse temor que afligia a direita acabou culminando em uma contrarresposta, o Golpe Militar de 1964.

Todavia, o PCB encaminhou-se para lutas mais imediatas e cotidianas, tais como a reivindicação por melhores salários e direitos trabalhistas, entre outros, como a eliminação do latifúndio, ao qual enxergavam como resquícios feudais. (MEDEIROS, 2003, p. 16). A ideia da superação do latifúndio era vista como necessária, para uma vivência ampla do assalariamento, e que somente assim, poderia provocar a revolução proletária.

São ideias que, em parte, se completam com as contribuições de Prado Jr. (1981), ao qual refere à sua reflexão sobre a qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Em que o resgate da miséria se fará pela regulação do trabalho. E isso somente será possível mediante a intervenção no monopólio fundiário.

Essas premissas ficam claras, uma vez que para Caio Prado Jr, a reforma agrária, não se trata em uma distribuição de terras, mas sim em uma melhoria das condições de trabalho e de qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

No Brasil, prevalece a aspiração por melhores condições de trabalho e não por terra.[...] É alias o salário que constitui a relação generalizadora e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira. (PRADO JR, 1981, p.63)

Entretanto, Caio Prado Jr. desenvolve uma crítica quanto a concepção de resquícios feudais no Brasil, uma vez que:

O que caracteriza as relações feudais, e as contrasta com transações mercantis, é que nelas intervém o estatuto pessoal das partes peculiar a cada qual delas. E é na base desse estatuto pessoal, ou pelo menos com ponderável interferência dele, que as relações se estabelecem. Ora isso não ocorre nas relações de trabalho da agropecuária brasileira. Como alias nas suas relações de produção em geral, que se estruturam em base puramente mercantil. A agropecuária brasileira constitui um empreendimento essencialmente comercial desde a origem, em que os indivíduos nele engajados participam em pé de igualdade jurídica, isto é, com estatutos pessoais idênticos. (PRADO JR, 1981, p. 67)

Assim, ressaltando novamente a afirmação de Caio Prado Jr, a estrutura agrária brasileira não tem resquícios feudais, uma vez que as relações de trabalho e produção não eram as mesmas deste modo de produção. Além também de que é mencionado o caráter

comercial que a agricultura brasileira apresenta desde o início, independente das relações existentes.

Dessa forma, Caio Prado Jr afirma que o não acesso a terra no Brasil tem seu foco voltado à um processo que visa a formação de uma classe trabalhadora no campo, servindo aos pressupostos da agropecuária capitalizada. (PRADO JR, 1981, p.69).

Tem-se então que as relações de trabalho predominante na agropecuária brasileira, para Caio Prado Jr, vêm a ser o assalariamento, mesmo quando camuflado em outras modalidades de pagamento (PAULINO; ALMEIDA, 2000, p. 120). Tais como a meação ou parceira, que mascaravam o assalariamento sob outras práticas produtivas.

Neste contexto político surgem as Ligas Camponesas, na Região Nordeste, mais precisamente no estado de Pernambuco. Tendo o rompimento com o PCB, no final dos anos 1950, Francisco Julião, tido como principal líder deste movimento, defendia a reforma agrária como forma de quebra do poder dos latifúndios, com a introdução do campesinato como ator político no cenário nacional, através da distribuição fundiária que daria acesso as terras aos camponeses. (MEDEIROS, 2003, p. 18).

Certamente, as Ligas Camponesas, acabaram por ser o primeiro grande movimento organizado pela reivindicação da reforma agrária, tendo alcance e influencia em todo país.

Vários foram os movimentos sociais no campo que marcaram a década de 50 no Brasil. Entretanto, as Ligas Camponesas tiveram um papel muito singular, tendo em vista a magnitude que o movimento alcançou ao longo da década de 50 e início da década de 60, espalhando-se por boa parte do país e colocando na ordem do dia a questão da propriedade da terra (BOMBARDI, 2004, p. 74).

Logo, com o Governo de João Goulart (1961-1964), popularmente chamado de Jango, se tornaram ordem vital as reformas de base, entre elas a Reforma Agrária, que de certa forma culminaria com a quebra do pacto de poder entre o latifúndio e o capital.

Em um pronunciamento ao Congresso Nacional, em 16 de março de 1962, o presidente João Goulart deixa claro suas concepções a favor das reformas, eis algumas de suas palavras:

“Quer na imprensa, quer por onde ando, nos diferentes pontos do território nacional, nos comícios que frequento, nas assembléias sindicais a que compareço, quer nas audiências que concedo, quer nas conversas que

mantenho com cidadãos de todas as classes, quer nos milhares de cartas e mensagens a mim dirigidas, o reclamo de reformas é permanente, sobretudo da reforma agrária. Também aos ouvidos de Vossas Excelências não é estranho esse veemente apelo, e por isso creio juntar-me à sensibilidade das correntes políticas do País para pedir, Senhores Congressistas, o melhor da atenção de Vossas Excelências, para a solução do problema do campo, do trabalhador rural, do empresário rural. A gravidade do problema exige que iniciemos, ainda este ano, a grande – e sistemática – campanha de reorganização agrária e de desenvolvimento rural. O exame da questão agrária no Brasil revela a existência, no campo, de diferentes tipos de tensão social.” (OLIVEIRA, 2007, p. 111-112)

Estas propostas fizeram com que aqueles que detinham o poder da terra se mobilizassem contra o que poderia ocasionar uma mudança política e econômica no Brasil, retirando do poder uma oligarquia latifundiária.

Não deixa de ser irônico que os grandes proprietários de terra, organizados, sobretudo numa das mais tradicionais entidades de defesa de seus interesses, a Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo, tenham dado decisivo apoio à preparação do Golpe. Foram eles os responsáveis pela organização da chamada “Marcha pela Família com Deus pela Liberdade” [...]. (MARTINS, 1999, p. 69)

Com a instalação da Ditadura Militar, foi criado o Estatuto da Terra², em novembro de 1964, que de certa forma se apresentou de forma ampla e ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo ao apoio do grande capital.

Com o Governo Militar, “o Estatuto da Terra faz, portanto, da reforma agrária brasileira, uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos” (MARTINS, 1983, p. 96). Outros autores afirmam ainda que o Estatuto da Terra se tratava em uma contrarreforma agrária. (LARANJEIRA, 1983, p. 106 Apud OLIVEIRA, 2007, p. 121).

O Regime Militar, por esses meios, procurou modernizar, mantendo-a, a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse à expropriação dos grandes proprietários de terra com a sua conseqüente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como se sucedera em outras sociedades. Ao mesmo tempo, comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas. No fim das contas uma tentativa de instituir uma base estável para a aliança política que ganhou forma com a Revolução de 1932. Com a diferença, porém, de que não se tratava de mera aliança política, como se dera até 1964, mas agora de uma

---

² Vide Anexo – página I: Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964 – Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Em especial aos trechos que mencionam as políticas de Reforma Agrária e Colonização.

substantiva aliança social e econômica. Uma opção, portanto, de larga durabilidade e não apenas uma opção transitória para esvaziar as tensões sociais no campo. (MARTINS, 1999, p. 80)

Mas afinal, quais eram as concepções do Estatuto da Terra de 1964 e qual sua finalidade? Foi nesta lei que se propuseram as definições dos estratos em que pertencem as propriedades conforme sua dimensão.

Na mensagem presidencial que o encaminhou ao Congresso Nacional, foi definido como “mais do que uma lei de reforma agrária”, uma lei de “desenvolvimento rural”. Essa concepção está refletida na própria forma do texto legal: duas partes distintas, cada uma referida a um dos temas. [...] O Objetivo da reforma agrária era a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, considerados como fonte de tensão social no campo. A empresa, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de imóvel. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação (prevista somente em casos de existência de tensão social), tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico a produção. A lei estabelecia ainda, indiretamente, uma área máxima para as propriedades rurais, na medida em que definia o latifúndio por extensão deveria ser objeto de desapropriação. (MEDEIROS, 2003, p. 23-24)

Para Martins (1999, p. 78), o Estatuto da Terra preconizava critérios de desapropriação bastante precisos. Também, como afirma Oliveira (2001, p. 192), o Estatuto da Terra se tornou lei morta. A modernização do campo foi uma das principais políticas do período militar. Com o incentivo de ocupar as terras da Amazônia, a política chamada de “Integrar para não Entregar”, buscava de fato integrar de que forma as terras amazônicas, de que forma que se procurava essa tal modernização do campo?

O motivo de os militares não assumirem um caráter político-social da Reforma Agrária foi acreditar que grande parte dos problemas se resolveria com o progresso econômico. Nesse caso, foi o uso militar que se apropriou de uma tese banalizada por estudiosos em acreditar que o fim do latifúndio e do problema agrário aconteceria através das transformações dos latifúndios em empresas rurais. Por meio de incentivos fiscais, conseguiram atrair as grandes empresas dos grandes centros comerciais, principalmente São Paulo, para, junto com os latifúndios, aumentar a produção e transformar o trabalho familiar camponês em trabalho assalariado. (FELICIANO, 2009. 72-73)

Seguindo uma concepção de que o desenvolvimento só chegaria com o rompimento dos meios de produção tipicamente não capitalistas, norteou os governos do período da Ditadura Militar a criarem planos de ocupação e colonização, principalmente na Amazônia, onde o objetivo era garantir a integração do território nacional, evitando-se a ação externa sobre essa parte do território brasileiro.

Entretanto, tem-se após 1964, uma internacionalização da economia brasileira, em que o desenvolvimento capitalista na agricultura se intensifica neste momento, tem-se então uma inserção do capital internacional no campo brasileiro como nunca visto antes. Tal fato se dá em parte pelo aumento da dívida externa, forçando a exportação de produtos brasileiros, em sua maioria agrícola, que devido aos baixos preços, é necessário se produzir mais. Há a expansão da produção de grãos para a exportação, empurra-se também a fronteira agrícola, aumentam-se os conflitos agrários. (OLIVEIRA, 1996, p. 468).

Assim, a principal questão encontrada nesses procedimentos, objetivados no Estatuto da Terra de 1964, abriu margem para a apropriação dos incentivos fiscais, fazendo-se valer da propriedade privada da terra apenas como reserva de valor.

Dentre estes momentos, é criado em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo inúmeras ações elencadas, que dentre outras, a “Operação Amazônia” afirmava que era preciso levar trabalhadores, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região aonde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito, no território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização (OLIVEIRA, 2007, p. 121).

Os interesses dos capitalistas nas terras da Amazônia não é o de reprodução do capital, uma vez que a terra é renda capitalizada. Mas sim na produção de capital, através do caráter rentista da terra, da sonegação de impostos, e dos incentivos fiscais dadas pelo governo.

Martins (1983, p. 120) indica que há duas correntes migratórias que devem ser analisadas sobre a ocupação da Amazônia. Uma é aquela dirigida do Sul e Sudeste do Brasil, devido a impossibilidade de reprodução familiar, essa corrente parte geralmente do Rio Grande do Sul e Paraná e vai em sentido ao Mato Grosso, chegando à Amazônia. Já as imigrações do Nordeste à Amazônia se dão pela necessidade de força de trabalho, para a abertura das fazendas. Estes sujeitos acabam se tornando os posseiros e em contato com os primeiros, acabam conflagrando a violência.

Logo foram criados os programas do Plano de Integração Nacional (PIN), tendo como exemplo maior o traçado de uma rodovia que cortava o Nordeste Brasileiro rumo à Amazônia, com o intuito de se criar uma rota de migração. Entretanto, tanto o INCRA,

como o PIN, não passavam de artimanhas exercidas nos bastidores do governo para desarticular qualquer proposta de desapropriação.

Acontecia que a violência na Amazônia não se tratava apenas da eliminação da pobreza, de fato, os pobres estavam sendo eliminados ou violentamente expulsos da terra, em favor de um programa federal de desenvolvimento e modernização do Brasil.

No que concerne as lutas no campo, o Governo Militar implementou verdadeiras estratégias de guerra para suprimir as reivindicações sociais. Como afirma Martins (1999, p. 81), a estratégia se baseava em circunscrevê-los, os conflitos no campo, e assim desativá-los, por meio de coação moral, e também a aniquilação de suas lideranças.

Vê-se claramente que houve uma preferência pela concentração da terra patrocinada pelo capital, uma “privatização” das terras da Amazônia, que poderiam ter sido destinadas à uma infinidade de famílias camponesas, mas que no fim das contas, pararam nas mãos de poucos. Nesse momento da história do Brasil, o latifúndio se torna a mais poderosa arma para justificar a violência privada. (MARTINS, 1999, p. 83).

Com todas estas estratégias para desestabilizar os programas que dessem o acesso a terra, era evidente que os conflitos não cessariam, pelo contrario, se tornassem cada vez mais violentos.

Com o aumento da violência no campo, não se pode deixar de mencionar o papel que exerceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e também o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em que a Igreja passa a denunciar a violência, no campo, contra os indígenas e posseiros, e a lhes oferecer um serviço de articulação, assessoria e apoio à organização.

O envolvimento da Igreja nos conflitos do campo trouxe uma nova preocupação para o Estado, que percebe a capacidade desta instituição de articulação e de fundamentação ideológica das lutas que vinham acontecendo de forma dispersa. A noção do direito de se manter na terra e defender seu espaço social e cultural, seu território, é cada vez mais difundida entre indígenas e camponeses. (MARQUES, 2004, p. 43)

A Nova República (1985) ao assumir o governo, em busca de realizar a transição a democracia, acabou por fazer novas alianças, que seriam estabelecidos em cima de acordos em composições partidárias, tudo determinado pela revivescência do oligarquismo que os militares haviam assegurado. (MARTINS, 1999, p. 87).

Indo de encontro a qualquer perspectiva de reforma agrária com a redemocratização do Brasil, os camponeses viram a necessidade de se organizarem com o propósito da quebra de poder dos latifúndios e a suas formas de auferição da renda capitalizada.

Se em um determinado momento a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), se mobilizava a fim de garantir que os planos de reforma agrária se efetivassem, em outra frente tínhamos a oligarquia rural sendo representada pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) e pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Surge também nesse momento a União Democrática Ruralista (UDR), de cunho direitista e paramilitar, com o foco de enfrentar as ocupações de terras. Certamente tinham como diretriz lutar contra qualquer avanço de uma reforma agrária proposta pelo I PNRA (1º Plano Nacional para a Reforma Agrária).

No Quadro 1 (a seguir), é trazida um informativo da época do lançamento do 1ºPNRA, governo Sarney, que pode ser traduzido com certo otimismo em relação a efetivação de uma reforma agrária. Plano este que ficou estruturado em dois pontos principais, sendo um, a tratar sobre os pressupostos da reforma agrária, e outro, sobre a reforma agrária em si.

Esse material informa quais seriam as diretrizes e determinantes para tal realização. Alguns pontos são abordados, sendo que deixa bem clara a posição de defesa da propriedade privada da terra, ao afirmar em vários pontos que a reforma agrária efetivaria e democratizaria a propriedade, ou que não se deveria temer, uma vez que a reforma agrária atingiria apenas aquelas que se encontrassem improdutivas, e que não era imbuída de uma ideologia que viesse a romper com a propriedade privada.

Quadro 1: Mandamentos da Reforma Agrária no Governo Sarney.

A REFORMA AGRÁRIA E SEUS DEZ MANDAMENTOS

Houve muita reforma agrária na História e há muitas propostas de reforma agrária na cabeça das pessoas, nos livros e nos projetos políticos.

A Reforma Agrária do Presidente Sarney, porém, é brasileira e atende à realidade política, econômica e social do País. Todos podem apoiá-la, pois é justa, pacífica, racional, produtiva e democrática.

Nossa Reforma Agrária não extingue ou combate a propriedade privada. Pelo contrário, amplia o número de proprietários e estimula a produção e a produtividade.

- I** Quem produz nada tem a temer. A Reforma Agrária não violentará de maneira nenhuma a propriedade.
- II** A Reforma Agrária busca o equilíbrio da riqueza no campo e o aumento da produtividade.
- III** A Reforma Agrária é um projeto político de alcance nacional, não um conceito técnico ou um exercício de afirmação ideológica.
- IV** É impossível o País avançar sem que se faça uma reforma profunda da estrutura fundiária. Nenhuma nação moderna estabilizou-se institucionalmente sem resolver seu problema agrário.
- V** Aplicar o Estatuto da Terra é respeitar o homem do campo e assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome. Desenvolvendo a agricultura, garantindo a ocupação aos lavradores, vamos ter, também nossas indústrias produzindo mais, e o trabalho vencendo o desemprego nas cidades.
- VI** O direito à propriedade é ameaçado quando o Estado ou indivíduos concentram imensas áreas improdutivas e ainda impedem que outros nelas produzam.
- VII** Queremos justiça no campo. A Reforma Agrária tem o objetivo de harmonizar os conflitos no campo para acabar com a injustiça e a violência nesse setor, incompatíveis com os ideais da conciliação, com os ideais cristãos e com a formação do povo brasileiro.
- VIII** A Reforma Agrária não inicia uma guerra ou abre uma ferida. Ao contrário, estamos trabalhando pelos mecanismos da convivência pacífica. A Reforma Agrária busca a Paz e não a discórdia.
- IX** A Reforma Agrária complementa a política agrícola para que se cumpra a função da terra, a de produzir para uma sociedade que se urbanizou de modo que possamos ter comida barata para nosso povo.
- X** A Reforma Agrária democratiza a propriedade, tornando-a acessível a milhões de brasileiros. PAZ NA TERRA.

Informações oficiais da Presidência da República sobre os fundamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária assinado dia 10 de outubro 1985, em Brasília.

CUMPRAM-SE

Jai Sarney
Presidente da República

Fonte: Oliveira, 1988, p. 88.

Org.: Ricardo M. Venturelli

Em outros pontos traz algumas abordagens interessantes sobre a ocupação de pessoas e produção de alimentos, para que houvesse uma melhor distribuição a todo conjunto da população. Também afirma que um programa de reforma agrária seria de benefício a toda população, uma vez que a produção de alimentos beneficiaria além do setor primário produtor de matéria-prima, também os setores secundários, ou seja, a indústria, e o setor terciário, com a circulação das mercadorias vindas, direta ou indiretamente da reforma agrária. Um ponto trabalhado, e muito importante se pegarmos as condições econômicas da década de 1980, conhecida como década perdida, devido à estagnação econômica, vem a ser a questão do emprego, em que são afirmadas gerações de emprego, tanto no campo, quanto na cidade.

Contudo, não podemos deixar de analisar que em diversos pontos são tratados temas como a paz, o fim da violência, ou seja, para que não se haja conflitos. Mas os conflitos agrários são oriundos de uma política conservadora e rentista, em que não se pode pensar na possibilidade de quaisquer alterações, temendo a desestruturação da ordem social vigente.

Mesmo com ampla pressão popular, crescimento das manifestações, denúncias sociais sendo marcados por passeatas e ocupações, o 1º PNRA não saiu de fato do papel. Os movimentos sociais de expressão nacional, em nascimento nesse momento, esperavam e cobravam ações mais efetivas. E assim, este plano de reforma agrária, no momento de sua promulgação em 1985, previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias, acaba assentando 69.788 famílias, e de um total de proposto de 42 milhões de hectares a serem desapropriados, apenas 3 milhões assim o foram (FELICIANO, 2009, p. 79).

O ambiente político não era favorável à questão agrária, visto as alianças criadas pelo clientelismo político das oligarquias. Mesmo com a criação do MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário), as pressões populares de nada valiam, uma vez que este próprio ministério foi alvo das recorrentes alianças clientelistas tão recorrentes no Brasil.

Era notório que o novo regime teria que se defrontar com a pressão das populações rurais e sua demanda reprimida por um programa de redistribuição de terras. [...] À medida que a pressão pela reforma agrária crescia enormemente em 1985 e 1986, e o MIRAD encaminhava à presidência os projetos de desapropriação das fazendas improdutivas que a lei determinava fossem desapropriadas, o Gabinete Civil estabeleceu uma diretriz reservada para evitar que os decretos fossem assinados ou, mesmo, fossem postos em prática. Antes de serem encaminhados à assinatura

presidencial, eram rigorosamente selecionados, de modo que muitas propriedades não foram alcançadas pela desapropriação. Mesmo decretos assinados pelo presidente da república nunca foram publicados no *Diário Oficial*, deixando, assim, de ter efeito legal. (MARTINS, 1999, p. 89-90)

Com a Constituição de 1988, a ação da UDR se firmou e se expandiu. De fato, os ruralistas conseguiram barrar no plenário a proposta de Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, sendo aprovado na carta constitucional uma legislação mais retrograda que o próprio Estatuto da Terra de 1964.

Na Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III³, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, foram tratados assuntos que permeavam a Função Social da Terra, critérios de desapropriação, reforma agrária e quais as determinações para a sua realização.

Em seu texto, já no primeiro artigo deste capítulo, o Artigo 184, são tratado os moldes como serão desapropriadas as terras para reforma agrária, sendo essas as que não cumprirem a sua função social, mas deixando bem claro os critérios, como os pagamentos de indenização. No Artigo 185 deixa claro quais são as propriedades que não são passíveis de reforma agrária, atendendo os seguintes critérios:

- I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;
- II - a propriedade produtiva.

Estão subentendidas quais as propriedades que não serão utilizadas para fins de reforma agrária. Contudo, é notado no senso comum o medo daqueles pequenos e médios proprietários, que retiram seus sustentos da terra, do medo de que estas sejam ocupadas pelos movimentos sociais. Esse “fantasma” existente no imaginário de muitas pessoas é alimentado por um pensamento conservador, que se dilui em toda sociedade com o objetivo de evitar quaisquer mudanças sociais, e assim, ter o bojo da população ao seu lado.

No Artigo 186, merece especial atenção, pois se trata do entendimento de como deve ser estabelecida o que é a função social:

- A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

---

³ Vide Anexo – página XXXV: Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III: Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Nota-se que são critérios que necessitam de inspeções e interpretações para serem classificados. Quais seriam os meios para definir? A quem agradaria se todos os critérios fossem claros o suficiente?

Nos artigos seguintes são tratadas as diretrizes das políticas públicas (Art. 187), e também quais serão as destinações de terras públicas e devolutas (Art. 188), que serão compatibilizadas com as políticas públicas e as definições dos planos de reforma agrária.

Assim, é possível entender que as ações dos movimentos sociais não são em vão. Existem legitimações em suas lutas, pautadas em planos governamentais e leis. É inadmissível presenciar o repúdio de toda a sociedade às manifestações, como as ocupações e acampamentos, ao propagarem a ideia de ilegalidade e de desordem. A falta de conhecimento é gritante, a alienação toma o senso comum de assalto, e muitos propagam informações sem nexos, sem reflexão.

Um dos pontos de maior desconhecimento por parte do conjunto da sociedade é sobre a formação do assentamento e o acesso a terra. No Artigo 189, fica bem claro, uma vez que:

- Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.
- Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Dessa forma, é inteligível aos movimentos sociais que realizem suas ações e estratégias de pressão de forma a não se contradizerem com as leis, uma vez que já carregam o fardo da negação da luta por grande parte da sociedade. Porém, tudo é falível, e se algumas ações não representam total legitimidade, essa já serve de escopo para se dilacerar a imagem da luta pela terra e da reforma agrária.

É nesse bojo que a luta pela terra ganha proporções de movimento organizado, em prol da desconcentração fundiária. Evidentemente que não se poderia deixar de mencionar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), criados em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizados em Cascavel – PR, que atualmente vem a ser um dos mais importantes movimentos sociais na década de 1990. (MARQUES, 2004, p. 44). O MST surge como paradigma da luta pela terra. A década de 1980 é marcada por reivindicações sociais, pressões para que fosse realizada a tão esperada reforma agrária. Em todo Brasil são presenciadas manifestações ao qual são feitas denúncias sociais sobre terras improdutivas e de titulações ilegais. As ocupações se espalham.

Mas, a história da questão agrária no Brasil tem revelado que na atualidade o MST é a face moderna do Brasil, é a parte deste país que está em luta. É o Movimento que, por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, pois se trata de um Movimento da cidade para o campo. É um movimento que contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também, um movimento que busca a construção de uma nova sociedade. (OLIVEIRA, 2007, 144)

As questões sobre as lutas pela terra no Brasil redemocratizado, principalmente após a década de 1990, serão amplamente discutidas na parte II deste estudo, em que serão tratados os principais desdobramentos sobre os desdobramentos da questão agrária em sua abordagem dialética, de reforma agrária e contrarreforma agrária.

Nessa história de vencedores e vencidos, vemos a ação das elites agrárias, que se fazem valer de forças políticas e econômicas para se prevalecer sobre as emergências sociais vinda da grande massa da população. Os desdobramentos e condicionantes da concentração fundiária e a luta pela terra serão amplamente discutidas na perspectiva da Tese – Antítese – Síntese, uma vez que nesse movimento de ação de concentração de terras, temos a luta como resposta, e a violência, a negação a terra como contrarresposta.

1.2 – A Lei de Terras de 1850 e a terra como mercadoria

A terra é um instrumento de poder. Observamos que a Questão Agrária brasileira é composta por um jogo de interesses, em que sempre são beneficiados aqueles que estão no poder. Antes a terra era destinada às famílias abastadas, depois passaram a ser adquiridas, de forma legal, através da compra, como também através das grilagens, ou seja,

das falsificações de títulos e cadeias dominiais. Os momentos históricos determinam quais são as diretrizes para se manter o controle fundiário, sempre pensando na manutenção da ordem excludente vigente. Podem se mudar as estratégias, mas os objetivos são sempre os mesmos.

Com as transformações econômicas e territoriais, que culminariam com a sublimação de uma mão de obra livre e assalariada, é que emerge a questão da propriedade privada da terra no Brasil.

A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País. [...] A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. (MARTINS, 1999, p. 12-13)

O cercamento e apropriação da terra acabam por subjugar a sociedade aos interesses de poucos. A propriedade privada da terra é sem dúvida alguma, uma das principais maneiras de exclusão social. O forjamento da propriedade privada nos moldes atuais acontece concomitantemente ao mercantilismo, afirmando as práticas de autoafirmação e manutenção das classes sociais nascentes (FELICIANO, 2009, p. 48). Assim, é evidente que a privação de um pedaço de chão por alguém é condicionante primaz de exclusão, que em sua outra face, se apresenta também através da violência.

É neste contexto, o da garantia da manutenção de poder e da exclusão social como ferramenta de manutenção de poder, que é forjada a primeira lei sobre as terras e a sua transformação em mercadoria no Brasil.

Assim, é importante fazer um adendo sobre quais seriam os interesses e beneficiados com a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850⁴. A principal retórica utilizada era sobre a necessidade de se promover o ordenamento jurídico da terra no Brasil, uma vez que as heranças deixadas pelo colonialismo e o sistema sesmarial, provocaram uma verdadeira balbúrdia na aquisição de terras.

Abolido em 1822, quando apenas uma parte do território brasileiro estava apropriada, o sistema sesmarial não pôde ser apontado como o único responsável pelo caráter altamente concentrado da estrutura agrária. [...] A divisão da sociedade basicamente em senhores e escravos refletia nas

---

⁴ Vide Anexos – página XXXVII: Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850 – Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

características da apropriação territorial da colônia. (SILVA, 1996, p. 333-334)

Contanto, em 1850, decorrido quase trinta anos de independência, em que não se existia nenhuma lei que fundamentasse a estrutura fundiária brasileira, foi constituída a Lei de Terras, elaboradas dentro de uma conjuntura complexa, as relações econômicas não eram as mesmas da época colonial.

Em seu artigo 1º já deixa explícita a transformação da terra em mercadoria, ao trazer o seguinte texto:

- Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.
- Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. (LEI Nº601/1850)

Logo, a primeira questão é por em fim o regime de concessão de terras, ao qual a coroa tributaria aquilo que fosse produzido e comercializado. Assim, com a transformação da terra em mercadoria, somente através da compra é que se efetivaria o acesso a terra. Vale ressaltar que as terras em poder de concessões de sesmarias seriam validadas mediante comprovação de registros. Os documentos que comprovassem a titularidade da concessão deveriam ser regularizados através dos Registros Paroquiais, fato ocorrido em 1854. Além do mais, a tributação não seria mais exclusivamente feita sobre a produção, e sim sobre a propriedade, gerando dividendos ao governo através de impostos, bem como a venda de terras públicas e devolutas.

Cabe nesse momento um breve adendo sobre as diferenças conceituais entre terras públicas e devolutas. As primeiras são propriedades adquiridas pelo governo, em qualquer âmbito, e que se configurem como propriedades destes. Já o termo terras devolutas remetem as terras que nunca pertenceram a alguém, ou que não foram regularizadas quando da passagem do sistema sesmarial para a propriedade privada. Somente na década de 1970 que o Governo Federal promulga uma lei que define quais os critérios à se determinar os processo discriminatórios dessas terras.⁵

---

⁵ Vide Anexo – página XLIII: Lei nº6383, de 07 de Dezembro de 1976 - Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.

Logo, os projetos para a privatização das terras estavam tramitando pelo legislativo do império brasileiro. As antigas sesmarias seriam validadas, desde que fossem cultivadas, bem como as posses pacíficas, ou seja, aquelas que não gerassem disputas e litígios. E se caso houvesse disputas, a lei previa favorecer aquelas em que houvesse produtividade.

Ademais, retomando ao assunto sobre a comprovação da propriedade da terra, nenhuma prática foi suficiente para conter a falsificação da titularidade, em muitos casos com a complacência dos cartórios. Essa é sem dúvida uma prática nefasta que se arrasta na questão agrária brasileira, a espoliação de terras, com o objetivo da concentração, e com a terra se tornando mercadoria, também objetivando a renda capitalizada.

A Lei de Terras surge como domínio do Estado para assegurar o direito à propriedade, não interessando se esta terra é produtiva ou não. A mercadoria terra se valoriza agora não apenas pelas suas benfeitorias e melhoria. Ela ganha valor ao ficar ociosa, sendo paga por todo conjunto da sociedade a sua renda capitalizada, uma vez que a demanda por produção força a valorização daquele conjunto de terras que estão fora do sistema produtivo.

Consequentemente, por essa lógica [...], a possibilidade de acumulação de capital, bens e propriedade é abonada teórica e moralmente, por intermédio de uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho e mercadorias. (FELICIANO, 2009, p. 52)

Contudo, como aponta Werneck Sodré (1963), os interesses públicos e privados se confundiam na sociedade brasileira da época. “O Estado agiria como instrumento da execução da propriedade definida pelos interesses da classe dos proprietários de terras.”

A propriedade privada da terra possui um componente fundamental para se entender os conflitos sociais no Brasil e no mundo: seu caráter privativo. Quem detém o poder do direito de propriedade tem um trunfo nas mãos. Possuir o direito à propriedade da terra é ao mesmo tempo tirar o direito de alguém. (FELICIANO, 2009, p. 22)

Com o intuito primordial de não se romper com as diretrizes oligárquicas, a mercantilização da terra aparece como processo de exclusão e violência no campo. O Estado, ao sancionar essa lei, garante os interesses da empresa agrícola de produção, consolida os ditames do poder no Brasil. O que antes se configurava com aquisição de escravos, agora passa a ser com a garantia da propriedade privada da terra. Ao negar o acesso a terra, o proprietário ganha duas vezes, a primeira com a renda capitalizada, valor dado à sua

propriedade pelo fato dela ser privada, e em segundo, pela transformação da figura do proprietário em um ser acima dos demais, aquele que detém o poder e influencia nas diretrizes econômicas.

Dessa forma é que a propriedade privada da terra no Brasil se origina fundamentalmente a partir do patrimônio público brasileiro (SILVA, 2008, p. 18). Se com o regime de sesmarias, a ligação entre o estado e os beneficiários já se mostravam intrínsecos, com a Lei de Terras essa relação se torna a força motriz da formação da política brasileira, que não é rompida com o fim da monarquia, mas se consolida na política café com leite da velha república e chega aos dias atuais pela bancada ruralista no congresso.

A formação do Estado moderno brasileiro é forjada para garantir o direito da propriedade. Por mais que se falasse em relações de igualdade e liberdade, principalmente com o fim do trabalho escravo, a propriedade ganha atenção, uma vez que a partir dela se enraíza a organização social pautada no poder.

Logo, esta lei chegou com o propósito de regularizar a propriedade da terra e as políticas de imigração. Só que nas entrelinhas do projeto, estava o principal intuito, o de negar acesso à terra aos trabalhadores livres.

Cabe ressaltar que a Lei de Terras de 1850 foi assinada poucos dias após a aprovação da Lei Eusébio de Queiróz, que definia a proibição do tráfico negreiro. Dessa forma, a principal questão rondava o posicionamento do trabalhador no acesso a terra.

Martins (2010, p. 44) afirma que a grande quantidade de terras devolutas no país estavam sujeitos à uma prática simples de ocupação, e se somente após a sua ocupação, fossem regularizadas, estas se tornariam um entrave à libertação dos escravos e a vinda de imigrantes. A possibilidade de ocupação de fartas extensões de terras preocupavam o Estado e os produtores, uma vez que acabaria inviabilizando a existência de uma classe que tenha somente a sua força de trabalho a vender a outrem. Dessa forma, a Lei de Terras de 1850 além de transformar a terra em mercadoria, ainda tinha uma visão clara sobre a posse.

- Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

- Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000. (LEI N°601/1850)

É perceptível que além da terra ganhar sua face privativa, todos aqueles rincões não ocupados, ou devolvidos à coroa, conhecido como terras devolutas, em quaisquer hipóteses poderiam se configurar a possibilidade de acesso à uma classe de trabalhadores livres. Com a eminência do trabalho livre nas lavouras brasileiras, a classe proprietária de terra se viu no dilema de verem seus trabalhadores se desvencilhando de suas amarras e indo atrás terras para o cultivo próprio.

O trabalho, mesmo que livre, para o negro, era tido como continuação das relações de escravidão (MARTINS, 2010). Assim, a mentalidade vigente era a de se empregar trabalhadores livres nas fazendas de café, tanto as tradicionais, como as que estavam sendo abertas. A figura do imigrante europeu se convém, uma vez que ele é figura desprovida de meios, somente da sua força de trabalho, o que na genealogia da raiz social, iria configurar novas relações de trabalho.

Contudo, Martins (2010, p. 41) afirma que a terra não possuía valor em si, mas apenas seria valorizada com a representação do trabalho escravo acumulado. Logo, com a substituição do trabalho escravo, que gerava a renda capitalizada, era necessário converter a renda capitalizada antes encontrada no trabalho compulsório, para a renda territorial.

A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. *Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa.* (MARTINS, 2010, p. 47. Grifo do autor)

Se negros livres e imigrantes tivessem fácil acesso a terra, não teriam porque se assalariarem, e iriam atrás de terras. Assim, o propósito de aquisição de terras apenas por meio da compra, e a regularização das posses antigas, desde que cultivadas, e das sesmarias agradou a oligarquia rural, uma vez que proporcionou a transformação da renda capitalizada no trabalho escravo, para renda capitalizada na terra, já que a impossibilidade de acesso, além de forçar os trabalhadores livres a venderem sua força de trabalho, também

valorizou as terras, principalmente aquelas já dotadas de trabalho, como instalações e cafezais.

Em 1850, o Brasil acabaria por curvar-se ante os interesses da política econômica inglesa. Por outro lado, internamente, o florescimento da economia cafeeira no Centro-Sul e a solidificação da base sociopolítica do regime monárquico, nucleada no Partido Conservador, propiciaram a continuidade do processo de consolidação do Estado nacional. (SILVA, 2008, p. 356)

Esta lei se baseava em duas considerações, que era dar ao Estado Imperial o controle das terras e garantir a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado.

A concentração fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos, e em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita. (PRADO JR, 1981, p 43.)

Assim, buscava garantir a demanda de trabalhadores livres, após o fim da escravidão, impossibilitando o acesso de escravos libertos e imigrantes a propriedade privada da terra. No Brasil, a implantação do colonato se caracterizou pela combinação de três elementos, sendo eles a saber:

- pagamento fixo pelo trato do cafezal;
  - pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meio de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador;
  - por não ser o colono um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar.
- (MARTINS, 2010)

Essa transformação se deu sobre pressão de interesses internacionais, principalmente os da Inglaterra, tais como o fim do tráfico negreiro e a proibição da escravidão. Muitas foram as alternativas encontradas pelo capital internacional para continuar o processo de dominação de muitos povos pelo mundo. (OLIVEIRA, 2007, p. 25). Essa foi a saída para a crise do trabalho escravo, a ascensão do trabalho livre, como uma nova relação entre o empregado e o fazendeiro.

[...] substituir o escravo, dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de

trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. (MARTINS, 1979, p. 12.)

Entretanto, a substituição do escravo pelo colono, foi uma mudança que se deu somente no âmbito das relações, pois a produção baseada na grande propriedade, voltada para a exportação, continuava a mesma.

[...] a contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter. (MARTINS, 1979, p. 13.)

Dessa forma, com uma alteração drástica no que correspondia a relação entre os trabalhadores e os fazendeiros, algumas políticas tenderiam a manter o poder como ele havia se configurado, não deixando brechas para qualquer alteração na sociedade, principalmente naquele que era o maior sinônimo de poder, o controle da terra.

Dentre deste ambiente de transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado, que surge a Lei de Terras de 1850, como já dito, mas que em síntese, como aponta Silva, não atingiu as reais expectativas quanto:

[...] a demarcação das terras devolutas, ou, como se dizia na época, a discriminação das terras públicas e privadas, primeiro obstáculo a ser vencido na implementação de uma política de terras. Isto ocorreu principalmente por dois motivos: em primeiro lugar, a regulamentação da lei deixou a cargo dos ocupantes das terras a iniciativa do processo de delimitação e demarcação, sendo que somente depois que os particulares informassem ao Estado os limites das terras que ocupavam é que este poderia deduzir o que lhe restara para promover a colonização; em segundo, a lei não foi suficientemente clara na proibição da posse, pois, embora isto estivesse contido no artigo 1º, outros artigos levavam a supor que a “cultura efetiva e a morada habitual” garantiriam a permanência de qualquer possessor, em qualquer época, nas terras ocupadas. A combinação desses dois elementos fez com que a lei servisse, no período da sua vigência e até bem depois, para regularizar a posse e não para estancá-la. (SILVA, 1997, p. 17)

Nesse momento, são trazidos para a discussão do acesso a terra no Brasil as contribuições de Wakefield, que tinha como ideia central negar o acesso a terra à trabalhadores nas colônias, para manter um exercito de reserva. Suas ideias, no Brasil foram absorvidas, e no que diz respeito ao preço justo da terra, a privatização das terras apareceu como a melhor maneira de manter o controle territorial nas mãos da elite agrária, e fazer com

que os trabalhadores (imigrantes ou negros libertos), ficassem dependentes da produção capitalista assalariada.

Logo, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, não bastava apenas garantir a necessidade de um exercito de mão de obra, mas também, criar condições que os impossibilitem, financeiramente e moralmente, de se ter acesso a terra. Se o escravo ao ser liberto, isso lhe apresentava como um rompimento às amarras do trabalho. Para o imigrante livre, a única coisa que lhe restara era a venda do trabalho. E assim, como maneira de subjugar a sua vontade, a propriedade da terra se configurava como algo difícil de acontecer, cabendo-lhe apenas a opção de se tornar colono. A propriedade da terra era negada pela compra e também pelos ideais propagados de que a terra é para poucos. Não raro era a sujeição do colono dentro da fazenda. Dentre os procedimentos que caracterizavam o colonato, como já citado, o pagamento muitas vezes sequer acontecia, devido às artimanhas dos fazendeiros, que lhes cobravam as passagens, instalações e moradias, alimentação e até o uso de ferramentas. Logo, o que temos são inúmeras circunstâncias que visam ao fazendeiro-proprietário à manutenção dessa classe trabalhadora em suas terras, inviabilizando a sua saída, e assim, contribuindo para os processos de extração de renda capitalizada da terra.

Contudo, mesmo com tantos empecilhos para o acesso a terra, a formação de uma classe camponesa foi notada, como afirma Bombardi (2004, p. 63), uma vez que o “nosso campesinato, então, formou-se por posseiros – distantes, no tempo e no espaço, da nova legislação – por moradores de condição, por ex-colonos que conseguiram adquirir terras e por aqueles que lutaram para nela ficar”.

De acordo com as concepções de Wakefield, empregada no processo de privatização da terra no Brasil nota-se que desde os primórdios, a questão da terra procura beneficiar o Capital.

De início, descobriu Wakefield, nas colônias, que a propriedade de dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transformam um homem em capitalista, se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente. (MARX, 1996, p. 885)

Portanto, Marx afirma que o preço da terra imposto pelo Estado contém uma subjetividade, uma vez que seu objetivo é impedir que o trabalhador tenha acesso a terra, e se por um acaso o tiver, que o preço da terra seja o suficiente para manter o trabalhador atrelado ao capitalista, até o momento em que já tenha gerado mais-valia suficiente, e assim, pagando

a quantia pedida, pode ir cultivar suas terras. E nesse meio tempo, já é o suficiente para a sua substituição por outros trabalhadores (MARX, 1996, p. 893).

De forma contraditória, a lei dava margem à concentração fundiária e a improdutividade, uma vez que em muitos casos eram legitimadas as posses, e outro tanto de terra devoluta contígua, além de que também estavam isentos de impostos. (SILVA, 2008, p. 156-157).

É nesse contexto que se inicia a expansão da fronteira agrícola e a busca por novas terras. Os processos de falsificação de títulos se tornarão algo recorrente na busca pela propriedade privada da terra, bem como a violência no campo.

Mesmo que a apropriação tenha andado mais rapidamente do que a fronteira agrícola, é forçoso reconhecer que, quando a lei foi promulgada, restava uma parte considerável do território brasileiro desocupado e não apropriado que pertencia à nação. (SILVA, 2008, p. 173)

Interessante também é ressaltar-se o trabalho de Silva (2003) em que esta autora faz um paralelo comparativo entre as políticas de terras entre o Brasil e os EUA, no mesmo período.

A atitude em relação ao vasto estoque de terras livres e apropriáveis também não foi igual nos dois países: visto nos EUA como uma fonte inesgotável de riqueza e, portanto, de oportunidades (pelo menos até os anos 1890), revestia no Brasil, o caráter de um pesado fardo para a sociedade do litoral, encarregada de levar a civilização ao sertão. Acrescentava-se ao aspecto ideológico o argumento econômico: o temor pela escassez de mão de obra levou os parlamentares do Império, durante a discussão da lei de terras, a se interessarem pelas teorias do economista inglês Edward G. Wakefield, cuja idéia central era dificultar e não facilitar a terra aos imigrantes para obrigá-los a trabalhar para os fazendeiros. (SILVA, 2003, p. 1)

Quando se refere às estas políticas divergentes, têm-se dois exemplos antagônicos, sendo que no Brasil vem a ser a já citada Lei de Terras de 1850, enquanto que nos EUA, a questão da terra foi tratada pelo *Homestead Act*, em 1862, que basicamente se tratava de políticas de preços graduados descendentes até a cessão gratuita de terras para a colonização. (SILVA, 2003, p. 2).

Talvez um dos argumentos para tais diferentes medidas, possa estar na questão da fronteira, em que a ocupação territorial do Brasil não foi um dos processos que conflagrou com a expansão da fronteira externa, já configurada basicamente como se conhece atualmente desde meados do século XVIII. (SILVA, 1996, p. 341).

Em 1891, instituída a República Federativa, o controle das terras devolutas passa da União aos estados, agravando ainda mais a questão, uma vez que poucas, ou quase nenhuma, medida para facilitar o acesso as terras foram adotadas.

Embora a transição do trabalho escravo para o trabalho livre já fosse uma realidade, a benevolência da política de terras dos estados para com os posseiros não significou a democratização do acesso à terra. [...] O processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado esteve especialmente vinculado a um fenômeno típico da Primeira República, o coronelismo. [...] A violência exerceu-se fundamentalmente contra a população pobre do campo, os pequenos posseiros, agregados, ex-escravos e índios. Destino particularmente trágico tiveram as populações indígenas das regiões próximas dos pólos de desenvolvimento. (SILVA, 1996, p. 336)

Contudo, cabe ressaltar que nem em todo o território brasileiro, foram empregadas as sesmarias como políticas de concessão das terras, e que também não houve só a ocorrência de grandes extensões de terra, tal como no caso da ocupação do litoral sul do Brasil, em que a colônia, pressionada por uma presença espanhola na foz do Rio da Prata, decide por outra estratégia de ocupação.

Entretanto, estes se mostram os reais fundamentos para tais políticas e concepções sobre a propriedade privada da terra no Brasil, bem como a sua finalidade de consolidar uma elite latifundiária, que se mantém no poder, através de alianças políticas, e tantas outras artimanhas, uma vez que “o papel do Estado é fundamental para controlar o poder adquirido historicamente por uma classe social que, sob a ideologia do direito à propriedade da terra, mantém-se imune” (FELICIANO, 2009, p. 55).

1.3 – Terra e Poder: a terra como renda capitalizada

O Brasil apresenta certa peculiaridade quando se fala da propriedade da terra. Com a transformação de terra em mercadoria é que ela vem a ser inserida como fator de representação política, em uma sociedade em que o critério de inclusão é progressivamente mediado pela propriedade privada. (PAULINO, 2003, p. 26).

O processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção

específico, particular, que é a terra. No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. (OLIVEIRA, 2007, p. 66)

Temos então que entender a questão de como se dão os ditames da agricultura no Modo Capitalista de Produção. Partindo da premissa de que o próprio desenvolvimento do capital é uma expressão contraditória da reprodução ampliada do capital, ou seja, a produção capitalista não está interessada somente na produção imediata do produto, mas também na circulação de mercadoria, e na evidente troca de mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria.

A propriedade da terra no Brasil se mostra como fator primordial para a manutenção de poder e de um sistema produtivo em que há a sujeição da renda da terra. A terra se mostra não apenas como ferramenta de produção, mas também como fonte de exploração do trabalho, seja ela assalariada, seja se valendo de relações de produção tipicamente não capitalistas.

No Brasil, a propriedade privada da terra é a materialização de poder se extensão de um domínio e que dificilmente é renegada e expropriada de quem a detém. Portanto, a relação terra, território e Estado, sob este aspecto, é um amálgama quase indivisível, já que quem detém o domínio da terra constrói formas de produção (capitalistas ou não capitalistas), as quais definem a formação de um território, que pode, dependendo da formação dessa classe social, direcionar as ações de um Estado. Com isso, surge o Estado como uma ordem jurídica, a fim de manter as necessidades dos detentores do poder, em determinado momento histórico (FELICIANO, 2009, p. 41).

Para melhor se entender esse fenômeno, cabe aqui refletir-se sobre o caráter rentista da terra. Tem-se que partir do conceito da Fórmula Trinitária, exposta por Marx (1974, p. 935), em que são elencadas como primordial para a sua realização, o Capital-lucro, visto como o lucro do empresário somado aos juros, também a terra, encarada como renda fundiária, e o trabalho-salário, elementos estes em que se encerram todos os mistérios do processo social de produção. Contudo, a terra não tem valor, pois não é fruto do trabalho, uma vez que somente o trabalho possui a capacidade de valorização.

[...] todo desenvolvimento do capital tem por base natural a produtividade do trabalho agrícola. Se o ser humano não fosse capaz de produzir num dia de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas que os necessários para reproduzir cada trabalhador, se o dispêndio diário de força de trabalho de cada um apenas desse para gerar os meios de subsistência indispensáveis às respectivas necessidades eventuais, não se poderia falar de produto excedente nem de mais-valia. Produtividade do trabalho agrícola excedendo as necessidades individuais do trabalhador é a base de toda a sociedade e, sobretudo da produção capitalista, que libera a produção dos meios imediatos da subsistência parte cada vez maior da sociedade, convertendo-a [...] em “braços livres”, tornando-a disponível para ser explorada noutros ramos. (MARX, 1974, p. 901)

Dessa forma, tem-se que a base de reprodução do capital está na produção de excedentes, com o intuito de transformar as relações produtivas com caráter de assalariamento, fechando o ciclo de formação da renda trinitária, pautando-se no caráter rentista da terra. Assim, “toda a renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente.” (MARX, 1974, p. 728)

Contudo, observa-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo é fator primordial do processo de produção e reprodução do capital. Esse movimento contraditório se dá sobre a produção do capital, que utiliza-se de mecanismos de sujeição da renda camponesa e também de procedimentos de aquisição de terras, que por ter valor, apresenta um caráter rentista.

Sobre o caráter rentista da terra no Brasil, temos que:

Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição de dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra. (MARTINS, apud PAULINO, 2006, p. 28)

Notamos que o capitalismo brasileiro se desenvolve às avessas do capitalismo europeu. A terra no Brasil ganha a sua expressão como fonte de produção do capital. Entretanto, entender a dinâmica da renda da terra é demasiada complexa, uma vez que “não é um tributo particular, cobrado apenas aos que desejam trabalhá-la diretamente, mas sim um tributo social, pelo qual a sociedade inteira paga, pois seu cálculo já vem embutido no preço de todos os produtos primários.” (PAULINO, 2006, p. 31).

[...] a renda da terra também tem a sua dimensão oculta; por isso não posso entendê-la [...] se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda de sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida

direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho de trabalhadores do campo e da cidade, que entre e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém e que, em última instância, é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores desta mesma sociedade. (MARTINS, apud PAULINO, 2006, p. 31)

Contudo, a terra passa a ser tratada como mercadoria, e logo é que surge a renda da terra, como tributo pago por toda a sociedade. Assim, a terra se torna obstáculo para o desenvolvimento do capital. Aí que surge a delicada questão brasileira, pois capitalistas e proprietários fundiários são agentes antagônicos, pois possuem interesses distintos, mas no Brasil, a mesma pessoa exerce as duas funções.

Portanto, se o capitalista e o proprietário estão objetivamente separados e contrapostos, isso não quer dizer que ambos não possam estar juntos, unidos pelo interesse em comum na apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Essa é a razão, também histórica, que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário de capital. Esse fato não elimina a contradição entre terra e capital; apenas a encobre, do mesmo modo que a contradição entre o trabalho e o capital tem que aparecer encoberta para viabilizar a exploração capitalista do trabalhador. (MARTINS, 1983, p. 165-166)

A valorização da terra se dá pela improdutividade, ou seja, conforme aumenta a necessidade de mercadorias agrícolas, a sociedade reparte sua riqueza para que seja produzida naquelas terras.

A Lei de Terras de 1850 redefiniu o regime de domínio das terras do Estado. A partir desse período, ficou assegurado definitivamente o direito à propriedade a quem quisesse ou não cultivar a terra, bastando apenas o poder aquisitivo para adquiri-la. (MORAES, 1987 Apud FELICIANO, 2009. P. 67)

As terras não precisam ser cultivadas, bastam serem privadas. Mas a quem beneficiaria um sistema onde a terra ficasse ociosa? Certamente que não beneficiaria a toda população, mas sim ao proprietário, que ganharia a partir da ociosidade e especulação, uma vez que todo o conjunto da sociedade pagaria pela sua renda capitalizada da terra. Logo, a concentração de terra não é igual a concentração de capital. Quando se concentra capital, aumenta-se a produtividade, se se concentra a terra, diminui a produtividade.

Essa, aliás, é a única maneira de entender o porquê do alastramento rápido e violento de conflitos pela terra em todo o país nos últimos anos, especialmente nas frentes pioneiras. É que o posseiro não paga renda da terra a ninguém: nem como aluguel nem através da compra da terra. É muito significativo que justamente grandes empresas capitalistas e não rudes

senhores do sertão estejam envolvidos nesses conflitos. Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra. (MARTINS, 1983, p. 176)

As modalidades de obtenção de renda não se limitam apenas ao caráter privado da terra, sendo determinado por outros fatores. Temos que entender também a questão da renda diferencial é a fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais. (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Quando se refere às questões de fertilidade natural dos solos e também da localização das terras, tem-se a ocorrência da *renda da terra diferencial I*, uma vez que estas características independem do capital aplicado na produção. Certamente que propriedades com fertilidade natural superior a outras, e que apresentam localizações privilegiadas, acabam por serem mais valorizadas, aumentando a arrecadação de renda da terra. Quanto a ocorrência de *renda da terra diferencial II*, tem-se o investimento de capital para a melhor produtividade destas terras, ou seja, aquelas propriedades localizadas sobre uma cobertura pedológica menos fértil, em que com o investimento maciço, regularizam a questão da fertilidade, produzindo índices superiores dos comumente encontrados (OLIVEIRA, 1986).

Outras formas de obtenção da renda da terra também podem ser encontradas, como afirma Oliveira (2007, p. 58), tais como a *renda da terra absoluta*, que ocorre quando da exclusividade produtiva. A *renda da terra de monopólio*, existente devido lucro suplementar oriundo do preço do monopólio de uma mercadoria produzida em uma porção de superfície terrestre dotada de qualidades especiais.

Portanto, estão expressas as condições em que são obtidas a renda fundiária. Certamente que a fertilidade dos solos, é um dos fatores primordiais para a obtenção da renda da terra, mas não o único, estando envolvidas também questões quanto a localização e disponibilidade de infraestrutura. Assim, Oliveira (1996, p. 484), afirma que “o traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador de propriedade da terra e, contraditoriamente, o crescimento do número de pequenas propriedades”. Logo, a estrutura fundiária brasileira, deve ser entendida dentro da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, onde ao mesmo tempo em que expande a produção capitalista no campo, revela seu caráter rentista.

1.4 – O Processo Contraditório no Brasil: a aliança terra-capital

A aliança entre terra e capital parte do caráter rentista do capitalismo no Brasil, uma vez que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. (OLIVEIRA, 2001, p, 186). Bem como também afirma o mesmo autor (OLIVEIRA, 2007, p. 114) em que “no Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”.

O grande proprietário privado da terra, ao invés de ser sucumbido pelas transformações econômicas, que culminariam em mudanças nas estruturas de poder, se transforma também em outros agentes, ou seja, agora também é o capitalista comercial ou industrial.

[...] na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do País. (MARTINS, 1999, p. 30)

Logo, a ação do capital no campo brasileiro, cria ordenamentos territoriais contraditórios, seja pela presença de uma agricultura empresarial, e também da presença do campesinato, expressando em uma fração do território a agricultura de se baseia no trabalho familiar.

O desenvolvimento contraditório e combinado no campo é fator intrínseco ao processo capitalista. Diferentemente do que se passa nas indústrias e nas cidades, onde ocorreu uma sujeição formal e real do trabalho ao capital, no campo acontece a sujeição da renda da terra ao capital, e é por esse fenômeno que se explica o processo de expansão do capitalismo no campo (FELICIANO, 2009, p. 59-60)

Dessa forma, temos que entender a diferença dada a propriedade privada da terra, pois a propriedade da terra, no campesinato diverge da propriedade privada capitalista, uma vez que não é instrumento de exploração, mas sim instrumento de trabalho. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.47).

Na produção camponesa, o que está sujeito ao capital não é a exploração do trabalho, pois não há o assalariamento, o que o capital sujeita na produção camponesa é a renda da terra.

A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1983, p. 160)

A propriedade da terra para o campesinato se difere da propriedade capitalista no ponto em que a primeira produz para o seu sustento, enquanto a segunda produz para extrair lucro. Enquanto camponeses se valem de mão de obra familiar para garantir a sua produção, os empresários agrícolas capitalistas se valem de mão de obra assalariada, ocasionando a alienação do trabalhador ao seu produto. O trabalhador assalariado não se reconhece no produto final, e da mesma forma se dá com os trabalhadores assalariados rurais.

[...] a propriedade familiar camponesa não é instrumento de exploração do trabalho alheio e, por isso, o objetivo não é obter o lucro médio, mas a reprodução da família camponesa, e, mesmo nos casos em que há apropriação da renda da terra, excedente econômico, a renda é usada para propiciar, [...], melhorias na qualidade de vida como, por exemplo, diminuição do sobretrabalho. Então faz sentido ela ser considerada renda camponesa. (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 51)

Ademais, quando retomamos a discussão sobre a aliança entre terra e capital no Brasil, temos que pensar as maneiras como que o capital avança sobre o campo, e em um movimento contraditório, não se vale apenas de meios capitalistas de produção, bem como também se vale de relações tipicamente não capitalistas, a fim de extrair a renda.

Sujeitar a agricultura aos seus ditames tem sido a prática do capital comercial, estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Dessa forma, adentraremos na questão da produção dialética do território, como proposto por Oliveira (1999, p. 105), que tem como principais agentes a disputa por territórios entre o agronegócio e a agricultura camponesa, dois processos distintos de

produção, com duas classes definidas pela origem da renda obtidas de forma tão diversa, que coexistem no território, participando de forma contraditória no ordenamento territorial.

Partindo da interpretação do processo de Territorialização do Capital (OLIVEIRA, 1999, p. 105) e das relações de produção, tem-se como melhor exemplo, o agronegócio e suas territorialidades. Esta supõe que a atividade econômica ocorre sob a égide da separação entre trabalho e capital. Assim, nas frações onde o capital se territorializa, duas formas de rendimento monetário, são viabilizados, a saber, o lucro que é proveniente da parte da riqueza produzida pelos empregados e que não são convertidos em salários, e também a renda proveniente do trabalho pago por toda a sociedade, ao consumir os produtos oriundos desse empreendimento.

[...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 186)

Neste evento, tem-se que o capitalista industrial, também é o proprietário da terra e o capitalista da agricultura. Como afirmado por Oliveira (1999, p. 105) a principal ocorrência de mão de obra vem a ser a assalariada, mais popularmente reconhecida na figura do boia-fria, e suas principais características vem a ser a monocultura, precedida geralmente por processos de expropriação camponesa.

Cabe neste momento, uma breve contextualização sobre o conceito de agronegócio. Não podemos deixar de contemplar o conceito imbuído para este processo produtivo, uma vez que a proposta deste trabalho é analisar os processos contraditórios de construção territorial de ambas as relações produtivas.

Assim, tem-se que o termo agronegócio é resultado da tradução literal da palavra *agribusiness*, que foi elaborada pelo economista estadunidense J. H. Davis, na década de 1950 (CAUME, 2009, p. 28). Este conceito está intrinsecamente ligado as teorias econômicas do Neoliberalismo, sendo que o agronegócio é tratado assim enquanto um agregado de subsistemas interrelacionados por fluxos de troca (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 67). À espinha dorsal do agronegócio, se articulam outras atividades que dão condições de possibilidade para que essa integração se efetive, como os setores financeiro,

comercial e de serviços, ou seja, a modernidade na agricultura configura relações com outros setores produtivos, expressados pela ligação desta com a indústria e com o comércio.

Para os autores que seguem nesta concepção, o agronegócio é fruto de um processo evolutivo da agricultura tradicional (CAUME, 2009, p. 29). Dessa forma, tem-se então que o agronegócio, além de compreendido por suas principais características, que vem a ser a mecanização, monocultura e assalariamento, nesta concepção é entendido como um fruto evolutivo da agropecuária, se interrelacionando com os demais setores produtivos, expressando ao máximo a ação do capital.

Contudo, optamos por utilizar o termo agronegócio não sob a perspectiva neoliberal. Mas sim, através do entendimento de uma agricultura que utiliza-se da terra para o negócio, ou seja, visa a extração da renda capitalizada da terra, valendo-se da concentração fundiária, da produção de commodities em grande parte para exportação e da exploração do trabalho assalariado.

Entretanto, essa não é a única maneira do capital agir sobre o campo. A Monopolização do Território pelo Capital (OLIVEIRA, 1999, p. 105), tem em suas relações de produção, a unidade entre a gestão e trabalho, ou seja, os controles dos meios de produção, por meio do próprio trabalho daqueles que o produzem. No entanto, ao não controlar as esferas de circulação dessa produção, tem parte da renda apropriada pelos que atuam no circuito intermediário entre produtor e o consumidor final. O resultado monetário dessa atividade é a renda.

Neste processo, como afirmado por Oliveira (1999, p. 105) o capital cria condições para os camponeses produzirem a matéria-prima para a indústria, ocorrendo a sujeição da renda da terra pelo capital, afirmando a sua contradição, uma vez que o capital vem a ser produzido por meios não-capitalistas, ou seja, a reprodução contraditória do capital pelo campesinato.

A constatação de que o capital, em vez de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas culminaria na bipolarização entre capital e trabalho, ou em sua variante, na separação entre meios de produção e força de trabalho. Por sua vez, designa a possibilidade de que a lógica da acumulação ampliada não sofra restrições, ainda que determinadas agentes não atuem diretamente na esfera produtiva, controlando apenas a circulação de mercadorias. (PAULINO, 2006, p. 103)

Em uma análise superficial, poderíamos chegar a conclusão de que o Capital acabaria sucumbindo as relações de produção camponesas. Mas como afirma Bombardi (2004, p. 51), o capital permite que relações não-capitalistas coexistam, configurando-se como um modo de produção contraditório, bem como apontou Luxemburgo (1970). Porém, não podemos deixar de mencionar que o campesinato se reproduz não pela licença do capital, mas sim pela sua luta enquanto classe e relações produtivas.

Dessa forma, torna possível compreender como o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. Assim, tem-se a produção camponesa que se encontra sujeita ao capital industrial, se encaixa no que concerne a Monopolização do Território pelo Capital, onde o sentido de tal está na sujeição da renda da terra.

Dessa forma, as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país. (OLIVEIRA, 2007, p. 147)

De fato notamos que a aliança terra-capital se apresenta de forma avassaladora no campo. Quando não concentra terras e explora mão de obra assalariada, sujeita produção camponesa aos seus interesses. Em um momento concentra a terra, em outro, controla a terra camponesa.

Como aponta Martins (1999, p. 13), a propriedade da terra marca um sistema político que perdura no Brasil, reforçando a tese de que a terra além de ser instrumento de auferição de renda capitalizada, se mostra como instrumento de poder ao manter um sistema de apropriação que nega o acesso a terra.

Essa aliança presenciada no Brasil, fez com que a burguesia, ao invés de atuar no sentido de remover o entrave que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capital, agisse de forma a consolidar ainda mais a propriedade privada da terra.

PARTE II

2 – “A TERRA”: DO NÚCLEO COLONIAL MONÇÃO – USOS E DESUSOS DE ONTEM E HOJE

Com a transformação da terra em mercadoria, na metade do século XIX, até início do século XX o avanço da fronteira agrícola em São Paulo ganha fôlego. Este movimento não se deve apenas à procura pelo aumento dos índices de produtividade, mas também a um processo que visa a extração de renda da terra.

Desde meados do século XIX, quando a expansão cafeeira transpassa os limites do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, chegando ao “Velho Oeste Paulista”, ou seja, a região campineira, e atingem as manchas de terra roxa, solos mais férteis devido serem originários do derrame basáltico, as buscas por melhores terras e também pela extração de renda da terra se intensificam.

Ao ocupar efetivamente com a agricultura as regiões citadas, desde os campos até os solos de derrame basáltico, vemos um intenso processo de apropriação da renda fundiária. Com o avanço para o sertão paulista, a extração de renda da terra ganhou duas facetas, a primeira é quando atingem novas machas deste solo fértil de origem basáltica, como também quando ganha as machas de solos areníticos, como nas áreas em estudo. Com a ocupação sistemática de solos menos férteis, as antigas áreas ocupadas, com maior fertilidade, acabam por se valorizar. Logo, é interessante aos tradicionais latifundiários que terras menos férteis entrassem no sistema, e é assim que as terras desse rincão paulista foram sistematicamente ocupadas, na virada do século XIX para o século XX.

O avanço da cafeicultura por áreas “incultas” no sertão paulista não se dá apenas pela intenção de maior produtividade. Deram-se também com a objetivação da apropriação (MARTINS, 2010). Não raro foram os saques de terras indígenas, as posses laborais e especulativas, grilagens e violência na expansão da fronteira.

Mesmo após a Lei de Terras de 1850, o avanço sobre terras devolutas não foram escassos. Neste momento são realizados levantamentos oficiais nas áreas ainda não absorvidas pela agricultura empresarial do café, e mesmo assim, já eram notados casos de grilagens.

A ocupação das áreas no então sertão paulistas para além das tradicionais regiões cafeeicultoras Campineira e Mogiana, ou a região canavieira Piracicabana, bem como

para além da boca do sertão da Serra de Botucatu (CANDIDO, 1963), se deram após o momento da transformação da terra em mercadoria.

Certamente que esses rincões paulistas não eram desconhecidos ou desocupados (MONBEIG, 1988). Diversas tribos indígenas aqui viviam e já haviam tido contato com os bandeirantes, ainda no século XVII. Dessa forma, eram encontrados índios e caboclos, que dão origem à figura do caipira, do homem livre no período colonial e do homem “do mato” no período cafeeiro.

O contato de sertanistas, que tinham como intuito o levantamento geográfico, foi marcado por intensa violência sobre os indígenas. O “desbravamento” dessas terras, para a sua apropriação e a consequentemente inserção na produtividade agrícola capitalista se deram através do sangue derramado e da apropriação por muitas vezes ilegal.

A ferrovia tarda a chegar, atingindo a região já quase na virada do século XIX para o século XX. Portanto, é no sentido de entender os ditames do avanço do capital e a apropriação das terras no sudoeste paulista, que iremos desdobrar sobre os principais condicionantes da ocupação e seus reflexos.

2.1 – A Ocupação do Sudoeste Paulista

É no contexto de privatização das terras no Brasil, que se inicia a ocupação sistemática do sertão paulista além da boca do sertão de Botucatu. Por volta de meados do século XIX, os sertanistas avançam para o Oeste Paulista, transpassando a Serra de Botucatu, e iniciando a privatização das terras devolutas ali existentes (COBRA, 1923).

Entretanto, é um engano supor que esses rincões eram desocupados, uma vez, como aponta Antonio Cândido (1963), o interior paulista era morada de muitos índios e descendentes de bandeirantes, que se miscigenaram e formaram a figura do caipira.

O vale do Rio Pardo tem a sua ocupação realizada pelo Capitão Tito, sertanista que explorou sertão paulista em meados do século XIX. Esse é um dos primeiros episódios de violência com o intuito de apropriação da terra, uma vez que diversas aldeias Kaiowas foram dizimadas. Essa disputa territorial provocou a morte de um contingente inteiro

de índios que habitavam essa região, bem como a expulsão de posseiros, que viviam isolados nas terras arenosas das margens desse rio (FELISÁRIO, 198-, p. 29).

Na Figura 2, é preciso notar a extensão do município de Botucatu, estendendo-se desde a Serra de Botucatu, tendo como limites a sul o Rio Paranapanema, a norte o Rio Tietê, e a oeste o Rio Paraná. Este mapa datado de 1855 demonstra que essa porção da então província de São Paulo era pouco conhecida e ocupada.

Figura 2: Parte da Província de São Paulo em 1855. Destaque para o município de Botucatu.

Assim, é com a tomada das terras ocupadas por índios e caipiras à força, que se inicia a ocupação capitalista dessa região, com o intuito de avançar a fronteira agrícola e a produção de café. Primeiramente eram realizados os levantamentos topográficos, bem como o conhecimento sistemático da área a ser apropriada. As aberturas das fazendas se deram com a população livre que vivia na região, tais como os caipiras tratados por Antônio Cândido, e que posteriormente passavam a ser agregados nessas propriedades. Assim, até a formação dos cafezais, esses trabalhadores eram os responsáveis pela manutenção, e assim, poderiam cultivar a terra para retirar seus sustentos. Após três ou quatro anos, com os pés de café em produção, eram obrigados a entregar a terra. Nesse processo, ou se tornavam agregados, ou caminhavam para a abertura de novas áreas.

Dessa forma, vemos que a apropriação territorial⁶ e a sua transformação em renda capitalizada pela propriedade da terra não foi algo espontâneo (MARTINS, 2010), e sim parte de um processo visando a ampliação da produção de café, em um primeiro momento, em alguns casos o algodão, sendo esse mecanismo consolidado com a posterior instalação da EFS (Estrada de Ferro Sorocaba), e sua valorização.

O arranjo territorial não pode ser visto como um processo simples e direto das inúmeras fases de desenvolvimento do capital. As transformações dos territórios se originam de processos complexos, que estão ligados aos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, bem como às contradições de tal desenvolvimento (Oliveira, 1999).

Para Calabi e Indovina (1973, p. 1) “o território (na sua totalidade) não é “outro” com relação ao “processo capitalista”, mas, ao contrário, ele é usado e se transforma em função daquele processo geral.” Ou ainda:

As relações capitalistas de produção tendem a se ampliar e a abranger toda a sociedade; são estas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território. Deste ponto de vista, a organização do território não é um *prius*, mas deriva do capital e do seu processo. (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 1)

Entretanto, é um erro supor que não existiam posses nessa região, uma vez que a comissão destinada pelo governo imperial a medir as terras devolutas do vale do Paranapanema, encontrou uma posse localizada entre Botucatu e Lençóis Paulista medindo 60 km por 150 km (COBRA, 1923, p. 13).

[...] Fui nomeado Juiz Comissário das Comarcas de Lençóis e Botucatu. Escolhida esta vila para sede da comissão, por estar ela no centro da zona que mais tem sido invadida por intrusos e onde me constava estarem se fazendo legitimações de modo muito irregular e contrário às leis em vigor, para aqui me dirigi com todo o pessoal e material da Comissão. Aqui chegando, a 17 de maio, verifiquei que tais informações, que me foram ministradas, nessa capital por pessoas fidedignas, eram infelizmente verdadeiras e que não eram lisonjeiros os conceitos que fazia a população sertaneja sobre os fins da Comissão para aqui nomeada. (PIRAJÁ Apud SILVA, 2008, p. 226)⁷.

---

⁶ Processos a serem detalhados mais especificamente no Item 2.3

⁷ Relatório de José Ribeiro da Silva Pirajá, engenheiro-chefe da Comissão de Terras do Vale do Paranapanema, anexo ao Relatório do presidente da província de São Paulo Rodrigues Alves, 1888, s.n.

Figura 3: Mapa da Província de São Paulo em 1879. Fonte: Biblioteca Nacional.

Notemos que grande parte do território paulista ainda não havia sido ocupado sistematicamente, como é possível observar na Figura 3, onde a fronteira agrícola paulista estava na região sudoeste paulista, e ainda não haviam vencidos os limites da bacia do baixo Paranapanema. Podemos observar a falta de levantamento topográfico, pois não são notados nem rios e nem divisores de águas, ou seja, não havia uma ocupação sistemática de fato, e logo, foram declaradas terras devolutas.

Vale ressaltar que as terras em questão tratadas por Cobra (1923), são as mesmas em que parte delas foram destinadas ao Núcleo Colonial Monção, naquele momento ficou claro que se tratavam de terras devolutas. Mas com o processo de apropriação, essas terras foram adquiridas por meio de pagamento de dívidas pelo Governo Federal, e que por se tratarem de terras públicas, hoje, são palcos de grilagens e luta pela terra.

Importante notar que o interesse em se conhecer e realizar levantamentos sobre as regiões ocupadas, e possuidoras de terras devolutas não se limitam apenas aos agentes do Governo Federal e da Província. Na Figura 4, notamos um mapa da Província de São Paulo em 1886, editado por italianos membros da *Società promotrice d'immigrazione di Sao Paolo*, amplamente interessados em demonstrar o processo de ocupação do território paulista. Neste mapa do final do século XIX também é possível notar que a fronteira pouco avançava sobre o sertão paulista.

Com o crescimento da produção cafeeira no estado de São Paulo, expandir a fronteira agrícola significaria o aumento das exportações, como também a valorização das terras, uma vez que o oeste paulista é recoberto em sua maior parte por solos arenosos, pouco férteis, diferente daqueles que o café já estava instalado, sobre os latossolos vermelhos. Esse movimento pode ser entendido como um mecanismo para maior captação da renda da terra. (OLIVEIRA, 1986, p. 94). Logo, com o avanço da privatização de terras, principalmente por terras menos férteis que as ocupadas anteriormente, surge ao capitalista a renda diferencial, que é a fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais. (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

É nesse contexto que são criadas as condições para o escoamento da produção cafeeira, através das ferrovias, e por isso, são iniciadas as obras para uma ferrovia que se pretendia ligar o oeste paulista ao porto de Santos.

Em 1872, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, como tratado por Stefani (2007, p.50), essa ferrovia surgiu da fusão de duas empresas particulares, sendo elas a Companhia Ituana e a Companhia Sorocabana, que tinham grandes movimentações financeiras com a atividade algodoeira. Vale ressaltar que nesta região o café não se desenvolveu de forma eficaz, e assim, teve como principal produto agrícola o algodão (DEFFONTAINES, 1945, p. 22-23), sendo que durante as décadas de 1920 a 1940, especulava-se que esta região possa ter sido uma das maiores produtoras de algodão do mundo.

Em 1875 foi inaugurada a primeira estação da ferrovia, no Bairro da Luz e em 1876 foi concluído o trecho inicial de 129 km, ligando São Paulo à Sorocaba. (STEFANI, 2007, p. 50).

No Estado de São Paulo, as estradas de ferro seguiram em geral os divisores das bacias fluviais, os *espigões*, e se afastavam dos fundos de vales; as

antigas aglomerações junto aos rios se tornaram afastadas e desfavorecidas em benefício das novas cidades do planalto. (DEFFONTAINES, 2004, p. 128)

Figura 5: Ferrovias do estado de São Paulo em 1900. Destaque (*) para a localização aproximada da instalação do Núcleo Colonial Monção a partir de 1910.

Fonte: Luz (2006, p. 42). Adaptação: Ricardo M. Venturelli

A EFS teve sua construção estagnada no ano de 1897, quando atinge a Vila dos Três Ranchos (atual Cerqueira César), então distrito de Avaré. Somente no ano de 1906 sua construção é retomada, avançando sobre o divisor de águas das bacias hidrográficas do alto Paranapanema e do Rio Pardo, atingindo em 1908 a confluência desses rios, dando origem à Ourinhos.

Figura 6: Ferrovias da Província de São Paulo em 1898.

Entretanto, no projeto original de expansão da EFS, seria construído um ramal ligando a cidade de Botucatu à confluência do Rio Pardo com o Rio Paranapanema. Este receberia o nome de Ramal Tigabi, passando pela margem direita do Rio Pardo, onde já existiam cidades instaladas, como Santa Bárbara (atual Águas de Santa Bárbara) e Santa Cruz do Rio Pardo, chegando à divisa com o Paraná (PRADO, 2010).

Como podemos observar na Figura 1, sobre a localização da área em estudo, e também nas Figuras 5 e 7⁸, sobre a localização das terras do Núcleo Colonial Monção, é fato percebermos que a ferrovia passaria próxima às terras que no início do século XX se tornariam o Núcleo Colonial Monção, e atualmente é foco de intensas disputas.

Contudo, devido a interesses particulares (PRADO, 2010), a ferrovia sofre uma mudança em seu traçado original, sendo construída agora sobre o divisor de águas dos rios Pardo e Paranapanema, em um local em que não existiam vilas.

Tendo investido além de seus recursos tentando fazer avançar suas linhas até os limites do Paraná e Mato Grosso, a Sorocabana vê-se obrigada, em 1904 a entregar todo o seu acervo ao governo federal, pois a Província, por força de contrato com a Companhia, não poderia adquirir a estrada antes de vencidos os trinta anos após sua construção. Em 1905, porém, vencido esse prazo, o governo de São Paulo adquire-a do governo federal e passa a arrendá-la, a partir de 1907, por um prazo de dez anos, a um consórcio franco-americano. Quando volta à administração do estado, se estabelece como Repartição Industrial subordinada à Secretaria de Viação e Obras Públicas. (STEFANI, 2007, p. 50)

Como apontado por Deffontaines (1945, p. 22), essa região não ficou alheia ao processo de expansão do café desde o início do século XX. Favorecidas pela Estrada de Ferro Sorocabana surgiram grandes fazendas cafeeiras, no eixo entre Avaré e Ourinhos, principalmente na década de 1930.

Entretanto, devido ao intensivo uso do solo nestas regiões de consolidação cafeeira mais recente que em outras regiões do Estado de São Paulo, houve uma crise, baixando o rendimento dos cafezais e ocasionando uma fuga de trabalhadores destas regiões.

No começo da exploração, permitiam-se, em benefício dos colonos, culturas intercalares de plantas alimentícias; [...]. Apesar disto os cafezais, menos robustos por efeito da fertilidade diminuída da terra e também por causa dos

---

⁸ Observar Figura 7, sobre a localização da área em estudo e das terras do Núcleo Colonial Monção. Página 90.

métodos muitas vezes bárbaros da colheita, continuaram mais expostos às pragas; [...]. Os processos preconizados de combate eram ou muito dispendiosos ou ineficazes; [...]. Para reter a mão-de-obra, o grande proprietário precisa adotar novas formas de exploração; a meação, outrora abandonada, recomeça e se orienta para uma produção nova, o algodão, que toma o lugar dos cafezais esgotados. A safra algodoeira foi em 1934 nitidamente beneficiária, e os pedidos de terras para algodão, cedidas em meação por três anos, se multiplicaram; em 1932 é o município de Agudos que vem na frente quanto às superfícies plantadas de algodão [...], seguem-se-lhe de perto os municípios vizinhos de Santa Barbara do Rio Pardo e Cerqueira César. (DEFFONTAINES, 1945, p. 23)

Em alternativa ao café, consolidou-se a produção algodoeira, em que o solo e as condições climáticas se mostraram mais propícias para tal atividade, firmando-se como a principal produção agrícola regional por um longo período, fato registrado por Lourenço Filho (1953, p. 177), em suas viagens através do Brasil. Entretanto, a produção algodoeira perdurou até a década de 1970, quando do surgimento de pragas nas plantações, principalmente o Bicudo do Algodoeiro.

2.2 – A Formação do Núcleo Colonial Monção

Ademais, vale inserir nesse momento, breves considerações sobre o Núcleo Colonial Monção. Criado nas proximidades dos atuais municípios de Iaras, Águas de Santa Bárbara, Agudos e Borebi, no início do séc. XX, foi instalado pelo Governo Federal da época, com o objetivo da venda de lotes para colonização de imigrantes de origem estrangeira. Atualmente, as terras pertencentes ao Núcleo Colonial são objetos de conflitos judiciais e sociais, e em parte dessas terras está instalado o Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Iaras.

O Núcleo Colonial Monção foi criado a partir de 1910 no intuito de realizar projetos de colonização com imigrantes. Esse núcleo colonial, criado com a aquisição de diversos imóveis, abrangia o que hoje se trata de diferentes municípios próximos. Estas terras foram adjudicadas por dívida em processo movido pela União contra a Cia. Colonial São Paulo-Paraná, com a imissão na posse ocorrida em 1909, e também pela compra de outras fazendas no ano de 1910. Estas aquisições e obtenções conformaram uma área total de 50.000 hectares.

Figura 7: Localização aproximada das terras do Núcleo Colonial Monção. Em destaque os limites do Núcleo.

Croqui sem escala. Fonte: INCRA-SP. Adaptação: Ricardo M. Venturelli

As Fazendas Santa Luzia, Capão Rico I, II, III, IV, V e VI; Capivara e Sítio Sarandy (Figura 9), localizadas no então município de Santa Bárbara do Rio Pardo, atualmente municípios de Iaras e Águas de Santa Bárbara foram adquiridas através de compra pela União no ano de 1.910. As Fazendas Turvinho, Salto, Geada, Forquilha (Figura 10), localizadas nos municípios de Borebi e Agudos foram adjudicadas por dívida em processo movido pela União contra a Cia. Colonial São Paulo Paraná, tendo a imissão na posse ocorrida em 1.909.

Figura 8: Escritura de compra das fazendas Turvinho, Geada, Forquilha e Salto pela Cia. Colonial São Paulo-Paraná no ano de 1981. Fonte: INCRA. Adaptação: Ricardo M. Venturelli

Em parte do Núcleo Colonial Monção ocorreu a implantação do assentamento de colonos nacionais e estrangeiros, principalmente nas Fazendas Santa Luzia, Capão Rico e Turvinho⁹. A destinação parcial, a titulação frágil e o não registro de muitos títulos pelos antigos assentados propiciaram o aparecimento de áreas remanescentes, gerando a problemática fundiária na região, lembrando que a compra do lote se dava através de financiamento. Entre 1909 e 1933, de fato, em parte do Núcleo ocorreu a implantação de assentamento de colonos. No entanto, partes dessas terras não foram transmitidas aos colonos, continuando em poder da União, a legítima proprietária das áreas remanescentes até os dias de hoje. Nas décadas seguintes, houve o abandono do projeto de colonização, deixando aquelas áreas à mercê de grilagens, propiciando o aparecimento, sobre essas áreas remanescentes, de uma problemática fundiária na região, sendo que um considerável número de famílias ainda permaneceram nos lotes.

⁹ Observar Figuras 9 e 10.

Figura 9: Fazendas que compunham o Núcleo Colonial Monção. Em destaque os limites do Núcleo.

Croqui sem escala. Fonte: INCRA-SP. Adaptação: Ricardo M. Venturelli

Figura 10: Loteamento do Núcleo Colonial Monção. O hachurado em verde corresponde aos lotes.

Fonte: INCRA-SP. Adaptação: Ricardo M. Venturelli

Figura 11: Área adjudicada pela União em 1909. Fazenda Turvinho.

Fonte: INCRA-SP. Adaptação: Ricardo M. Venturelli

Figura 12: Área adquirida pela União em 1910. Fazendas Capivara, Capão Rico, Santa Luzia e Sítio Sarandy.

Fonte: INCRA-SP. Adaptação: Ricardo M. Venturelli

Os demais lotes ocupavam a porção norte da Fazenda Turvinho, e também sul e leste da Fazenda Capão Rico¹⁰. As demais áreas não foram inseridas no projeto de loteamento, abrindo possibilidades para as terras a sul da Fazenda Turvinho e toda a Fazenda Capivara ficasse a mercê da ação de grileiros e posseiros. As fazendas Geada, Forquilha e Santo Domingo, também de propriedade da União, sequer aparecem no projeto do Núcleo Colonial Monção.

Cabe fazermos uma breve introdução, de que serão nessas áreas citadas os principais litígios de terras na localidade. Sendo a Fazenda Turvinho ação de grandes empresas de capital estrangeiro, como a Cutrale e a Lwarcel. E na Fazenda Capivara que é realizado o primeiro projeto de reforma agrária na localidade, dando origem ao Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares na década de 1990.

Assim, é fácil notar que não houve uma organização de fato, abrindo margens para a ação de pessoas que se apropriaram das terras, principalmente após a sua desativação em 1933. Não apenas a falta de incentivos à vinda de imigrantes foi primordial para que os objetivos iniciais não fossem atingidos.

A localização dessas terras, ainda hoje aparece como de difícil acesso, o que pensar então como deveria ser no início do século XX. As principais vias de transporte eram as ferrovias, chegadas apenas na virada do século XIX para o XX. As mais próximas eram dois ramais da EFS, partindo de Botucatu, sendo a sul, o ramal Tibagi, localizado no divisor de águas dos Rios Paranapanema e Pardo, tendo as estações de Avaré, Cerqueira César e Manduri as mais viáveis ao desembarque dos colonos que se dirigiriam para os lotes localizados na Fazenda Santa Luzia e Capão Rico. Ao norte, mais próximo aos lotes da Fazenda Turvinho, estaria o Ramal de Bauru, e as estações mais procuradas seriam as de Agudos e Lençóis Paulista.

Podemos observar no Mapa 1, a localização dessas ferrovias. Também podemos notar a localização das principais rodovias, importantes vias de circulação nos dias atuais. Temos a SP-280 (Castello Branco), que após a década de 1980 tem seu traçado estendido até Santa Cruz do Rio Pardo, cortando as terras da antiga Fazenda Santa Luzia, e a norte a SP-300 (Marechal Rondon). Há ainda a SP-261, fazendo a ligação dessas rodovias principais, e que desde sua abertura, nunca foi pavimentada.

Certamente que as rodovias não existiam da época da criação do Núcleo Colonial Monção. Mas acabaram contribuindo para o processo de extração da renda fundiária.

---

¹⁰ Observar Figura 10.

Mapa 1: Núcleo Colonial Monção: Rodovias, Ferrovias e Via de Acesso. O traçado em amarelo corresponde as subdivisões das fazendas dentro do Núcleo Colonial Monção: Fonte: INCRA-SP e IGC-SP. Org.: Ricardo M. Venturelli

Contudo, é fato citar que diversos lotes foram ocupados pelos colonos, principalmente de origem estrangeira. De todo o projeto do Núcleo Colonial Monção, apenas os lotes da Fazenda Santa Luzia foram ocupados ordenadamente, ao longo dos Rios Pardo e Novo.

Figura 14: Distribuição dos lotes nas Fazendas Santa Luzia (ao sul) e Capão Rico (ao norte). Notar área mais densa no centro dos lotes que veio dar origem ao Distrito de Monção (Figura 13)

Fonte: INCRA-SP. Adaptação: Ricardo M. Venturelli

São colonos de diversas origens, como franceses, suíços, alemães, austríacos, poloneses, russos, italianos, espanhóis, libaneses e japoneses. Muitos se fixaram e desenvolveram suas atividades, sendo encontradas gerações descendentes dos primeiros colonos até hoje. Mesmo com os empecilhos da liberação dos documentos e escrituras, esses lotes tiveram sucesso principalmente por terem solos mais férteis que os demais.

O fato de se localizarem próximo aos rios, possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar, diversificada e de intensas trocas. Conforme a distribuição das terras toma rumo a norte, os solos ganham a feição arenosa, com pouca fertilidade, o que não atraía a atenção dos colonos.

A região era coberta por uma vegetação original típica de Cerrado, com campos de árvores e arbustos dispersos. Na memória dos moradores mais antigos, os relatos de vastas áreas desocupadas, marcadas por capoeiras e árvores aleatórias é recorrente.

Litologicamente a área está localizada em maior parte sobre o Arenito Bauru, Formação Marília (Km) em sua porção que apresenta maior altitude; conforme a

altimetria diminui e se direciona aos cursos hídricos, surge após a Formação Marília (Km), a Formação Adamantina (Ka), sendo apresentada também a Formação Serra Geral (JKsg) na beira dos Rios Novo e Pardo, ou seja, rochas basálticas.

Figura 15: Solos areníticos nas proximidades da Fazenda Capivara. Foto: Ricardo M. Venturelli – out/2011

Esta localidade é caracterizada por solos derivados de rochas do Grupo Bauru, referentes aos arenitos do Cretáceo Superior, apresentando um clima mesotérmico, com precipitação média anual de 1254 mm e chuvas concentradas no verão. (CUNHA; GUERRA, 2001, p. 198). Ainda na questão pedológica, tem-se que os solos mais férteis são aqueles originários das rochas do grupo Serra Geral, formando os solos vermelhos, como é popularmente conhecido os Latossolos Vermelhos. Na porção central e setentrional da área, os solos encontrados por ali são oriundos de formações sedimentares, formando solos arenosos, do mesmo tipo de latossolos, mas pobres em ferro e argila.

A presença de famílias oriundas de diversas localidades trazia uma efervescência cultural ao local. O contato dos antigos moradores, colonos das grandes fazendas, com os imigrantes ocasionava trocas de experiências. Os antigos moradores ensinavam sobre a região, os rios, matas e bichos. Os imigrantes ensinavam sobre o mundo. E assim, vivam em certa consonância.

CADERNETA N. 421

DO -

Colono *Thomas Paulitsch*

Localizado no Lote Rural N. 64

SITIO NA

Linha do *Barnabé*

Secção de *Santa Helena*

Registrado sob o N. 1146 Fls. 28

NO LIVRO DE

REGISTRO GERAL DE IMMIGRANTES

- E -

Fls. 392 do "Conta Corrente" N. 1 e 3.

290

VISTO

Henrique
Diretor

Figura 16: Caderneta de Colono do Núcleo Colonial Monção – 1915. Fonte: PAULITSCH (1996, p. 166).

A vida do colono imigrante era demasiada complicada. Além das distâncias com os principais centros urbanos e das ferrovias, não era raro episódios de perda da safra devido a intempéries e pragas naturais. Vir de outro país, se instalar em uma região com poucos recursos técnicos, formando uma comunidade com pessoas desconhecidas, criando laços de amizade e respeito. Esses foram alguns desafios para quem decidisse ocupar esse pedaço de terra.

Todo nervoso, papai pediu ao médico que fosse com ele até o Lote n° 64, em Núcleo Monção, pois mamãe Mitzi estava para ter um filho e Dona Kati lhe pedira para ir buscá-lo com urgência. **O Dr. Quartim Barbosa perguntou-lhe, então, com o que ele ia pagar**, pois sabia que, depois da geada e dos gafanhotos, não havia dinheiro entre os colonos. **Papai disse que tinha plantado algodão para venda e um pouco de milho, arroz e feijão para o gasto da casa**, mas que daria tudo o que o médico quisesse; o importante era que ele salvasse Mitzi e a criança. **O médico ainda insistiu: disse que se papai lhe promettesse toda colheita, ele iria.** (PAULITSCH, 1996, p. 26. Grifos nossos).

Como podemos observar nesses relatos, a situação dos colonos não era confortável. Faltava-lhes toda a sorte de assistência, desde créditos até assistência médica.

Figura: 17: Túmulos dos imigrantes estrangeiros que vieram para o Núcleo Colonial Monção. Notar que as datas de nascimento remetem ao século XIX em países distintos, como Áustria, Rússia, França e Líbano, respectivamente. Foto: Ricardo M. Venturelli – Mar/2013

Assim, quaisquer necessidades eram negociadas a todo preço. Nessa fala notamos a ganância de um médico, que confisca toda a colheita do colono, em troca que realizasse o parto de sua esposa. Nos primeiros anos do projeto de colonização, os moradores do “Monção” passavam por situações complexas e adversidades das mais variadas. No relato mencionado anteriormente, notamos que quando o camponês não era assolado pelas forças da natureza, era sucumbido por ações humanas.

A primeira era marcada por estiagens, chuvas abundantes ou temperaturas baixas. A amplitude térmica local é grande, tanto no período de um dia, como no decorrer do ano. O clima mesotérmico de transição entre Tropical de Altitude e Subtropical marca um verão extremamente chuvoso e um inverno seco e ameno, mas devido a posição topográfica, as massas de ar frio condicionam geadas intensas. Assim, as condições climáticas marcavam o sucesso ou revés da produção daquele ano.

Figura18: Imigrantes austríacos no Núcleo Colonial Monção. Fonte: PAULITSCH (1996)

Interessante ressaltar a organização produtiva, destacada na fala deste colono de origem austríaca. São plantados produtos para comercialização, como o algodão, um produto muito cultivado na região nas primeiras décadas do século XX, como já apontados por Deffontaines (1945), uma vez que os solos não foram propícios para o café, a produção de algodão foi intensa, ocorrendo nas unidades familiares, como nas grandes fazendas, através do trabalho em parceria. Já a produção de alimentos para alimentação

também ganha destaque, é esse o momento em que Chayanov (1974) aponta como marcante na economia familiar camponesa, uma vez que condiciona as relações entre trabalho e consumo dos membros da família. Logo, é interessante notar as estratégias camponesas de produção, desenvolvendo uma cultura para geração de renda, e outra para subsistência.

Para vencer as adversidades e dificuldades, os camponeses teciam relações de ajuda, com o propósito de garantir a plantação e a colheita. Essa é uma prática camponesa muito comum, principalmente nos períodos de colheita, conhecida como ajuda mútua entre os camponeses, muito utilizada para suprir a necessidade de emprego de trabalho, o auxílio se dão devido os camponeses não possuírem rendimentos para o pagamento de trabalhadores assalariados, sendo necessária a ajuda de outros camponeses (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 34)

Dona Piedade e o Sr. Miguel, que moravam numa casinha perto da nossa tulha, como eles nos ajudaram! Ela vinha todo dia cuidar de nós. Ele era o braço direito de papai na lavoura. Sabe que nós, crianças, passamos a falar português espanholado e, é claro, misturado com alemão, graças aos Cortez? (PAULITSCH, 1996, p. 28).

São comuns as relações de compadrio entre os camponeses, principalmente aqueles que vivem em uma comunidade, tal qual se caracterizou no Núcleo Colonial Monção, como um verdadeiro bairro rural. Como aponta Bombardi (2004, p. 283), as comunidades camponesas acabam por serem marcadas por uma relação intrínseca de produção e laços fraternos.

Essa teia de relações que ele estabelece não se dá “no ar”, ela acontece num espaço, tem um limite espacial. Desse modo, ela se territorializa e, portanto, tem sua expressão numa unidade em que fica perceptível uma certa “homogeneidade” de territorialização (de uma maneira específica de construir seu “espaço” de acordo com uma concepção semelhante, entre os camponeses, de trabalho, técnicas, meio-natural, família, etc. – aquilo que chamamos de determinações culturais ou étnico-culturais).

É muito comum essa teia de relações serem marcadas por laços extremos de amizade e ajuda mútua. As relações se intensificam de tão forma, que famílias são formadas, com casamentos, ou apadrinhamentos, gerando o típico compadrio. Todas essas características e relações acabam marcando uma territorialidade, expressando uma fração do território com características camponesas, tanto nas relações produtivas, como nas relações interpessoais.

As relações eram amistosas entre os imigrantes e os funcionários das fazendas que viviam em relação de colonato ou agregados. Sempre que possível, havia a ajuda mútua e todos comemoravam as colheitas, principalmente junto ao alambique da família Romanoski, de origem russa.

Entretanto, a imagem criada pelo imaginário de todos sobre a localidade se diferenciava daqueles que para lá se dirigiram e acabavam concentrando grandes porções de terra. Em entrevista com antigos moradores do núcleo colonial, as palavras deixaram transparecer bem, assim nos disse o Sr. Jonas, antigo morador da Fazenda São Geraldo, que fazia limite com os lotes do “Monção”, e hoje funcionário da prefeitura de Cerqueira César:

“os colonos que vieram da Europa só queriam terra para produzir para sua família, já os brasileiros que chegaram antes, queriam terra para ganhar dinheiro.”

Nessa fala ficam claro algumas intencionalidades. De acordo com as memórias nos transmitidas, os brasileiros que ocuparam essa região eram provenientes de outras partes do estado de São Paulo e Minas Gerais. Quando ali chegaram, fizeram questão de tomar posse de muitas terras, que no entendimento dos moradores dali, sempre foram “devolutas”¹¹, utilizando muitas famílias para trabalhar nas fazendas, em parceria principalmente. As fazendas Rio Pardo e São Geraldo eram as maiores, fazendo divisas com as terras voltadas à colonização.

Era comum a presença de descendentes de escravos, principalmente como agregados das fazendas daqueles que vieram de Minas Gerais, herdando relações do período escravocrata que acabará no final do século XIX, pouco mais de duas décadas. Não que ali fosse encontrado trabalho escravo, mas sim, que muitos desses se tornaram agregados.

A ocupação das terras em torno do Núcleo Colonial Monção se deu concomitante com a vinda dos imigrantes, talvez poucos anos antes. Fazendas como a São Geraldo e Rio Pardo ocupavam extensas porções de terras, em torno de quinze a vinte mil hectares. Eram fazendas destinadas a criação de gado e a produção algodoeira, mantidas principalmente por relações de trabalho e produção pautados na meação e na parceria.

Logo, concluímos que durante os anos de existência do programa de colonização através da transferência de lotes à imigrantes europeus, a ação da posse e da

---

¹¹ Termo utilizado pelos moradores da região. Sem distinção conceitual, remete ao entendimento de que se tratavam de terras públicas.

grilagem em torno dessas terras já era intensa. Ao observarmos a Figura 10, é fato notar que nem todas as terras adquiridas por dívida ou por compra pela União para a formação do Núcleo Colonial Monção foram loteadas e ocupadas com o seu propósito, abrindo margem para ação de posseiros e grileiros.

Após a finalização do programa, pelo Presidente Getúlio Vargas em 1933, muitos camponeses que tinham adquiridos os lotes, encontraram o problema da falta de titulação da terra, permanecendo-as em controle da União. Assim, poucas famílias tinham a garantia de permanência na terra, sendo que muitas se mantiveram, e posteriormente partiram para ações judiciais que reconhecesse a sua legitimidade.

Contudo, a não ocupação total dos lotes, bem como a sua organização, abriram margens para a presença de posseiros e grileiros, que se apropriaram das terras de forma simples ou com a falsificação de documentos, visando a garantia de reserva patrimonial.

2.3 – O Avanço dos Grileiros

Com o fim do Núcleo Colonial Monção e o cessar da venda de lotes a imigrantes, as terras pertencentes à União ficaram desprovidas de ocupação. Aliás, muitas delas já estavam desde o loteamento, uma vez que nem todas as áreas foram divididas em lotes, e algumas glebas de propriedade do Governo Federal ficaram de fora, como podemos retomar a observação do Mapa 1. Trata-se dos casos de parte da Fazenda Turvinho e também das fazendas Geadas, Forquilha e São Domingos, estas últimas vinculadas ao patrimônio da União como pagamentos de dívidas da Cia. de Colonização São Paulo – Paraná, no final do século XIX.

As ações dos grileiros se deram de forma intensa sobre as terras públicas que não estavam ocupadas. Vale mencionar que o termo grilagem se refere ao ato de falsificação de documentos (Titulação, Matrículas, Cadeias Dominiais) de terras que geralmente são públicas ou devolutas. Esses atos contam com a complacência de cartórios, ou mais antigamente, com os párocos, uma vez que as matrículas eram realizadas e validadas nas paróquias (SILVA, 2008). Assim, o termo grilagem vem porque os falsificadores forjavam um documento inverídico, e para ter a aparência de velho, antigo, colocavam em caixas ou

gavetas com grilos, e assim, as enzimas das fezes destes insetos, tornavam o documento falso com uma aparência de envelhecido.

Dessa forma, abordaremos nesse item como se deram algumas dessas ações sobre as terras pertencentes ao Núcleo Colonial Monção e à União. Utilizando como fonte de dados estudos realizados pelo INCRA, desdobraremos sobre os principais casos. Este estudo que serve como base de análise para os processos de grilagens foram realizados pela equipe técnico-jurídica do INCRA, que merecem destaque, sendo eles a saber: Dra. Maria Cecília Ladeira de Almeida - INCRA-SP, Eng. Agr. Arilzo Forte - INCRA-SP, Adv. Guilherme Cóscia - INCRA/FEPAF (Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais), Adv. Gisele Maria Rampazzo - INCRA/FEPAF, Eng. Agr. Márcio Magossi - INCRA/FEPAF. Devido a intensa reivindicação por parte dos movimentos sociais na região para as terras públicas pertencentes à União sejam passíveis de reforma agrária e saiam do domínio de grandes grileiros e da ação do capital é que este instituto resolveu realizar uma série de estudos em Transcrições (T.), Matrículas (M.), Cadeias Dominiais e plantas das áreas, para delimitar as terras do Núcleo Colonial Monção e qual o uso e ocupação do solo está configurado hoje.

Como metodologia para Estudo e Reconstituição da Cadeia Sucessória Dominial através da Localização Espaço/Temporal, o INCRA buscou esclarecer a ordem sucessória tradicional pelo encadeamento dos títulos que pesam sobre o imóvel através da “materialização” de cada Transcrição ou Matrícula ao longo do período estudado, respondendo e justificando, tecnicamente, se a cadeia dominial desde a sua origem corresponde ao imóvel atual.

O primeiro caso vem a ser o da Fazenda São Domingos, área em estudo pelo INCRA para definir a procedência e a real proprietária dessa área. No processo de investigação foram apresentados os dados topográficos levantados pelo agrimensor Alfredo Penna, contidos na ação de Divisão Judicial realizada em 1.911 na Comarca de Agudos.

Ademais, as terras da Fazenda São Domingos, atualmente localizadas no município de Agudos, desde meados do século XIX se configurava como uma área importante, uma vez que dentro de seus limites existia a Comarca Imperial de São Domingos de Tupá, um vilarejo de extrema importância até os primeiros anos do século XX, uma vez que surge anteriormente à Agudos e Santa Cruz do Rio Pardo.

Mapa 2: Limites da Fazenda São Domingos, lindeira ao Núcleo Colonial Monção. Org.: Ricardo M. Venturelli

Com a criação do Núcleo Colonial Monção, São Domingos de Tupá iria ser um atrativo, uma vez que com o auge da produção algodoeira na região, este lugar se tornaria um centro urbano movimentado. Tanto que havia o projeto de construção de um ramal da EFS entre Lençóis Paulista e Borebi.

Contudo, a decadência do café e do algodão no mercado mundial após a Crise de 1929, bem como o término do projeto de colonização do Monção a partir da década de 1930 fizeram com que este distrito reclinasse e perdesse sua importância, até virar uma cidade fantasma em uma mata preservada em meio a tantas terras griladas na proximidade.

A origem dos títulos da Fazenda São Domingo, área em estudo pelo INCRA e provavelmente adquiridas pela União no mesmo processo de aquisição das terras do Núcleo Colonial Monção, remonta a título paroquial de 1.850 e, posteriormente, a títulos da partilha judicial de 1.911. Dentre as terras da antiga Fazenda São Domingos, está a Fazenda Agrocentro, desapropriada e que hoje a sua antiga sede é a Escola de Formação Rosa Luxemburg.

Figuras 19 e 20: Entrada da escola Rosa Luxemburg e antiga sede da Fazenda Agrocentro.

Fotos: Ricardo M. Venturelli – Abr/2011

A Escola Estadual de Educação Popular Rosa Luxemburg, promovida pelo MST e pela Via Campesina, tem como objetivo proporcionar capacitação e assistência técnica aos assentados, promovendo sempre o aperfeiçoamento do camponês, visando a sua autonomia e desenvolvimento do assentamento partindo de suas particularidades, com o intuito de prover a efetivação do camponês na terra.

As terras da antiga Fazenda Agrocentro hoje abrigam, além desta escola, um centro de treinamento em práticas agrícolas, bem como um alojamento para membros do MST e camponeses assentados, favorecendo a difusão dos cursos.

Ao redor da sede da antiga Agrocentro, hoje existe um acampamento, que recebe o mesmo nome da escola. De acordo com o INCRA, trata-se de terras públicas, e assim, susceptíveis de desapropriação. Além do fato de que são terras que não constam titulação.

Tabela 1: Situação Fundiária da Fazenda Agrocentro

Nome do Imóvel	Área (ha)	Classificação Fundiária	Área Registrada	Área Posse	Nome da Pessoa
Fazenda Agrocentro	1524	Grande Propriedade Produtiva	0	1524	Maria de Sampaio

Fonte: INCRA. Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Concluimos que de acordo com o INCRA, as terras da Fazenda Agrocentro não eram registradas, o que demonstra o caráter de posse, ou seja, a apropriação sem titulação. E pelo montante da área, podemos concluir que havia interesses especulativos, bem como a apropriação sem compra e a extração de renda da terra. A tomada dessas terras públicas por particulares provoca a resposta dos movimentos sociais, e nos arredores da Agrocentro, está encravado o Acampamento Rosa Luxemburgo.

Figura 21: Acampamento Rosa Luxemburgo. Foto: Ricardo M. Venturelli – Set/2011

Fato notar que ao redor do barraco de lona do acampamento, há a produção de alimentos, o que quebra com o senso comum de que o acampamento é invasão, marcada por baderna e ociosidade. Fato primeiro é que o termo invasão carrega um caráter pejorativo, provocando no seio da sociedade uma aversão por movimentos sociais, e que são propagadas com o objetivo de difundir a defesa da propriedade privada, mesmo que não lhes contem o real procedimento de aquisição dessa propriedade que está sendo enaltecida (AYOUB, 2009).

O acampamento já apresenta um arranjo territorial hierarquizado, em que as barracas apresentam uma organização referente ao papel do acampado na ocupação, como também uma divisão social do trabalho, especializando as funções em relação ao ambiente do acampamento como um todo. (TURATTI, 2005, p. 89). No que concerne ao território da família, a barraca de lona preta e seus arredores, é desenvolvido alguma atividade que garanta a alimentação.

As documentações da Fazenda São Domingos se sobrepunham em relação às terras da Fazenda Capivara, e de acordo com levantamentos do INCRA, ficou claro que, desde 1910, época da compra da Fazenda Capivara pela União, não ocorreu nenhum destaque deste título para particular e também que a Fazenda São Domingos sempre pertenceu à Comarca de Agudos, enquanto a Fazenda Capivara pertenceu à Comarca de Avaré e atualmente à Comarca de Cerqueira César.

Assim, os estudos do INCRA estabelecem que, pelos elementos técnicos coletados é possível afirmar com certeza, que os títulos (Transcrições e Matrículas) originários da antiga Fazenda São Domingos não são válidos para os imóveis rurais que estão hoje, fisicamente, contidos no perímetro da Fazenda Capivara.

O segundo caso levantado pelo INCRA vem a ser a análise sobre as terras da Fazenda Ambrosina/Santa Branca. O Memorial Descritivo contido na T. 12.966, datada de 1973, apresentou as localizações das duas fazendas que a compõem:

- Fazenda Ambrosina: localizada em Agudos quase lindeira com a Fazenda Capivara, pertencente ao Núcleo Colonial Monção.
- Fazenda Santa Branca: localizada parte em Agudos e parte em Iaras, respectivamente na antiga Fazenda São Domingos e na Fazenda Capivara.

Contudo, o imóvel descrito na transcrição citada, se localizava em Agudos. O INCRA optou por retroceder na origem da Fazenda Ambrosina a partir da T. 12.966/73, em

que aparece a T. 5.672/05, referente ao imóvel Fazenda Paraíso comprado pelo Cel. A. J. Leite, localizado parte no município de Agudos e parte no município de Lençóis sendo um de seus confrontantes a Cia. Colonial São Paulo Paraná (Fazenda Turvinho), que passou para a UNIÃO em 1909 compondo a parte norte do Núcleo Colonial Monção.

Assim, como parte desse processo levantado, teve-se que localizando a T. 5.672, de 1905 e suas sucessoras T. 265 e T. 1.781, respectivamente datadas em 1930 e 1935, citadas no mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo de 1943 e documentos da época, ficou concluído que a localização inicial dada pela T. 5.672 de 1.905, então Fazenda Paraíso, está a aproximadamente 16 km em posição Norte da localização dada pelo memorial descritivo contido na T. 12.966 de 1973, bem como a sucessão dos confrontantes contidos nas Transcrições subsequentes 1.781/35 e 265/30 é elemento fundamental que não deixa dúvida da localização original ser diferente da T. 12.966/73.

Logo, ficou claro que a Fazenda Ambrosina contida na T. 12.966/73 é um imóvel totalmente diferente do imóvel original, bem como também que a T. 12.966/73 está indevidamente gerando títulos cartoriais e finalmente que, tanto pela falta de origem da parte correspondente à gleba Ambrosina e pela localização e expansão indevida da gleba Santa Branca a T. 12.966/73 deve ser questionada judicialmente.

Portanto, ao analisarmos os dados e informações disponibilizados pelo INCRA do estado de São Paulo sobre as atuais condições das terras públicas federais do Núcleo Colonial Monção e adjacências, é fato notar que muitas delas possuem vícios em seus registros de transcrições e cadeias dominiais.

Adentraremos agora na análise das terras que mais tenham provocado litígio nos últimos anos, e que foi palco de intensas disputas e repercussões, uma vez que ali está localizada uma unidade da Sucocítrico Cutrale, e que em 2009 e 2011 estiveram em evidencia devido a reivindicações dos movimentos sociais de base territorial.

Trata-se das terras da Fazenda CAPIM/Santo Henrique, que tem como origem dois imóveis denominados Fazenda Turvinho, com origens e localizações distintas, porém lindeiros, sendo eles a saber:

- Fazenda Turvinho/UNIÃO foi adjudicada à União através de Sentença Judicial de 29 de julho de 1909
- Fazenda Turvinho/Rondinha pertencia à Família Pinheiro Machado

retomarmos o Mapa 1 e a Figura 10 é fato notar que as terras da Turvinho Rondinha estavam contidas no Núcleo Colonial Monção, porém sem lotes, e que estão em estudo. Atualmente a Transcrição 3.732 está sobre propriedade da Lwarcel Celulose e Papel e também Ripasa SA., como podemos observar na imagem a seguir.

Figuras 23 e 24: Lwarcel e Ripasa localizadas na Fazenda Turvinho. Foto: Ricardo M. Venturelli – Set/2011

Interessante notar também que a empresa Lwarcel além de estar sobre terras da Fazenda Turvinho Rondinha também está sobre diversas outras propriedades, como na Fazenda Capivara, pertencente à União.

Entretanto, a denominação está como Fazenda Turvo, mas que se comparadas com o mapa de uso e ocupação do solo (Mapa 3) e sobreposto às áreas da Fazenda Turvinho Rondinha, notamos que se trata da mesma área.

Utilizando-se da mesma base cartográfica anterior, podemos notar que as terras da Fazenda Turvinho União apresentam um uso e ocupação do solo de atividades citricultoras, em que notamos na localidade a Sucocítrico Cutrale.

Realizando um breve histórico das Fazendas Turvinho, hoje denominadas de CAPIM ou Santo Henrique, o INCRA informa que os irmãos “Pereira de Barros” adquirem a Fazenda Turvinho/Rondinha em 1941, sendo ainda que em 1983 conseguem, por Ação de Usucapião com base na T. 3.732, correspondente à Fazenda Turvinho/Rondinha, 1.458,27 ha, porém, localizados dentro do perímetro da Turvinho/UNIÃO (M. 5.652).

Mapa 3: Uso e Ocupação do Solo das Fazenda Capivara e Turvinho: Fonte: Landsat 5 – 26/09/2011.

Org.: Ricardo M. Venturelli

É de supor que o Usucapião tivesse abrangido todo remanescente do então imóvel Fazenda Turvinho/Rondinha (T. 3.732) mas, em 1.984 é registrada a M. 4.118 como resultado de 5 aquisições e 2 alienações, inclusive a própria T. 3.732, da qual havia sido pedido e concedido o Usucapião. Os demais títulos de origem da M. 4.118 se reportam a áreas não localizadas em seu perímetro. (INCRA, 2006)

Em 2005 a Sucocítrico Cutrale Ltda adquiriu a propriedade e entrou com pedido de Certificação das Matrículas (georreferenciamento) junto ao INCRA, cujo trabalho atesta a existência de 367,1992 ha a mais do que a somatória das M. 5.652 e 4.118¹².

Assim, a área ocupada pela atual M. 5.652/83 não está dentro dos limites do imóvel definido pela T. 3.732/41 e outrora denominado Fazenda Turvinho/Rondinha, portanto em localização errada, constando ainda que a M. 4.118/84 unificou cinco Transcrições, sendo que três se reportam a Lotes do Núcleo Colonial Monção. Analisadas, o INCRA verificou que as matrículas com origem em títulos da União localizam-se fora do perímetro da M. 4.118. As outras não possuem origem em títulos com destaque da União, e ainda as duas Transcrições restantes referem-se a áreas localizadas fora do perímetro do Núcleo Colonial Monção, estranhamente uma delas (T. 3.732) correspondeu ao pedido de Usucapião.

Dessa forma, o imóvel encontra-se dividido entre os municípios de Iaras e Borebi, o que deveria corresponder nas Matrículas. Ocorre que tanto a M. 5.652 quanto a M. 4.118 não fazem a devida distinção sendo que uma se refere integralmente ao Município de Iaras, Comarca de Cerqueira César, e a outra se refere ao município de Borebi, Comarca de Lençóis Paulista. Logo, o excesso de área medida pela Cutrale (367,1992 ha) encontra-se sobreposto às terras da União sem a devida titulação, portanto as Matrículas da Fazenda CAPIM/Santo Henrique não expressam com exatidão o imóvel e assim, a área ocupada atualmente pela Fazenda Santo Henrique é de domínio da União. (INCRA, 2006)

Portanto, é mister concluirmos que as terras que hoje estão sob domínio da Cutrale, pertencem à União, e assim, são terras públicas oriundas do Núcleo Colonial Monção. Todas as ações oriundas do processo de ocupação dessas terras no ano de 2009 pelo MST, e que tiveram ampla repercussão na mídia serão trabalhados adiante. Mas, de princípio, podemos notar que mesmo com um posicionamento primário do judiciário em favor da

---

¹² Lembrando que esses dados são referentes ao levantamento realizado pelo INCRA em 2006. Sendo que as abreviaturas correspondem: (T) Transcrições e (M) Matrícula.

empresa, e de um posicionamento parcial da mídia contra a ação desse movimento social foram infundadas, garantindo a legitimidade das ações de denúncias e manifestações.

Outro caso indicado pelo INCRA de terras pertencentes à União, nos limites da Fazenda Turvinho, vem a ser o caso da Fazenda Ideal, ao qual o imóvel apresenta a seguinte situação jurídica cadastrada no INCRA, sendo a matrícula 242 de 1976, localizada no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Cerqueira César, ainda as matrículas 1.323 e 1.324 ambas também de 1976, registradas no CRI de Lençóis Paulista. Logo, a matrícula 242/76 é proveniente de três formas de aquisição, a saber: parte em títulos com origem e títulos sem origem, perfazendo a matrícula 12 de 1922 com área de 297,3350 há, e a matrícula 13, do mesmo ano que a anterior, de Direitos e Ações sobre 242 há, apresentando assim posse de 363 há (INCRA, 2006).

Figura 25: Localização da Fazenda Ideal nos perímetros da Fazenda Turvinho União, croqui sem escala.

Fonte: INCRA-SP

Portanto, a matrícula 1.323 refere-se a uma área de 51,47 ha proveniente de desmembramento de área maior, com 297,3354 ha. Essa parte desmembrada corresponde a títulos sem destaque do Patrimônio da União. E a matrícula 1.324/76 refere-se a uma área de 251,6604 ha proveniente de desmembramento de área maior, com os mesmos 297,3354 ha

citados acima. Então, apenas 247,50 ha possuem títulos com destaque do Patrimônio da União e localizados dentro do perímetro do imóvel.

Assim, sobre o caso da Fazenda Ideal, o INCRA conclui que da área total do imóvel de 1.057,50 ha, apenas 247,50 ha apresentam títulos com origem e localizados dentro do perímetro, sendo as matrículas M. 1.323 e 1.324/76 (CRI – Lençóis Paulista) estão em Comarca errada, pois se referem a áreas localizadas em Iaras (Comarca de Cerqueira César), ainda a M. 242 apresenta “registro” de uma área de posse de 363 ha e a M. 242 é notadamente uma duplicação documental de partes das M. 1.323, 1.324 e 1.325, esta não citada como título do imóvel Fazenda Ideal, porém apresenta a mesma descrição dos Direitos e Ações da M. 242/76.

Por fim, temos o caso da Fazenda Maria Cristina, também inserida em meio às terras da Fazenda Turvinho. Nesse caso, como podemos observar através da Tabela 2, a dita proprietária da área vem a ser a Ripasa, o que pode ser confirmado ao observarmos também o Mapa 3, sobre o uso e ocupação do solo da Fazenda Turvinho, em que sobrepondo a Figura 23 sobre a localidade desta fazenda, observamos a existência de silviculturas.

Tabela 2: Situação Fundiária da Fazenda Maria Cristina

Nome do Imóvel	Área (ha)	Classificação Fundiária	Área Registrada	Área Posse	Nome da Pessoa
Fazenda Maria Cristina	220	Grande Propriedade Produtiva	101	118	Ripasa SA Papel e Celulose

Fonte: INCRA. Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira – 2006.

Este imóvel apresenta a seguinte situação jurídica cadastrada no INCRA: Matrícula 1.596/77, no CRI de Lençóis Paulista, com área de 101,6000 ha. Foi informada ainda, por ocasião do cadastramento junto ao INCRA, a existência de uma área de posse a Justo Título de 118,6000 ha. Assim, a M. 1.596 informa corresponder a uma área de 101,64 ha, localizada no município de Iaras, e assim, deveria estar no CRI de Cerqueira César. Mas o imóvel localiza-se em Iaras e Borebi., e a Cadeia Dominial do imóvel origina-se em Lotes do Núcleo Colonial Monção (INCRA, 2006).

Figura 26: Localização da Fazenda Maria Cristina nos perímetros da Fazenda Turvinho União, croqui sem escala. Fonte: INCRA-SP

Portanto, o imóvel ocupa indevidamente áreas do antigo Núcleo Colonial Monção que não foram loteadas, ou seja, são remanescentes pertencentes ao Patrimônio da União, sendo que o imóvel ocupa indevidamente área relativa a antigo Lote do Núcleo Colonial Monção, porém não apresenta título válido reportando-se a ele e, a Fazenda Maria Cristina apresenta 33,10 ha com títulos válidos, isto é, com títulos que apresentam destaque do Patrimônio da União e localizados dentro do perímetro do imóvel.

Um caso de grilagem de terra encontrado também sobre os lotes do antigo Núcleo Colonial Monção foi o caso do Sítio São Roberto. Ao observarmos a figura a seguir sobre o título definitivo de propriedade, registrada no CRI de Agudos, notamos que tal documento traz as informações a respeito de sua localização, proprietário e está datada de 1944.

O INCRA em consulta aos lotes do Núcleo Colonial Monção verificou que na citada Linha do Boi Pintado não existiu o lote identificado como nº 02 e, além disso, a assinatura do funcionário de Serviço de Povoamento, Leopoldo Kleim, confrontada com assinatura do mesmo em outros documentos, aparentemente, é diferente, necessitando perícia técnica para a definição. Logo, trata-se de um típico caso de falsificação de documento, com a complacência do cartório em aceitar e registrar tal grilagem.

Este Instituto então, após realizar uma minuciosa averiguação das terras remanescentes do Núcleo Colonial Monção, concluiu que:

A região abrangida pelos municípios onde se localizava o antigo Núcleo Colonial Monção apresenta ainda uma grande concentração de remanescentes de terras públicas federais. Quando os títulos dessa região são estudados, temos que o registro público de imóveis rurais apresenta diversos vícios.

O estudo da Cadeia Sucessória Dominial de Imóveis Rurais, através da Localização Espaço/Temporal permite, com maior clareza, a identificação desses vícios que confundem terras públicas com terras privadas.

Assim, toda e qualquer ação pública no sentido da correção dessa distorção é importante visando assegurar com equilíbrio o desenvolvimento local. (INCRA, 2006)

É fato notar que ação de grileiros sobre as terras do Núcleo Colonial Monção foram, e ainda são, objetos de grilagens, uma vez que a presença de inúmeras “propriedades” com titulações falsas, cadeias dominiais alteradas e ainda com aquisição de terras que já apresentavam vícios em suas transcrições.

Contudo, não se trata apenas das terras públicas remanescentes deste projeto de colonização que sofreram com a ação de posse ilegal e tramites para garantir a sua consolidação. Propriedades historicamente instaladas nos arredores também demonstram dados e situações que nos fazem ficar atentos sobre o uso de meios ilegais para a apropriação fundiária, e a ação do Estado em sua efetivação.

As terras das Fazendas São Geraldo e Rio Pardo, citadas no capítulo anterior sobre a ocupação da localidade, sempre foram entendidas pelos antigos moradores do “Monção”, como área de posse, de terras do governo, que correspondiam a cerrados sem uso, mas com controle de alguém.

Tabela 3: Situação Fundiária da Fazenda São Geraldo

Nome do Imóvel	Área (ha)	Classificação Fundiária	Área Registrada	Área Posse	Nome da Pessoa
Fazenda São Geraldo	697	Grande Propriedade Produtiva	697	4531	Y Takaoka Empreendimentos SA

Fonte: INCRA. Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira – 2006.

Interessante pensar no caso da Fazenda São Geraldo, de propriedade da família Takaoka, que possui quase quarto mil hectares de terras sem registro, caracterizando-se como posse. As terras desta família se estendem pelos municípios de Iaras, Cerqueira César e Avaré, mas que distribuídas em diversas propriedades.

Tabela 4: Títulos emitidos pela INCRA no município de Iaras desde 2006

Nome do Imóvel	Nome do Interessado	Área (ha)	Total	Data de Certificação
Fazenda Rio Pardo	Cia. Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo	21.142,7		1/2/2006
Fazenda Santa Esmeralda	Juquis Agropecuária Ltda.	2.162,5		10/9/2008
Fazenda Santo Agostinho	Marcelo Vespoli Takaoka e outra	978,2		11/5/2009
Fazenda Santo Francisco	Therezinha Conceição Vespoli Takakoka	952,3		11/5/2009
Fazenda Santa Terezinha	Maria Tereza Vespoli Takaoka	891,7		11/5/2009

Fonte: INCRA-www.incra.gov.br. Org.: Ricardo M. Venturelli – out/2010. <Acessado em 12/10/ 2010>

Ao observamos os títulos emitidos pelo INCRA, entre os anos de 2006 e 2009, percebemos que foram certificados em torno 2.800 ha à família Takaoka, a mesma que é descrita como proprietária da Fazenda São Geraldo, possuindo mais terras sem registros do que legalizadas. Todas essas fazendas informadas pela Tabela 4 certificadas a essa família, são próximas à São Geraldo, configurando uma área contígua concentrada à uma mesma família.

Outra área que merece atenção é a Fazenda Rio Pardo. Instalada há anos nesta localidade, sendo que apenas no ano de 2006 vem a ser certificada pelo INCRA, com mais de 21 mil hectares. Total de terras que vai de encontro ao limite de 10 mil hectares propostos pela sociedade.

Nesta propriedade foi instalada a Usina Rio Pardo, administrada pela empresa Agrícola Tetez SA., que em 2008 foi beneficiada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com um financiamento de R\$205 milhões para a sua criação.

Quadro 2:

BNDES aprova financiamento para usina Rio Pardo

Júlia Mattos, de São Paulo - publicado em 21 de outubro de 2008

Fonte: ProCana Brasil - <http://www.jornalcana.com.br>

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor de R\$ 205 milhões para a Usina Rio Pardo e a Agrícola Tetez. Os recursos serão destinados à implantação dos canaviais e para a instalação de uma unidade produtora de açúcar e álcool, com projeto de cogeração de energia elétrica.

A usina será instalada no município de Cerqueira César, região oeste do Estado de São Paulo. Os recursos do BNDES representam 66% do investimento total. O restante virá dos grupos Tavares de Almeida, Tejofran e Zogbi, controladores do projeto.

O projeto prevê a criação de 1.500 empregos diretos (sendo mais de 80% na área agrícola) e utilizará 100% de cana própria, no regime de parceria com produtores da região. A usina está prevista para entrar em operação na safra 2009/10, com a produção somente etanol. A partir da 2010/11, terá início a produção de açúcar e energia para comercialização.

Fonte: <http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/16283+BNDES-aprova-financiamento-para-usina-Rio-Pardo>. <acessado em 29 de março de 2011>

Neste trecho, notamos a ação do Estado em dois momentos, um no que vem a ser a certificação da propriedade rural, legalizando a Cia. Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo SA, com mais de 21 hectares. Como também o financiamento por parte do BNDES com uma quantia milionária para a construção da usina, que em um primeiro momento previa a produção de etanol, sendo que posteriormente iria produzir açúcar e gerar energia. Atualmente essas perspectivas foram atendidas, sendo que a Usina Rio Pardo é responsável por produzir 100% da energia utilizada em seus setores produtivos.

Figura 28: Vista geral da Usina Rio Pardo. Foto: Ricardo M. Venturelli – Abril/2013

Contudo, esse não é o único caso de investimentos públicos em terras próximas ou encravadas dentro do Núcleo Colonial Monção. Em 1960, o Governo Federal tentou repassar 30.000 ha do antigo Núcleo Colonial Monção para o Governo Estadual, visando ao reflorestamento com *pinus* e eucalipto. Desse total, o Instituto Florestal reflorestou aproximadamente 2.000 ha, utilizando parte da Fazenda Capivara (1.620 ha) e parte da Fazenda Capão Rico (380 ha), como podemos observar no Mapa 4, a seguir.

Figura 29: Silvicultura de pinus em Águas de Santa Bárbara que se estendem pelas terras da Fazenda Capivara.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Out/2011

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Núcleo Colonial Monção e Adjacências

05 de Julho de 2010

Mapa 4: Uso e Ocupação do Solo nas terras do Núcleo Colonial Monção e Adjacências. Notar grande extensão de canaviais nas proximidades da Rodovia SP-280 (Castello Branco). Org.: Ricardo M. Venturelli

Desde a década de 1970, essas terras que passaram ao controle do Governo de São Paulo, foram concedidas para exploração dos grupos Eucatex e Duratex, de propriedades de Paulo Maluf e Paulo Setúbal, respectivamente, sendo o último também proprietário do Banco Itaú (TURATTI, 2005. P. 36). Vale ressaltar que os governadores paulistas dessa década (Laudo Natel 1971-1971, Paulo Egídio Martins 1975-1979 e Paulo Maluf 1979-1982) foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral ou pela Assembleia Legislativa. Faz-nos pensar quais os interesses estavam por trás de todos os procedimentos entre os governos federais e estaduais em um período de ação da Ditadura Militar, que sabidamente agiu em favor do capital. Como nesse caso, em que uma área pública, com cobertura vegetal de cerrado, ou seja, em grande parte desocupada, foi transmitida entre níveis de governo e depois à grupos capitalistas, certamente ligados nos meios políticos.

É Importante ressaltar que essa destinação nunca foi sacramentada pelos ritos administrativos e jurídicos apropriados, ficando restrita a um Protocolo de Intenção assinado pelos governos Federal e Estadual.

Figura 30: Extração de resinas em *pinus* de área no Horto Florestal de Águas de Santa Bárbara.

Foto: Ricardo M. Venturelli

Através de parecer da Procuradoria Geral do Estado nº 657/80 de 24/03/1980, tal Protocolo foi considerado impróprio do ponto de vista jurídico, portanto, sendo as áreas ocupadas pelo Instituto Florestal reconhecidamente de domínio da União.

Folia Topográfica ingressa o parti d'a digitalizazio
da centralizante na asservo da biblioteca do IBGE

forma sistemática. Fonte: IBGE - 1973

Mapa 7: Delimitação do Núcleo Colonial Monção e cobertura vegetal em 1985. Notar grandes “machas” na cor verde, corresponde à silviculturas da Eucatex e Duratex em terras públicas.

Fonte: Landsat1 – 16/07/1985. Org.: Ricardo M. Venturelli

Não obstante o reconhecimento pelo Estado, perdurou por décadas uma situação no mínimo inusitada, em que parte do patrimônio imobiliário público federal foi utilizado com o cultivo de *pinus*, plantado com recurso financeiro público estadual (Instituto Florestal) e sua exploração econômica (coleta de resina) realizada há vários anos por uma única empresa privada, enquanto, inúmeras famílias aguardavam a possibilidade de serem assentadas. Iremos dar uma especial atenção a esse caso no capítulo a seguir, quando trataremos das disputas territoriais.

Recentemente, em 2007, o Governo Paulista reconheceu na prática a incômoda situação e, em acordo junto à ação Reivindicatória da Fazenda Capivara, devolveu a área ao INCRA.

O uso de terras públicas com interesses particulares, ou a própria ação do Estado em benefício do capital não é exclusivo às terras do Núcleo Colonial Monção e arredores. É marco da política fundiária brasileira marcada por grilagens de terras e a complacência do Estado. Concluimos que a propriedade privada da terra é marco regulador das relações de poder no Brasil, e que as práticas ilegais de concentração fundiária são recorrentes na busca pela extração da renda da terra.

Tabela 5: Terras devolutas nos municípios onde se localiza o Núcleo Colonial Monção

UF	Município	Área Municipal (há)	Área Devoluta (ha)	%
São Paulo	TOTAL	24.814.059,00	5.237.344,19	21%
São Paulo	Águas de Santa Barbara	40.850,00	14.954,24	37%
São Paulo	Agudos	96.756,00	6.911,20	7%
São Paulo	Borebi	34.812,00	13.046,30	37%
São Paulo	Iaras	40.138,00	7.245,00	18%
São Paulo	Lençóis Paulista	80.379,00	11.107,00	14%

Fonte: INCRA. Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira – 2006.

Quando observamos os montantes de terras devolutas e públicas nos municípios em que estão localizadas as terras do Núcleo Colonial Monção, notamos que existem muitas áreas a serem investigadas e fiscalizadas pelo INCRA, uma vez que em alguns casos correspondem a grandes percentuais de terras, que de acordo com a Constituição Federal, deveriam ser destinados à programas de Reforma Agrária.

Contudo, observamos as ações de grileiros e do capital sobre essas terras, contando com o auxílio do Estado, seja em ações judiciais de legitimação ou de medidas para garantia da propriedade privada, mesmo que essa não tenha legitimidade, seja também na simples omissão de saber o que lhe pertence.

Dessa forma, as ações de movimentos sociais de base territorial, como o MST ou a Via Campesina ganha corpo, cobrando-lhes o que é de direito, nem que para isso seja necessário armar barracas de lona na beira das estradas, até que a sociedade e o Estado os enxergue.

3 – “A LUTA”: TERRA E TERRITÓRIOS EM DISPUTA

“A Luta”, foi assim que intitulamos este capítulo, pois, é da luta pelo acesso à terra que ganhamos força e motivação para investigarmos, refletirmos e propagarmos o que acontece com aquelas terras de Iaras e vizinhança de tantas disputas, tantas batalhas travadas entre camponeses sem-terra e o agronegócio. Agentes esses que agem com forças diferentes, pesos distintos em uma luta que pode soar desleal. E é nesse sentido, de entender essas disputas que pretendemos seguir. Assim se dão as disputas territoriais, as relações marcadas por poder que determinam onde começa o domínio de um e termina o do outro.

Já vimos o processo de ocupação das terras do Núcleo Colonial Monção, em que, destinadas à colonização de imigrantes estrangeiros, passa a ser palco de intensas grilagens, ou mesmo de incentivos fiscais por parte do governo em favorecimento de algumas empresas. As ações de falsificações não foram poucas e esparsas, mas sim intensas e com o objetivo de auferição de renda da terra.

Escrever sobre a reforma agrária no estado de São Paulo é assumir que o estado mais rico e industrializado da federação, também não resolveu as questões voltadas à distribuição de terras. É por consequência sua incapacidade de gerar a distribuição de riqueza, renda e poder, na sociedade paulista (FELICIANO, 2009, p. 154)

Dessa forma veremos que os movimentos sociais não aceitaram tais acontecimentos, levantando a bandeira da reforma agrária, indo à luta, enfrentando as balas dos capangas e as canetas dos juízes. Trata-se de uma luta não apenas pelo acesso a terra, mas uma luta por mudanças na estrutura social de poder da sociedade brasileira, que se pauta em favores e dominação do senso comum contra quaisquer mudanças na estrutura vigente, mesmo que essa estrutura se paute em falsificações, violência e estratégias desleais.

A legitimidade da luta é pautada pelas previsões legais de uso de terras públicas e devolutas à programas de reforma agrária. As ocupações e acampamentos não passam de instrumentos de reivindicação, denúncia social e pressão aos órgãos competentes. Mas que mesmo assim, acabam sendo tachados de desordeiros, e que no final são. Não em um contexto pejorativo, e sim em algo que quer quebrar a ordem excludente e concentradora vigente, como veremos a seguir.

3.1 – Disputas e Poder: agentes e territórios em disputa

Territórios em disputa, luta pela terra, campesinato e agronegócio. Esses são os condicionantes e agentes que marcam o espaço agrário de Iaras, e também Borebi, Águas de Santa Bárbara e Agudos.

São disputas que marcam o território com facetas diferentes. De um lado a terra de trabalho, de outro a terra de negócio. Agentes com forças e armas discrepantes, uns com foices em punho, gritando, ocupando, resistindo e produzindo, na crença da reforma agrária. De outro lado o capital, mascarado de agronegócio, com suas concentrações fundiárias, monoculturas, máquinas, e também a complacência do Estado.

Certamente que a luta camponesa não é por território, como seriam as lutas indígenas, por exemplo, e sim por terra, onde desenvolverão com trabalho familiar uma agricultura voltada à produção de alimentos. Mas, o fato do acesso a terra ser fruto de luta, de ação de movimentos sociais, que configuram um assentamento, o arranjo local acaba por determinar um território, uma vez que as suas particularidades acabam dando certa homogeneidade nas relações produtivas e culturais, bem como o uso e ocupação do solo marcado por lotes com pouca extensão de hectares.

Assim, sobre a concepção de Território, temos as contribuições de Raffestin (1993), em que para este autor, “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

É preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constituídas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação. (RAFFESTIN, 1993, p. 52)

Os limites e a construção de seu interior são definidos pelas forças de cada agente no processo de seu território. Logo, quando falamos de agronegócio e campesinato, certamente que nesse jogo de forças e interesses, o campesinato acaba por ser pressionado, cercado pelo agronegócio, que age de forma intensa na pressão por expansão de seus territórios e sufocamento do território camponês.

Assim, o espaço é anterior ao território, tem-se que o território se apoia nesse espaço e o produz, ou seja, toda produção no espaço que cria o território é fruto de relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O espaço, nesse caso agrário, são as terras do

Núcleo Colonial Monção, em que, a partir das relações de poder, foram sucumbidas através de grilagens, incentivos e violência, e por assim, todos esses processos acabam determinando o território da terra de negócio, da terra especulativa. O território do conflito.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida em qualquer escala por um ator. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações de marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143 e 144)

Partindo do pressuposto do que vem a ser o Território, podemos partir para as questões que abrangem as suas constituições, ou seja, os processos que configuram os seus ordenamentos, como forma de se chegar as suas territorialidades.

Territórios camponeses não devem ser vistos da mesma maneira, uma vez que podem ser frutos de diferentes ações. Um território camponês configurado por um assentamento, é fruto da luta pelo acesso a terra, o sujeito camponês assentado é diferente do camponês típico.

A luta pela terra gera um movimento dialético, pois, a organização camponesa o faz pensar em uma nova perspectiva, mas quando assentado é pressionado a agir como camponês simples, voltado à subsistência ou à sujeição do Capital.

Caldart (2000, Apud FABRINI, 2008, p. 251-252) aponta que o “MST não é um movimento formado pelo camponês típico, pois a preocupação deste está voltada para a obtenção de interesses econômicos imediatos”.

[...] é preciso dizer que a cabeça do camponês ou boia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, seja como contradição, ou já como síntese. (CALDART, 2000. P. 118 Apud FABRINI, 2008, p. 251)

Dessa forma é que os camponeses típicos acabam se voltando pela conquista da terra e a sua manutenção, enquanto que os camponeses sem-terra pensam não apenas no acesso à terra, como também mudanças estruturais pautadas na reforma agrária que atinjam o bojo de toda sociedade, quebrando com o pacto de poder oligárquico. Assim, a luta camponesa exercida pelo MST não almeja apenas a terra, como também mudanças estruturais.

O território não é fruto de um processo simplório de ocupação, mas sim fruto das diferentes ações e processos do desenvolvimento do capital. São processos complexos e contraditórios, uma vez que não se reproduz da mesma forma em todos os lugares, e sim através da lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Quer sejam as relações de existência ou de produção do território, elas expressam relações de poder.

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem, a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 161 e 162)

Entretanto, por vezes esses territórios, camponeses e do capital, coexistem, disputando sim, mas com estratégias em que o primeiro acaba sendo permitido pelo segundo. Oliveira (1999, p. 75), afirma que “o capital cria condições contraditórias no processo de construção/destruição de frações territoriais”.

É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2004, p. 40)

Certamente que o avanço do capital no campo brasileiro é o principal fator determinante das disputas territoriais entre ambos agentes, expropriando e concentrando, em um movimento de retirada do camponês de suas terras, adquirindo-as e posteriormente utilizando-se de mão de obra assalariada, e não raro o camponês expropriado retorna como assalariado nas terras do capital. Só que muitas vezes a produção camponesa é subjugada pelo capital, como fornecedora de matéria-prima para indústria. É neste ponto, no processo contraditório de produção do território que se quer chegar, mais precisamente nos processos de *Territorialização do Capital e Monopolização do Território pelo Capital* (OLIVEIRA, 1999, p. 105). São territórios com características distintas, que coexistem, limitam-se e disputam.

Contudo, as disputas não cessam. Pode-se por um momento não haver a procura do capital pelo acúmulo fundiário em forma de investidas, grilagens ou incentivos públicos (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 85). Mas ocorre uma pressão, que se dá pelo uso de estradas, muitas vezes detonadas pelos caminhões das usinas, de laranja ou de madeira,

como também quando o vento sopra o agrotóxico da monocultura vizinha para a horta do camponês, como por muitas vezes relatados e presenciados nos trabalhos de campo.

Para entender os objetivos por trás dessas disputas temos que, primeiramente, entender a questão de como que se dão os ditames da agricultura no Modo de Capitalista de Produção. Partindo da premissa de que o próprio desenvolvimento do capital é uma expressão contraditória da reprodução ampliada do capital, ou seja, a produção capitalista não está interessada somente na produção imediata do produto, mas também na circulação de mercadoria, e na evidente troca de mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria. Além destas relações proporcionadas pela sujeição ao capital na produção camponesa, tem-se também que outra importante marca das relações capitalistas de produção, que vem a ser a compra da força de trabalho, baseada na separação dos trabalhadores e dos meios e produção.

As relações capitalistas são, portanto, relações sociais que pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho, e ambos, capital e trabalho, são produtos de relações sociais iguais e contraditoriamente desiguais. São, pois, relações que têm necessariamente que supor capital e trabalho assalariado. (OLIVEIRA, 1990, p. 64)

Assim, a propriedade privada capitalista da terra está fundada no princípio $D - M - D'$, ou seja, o dinheiro investido se torna mercadoria que é convertido em dinheiro expandido. Enquanto na propriedade camponesa da terra a lógica vem a ser $M - D - M$, em outras palavras, a mercadoria se transforma em dinheiro que é convertida para a produção de mais mercadorias. Partindo do princípio, como tratado por Marx (1974), de que mercadoria vem a ser tudo aquilo que não é produzido para consumo próprio, gerador de mais-valia, ou seja, vem a ser encarnação de trabalho social, em que todas as mercadorias são fruto da mesma unidade de trabalho. O valor da mercadoria se reduz a três partes, a saber, o que expressa o trabalho pretérito e é expresso no capital constante, a parte correspondente ao capital variável, e a mais-valia. Só que, o campesinato acaba, por vezes, produzindo mercadoria, sendo que a produção camponesa não está baseada na extração de mais-valia, gerando uma contradição nos entendimentos de como são produzidas as mercadorias.

Dessa forma, como traz Marx, parte-se do princípio que os objetos e bens caracterizados como valores de troca são produzidos qualitativamente diferentes. O que aparece como diferentes valores de uso, ele reflete a diversidade das atividades que os produzem. Assim, tem-se então que Valor é trabalho, valor excedente é mais-valia.

Nenhum produtor considerado isoladamente, fabricante ou agricultor, produz valor ou mercadoria. Seu produto só se torna valor e mercadoria em determinado contexto social. Em primeiro lugar, é mister que apareça representado trabalho social, que o próprio tempo de trabalho portanto configure porção de tempo de trabalho social e, em segundo lugar, que esse caráter social do trabalho imprima caráter social ao produto, por meio do caráter monetário e da permutabilidade geral do produto, determinada pelo preço. [...] Toda mercadoria só pode realizar seu valor no processo de circulação, e a circunstância e a extensão em que o realiza dependem das condições eventuais do mercado. (MARX, 1974, p. 732-733)

Logo, temos a explicação básica de como se realiza o processo de reprodução do capital, através da produção de mercadoria, com a utilização de trabalho assalariado, ou seja, somente parte do que é produzido retorna às mãos de quem a produziu. Além também da produção não capitalista, quando sua produção se torna mercadoria. Como no caso da sujeição da produção camponesa pelo capital. Dessa forma, temos a consideração de como que o capital se insere na agricultura, principalmente com a sujeição da renda pelo capital industrial.

Já no final do século XIX e início do século XX o capital monopolista começava estruturar-se. Ampliava e redefinia o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Estabelecia as bases para a transformação desta em renda capitalizada, tornando-se seu proprietário, sem, contudo expropriar a terra do camponês. Foi nesse processo dialético que o próprio capital se incumbiu de estabelecer novamente a supressão do divórcio entre a agricultura e a indústria, divórcio esse que ele teve que estabelecer para se apropriar de ambas. (OLIVEIRA, 1990, p. 49)

Tendo o desenvolvimento industrial e como consequência o crescimento das cidades, a agricultura transformou-se, por intermédio da ação do capital no campo. Desse modo a agricultura se desenvolveu em uma agricultura capitalista baseada no assalariamento, e outra baseada no trabalho familiar, ou seja, uma agricultura com forma de produção não capitalista. Com a inserção do capital industrial, a agricultura, como afirma Oliveira (1990, p. 52) “foi drenada nas duas pontas do processo produtivo”, no caso da aquisição de insumos e maquinaria, que se apresenta com um alto preço, e também na circulação, onde é obrigado a vender a sua produção a preços irrisórios.

O camponês estará sujeito ao capital industrial, uma vez em que ele se vê dependente da aquisição de implementos (maquinários e ferramentas) e insumos (fertilizantes, adubos, defensivos) para garantir a sua produção, e após, com a destinação de sua produção. Este também estará automaticamente sujeito ao capital financeiro, devido à necessidade de otimizar sua produção, pois, para comprar insumos e implementos, recorre geralmente à

empréstimos, sendo então que além de estar sujeito ao capital industrial e comercial, acaba também sujeito ao capital financeiro, em virtude dos empréstimos bancários.

Entretanto, não são somente relações tipicamente capitalistas que são encontradas no campo, a questão da presença de relações não capitalistas de produção no campo, não pode ser vista como similar a qualquer relação de produção capitalista, tem de ser analisada particularmente, devido às suas características próprias. É desta premissa que partimos para o entendimento da presença de camponeses na agricultura em meio ao processo capitalista, uma vez que é fruto do próprio processo contraditório de desenvolvimento do capital. Na agricultura, “esse processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura.” (OLIVEIRA, 1990, p. 66).

Sujeitar a agricultura aos seus ditames tem sido a prática do capital comercial, estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Dessa forma, é que temos a questão da produção dialética do território, como proposto por Oliveira (1999, p. 105), que tem como principais agentes a disputa por territórios entre o agronegócio e a agricultura camponesa, dois processos distintos de produção, com duas classes definidas pela origem da renda obtidas de forma tão diversa, que coexistem no território, participando de forma contraditória no ordenamento territorial.

Portanto, as disputas territoriais são expressões das lutas de classes, que aparecem onde as relações se mostram litigiosas, com agentes distintos se valendo de diversos meios para avançar sobre as porções territoriais, refletindo a busca pelo poder pautada na manutenção de um *status quo* de um sistema fundiário excludente e que possibilita ferramentas de auferição de renda capitalizada da terra e alianças políticas.

3.1.1 – Disputas territoriais

O capital age de maneira intensa a dominar frações territoriais de forma a garantir a concentração fundiária, mas também, permite a existência de relações produtivas não capitalistas, como o campesinato, quando lhe convém, a fim de sujeitar a produção camponesa aos seus ditames.

Não podemos entender que a luta de classes se limita a concepção clássica marxista entre burguesia e proletário. Quando abordamos a questão agrária, a luta de classes passa a ser territorial também, incrementadas pela presença do campesinato e dos latifundiários, como aponta Shanin (1984).

Essas mesmas classes que disputam territórios apresentam procedimentos de coexistências e disputas diversos, e cada caso merece atenção especial, para que de alguma forma, possamos elucidar a parte, para entender o todo.

Concluimos que as disputas são marcadas por relações de poder, e a conquista da fração territorial, os limites e o ritmo de avanço marcam os processos contraditórios presentes no campo. Se por ora o capital permite a existência camponesa para de certa forma o sujeitar, em outro momento ele avança de forma voraz, procurando o maior número de hectares possíveis, para fins de extração da renda fundiária.

O sistema do capital se delineia na apropriação de tudo o que pode alcançar, propaga-se na destruição do que não é capital e na subordinação do trabalho a sua lógica. Desse modo, o território capitalista busca destruir o território do campesinato, levando-o a algumas possibilidades: sobreviver, se adaptar e resistir ou se integrar; ou ainda ser destruído. (CUBAS, 2012, p. 8)

Assim, como já visto no primeiro capítulo, inúmeras são as formas de garantir a concentração fundiária, sendo que a aquisição através da compra acontece, mas a aquisição através de espoliação, que pode ser por violência ou por falsificação de documentos, é primordial para a acumulação de capital.

Em nosso objeto de estudo, esses procedimentos ilegais de apropriação fundiária se deram de forma intensa sobre terras públicas do antigo Núcleo Colonial Monção. E como discutido no capítulo anterior, é de conhecimento governamental o uso indevido dessas terras. Como resposta ao abuso cometido por latifundiários e empresas transnacionais é que os movimentos sociais se mobilizam e realizam ocupações e acampamentos, como forma de denunciar ao conjunto de toda a sociedade os procedimentos ilegais.

Essa “indefinição” de limites, no sentido da inexistência de recortes territoriais rígidos, se deve aos conflitos que permeiam as relações de classe na sociedade capitalista, e que variam conforme o respectivo gradiente de formas, o poder a que se refere Raffestin, demonstrado no contexto da dinâmica produtiva e da reprodução social e que, em última instância, é a expressão mais acabada das contradições [...]. (PAULINO, 2008, p. 214)

Contudo, certamente que haveria uma contrarreposta às manifestações sociais de luta pela terra e denúncia de uso de terras públicas pelo capital. Assim, aliado à defesa da “propriedade privada”, mesmo que essa configurada de forma desonesta, a mídia se vale de imagens, que procurando induzir o senso comum de toda sociedade, procura levar todos a pensar os movimentos sociais e reformas em um contexto geral, como algo que foge à ordem. Ordem essa que visa manter o pacto de poder existente (AYOUB, 2009). Não podemos esquecer-nos do papel primordial do judiciário, que em muitos casos, visa garantir o direito dessa propriedade, sem sequer analisar os seus procedimentos, validando as ações de grilagens e violência (FELICIANO, 2009, p. 101). E também, aliada a tudo isso, temos a violência dos capangas contra camponeses, que legitimados por seus direitos previstos em lei, como a Constituição Federal de 1988, tem-se que lutar contra tudo e contra todos para garantir o acesso a terra (OLIVEIRA, 2001, p. 191).

Em 1986, o Governo Federal estabeleceu três níveis de delimitação de autuação do Plano Regional, previsto no 1º PNRA, sendo elas: áreas regionais prioritárias para fins de planejamento, áreas de ação para fins operacionais (curto prazo) e zonas prioritárias para fim de desapropriação (FELICIANO, 2009, p. 174-175)

Dentre as áreas regionais prioritárias (ARP), ao nosso objeto de estudo ficou delimitado pela ARP-SUDESTE, formada pelas Divisões Regionais Agrícolas de Sorocaba e Litoral. Sendo ainda a área de ação (AA) delimitada pela AA-5, abrangendo os municípios de Águas de Santa Bárbara, Angatuba, Arandu, Avaré, Buri, Capão Bonito, Cerqueira César, Guapiara, Guareí, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itararé, Paranapanema, Ribeirão Branco, São Miguel Arcanjo. Vale ressaltar que o município de Iaras teve sua emancipação apenas no ano de 1990, sendo que até então fazia parte do município de Águas de Santa Bárbara, sob a denominação de Distrito de Monção.

Dessa forma, entre os planos de ação de reivindicações de áreas de ação, foi apenas a partir de 1994 que o INCRA vem realizando diversas ações investigativas para delimitar as terras remanescentes do Núcleo Colonial Monção, e tais levantamentos possibilitaram a investida desse instituto em várias ações, tais como:

- 1997 - Ação Reivindicatória da Fazenda Capivara;
- 1999 - Criação e implantação do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares e o assentamento de 53 famílias;
- 2000/2002 - Levantamento fundiário de todas as ocupações no perímetro do Núcleo Colonial Monção;
- 2005 - Ação Reivindicatória da Fazenda Capão Rico e Sítio Sarandy;
- 2004/2006 - Estudo de Cadeias Dominiais, baseado na localização espaço/temporal de imóveis dentro do Núcleo Colonial Monção;
- 2004/2006 - Assentamento de mais 170 famílias no Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares

Quadro 3

Síntese dos processos jurídicos para retomar as terras públicas	
Ação Reivindicatória Reivindicar, ou seja, reaver área na posse de terceiro.	
1 Elaboração de relatório com juntada de documentos pelo Itesp; Verificação de que a área não passou para o domínio particular; Matrícula atualizada; Planta do imóvel 2 Encaminhamento para Procuradoria Regional de Pres. Prudente 3 Propositura da Ação Reivindicatória pela Procuradoria	
Primeira Instância 3.1. Inicial; 3.2. Deferimento; 3.3. Imissão; 3.4. Agravo da decisão; 3.5. Citação; 3.6. Réplica; 3.7. Perícia; 3.8. Razões finais; 3.9. Sentença procedente com retenção de benfeitorias.	Segunda Instância 3.10. Apelação; 3.11. Contra razões de apelação; 3.12. Remessa ao Tribunal; 3.13. Distribuição no Tribunal; 3.14. Relator; 3.15. Julgamento; 3.16. Trânsito em julgado; 3.17. Retorno à origem; 3.18. Acordo ou pagamento por precatório.

Fonte: ITESP (2007) Apud Feliciano (2009, p. 448).

Nota-se que perpassam quase dez anos desde as criações dos planos regionais para o INCRA realizar ações reivindicatórias nas terras do Núcleo Colonial Monção. Tais ações só são realizadas após as ocupações dessas terras por parte do MST, efetivando a denúncia social e a pressão aos órgãos competentes para que fossem procedidos os devidos estudos sobre os usos ilegais de terras públicas na região.

Os atos reivindicatórios são momentos importantes na conquista camponesa, uma vez que legitimam a luta e comprovam que houve grilagens de terras. É sabida a intensa ação da classe ruralista nos meios políticos e judiciários, e quando é iniciado o processo reivindicatório, que vem a comprovar a aquisição ilegal da terra, não está tudo perdido para os grileiros, uma vez que cabe ao governo arcar com o pagamento das benfeitorias. Mas, de fato esse momento demonstra uma vitória camponesa na luta pela terra.

As sentenças das ações discriminatórias não convertiam automaticamente o domínio dos ocupantes irregulares para o domínio estatal. A sentença de uma ação não cria um domínio, apenas conforma algo preexistente, mas indevidamente ocupado, ou confirma a ocupação atual. O domínio é constituído a partir de relações sociais sobre determinada área. Os fazendeiros-grileiros sempre estiveram próximos aos grupos decisórios, dentro do Estado, quando não neles incluídos. (FELICIANO, 2009, p. 446)

Entretanto, como podemos observar no Quadro 3, as ações reivindicatórias são extremamente morosas, reflexo de um judiciário burocrático e lento. Seria tal fato mais uma estratégia do capital, ao contar com a ajuda daqueles que deveriam julgar os procedimentos ilegais, e se por ora não os legalizam, agem de forma a tornar os processos de desapropriação demasiadamente lentos, causando a desesperança camponesa na luta pela terra?

Como aponta Fabrini (2008, p. 240) os movimentos sociais, bem como quaisquer manifestações organizadas da sociedade civil, têm como objetivo primaz contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada.

Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia dos direitos. (FABRINI, 2008 p. 240)

Figura 31: Áreas reivindicadas e ocupadas através de grilagens do antigo Núcleo Colonial Monção.

Fonte: INCRA-SP

Dessa forma, as ocupações do MST sobre as terras do antigo Núcleo Colonial Monção a partir da década de 1990 são pautadas pela luta e acesso a terra, mas que também conflagra a denúncia ao conjunto da sociedade sobre os usos ilegais e pressiona os órgãos responsáveis a agir sobre um direito previsto na Constituição Federal no que diz respeito a utilização de terras públicas.

Na representação, fornecida pela INCRA, podemos notar a instalação de diversas fazendas no interior do perímetro do Núcleo Colonial Monção. Tais informações foram levantadas através de investigações em Matrículas, Transcrições e análise de Cadeias Dominiais, em que foram percebidos diversos vícios de falsificações.

Concluimos que após as ações reivindicatórias, das fazendas Capivara, Capão Rico e Sítio Sarandy, ainda restam impetrar ações sobre as terras da Fazenda Turvinho. Os procedimentos de delimitação e averiguação dos documentos já foram realizados, e como demonstra a figura e os estudos de georreferenciamento, existem fazendas instaladas em terras públicas (INCRA, 2006), sendo o caso mais conhecido o da Cutrale¹³, que de acordo com o INCRA, está instalada sobre terras do antigo Núcleo Colonial Monção.

Esses eventos são marcantes das disputas territoriais e da luta de classes, em que, os camponeses, que mesmo pautados por uma série de direitos, acabam sendo sufocados por um poder invisível, marcado pela presunção das oligarquias, alianças e senso comum (CUBAS, 2012).

Certamente que as pressões do agronegócio sobre os camponeses não se contentam apenas sobre os limites das áreas ocupadas por este, como podemos ver na figura anterior. Além de serem enclaves da procura pela acumulação de capital e do jogo de poder sobre as terras, essa imagem representa não apenas onde estão os usos ilegais, mas também, a ação da ilegalidade sobre a construção territorial, que não se limita apenas as linhas divisórias.

Ou seja, a representação pode mostrar as áreas das fazendas griladas, mas nas entrelinhas da representação o que vemos é a ação do capital sobre a concentração fundiária, valendo-se de quaisquer meios para tal, principalmente por se tratarem de espoliações, o que garante a acumulação ampliada do capital. Portanto, tem-se que a representação cartográfica é a representação geométrica de ações e relações, que tem um sustento psicológico e ideológico.

---

¹³ Estudos do INCRA realizados em 2006 sobre o do Núcleo Colonial Monção, e já trazidos no Capítulo 2.

As “imagens” territoriais revelam às relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. [...] De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. (RAFFESTIN, 1993, p. 152)

Entretanto, a produção territorial está passível a todos os agentes, variando a escala e a intensidade de que se trata. Todas as relações de poderes acabam por construir territórios de ações entre estas, sendo que assim, quando os geógrafos se deparam com este território, já o veem em profunda elaboração, mas suscetível de mudanças. (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Logo, quando nos deparemos com as suas análises, o produto já não é mais o mesmo da projeção, uma vez que os territórios são mutáveis de acordo com as forças em jogo.

Quando são tratadas as relações de poder expressas no território, fala-se de limites, que mesmo não sendo delimitadas fisicamente, elas estão presentes devido às forças de ações que se encontram.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com a porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 153)

Certamente que as maiores implicações dos jogos de poder estão nos limites. O que define o traçado do limite é a forma que esse agente tem em estendê-la até onde suas forças o permitirem. O litígio acontece quando se depara com outro agente, de forma similar a sua, e assim, as pressões agem sobre o limite. Caso se depare com um agente de força superior, o limite será modificado, e o território do mais fraco será sucumbido aos interesses do mais forte, uma vez que “as configurações do território são o resultado de forças complexas, unificadas, porém por uma lógica constante: a ligação existente entre configuração e lógica do desenvolvimento capitalista com as condições históricas” (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 2).

Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é, assim, negar a ideia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intraclasses e que, ao fim, impedem a delimitação dos espaços de poder ao gosto de seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos. (PAULINO, 2008, p. 215)

Assim, os processos que definem os limites não podem ser analisados de maneira fixa, como algo rígido, que não se altera no espaço. Os limites são reflexos das disputas, são avançados ou recuados conforme os interesses em jogo. As disputas são expressões da luta de classes, mas como citado, também pode acontecer dentro de uma mesma classe, uma vez que no capitalismo, esses agentes podem ser concorrentes, e certamente possuem forças de ação e investimentos diferentes.

É nessa perspectiva que se dão as disputas territoriais nas terras do antigo Núcleo Colonial Monção. Após a sua desativação na década de 1930, as terras ficaram a mercê da ação de grileiros, que ali já exprimiam relações de poder para delimitar a ação de cada um.

Quando na década de 1970 da passagem do controle do Governo Federal para o Governo Paulista, essas terras foram alvo de incentivos à silvicultura de grandes empresas do setor madeireiro e celulose, houve a expressão de poder para essas concessões, sendo destinadas às empresas Eucatex e Duratex, tendo como proprietários Paulo Maluf e Paulo Setúbal, respectivamente. É possível que tenha havido certa interferência política daquele que viria a ser governador do estado no início da década de 1980. Com essas concessões, a Eucatex acaba ficando com uma grande área para a plantação dos *pinus*, madeira fundamental para a sua indústria. Certamente os jogos de interesses nos bastidores da política paulista da época determinaram os limites desses privilégios.

Assim, o que há nesse episódio não pode ser tratado como um caso de grilagem, mas pode ser enquadrado na concepção de apropriação ilegal de terras públicas, uma vez que não houve a falsificação de títulos nesse momento. Porém, a transferência dessas terras públicas para empresas privadas possibilitou a fixação de usos do solo pautados pela exploração do capital.

Portanto, é a partir desses abusos cometidos pelo capital, provocando uma série de acontecimentos que culminam com o saque das terras públicas, que surge a resposta dos movimentos sociais, expressando a luta camponesa contra o capital que o havia expropriado, e agora, é denunciado por suas artimanhas ilegais de concentração fundiária.

3.2 – O MST

Com as manifestações populares em meados da década de 1980, onde os direitos democráticos eram a palavra de ordem em toda a sociedade, vários setores começaram a se organizar para reivindicar reformas necessárias para uma nova perspectiva política e econômica.

Dentre essas manifestações é que surge o Movimento Sem-Terra, que posteriormente passa a ser chamado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A reforma agrária é proposta por diferentes forças sociais, transformada na tradução política das lutas por terra que se desenvolvem em diversos pontos do país. (MEDEIROS, 2003, p. 14).

Contudo, a contrarresposta da oligarquia não tardou, e com a formação da UDR e a consolidação da Bancada Ruralista, os interesses sociais acabaram por serem sufocados, e na Constituição Federal de 1988, apesar de estar prevista, a questão da reforma agrária foi pouco dialogada com a sociedade. Logo, a Nova República não foi o marco da democracia no campo, como era tão esperado (MEDEIROS, 2003, p. 41).

Na década de 1990, a reforma agrária se apresenta sobre novas questões, em que a demanda por alimentos e matérias-primas perdem o foco para a geração de emprego e renda, que são mais baixos que os urbanos.

Muda a base social que hoje luta pela terra, reunindo-se sob a identidade de sem terra. Os segmentos sociais que emergem sob esta identidade são, além de trabalhadores de origem rural, trabalhadores pobres e desempregados da cidade que buscam assegurar uma vida e um trabalho dignos e proteger a família da desestruturação e das ameaças de violência enfrentadas nas periferias urbanas. (MARQUES, 2004, p. 44)

É nesse contexto que o MST chega para realizar as ocupações das terras griladas do antigo Núcleo Colonial Monção, quando a partir de 1994, passou a ser reivindicado o assentamento de famílias nas terras remanescentes, e também naquelas que estavam ocupadas por empreendimentos privados. Passaram a surgir, então, acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra às margens das rodovias próximas. As reivindicações também se estendiam para as demais áreas griladas nas proximidades, bem como para o grande montante de terras improdutivas por ali encontradas.

Entretanto, aponta Turatti (2005, p. 35), no início do ano de 1996, em torno de trezentas famílias que estavam acampados à beira da SP-261, foram despejadas por uma ação judicial de reintegração de posse, a pedido do próprio ITESP (Instituto de Terras do

Estado de São Paulo). Interessante abordar que tal ação se mostra contraditória, uma vez que quando passada do cunho federal para o estadual na década de 1950, este instituto teria controle e conhecimento das terras públicas. Assim, em julho do mesmo ano, aproximadamente 250 famílias foram cadastradas pelo INCRA, e mais 80 famílias chegaram para incrementar a luta. A ação deste órgão federal acaba por legitimar as ações dos movimentos sociais, alegando a feição de terras públicas na localidade.

A ocupação é a denúncia social, e o acampamento é a expressão territorial da procura pela alteração dos arranjos territoriais pautados na espoliação e concentração fundiária. O acampamento é um enclave no território do capital.

O acampamento apresenta estruturas sociais organizadas, bem como territorialidades internas a este, de acordo com as divisões hierárquicas e produtivas. Contudo, o acampamento, por mais que esteja organizado, não é visto como estrutura fixa e definitiva, uma vez que é entendido como algo provisório, porém necessário na luta pela terra. Turatti (2005, p. 54) aponta que um acampamento possui três etapas, a saber:

- 1 – ocupação da área pretendida/acampamento;
- 2 – despejo/acampamento provisório;
- 3 – reocupação da área pretendida/acampamento.

Figura 32: Reintegração de posse em Iaras no ano de 2001. Fonte: IHA (2005, p. 119)

Quando o MST decide por ocupar uma área, parte-se de análises prévias que se enquadrem no descumprimento da função social da terra. Terras públicas e devolutas e áreas improdutivas são os focos de reivindicações. Porém, quando a realização da primeira etapa geralmente é acompanhada de uma reposta por parte do fazendeiro/grileiro, que com o auxílio da benevolência e omissão do judiciário, é contemplado com a reintegração de posse, acontecendo assim o desmantelamento do acampamento. Tal evento se dá pela investigação superficial e errônea dos documentos que comprovem a titulação da propriedade, sem aprofundar os tramites, é comum a reintegração de posse e as ordens para se desfazer o acampamento pautados no direito da propriedade privada. É importante explicitar que tal procedimento é sempre acompanhado por uma truculenta ação das forças repressoras do Estado, como as ações policiais. Os camponeses acampados, crendo na legitimidade de sua luta, resistem, a ponto de serem “atacados” por forças que visam manter o direito da propriedade privada da terra, mesmo que essa seja ilegal.

Importante nesse momento ressaltar como eram configurados os acampamentos. Grande parte dos integrantes do MST possuía um passado de ligação com a terra, sendo eles camponeses expropriados ou boias-frias. Entretanto, no final da década de 1990, esse movimento social opta por ampliar a sua estratégia de ação, ampliando a possibilidade da luta para trabalhadores urbanos, não mais de pequenos centros, mas também recrutando trabalhadores de grandes centros urbanos, em uma perspectiva de ampliar os movimentos de luta pela terra, e também de justificar um dos conceitos da luta contra o latifúndio, que é através do movimento de expropriação camponesa que ocorre o êxodo urbano e em consequência a exclusão social, se manifestando territorialmente pelas favelas.

Iha (2005, p.96) informa que grande parte dos acampados em Iaras não eram provenientes das proximidades, mas sim de outras regiões do estado de São Paulo. E como ocorrido em tantos outros acampamentos, a trajetória de luta pela terra não foi fácil.

Em relato coletado por Iha (2005, p. 96), um camponês assentado nos traz uma brilhante elucidação sobre os movimentos da luta, desde a ocupação, perpassando pelo acampamento até a consolidação do assentamento.

Não havia condução para ir pra cidade e se vinha uma condução tinha que se esconder pois não sabia se era algum amigo de fazendeiro. A trajetória do Zumbi foi muito difícil: houveram 9 ocupações e 8 despejos. O último despejo foi na Ninho verde. E veio 600 policiais para despejar nós... Nós tivemos 380 famílias acampadas, 360 crianças acampadas, houve muitos problemas com alimentação. Pois estamos longe das grandes cidades

que poderiam nos fornecer cesta básica. Teve problemas com o leite. O Zumbi desafiou o governo federal e o município de Iaras para sair o assentamento, enfrentamos toda espécie de contradição. Enfrentamos a questão do poder judiciário que era devagar. Sofremos muito preconceito na região, pois a mídia solta que o sem-terra era terrorista, o sem-terra é um bando de ladrão...um bando de vagabundo, no entanto, tinha um tanto de gente que era trabalhador. O Zumbi foi o que abriu a possibilidade de assentamentos, mas estacionou nele.¹⁴

Logo, nem todos os acampados foram contemplados com lotes no assentamento Zumbi dos Palmares, devido à falta de cadastro no INCRA, ou mesmo pelo projeto de assentamento não ter estipulado um número de lotes que contemplassem a todo. E dessa forma, em 1998 iniciaram um novo acampamento, batizado agora de Madre Cristina. No ano 2000, um novo grupo, chamado de Lafaitte Oliveira, ocupou outras áreas do Núcleo Colonial Monção. Esse grupo era oriundo de Itapeva, e foi formado também por famílias que não foram contempladas com o assentamento criado nas terras da antiga Fazenda Reunidas/Bonanza, naquele município.

Figura 33: Acampamento na Fazenda Capin/Santo Henrique, em 2004. Fonte: IHA (2005 p. 113)

¹⁴ Fala do assentado conhecido como Piu, no ano de 2004 (IHA, 2005).

Mapa 8: Uso e Ocupação do Solo do antigo Núcleo Colonial Monção em 1994, no período do início da ocupação. Org.: Ricardo M. Venturelli

LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES DELIMITAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL MONÇÃO

26 de Setembro de 2011

A Superintendência Regional do INCRA de São Paulo realizou diversos levantamentos que subsidiaram várias ações administrativas e judiciais, entre elas, em 1997 a Ação Reivindicatória da Fazenda Capivara, em 1999 a criação e implantação do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares com o assentamento inicial de 54 famílias, a partir da tutela antecipada de 30% da área do imóvel denominado Fazenda Capivara, ou seja, foram destinadas ao INCRA apenas uma parcela das terras públicas. Entre 2000 e 2002 foram realizados levantamentos fundiários de todas as ocupações no perímetro do Núcleo Colonial Monção. Ainda em 2000, a União e o INCRA foram condenados em Ação Civil Pública a realizar o assentamento de famílias que haviam se transferido para a região.

A partir de 2005, o INCRA de São Paulo ajuizou nova Ação Reivindicatória sobre as Fazendas Capão Rico e Sarandy. Acordos judiciais com os ocupantes irregulares dessas fazendas permitiram o assentamento de mais 170 famílias. Em 2007 e 2008, novos acordos foram celebrados com aqueles que de alguma maneira estavam utilizando as terras públicas de maneira ilegal, seja por grilagem, seja por compra irregular. Em 2007, o Governo do Estado devolveu cerca de 2.300 hectares que ocupava irregularmente e, em 2008, a empresa Lwarcel Papel e Celulose reconheceu a legitimidade da propriedade da União mediante acordo homologado em juízo, devolvendo e permutando cerca de 2.600 hectares que ocupava irregularmente, de acordo com informações cedidas pelo MST.

O Assentamento Zumbi dos Palmares é mais uma evidência da luta pela terra. Após anos de ocupação, o INCRA realizou a divisão dos lotes e promoveu o assentamento que atualmente conta com mais de 220 famílias nas terras públicas do antigo Núcleo Colonial Monção.

A localização desse assentamento se dá de forma interessante na paisagem local, uma vez que disputa territórios rodeados pela silvicultura e a citricultura, sendo alocado distante do centro urbano mais próximo, em torno de 20 quilômetros.

Os assentamentos tenderam a representar mudanças nas formas de ocupação do espaço, transformando áreas onde predominavam pastagens, criação extensiva, monoculturas decadentes e em crise. Nela foi diversificada a paisagem, com a introdução de novos cultivos e criações, a produção para mercados locais, diversificando a paisagem etc. (MEDEIROS, 2003, p. 86)

Após o assentamento dessas famílias, a luta não cessa. Não basta apenas o lote assegurado ao camponês, sendo que não há assistência técnica e créditos rurais para

garantir as produções. A instalação de um assentamento é o primeiro passo de muitos para a efetivação da reforma agrária.

Contudo, a luta pela terra não se esvaiu depois da criação Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares. Como já citado, o total de terras públicas remanescentes do Núcleo Colonial Monção é grande, e podem ser confrontados com as investigações realizadas pelo INCRA, principalmente nas terras da Fazenda Turvinho. E como bandeira de luta pela reforma agrária, é necessário sair da zona de conforto para poder vencer as injustiças, e por isso, a pressão do MST sobre o Estado para que se resolvam os problemas das grilagens continua.

3.2.1 – As Tentativas de Criminalização do MST e a Resistência Camponesa

As terras da Fazenda Turvinho, como já amplamente discutidas no Capítulo 2, são de pertencimento da União, mas de acordo com as análises realizadas pelo INCRA foram griladas na década de 1940, e desde então foram alvo de inúmeras ações ilegais que garantissem a sua propriedade, até que nos anos 2000 essas terras foram adquiridas pela empresa Sucocítrico Cutrale.

Pautados na legitimidade dos estudos realizados pelo INCRA é que o MST decide por realizar ocupações nas terras dessa empresa, a fim de pressionar o Estado a realizar a reintegração de posse e posteriormente o assentamento de famílias acampadas na região.

Motivados pela expectativa que significaria o assentamento de mais de 400 famílias caso a Cutrale desocupasse as terras públicas que explora ilegalmente na região centro-oeste do Estado de São Paulo, centenas de trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a Fazenda Capim no dia 28 de setembro de 2009 e por lá ficaram durante dez dias. Após a ação, cerca de 35 trabalhadores da empresa foram demitidos de suas atividades por terem ligações com o Movimento. (DOSSIÊ CUTRALE, 2011, p. 26)

Assim, em 2009, foi amplamente noticiado na mídia nacional este episódio envolvendo membros do MST em Iaras e Borebi. Podemos notar no quadro a seguir, como que um veículo de informação com alcance nacional, noticiou de maneira imparcial e tendenciosa.

Quadro 4

MST invade fazenda de laranja em Iaras

28 de setembro de 2009 | 21h 29

JOSÉ MARIA TOMAZELA - Agência Estado

Cerca de 200 famílias integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram hoje a fazenda Capim, no município de Iaras, sudoeste do Estado de São Paulo. A propriedade tem área de 2,7 mil hectares e possui mais de 200 mil pés de laranja da Cutrale, uma das maiores empresas do setor de cítricos do País. Os sem-terra cortaram cercas e arrombaram um portão para entrar na fazenda. No terreno, destruíram pés de laranja e iniciaram a construção dos barracos. Os integrantes usaram tratores e máquinas da fazenda para arar a terra com o objetivo de plantar feijão. De acordo com as lideranças regionais do MST, a fazenda foi ocupada por ser uma propriedade do governo federal e estaria sendo utilizada de forma irregular pela multinacional.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mst-invade-fazenda-de-laranja-em-iaras,442447,0.htm>.

<acessado em 22/10/2010>

Nota-se a intencionalidade deste jornalista e do grupo informacional ao qual está subjugado, ao se valer de palavras com caráter pejorativo, tais como “invadem” e “destruíram”. Nesta mesma reportagem ainda elevam a imagem da Cutrale, ao afirmar que a empresa é uma das maiores do mundo, exaltam a sua dimensão, elencando o tamanho da área e quantidade de pés de laranja. De maneira secundária é trazido que a Cutrale está em terras públicas, e dentro da perspectiva de desinformação ou de desqualificar essa informação, cita esse dado através da liderança do MST, que foi massivamente criticada no decorrer de toda a matéria.

Essa é uma típica estratégia utilizada por partidos e grupos midiáticos ligados à ideais conservadores no Brasil, de manipular as informações, com o intuito de formar uma imagem negativa dos movimentos sociais, especialmente do MST. É comum encontrarmos notícias que buscam criminalizar o MST, como a citada anteriormente.

A imprensa tem um papel enquanto representação de classe. Defendem seus interesses e ataca os que contestam a hegemonia burguesa. A questão ideológica fica clara nesse processo e permite entender a forte ligação existente entre classes dominantes e proprietários da grande imprensa no Brasil. Os meios de comunicação são usados nesse embate, independentemente dos princípios de liberdade e isenção que os defendidos em público. [...] o processo de “satanização” do MST pela mídia ocorre em todo o país. (AYOUB, 2009, p. 251)

Tais manipulações de informações ganhara escopo após a divulgação de vídeos gravados pela Polícia Militar de São Paulo sobre a derrubada de pés de laranja, e que nos veículos midiáticos ganharam o discurso da baderna, da desordem, em uma tentativa de desinformação e manipulação à grande massa de manobra das ações realizadas pelos movimentos sociais, como podemos observar no Quadro 4 a maneira como os grandes meios

mediáticos se referem aos movimentos sociais no Brasil, bem como também nas imagens a seguir, em que foram divulgadas de maneira a forjar um ideário contra a reforma agrária.

Figuras 34 e 35: Ocupação e atos de protesto do MST nas terras griladas ocupadas pela Cutrale entre Iaras e Borebi. Fonte: Oliveira (2011)

Na ocasião essas imagens foram amplamente difundidas na mídia, e servirão de base para os argumentos daqueles que defendem os interesses de um conservadorismo, contra quaisquer reformas estruturais. Essa é mais uma estratégia na luta de classes, fazer com que o cidadão não se identifique com a sua classe, mas sim a dominante, chegando a propagar os interesses dela, mesmo que para isso, os seus direitos sejam sucumbidos.

Quadro 5:

PT e MST protestam contra prisões em Iaras e Borebi

Prisões fazem parte da Operação Laranja, que investiga a depredação das instalações da empresa Cutrale

28 de janeiro de 2010 | 13h 38

Agência Estado

Políticos do PT e líderes de organizações ligadas à defesa da reforma agrária acusaram na quarta-feira, 27, a Polícia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria de Segurança Pública (SSP), de ter agido com objetivos políticos e eleitorais no episódio da detenção de líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na terça-feira. Nesta quinta-feira, 28, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, haverá um ato de protesto contra a ação policial.

As prisões, ocorridas nos municípios de Iaras e Borebi, fazem parte da Operação Laranja, que investiga a destruição de um laranjal e a depredação das instalações de uma fazenda da empresa Cutrale por militantes do MST, em outubro do ano passado. Entre os detidos estavam dois políticos filiados ao PT.

Ofensiva

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a operação faz parte de uma ofensiva para criminalizar movimentos sociais. "A foto publicada no Estado, com um homem algemado e puxado por um policial, diz tudo sobre a cultura jurídica em vigor neste país, onde qualquer pobre que se organiza é visto como criminoso", disse Dirceu Fumagalli, da Pastoral. Segundo Gilmar Mauro, da coordenação nacional do MST, a ação policial foi "um show pré-eleitoral".

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pt-e-mst-protestam-contraprisoes-em-iaras-e-borebi,503008,0.htm>. <acessado em 22/10/2010>.

Em momento algum foi noticiado que as terras já haviam sido declaradas como remanescentes da União, e que a instalação da Cutrale em tal, era mais uma etapa de ações ilegais de apropriação de terras, e nem que segundo estatísticas da própria corporação, foram derrubados cerca de sete mil pés de laranja, o que corresponderia a 0,7% do 1 milhão de pés de laranja existentes na fazenda. Na ação, os trabalhadores plantaram feijão no lugar de parte da monocultura (DOSSIÊ CUTRALE, 2011, p. 27).

Novamente vemos uma tentativa de forjar uma opinião a toda sociedade propagada pelo mesmo jornal, em uma tentativa de desqualificação e ilegalidade dos movimentos sociais.

No mapa a seguir, percebemos os limites se conjurando nas disputas territoriais entre camponeses e o agronegócio. Nas terras da antiga Fazenda Capivara atualmente se encontra o Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, e na Fazenda Turvinho (Capin/Santo Henrique) está o complexo da Cutrale. Notamos que o nos limites onde vivem mais de duzentas famílias assentadas, a distribuição fundiária é perceptível a partir de pequenos lotes. Já a área ocupada pelo agronegócio, não muito menor que a área “rival” camponesa, demonstra a concentração fundiária, marcada pela monocultura de laranja. Assim, notamos que os arranjos territoriais limítrofes são contraditórios, uma vez que em terras públicas são notados usos e interesses distintos. Enquanto os camponeses conquistaram seus pequenos lotes, em torno de 6 ha. através de lutas, o agronegócio conquista seus territórios através de falsificações, violência e da complacência do Estado.

A expectativa de fazer com que a população se volte contra os movimentos sociais acaba por dar frutos, uma vez que não é estranho ver a opinião vinda das bases do senso comum contra qualquer estimativa de reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Em Iaras não é diferente, integrantes do MST, sejam eles camponeses assentados no Assentamento Zumbi dos Palmares, quanto camponeses acampados no Acampamento Rosa Luxemburgo, como nos foi muitas vezes dito pelos próprios, sofrem o preconceito da população local, seja em casos de convívio, como até a negação de comercialização de produtos oriundos do assentamento.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA

P.A. Zumbi dos Palmares e Cutrale

05 de Julho de 2010

Mapa 10: Territórios em disputa no Núcleo Colonial Monção. Org.: Ricardo M. Venturelli

Figura 36: Laranjais da Cutrale visto a partir do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Abril/2013

Outra tentativa de intimidação aos movimentos sociais, exclusivamente nesse caso, se deu pelo fato da Bancada Ruralista, representando a UDR (União Democrática Ruralista), em abrir uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar as ações do MST. Mesmo sabendo que se trata de terras públicas, houve legisladores federais que questionavam a ação, como maneira de legitimar o agronegócio que se apropria de forma ilegal de terras públicas.

Do ponto de vista do poder judiciário, o Ministério Público da Comarca de Lençóis Paulistas ofereceu denúncia a mais de cinquenta pessoas e o judiciário determinou a prisão temporária que após três dias se transformou em preventiva contra 22 membros do MST. Tais procedimentos caracterizam a criminalização do Movimento através da omissão do poder executivo, da ação investigadora do poder legislativo e da ação criminalizadora do poder judiciário (OLIVEIRA, 2011, p. 47).

Na perspectiva da defesa do agronegócio, percebemos a ação do judiciário e do legislativo federal, no ato de criminalizar as ocupações realizadas pelo MST na Fazenda Santo Henrique, localizada entre Iaras e Borebi, sendo que o judiciário de Lençóis Paulista ainda definiu uma multa de R\$500,00 por membro do MST ao dia, caso continuassem com a ocupação. Essas terras são oriundas do Núcleo Colonial Monção, e mesmo com as denúncias de uso irregular de terras públicas pelo capital, ainda persiste a argumentação contra a reforma agrária.

A aliança entre os ruralistas e a mídia, para a difusão de uma ideologia contrária aos movimentos sociais e a reforma agrária, tem causado uma esquizofrenia na opinião da população brasileira, uma vez que as elites se valem de ações criminalizantes, como a própria CPMI, ou mesmo os discursos empregados na imprensa.

Na realidade, a ação era contra várias entidades e organizações criadas pelo movimento para prestar assistência técnica, cooperativismo, etc. em assentamentos de reforma agrária do MST, ou seja, criminalizar os que lutam pela reforma agrária e, na realidade, criminalizar a própria reforma agrária, que já não estava mais sendo feita pelo próprio governo petista. (OLIVEIRA, 2010, p. 64)

Depois desse episódio, com a procura da criminalização dos movimentos sociais, e a falsa legitimação da propriedade privada, em que a mídia se omite a explicitar as origens da terra, no ano de 2011, nova investida promovida pelo MST aconteceu na mesma unidade da Cutrale. Oliveira (2011, p.45) aponta que essas não foram as primeiras ações do MST nas terras da Fazenda Santo Henrique, sendo que em 2001 já havia ocorrido uma ocupação para forçar o INCRA a desapropriar essas terras por interesse social. Acontece que à época o INCRA não possuía meios legais para tal, visto que os documentos apresentados pelos “proprietários” pareciam ter origens legais.

Em janeiro de 2001 o MST organizou um novo acampamento (Santo Dias) no Núcleo Colonial Monção, com 100 famílias, ocupando a Fazenda Águas de Caçador (ou Capim), no município de Borebi. O acampamento foi formado com famílias de sem-terra de Campinas, Ourinhos, Bauru, Iaras e Sorocaba. O proprietário da fazenda, Emiliano Abreu Sampaio Neves, solicitou à Justiça a reintegração de posse três dias depois da ocupação. Os sem-terra saíram, mas voltaram a ocupar a mesma fazenda alguns dias depois. (IHA, 2005, p. 105)

Entretanto, tais ações levaram o INCRA a realizar os procedimentos, e tais processos que caminham até hoje na Justiça Federal em Ourinhos. Nesse caso, vemos que, mesmo com ações que busquem intimidar, incriminar ou mesmo soterrar quaisquer estimativas de reforma agrária, os movimentos sociais, e nesse caso o MST, se mostram essenciais para a realização das denúncias sociais e a pressão sobre os órgãos competentes para que sejam realizados os trâmites legais que acabem suprimindo as grilagens de terras e que assim, as estimativas de criação de assentamentos acabem por se concretizarem.

Em novembro de 2004, integrantes do MST ocuparam a Fazenda Rio Pardo, sendo uma de suas justificativas pertencer à família JJ Abdala, já conhecida pelas práticas de grilagens em outras áreas do Estado de São Paulo (IHA, 2005, p. 135). Cabe um adendo neste

momento, uma vez que essa fazenda é a mesma propriedade contida na Tabela 4, ao qual o INCRA concedeu a certificação à Cia. Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo, com área superior a 21 mil hectares.

Nesse episódio estavam presentes mais de 500 famílias, que sofreram o revés através do judiciário, quando o juiz do Fórum de Cerqueira César, cidade vizinha a Iaras, concede a liminar de despejo dos sem-terras. “O magistrado teria considerado injusta a privação da posse do bem e recomendou que a desocupação fosse feita de forma ‘urgente’. Ele autorizou a requisição da força policial, se necessária, mas recomendou que os policiais agissem ‘com moderação’” (IHA, 2005, p. 136). Quatro dias após o despejo das terras da Fazenda Rio Pardo esse grupo voltou a ocupar as terras da Fazenda Capim/Santo Henrique.

No ano de 2008 foi realizada a terceira ocupação, com duração de nove dias, na Fazenda Capim/Santo Henrique. Nesse momento, o INCRA pede que a Justiça Federal lidere o processo de reintegração de posse, uma vez que são terras da União, o que foi prontamente negado pelo juizado da Comarca de Lençóis Paulista (OLIVEIRA, 2011, p. 46).

Neste contexto, temos no período entre 1995 a 2010, segundo o DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra), registrados vinte e três ocupações de terras no município de Iaras, oito ocupações no município de Borebi e onze ocupações no município de Agudos. Em função destas lutas, o assentamento Zumbi dos Palmares, que inicialmente tinha cinquenta e quatro famílias, em 2010 passou a contar com trezentas e trinta e nove famílias, ocupando uma área de oito mil e um hectares. Também, foi conquistado o Assentamento Nova Vida com dezenove famílias e área de duzentos e noventa e nove hectares. No município de Borebi foram assentadas cinquenta famílias em uma área de novecentos e oitenta e dois hectares. No município de Agudos foram assentadas sessenta e nove famílias em uma área de mil e três hectares. (OLIVEIRA, 2011, p. 45)

Quem sabe quais seriam os destinos dessas terras públicas, caso os camponeses organizados não realizassem suas ocupações, protestos e manifestações. Se as forças do capital nas disputas territoriais se mostram vorazes e contam com o apoio, mesmo que nas entrelinhas, do Estado, do judiciário e da mídia, só resta ao campesinato lutar, ocupar, denunciar, em uma proposta de incomodar a sociedade, tentando informar os tantos erros na questão agrária brasileira ao longo de cinco séculos. Se o capital conta com a alienação do cidadão como aliado, o campesinato procura tirar esse cidadão da zona de conforto e leva-lo a conhecer o que de fato acontece no campo brasileiro.

4 – REFORMA AGRÁRIA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA

Este é o momento de pensarmos em qual modelo de reforma agrária o Brasil optou por fazer, e quais as perspectivas nas relações de poder que se engendram nas disputas por terras.

Após tratarmos algumas considerações a respeito do processo de apropriação da terra no Brasil, desde as sesmarias, perpassando pela Lei de Terras de 1850 até os dias atuais, concluímos o quão excludente vem a ser o acesso a terra.

Marcadas por relações de poder, a terra sempre foi objeto de ostentação e auferição de renda fundiária pelas oligarquias, e quaisquer meios necessários para manter a estrutura agrária vigente, benevolente à concentração e a especulação, será bem vinda.

Entretanto, notamos na história da terra no Brasil, em que por mais que as elites se valessem de meios de concentração e apropriação das mais diversas sortes, suas ações sempre foram acompanhadas por respostas e pressões sociais. A cada movimento visando a concentração de terras nas mãos de poucos, a sociedade respondia com suas estratégias de sobrevivência.

Assim foi nas sesmarias, quando a terra era concedida aos “homens bons”, e que surge uma população livre, orbitante ao engenho, morador de condição, mas que era responsável pela produção de alimentos. Surge aí o campesinato brasileiro, a margem do sistema agroexportador estritamente capitalista. A Lei de Terras surge no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e com vias de manter a concentração fundiária, a terra se torna mercadoria, e o acesso a terra estaria negado.

Contudo, o colonato apresenta uma série de estratégias, que culminam com a consolidação do campesinato paralelo às grandes fazendas de café. Só que as elites nunca aceitam as transformações sociais que a desconcentração fundiária pode provocar.

Na história recente, temos a inserção maciça de capital no campo, muitas vezes internacional, gerando uma nova onda de expropriação camponesa. É o momento da expansão dos latifúndios pelo cerrado, chegando a beira da Amazônia. Só que a luta camponesa pela sua manutenção ou recriação é intensa, e como contrarresposta às pressões sociais, impera a violência do latifúndio. Violência essa que não é marcada apenas pela concentração fundiária, mas também pela garantia dessa concentração, que pode contar com a

benevolência do Estado, do judiciário, das forças repressivas e se preciso, de capangas armados.

E dessa forma chegamos ao ponto que precisamos analisar, de como e qual modelo de reforma agrária o Brasil optou por realizar. Não podemos entender que reforma agrária seja apenas a partilha de uma grande área, independente se ela é improdutiva, grilada ou pública, para o assentamento de algumas famílias. A reforma agrária deve atender a critérios mais amplos, que alcancem o seio da sociedade, provocando mudanças estruturais de poder e economia.

A pressão sobre latifundiários deve conter os aspectos que visem a não especulação fundiária, visando a propriedade privada da terra como reserva de valor, bem como o combate aos inúmeros processos de falsificação de documentos para a apropriação ilegal, tal como a grilagem. O uso racional de terras públicas e devolutas deveria ser consciente e não omissivo. A Função Social da Terra tem que ser levada a sério.

Por mais, a quem serve a terra no Brasil? A terra é um objeto de poder, isso é inegável na estrutura de nossa sociedade. Mas por vezes, o Estado acaba por contradizer-se, realizando projetos de colonização ou assentamentos em pequenas propriedades, criando e recriando o campesinato. E porque ele faz isso?

Em certos momentos é importante ao capital se valer de relações produtivas não capitalistas, como a produção familiar camponesa, para ampliar os meios de acúmulo, de produção do capital. Quando não o é interessante, o campesinato é deixado à margem de quaisquer políticas públicas. A terra é o instrumento da auferição de renda capitalizada.

O Núcleo Colonial Monção é um exemplo de ação colonizadora em um rincão do estado de São Paulo no início do século XX. Em terras pouco férteis vieram imigrantes de diversos países, para que ali ocupassem e produzissem. No momento da grande expansão algodoeira, o capital sujeitou a produção camponesa daquele lugar. Após a crise de 1929 e a queda das exportações brasileiras, esse projeto de colonização foi abandonado, deixando à mercê da própria sorte os camponeses, e da ação dos grileiros as terras remanescentes.

Por muito tempo essas terras foram palco das mais inescrupulosas ações de apropriação ilegal, através da falsificação de documentos e da complacência de cartórios e do próprio Estado. Mencionando ainda que durante a Ditadura Militar, essas terras passaram de controle da União para o governo paulista, que em seguida destinou à grandes empresas

exploradoras de madeira de reflorestamento, demonstrando um intenso e sujo jogo de interesses nos bastidores políticos e governamentais (INCRA, 2006).

Acontece que sobre tantos casos de mau uso de terras públicas no Brasil, surgem os movimentos sociais, que lutam por melhores condições de vida, por uma sociedade mais justa. E nesse bojo, as terras do antigo Núcleo Colonial Monção, como tantas outras em nosso país, se tornam foco de reivindicações populares. Latifúndios improdutivos, terras públicas e devolutas que foram griladas, fazendas em que há exploração de trabalho análogo ao escravo, grandes monoculturas que prejudicam o meio ambiente se tornaram alvo de ações visando a reforma agrária.

A legitimidade para tais atos estão impressos na Constituição Federal de 1988, como já mencionado, que determinam breves condicionantes para a desapropriação fundiária e a distribuição em lotes de assentamentos.

É fato notar que no Brasil, qualquer pequena perspectiva de mudança é dilacerada pelas elites (MARTINS, 1999). E assim acontece com a reforma agrária. Se imbuem de discursos arcaicos do direito à propriedade privada, de dados estatísticos questionáveis, de discursos ideológicos e midiáticos, da aliança da terra-capital, e sobretudo, do Estado, para garantir a soberania do poder da terra.

Dessa forma, a luta pela terra, carregada de sentidos, ideologia e necessidades de ordem econômica e social, se esvai em nossa sociedade que compra os discursos da elite, dos governantes, de uma oligarquia fundiária e burguesa, da modernidade das máquinas e da monocultura de exportação, como se fossem o mais belo cenário no campo brasileiro. Esquecendo-se daqueles que produzem alimentos, do trabalho familiar (OLIVEIRA, 2003).

Dentro desse processo contraditório no campo brasileiro, das disputas territoriais e ideológicas entre o agronegócio e o campesinato é que nos deparamos com a questão agrária brasileira, marcada pela discrepância de ações governamentais em prol do latifúndio; E das repercussões de nossa sociedade, que propaga ideias sem ao menos refletir, e soltam aos quatro ventos, principalmente após serem “informados” pela grande mídia, de que a reforma agrária é algo de que não se precisa no Brasil.

4.1 – Reforma Agrária para quê?

Essa é pergunta que permeia as mentes da grande massa de manobra de nossa sociedade. Uma indagação feita sem reflexão, a partir de informações parciais e fragmentadas. É uma pergunta feita por aqueles que não conhecem a questão agrária brasileira, não sabem, não se informam e não vivenciam os acontecimentos do campo.

Os discursos de nossa sociedade sobre a reforma agrária vêm carregados de uma visão preconceituosa e de termos pejorativos, jogados pela imprensa, em favor da propriedade privada e dos interesses de uma oligarquia rural que se mantém no poder a qualquer custo.

Antemão, esses discursos não são lançados de graça, estão por trás de um esforço da elite brasileira em manter as coisas como são, questionando quaisquer manifestações que visem a quebra do pacto de poder, que transformem a ordem vigente. Vivemos em um país que historicamente sempre sufocou as manifestações populares, e não seria com a luta camponesa pela terra que o inconsciente coletivo manipulado pela elite iria mudar (OLIVEIRA, 1988). O que pensar do povo que tem em sua bandeira um lema positivista que determina *Ordem e Progresso*.

Ideologicamente somos bombardeados todos os dias com intencionalidades contra a reforma agrária. O que nos chega mastigado são as informações tendenciosas da mídia (imprensa, televisiva, radiofônica e internet), e que propagam interesses dos detentores de poder. A grande parte da população não é informada e não procura saber quais as reais intenções de nossos governantes, que agem sempre em prol dos interesses de poucos.

Assim, vamos nos debruçar sobre as entrelinhas das políticas de reforma agrária nos governos mais recentes do Brasil. Sobre o primeiro governo não militar pós Ditadura, presidido por José Sarney, e que as principais questões já foram tratadas, como a criação do I PNRA e os nascimentos dos movimentos sociais de base territorial, como o MST, que surgem no seio de uma esperança de reforma agrária trazida pela redemocratização.

Ademais, iremos dar foco aos governos eleitos diretamente, a partir do primeiro sufrágio universal para presidente no Brasil desde 1960, que veio a ocorrer no ano de 1989. Desde então se passaram cinco presidentes, mas com duas ações políticas diferentes, pelo menos no campo ideológico. Primeiramente temos a gestão Fernando Collor/Itamar Franco, marcado por uma ampla crise econômica que se estendia desde a década de 1980, e que perdurou nos primeiros anos dessa década, ocasionando inflações altíssimas. Esta gestão

também ficou marcada pelo *impeachment* de Collor, então assumindo a presidência o seu vice, Itamar Franco, do PMDB.

De acordo com Feliciano (2009, p. 84-85) esses dois governos realizaram um número bem reduzido de criação de assentamentos, sendo que no período Collor, foram criados 300 assentamentos, atendendo quase que 40 mil famílias. Já no governo Itamar, a reforma agrária nem entrou em pauta, sendo que apenas 70 projetos de assentamentos foram implantados, e ainda, muitos desses eram tramites iniciados no governo anterior, ou simplesmente de regularização fundiária.

Vivíamos o momento em que a UDR estava ganhando cada vez mais espaço no Congresso Nacional, cada vez mais vorazes contra qualquer ideia ou ação em favor da reforma agrária.

Em seguida, tivemos o embate claro de duas situações políticas bem posicionadas. De um lado tínhamos o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, e que havia sido ministro da fazenda de Itamar, e um dos responsáveis pelo Plano Real. De outro, o metalúrgico e líder sindical Luis Inácio Lula da Silva, do PT. Certamente que o lançamento do Plano Real em 1994, meses antes do pleito, alavancou a campanha de FHC e o tornou presidente, eleito em primeiro turno.

FHC governou o país por oito anos, sendo reeleito, também em primeiro turno nas eleições de 1998. Dessa forma, é interessante destacar algumas das principais características de seu governo.

Uma das principais marcas dessa gestão são as políticas neoliberais, que vão ganhando escopo ao longo do tempo, deixando de longe a Socialdemocracia que o partido estampa em seu nome. Quanto às políticas agrárias, o governo FHC é marcado por uma série de contradições, mas que no final de tudo se justificam em prol da elite ruralista brasileira.

A partir da presidência de Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro iniciou um processo de tentativa de despolitização da questão agrária e da supressão do movimento camponês (em especial o MST), procurando ao máximo dirimir sua força enquanto classe presente na sociedade capitalista. O caminho estrategicamente adotado pelo governo federal transitou em torno de três espaços: judicial, institucional e midiático. (FELICIANO, 2009, p. 96)

De forma a interpretar as ideologias embutidas nas ações das políticas agrícolas de reforma agrária desse governo, é importante retomarmos os conceitos que podem estar por trás das ações.

Os assentamentos de reforma agrária acontecem muito mais quando o governo cede à pressão popular do que por acreditar em conceitos de reprodução da agricultura camponesa. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, pareceu que o debate da reforma agrária tinha perdido importância, pelo fato de sequer ter sido mencionado em sua campanha política. No decorrer de seu mandato presidencial, FHC muda a sua atuação no campo e busca inserir os assentados no universo mais amplo da “agricultura familiar”. (MARQUES, 2004, p. 46).

A partir da década de 1990, como afirma Bombardi (2003, p. 111), o termo agricultura familiar tem sido utilizado em oposição ao conceito de camponês, para designar o quanto estes agricultores estão inseridos no mercado, de que são pequenos empresários do setor agrícola.

Trabalhar com o conceito de camponês tal como propõe autores como Shanin, Martins e Oliveira, significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção. Esta concepção do campesinato, enquanto classe social, é um dos alicerces que fundamenta o rol de hipóteses centrais desta discussão, uma das quais está assentada na premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção. (BOMBARDI, 2003, p. 114)

Vale aqui uma breve intervenção para buscarem-se os significados dos conceitos e compreender que eles nunca são empregados de graça, como afirma Fernandes (200-, p. 5). Quando se remete ao pequeno produtor rural que utiliza basicamente a mão de obra familiar, de camponês, está se remetendo às concepções de Chayanov e da permanência classe campesina. Entretanto, quando se utiliza o termo agricultor familiar, para este mesmo personagem, se remetem às concepções de Kautsky e Lênin, dentre o progresso técnico da agricultura e da eliminação de uma classe camponesa. Dessa forma, quando se é deparado com um programa de agricultura familiar, no governo FHC, e outros também, fica claro a sua utilização enquanto forma de mencionar a uma classe em vidente extinção, e assim, não necessitam de programas para a sua reprodução, mas sim de assistencialismos.

Tais medidas são tomadas com as determinações de instituições internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e FAO (Food and Agriculture Organization), de forma a induzir as

políticas econômicas dos países que estão presos, através de empréstimos, à essas instituições. Dessa forma, as ações no campo brasileiro na segunda metade da década de 1990 são totalmente determinadas e influenciadas por pressões neoliberais.

Assim, as ações desse governo visavam reprimir quaisquer manifestações populares no campo, criando mecanismos punitivos, com a intenção de enfraquecer os movimentos sociais. Com a utilização demasiada de Decretos-leis e Medidas Provisórias, FHC criou medidas para conter as pressões por reforma agrária, e dessa forma, em conjunto ao ministro Raul Jungman, do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), ocupou-se em conter as manifestações no campo, como as ocupações e acampamentos, quando cria os critérios para realização de vistorias de imóveis rurais, indicando que:

Art. 1 – Fica proibida a realização de vistoria e avaliação dos imóveis rurais de domínio público ou particular que venham a ser objeto de esbulho possessório ou de invasão motivada por conflito agrário de caráter coletivo. (Medida Provisória nº2.109-49, de 27 de fevereiro de 2001)

É clara a definição de que este governo não aceita pressão popular, e de fato, faz de tudo para desqualificar as reivindicações populares. Outra Medida Provisória (2.109-48) determinava ainda a exclusão do cadastro de reforma agrária de qualquer pessoa que esteja envolvida em atos de manifestações.

Nesse ponto, fica claro o posicionamento jurídico que o governo FHC acabaria por tomar em relação a reforma agrária, utilizando dos meios judiciais para manter as perspectivas neoliberais, forçando assim a criminalização das ocupações e acampamentos, bem como no descaso com as famílias acampadas.

Na realidade, o governo FHC deixou de lado a reforma agrária, realizando em muitos casos, não o assentamento de famílias, mas sim a regularização fundiária ou a reordenação de assentamentos. Contudo, esses números acabaram sendo utilizados para manipular informações, em que eram divulgados dados e índices completamente diferentes dos encontrados na realidade.

As estratégias do governo FHC eram de fato acabar com os conflitos agrários, optando pela criminalização dos movimentos sociais pela mídia. (OLIVEIRA, 2003, p. 115). Bem como trata Ayoub (2009) em que a imprensa, aliada a este governo, cria estratégias a fim de propagar no senso comum um processo de “satanização” do MST, ao qual a mídia se valendo de seu caráter ideológico visando defender a hegemonia burguesa, propaga uma série de discursos que corroboraram a estratégia de criminalização.

Entretanto, episódios fatídicos ganharam repercussão nacional, após atos de extrema violência contra os trabalhadores sem terra, valendo-se do meio judiciário para reintegração de posse e das forças repressivas do Estado, como a Polícia Militar, e em alguns casos o Exército, que são mandados para manter a “ordem” e o direito à propriedade. Os piores massacres foram os ocorridos em Corumbiara – RO e Eldorado dos Carajás – PA, respectivamente nos anos de 1995 e 1996. (MEDEIROS, 2003, p. 47).

Com o objetivo de conter os movimentos sociais, criminalizando e reprimindo as manifestações populares, esse governo opta por tomar medidas que visavam transformar os tramites da reforma agrária no Brasil.

Como característica deste período foi a propagação de programas para a reformas agrárias conduzidas pelo mercado, entre eles, o principal vem a ser o Banco da Terra, criado aos moldes que o Banco Mundial propunha.

Os defensores da reforma agrária pelo mercado propugnavam um uso mais eficiente de recursos e a importância de que a reforma agrária tivesse um caráter voluntário, ou seja, os proprietários de terras deveriam concordar com ela, o que tornaria mais rápida, eficaz, não provocando disputas judiciais ou políticas. Ativando o mercado, ela permitia melhores condições para a transferência da propriedade. (MEDEIROS, 2003, p. 59)

Não podia deixar de ser diferente o enfoque dado a reforma agrária por este governo que levou ao extremo as concepções neoliberais, marcado principalmente pelas privatizações de inúmeras e importantes estatais. O Banco da Terra, era um programa que visa “reduzir” a ênfase na desapropriação por meio do financiamento direto da compra de terras “produtivas” por trabalhadores organizados em associações, com a intermediação dos estados. (MARQUES, 2004, p. 47)

É neste bojo político que é criado o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que implicaram em uma redução dos recursos destinados aos assentados.

Essas perspectivas visavam tirar o foco dos movimentos sociais, e mesmo assim, tentar agradar aqueles que desejavam o acesso a terra, pois estava acontecendo uma nova forma de ter acesso à terra. Trata-se das propostas de um programa chamado Novo Mundo Rural.

Na realidade, o anúncio do “Novo Mundo Rural” visava promover o esvaziamento do poder dos movimentos sociais sobre o processo de reforma

agrária e um maior enquadramento desta política à lógica de livre mercado. Ele também representou a submissão da política agrária aos ajustes impostos ao governo pelos organismos internacionais frente à crise do Real em 1998. (MARQUES, 2004, p. 47)

Dentre tantas medidas tomadas, uma delas foi a extinção do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), que veio a ser substituído pelo PRONAF, e quem ocasionou a redução de recursos aos assentados, bem como a diminuição do tempo em que o recém-assentado tem direito à linhas especiais de crédito.

Essas foram as principais medidas tomadas pelo governo FHC visando diminuir o foco dado à reforma agrária, optando por desqualificar os movimentos sociais, usando de meios institucionais, midiáticos, judiciais e policiais. O grande objetivo era enaltecer o agronegócio exportador, e dessa forma, desqualificar a agricultura camponesa.

Transformar programas de reforma agrária em comércio tinha a clara ideia de que os assentados estariam vinculados à uma agricultura empresarial, aos moldes do agronegócio o que de fato não aconteceu.

Contudo, em 2003 subiu ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT), na figura do Presidente Lula, com uma forte tradição em defesa dos interesses sociais e grande promotor da esperada reforma agrária.

As expectativas aumentaram quando da nomeação de pessoas ligadas aos movimentos sociais para ocupar cargos importantes no INCRA e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mais ainda com o lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, em que este propunha assentar mais de 400 mil famílias até 2006, sem mencionar o acesso à terra que seria facilitada via o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que substituiu o Banco da Terra. Dentre as principais metas do II PNRA, vale fazer uma comparação daquelas propostas inicialmente, pela equipe que coordenavam os trabalhos, liderado por Plínio de Arruda Sampaio, com o plano que acabou aprovado, sendo que entre as propostas, estavam:

Quadro 6

PLANO PLÍNIO (proposto – 2004 a 2007)	PLANO LULA (adotado – 2003 a 2006)
Meta 1 – Dotar 1.000.000 de famílias de trabalhadores pobres do campo com uma área de terra suficiente para obter, com seu trabalho, uma renda compatível com uma existência digna;	Meta 1 – Assentar 400 mil famílias;
Meta 2 – Assegurar às famílias beneficiárias das ações de reforma agrária e dos agricultores familiares uma renda mensal equivalente a três e meio salários mínimos, composta pela renda monetária e valor de autoconsumo;	Meta 2 – Regularizar as posses de 500 mil famílias com posses;
Meta 3 – Criar 2.500.000 postos de trabalhos permanentes no setor reformado;	Meta 3 – Beneficiar 150 mil famílias através do crédito fundiário;
Meta 4 – Consolidar os assentamentos de reforma agrária já constituídos, mas que ainda não atingiram a meta de renda fixada para os novos assentamentos;	Meta 4 – Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
Meta 5 – Regularizar os quilombos;	Meta 5 – Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
Meta 6 – Regularizar a situação dos agricultores ribeirinhos desalojados para a construção das barragens;	Meta 6 – Implementar cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
Meta 7 – Reassentar, fora do perímetro das áreas indígenas, posseiros com posses de até 50 há, atualmente estabelecidos naquelas áreas;	Meta 7 – Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;
Meta 8 – Efetuar o levantamento georeferenciado do território nacional, a fim de sanear definitivamente os títulos de propriedade de terras do país;	Meta 8 – Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
Meta 9 – Atender aos assentados e aos agricultores familiares das áreas de reordenamento fundiário e desenvolvimento territorial com assistência técnica, extensão rural e capacitação;	Meta 9 – Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
Meta 10 – Levar, por meio de Plano Safra, o crédito agrícola e a garantia de preços mínimos aos assentados e agricultores familiares.	Meta 10 – Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
	Meta 11 – Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Fonte: FELICIANO, 2009, p. 146

As metas do II PNRA ficaram aquém das propostas, mostrando que não seria dessa vez que a reforma agrária iria ganhar a atenção merecida. Ainda mais ao analisarmos as metas para o II PNRA elaborado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, com as metas que acabaram sendo aprovadas, sem o acordo desta equipe que compunha a elaboração do plano. Notamos o quão aquém das perspectivas iniciais as metas ficaram, demonstrando o jogo de interesses nos bastidores, ao ser aprovado um conjunto de metas abaixo das esperadas pela equipe e que de alguma forma se mostrasse menos “radical”.

O PNRA idealizado por Plínio de Arruda Sampaio foi deixado de lado, para que metas menos ambiciosas fossem traçadas. E em muitos casos, sequer as metas adotadas oficialmente foram cumpridas. Uma prática que se tornou comum no governo Lula também

foram as manipulações de dados, em que novamente regularizações fundiária e emissão de títulos de assentamentos antigos entraram no bojo dos dados como assentamentos criados.

De fato, esperanças pelo momento histórico que se acreditava ser favorável para a reforma agrária, os movimentos sociais aumentaram os acampamentos, ocupações e mobilizações, como forma de pressionar mesmo o governo. Mas por outro lado houve também o aumento da violência dada em resposta pelos fazendeiros. (OLIVEIRA, 2003, p. 119).

Os conflitos agrários, como podem ser conferidos no Gráfico 1, tem uma precedência histórica na região norte e nordeste, sendo que na primeira, nota-se, nos últimos anos um aumento destes, apresentando os maiores índices de conflitos, e consequentemente o maior número de mortos, mas ainda seguidos de perto pelos conflitos na região nordeste.

Gráfico 1: Conflitos no campo brasileiro entre 1985 a 2006

Fonte: OLIVEIRA, 2007, p. 154

Entretanto, surge a indagação, de o porquê esta violência no campo continua? Por que não há justiça? Uma vez que os camponeses estão reivindicando acesso a

terras improdutivas, e também a terras públicas e devolutas, obtidas por documentos fraudados nos inúmeros cartórios do interior do Brasil.

Apesar de estarem surgindo membros do judiciário que incorporam uma visão social da sua função, no seu conjunto o Judiciário tem aparecido como o grande aliado do latifúndio. A propriedade ainda é vista como um valor absoluto. Os dados sobre os despejos judiciais falam por si só. A prisão de um grande número de trabalhadores, acusados de formação de quadrilha, quando há jurisprudência consagrada que nega que a luta pelos direitos possa ser considerada como tal, dá o tom da “isenção” de boa parte do judiciário. (OLIVEIRA, 2003, p. 119)

Marques (2004, p. 48), analisou quatro aspectos que teriam peso na resolução da questão agrária atual. A primeira se remete a instabilidade e fragilidade da produção dos assentados e dos camponeses, face o avanço do processo de abertura da economia brasileira e o aprofundamento da lógica de mercado. Em segundo ponto vem a precariedade das infra-estruturas produtivas e sociais nas áreas de assentamento. O terceiro quesito se trata do caráter pontual e emergencial que tem caracterizado a condução da reforma agrária. E por último a questão da manutenção de parcela significativa de nossa população rural.

Entretanto, contraditoriamente do que se esperava do mandato do presidente Lula, seu foco de ação mais se assemelhou com o de seu antecessor do que aquele que se esperava que fosse realizado. Programas como o “Fome Zero” e o “Bolsa Família” têm a sua importância dentro a circulação financeira em escala local, mas não passam de programas assistenciais.

Oliveira (2006, p. 15), afirmou sobre o II PNRA e o então primeiro mandato do PT de que não realizou a reforma agrária anunciada pelo Presidente Lula em novembro de 2003. “Trata-se, pois da vitória da não reforma agrária defendida inclusive, por muitos membros do próprio governo Lula. Aliás, vários deles, até escreveram sobre a não necessidade atual da reforma agrária.”

Uma das principais perspectivas sobre a reforma agrária no governo Lula, era a de que esta não colocasse em xeque o agronegócio. E dessa forma, os assentamentos de reforma agrária ganharam uma lógica dúbia, sendo a de não ser realizada nas áreas de domínio do agronegócio, ou ainda, ser realizada nas áreas onde ela possa ser auxiliar ao agronegócio. (FELICIANO, 2009, p. 148).

Nessa perspectiva, vemos que a preferência desse governo acabou por ser também o agronegócio, privilegiando o setor agroexportador em detrimento do campesinato, indo a contraponto a quaisquer esperanças que os movimentos sociais viram nesse governo.

Presencia-se um momento de intensa troca de mercadorias em âmbito global, e com a agricultura não seria diferente. No Brasil, cada vez mais se expandem as culturas geradoras de *commodities*, seja em regiões de fronteira agrícola, ou em regiões tradicionalmente marcadas por policulturas, mas em ambas, sempre expressas pelo alto nível tecnológico produtivo, assalariamento de trabalhadores rurais e expropriação camponesa. São expressões da inserção das elites brasileiras ao capitalismo internacional.

Dessa forma, as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país. (OLIVEIRA, 2007, p. 147)

Desde 1500 vê-se uma agricultura com tudo que existe de mais moderno para produzir, gerando mercadorias para exportação. Mas o que é percebido sempre vem a ser a real situação de miséria que muitas pessoas vivem nestas áreas.

O Brasil do campo moderno, [...], vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial o país exportou: produtos florestais [...], carnes [...], o complexo soja [...], café, açúcar e álcool, [...], sucos de frutas, algodão e fibras vegetais, milho, trigo, couro [...] mas, quis a ironia que em 2003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além de evidentemente do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) [...]. (OLIVEIRA, 2003, p. 121-122)

O agronegócio brasileiro, recentemente, foi mais beneficiado ainda com as políticas de Biocombustíveis, tendo como carro-chefe a cana-de-açúcar para a obtenção do etanol, do chamado combustível limpo, em um processo que visa a substituição da matriz energética do petróleo por tal.

Tem-se o mito de que o Brasil é o grande celeiro do mundo, fazendo-se acreditar na importância das culturas de exportação. Sendo que no ano de 2002, o Brasil foi apenas o 8º país em volume de exportação de produtos agrícolas, ficando atrás de países como

a França, Holanda e Bélgica, evidentemente com uma porção territorial bem inferior ao Brasil. (OLIVEIRA, 2003, p. 126)

O ano de 2008 foi exemplar na revelação ao mundo na elevação dos preços das commodities, em particular, do aumento dos alimentos básicos da população mundial: trigo, milho e arroz. Estes três alimentos representam a produção mundial de mais de 2 bilhões de toneladas produzidas, portanto, muito mais que os apenas 200 milhões da produção de soja. Aliás, a soja só tem importância para o agronegócio no Brasil e na Argentina, pois nem mesmo nos Estados Unidos tem a importância que recebe no Brasil. A elevação dos preços dos alimentos indicava também, pela FAO, o aumento do número de pessoas no mundo que passavam fome. Este número chegou a um bilhão de pessoas. (OLIVEIRA, 2010, p. 25-26)

Partindo da premissa de que a produção de alimentos está nas mãos dos camponeses, também são as pequenas propriedades as que mais geram empregos no campo e de fato as que mais geram renda (OLIVEIRA, 2003, p. 129, 134, 136). Assim, indagamos qual será a perspectiva da questão da terra no Brasil para o século XXI, uma vez que se tem um avanço agressivo do agronegócio. Mas também se tem a resistência camponesa, e reivindicações de acesso a terra, buscando sua reprodução e consolidação.

Com a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, dando continuidade ao PT no governo federal, pouca coisa foi feita em relação à reforma agrária. Mesmo havendo informativos do governo federal insistindo que a reforma agrária durante a gestão PT tem se efetivado, os movimentos sociais conseguem desmentir tais informações, ao se valerem de dados que comprovam que a opção de uma reforma agrária marginal ao modelo agroexportador é o que se vê na realidade.

Quadro 7

Política agrária evolui em oito anos

03/02/2011 12:29 - Portal Brasil

A política agrária brasileira cresceu significativamente ao longo de oito anos. A área incorporada ao programa de reforma agrária saltou de 21,1 milhões de hectares de terras obtidos entre 1995 e 2002 para 48,3 milhões entre 2003 e 2010, um aumento de 129%. Os números foram informados, na quarta-feira (2), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O balanço foi sistematizado em uma publicação disponível no portal da autarquia.

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/03/politica-agraria-evolui-em-oito-anos>.

<acessado em 23/04/2011>.

De acordo as informações trazidas pelo governo federal, a reforma agrária anda a todo vapor no Brasil. Mas, não é assim que os movimentos sociais têm entendido, e através de seus sites, conseguem contrapor as informações, demonstrando que há muita morosidade e poucas estimativas de que se resolvam os problemas ou conflitos agrários.

A seguir, analisaremos os dados de desapropriação de terras durante governos de Collor, Itamar, FHC e Lula, e assim, poderemos observar quantitativamente o montante de projetos de criação de assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Gráfico 2

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/por-que-desapropriacao-de-terras-esta-parada-no-governo-dilma>

Nota-se que o número de desapropriações rurais tiveram um ápice até o final do primeiro mandato do governo de FHC e uma queda brusca em seu segundo mandato. Tais ocorrências se devem, como já mencionados, pelo posicionamento à agricultura monocultura de commodities para exportação, baseadas em grandes extensões fundiárias, popularmente conhecidas pelo termo agronegócio. Porém, vale ressaltar que todos esses números de desapropriações durante o governo FHC não se deve exclusivamente à criação de assentamentos, mas sim, em grande parte de regularização fundiária de assentamentos criados em governos anteriores, prática essa que também foi realizada nos governos Lula/Dilma.

Ao compararmos as informações do Quadro 7 com os dados do Gráfico 2, notamos que os discursos são contraditórios, uma vez que não convergem no que diz respeito

às políticas de reforma agrária nos governos Lula/Dilma. Dessa forma, é importante trazermos a outra face do discurso, em que o MST faz uma reflexão sobre as desapropriações no governo Dilma.

Quadro 8

Por que a desapropriação de terras está parada no governo Dilma?

6 de janeiro de 2013, *Da Página do MST*

O governo Dilma é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos.

Reportagem da Folha de S. Paulo, publicada neste domingo, revela que na primeira metade do mandato, 86 unidades foram destinadas a assentamentos.

O número supera só o de Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis em 30 meses, comparando ao mesmo período das administrações anteriores desde o governo Sarney (1985-90).

"O governo Dilma é refém dessa aliança com o agronegócio, que é o latifúndio modernizado, que se aliou com as empresas transnacionais. O governo está iludido pela proteção que a grande mídia dá a essa aliança e com os saldos na balança comercial. Mas esquece que esse modelo é concentrador de terra e de renda, desemprega muita gente, desmata o meio ambiente, sobrevive usando cada vez mais venenos agrícolas, que vão se transformar em câncer", disse Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, em entrevista à Folha.

"O governo Lula e Dilma não são governos do PT nem de esquerda. São governos de uma frente política de classes que reúne um amplo leque de classes sociais brasileiras. Desde a grande burguesia, o agronegócio, a classe média, a classe trabalhadora, os camponeses e os mais pobres. Essa natureza de composição dá estabilidade política ao governo e amplas margens de apoio na opinião pública, mas impede reformas estruturais, que afetariam os interesses das classes privilegiadas", analisa Alexandre.

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/por-que-desapropriacao-de-terras-esta-parada-no-governo-dilma>.

<acessado em 10/01/2013>

De acordo com os dados trazidos e o posicionamento do MST sobre os últimos governos brasileiros, a reforma agrária está aquém da que se esperava, e isso se dá devido a uma aliança governamental com o agronegócio, privilegiando esse setor não apenas nas linhas de crédito que são nada mais que subsídios disfarçados, como também em deixar os latifúndios tomarem conta das terras. Já em seu discurso de posse o Presidente Lula já disse que não confrontaria o agronegócio através da reforma agrária (OLIVEIRA, 2006), sendo que a sucessão presidência na figura de Dilma Rousseff segue os mesmos modelos.

Fica clara a opção por se deixar de lado as lutas sociais e as reivindicações populares e atender somente aos anseios da elite agrária desse país. O que há por trás dos bastidores do poder, certamente atende apenas à uma classe. Os dados sobre o número de desapropriações realizadas desde o período Sarney não nos deixa mentir, e mostra as

desapropriações para fins de reforma agrária durante o governo PT, pouco progrediu nesses últimos dez anos.

Dessa forma, notamos que a opção dos governos brasileiros é a de não realizar a reforma agrária. Não nos moldes em que ela necessita acontecer, em que provoque mudanças estruturais e econômicas em nossa sociedade.

Os modelos de reforma agrária empregados nos últimos governos, além de incipientes, são moldados aos interesses do agronegócio, de forma que não chegue a confrontá-lo, ou quando necessário, coexista, para que se possa sujeitar o campesinato aos interesses do capital.

Certamente que as esperanças camponesas, frente a tantos desafios, não cessam. A luta pela terra não para e certamente não chegará a uma resposta tão cedo.

4.2 – Territórios em Disputa no Sudoeste Paulista: a luta continua

Diante de todas as perspectivas sobre a reforma agrária ocorridas nos últimos mandatos presidenciais no Brasil, principalmente na perspectiva bipartidária de PSDB e PT, percebemos que os camponeses sem-terra realizam uma verdadeira crítica ao desenvolvimento dos processos de reforma agrária, que na morosidade presenciada, atravancam o processo de desconcentração fundiária no Brasil.

Depois dos desdobramentos da ocupação da Fazenda Santo Henrique, ocorrida em 2009, em que os camponeses protestaram contra essa empresa que invadiu as terras pertencentes à União, mas que diz ter se valido de meios legais de aquisição. Tais informações sobre a aquisição dessas terras terem se dado de forma irregular já são de conhecimento do INCRA desde 2006, quando realizaram levantamentos em todas as terras remanescentes do Núcleo Colonial Monção, e que foram citadas no Capítulo 3.

Mesmo assim esse episódio foi amplamente noticiado com um ar nefasto sobre as ações dos camponeses sem-terras, atribuindo-lhes as imagens de baderneiros, de tumultuadores, ladrões e saqueadores. Mais uma vez, as informações foram distorcidas e tendenciosas, divulgando a imagem do movimento social de forma pejorativa.

Diversos documentos foram, e estão sendo, pesquisados para refutar a ideia de utilização de terras públicas em outros procedimentos que não o da reforma agrária em Iaras. Certamente que os documentos fundiários, como as escrituras e cadeias dominiais, são os mais importantes a serem analisados.

Contudo, o acesso a esses documentos, principalmente em cartórios locais¹⁵, foram um tanto dispendiosos, pois, nota-se uma resistência quanto a consulta das escrituras e cadeias dominiais pedidas.

Dessa forma, coube ao MST, antes de uma nova investida, realizar uma série de levantamentos por conta própria, que desse legitimidade às suas ações, e assim, chegaram ao seguinte resultado:

A área reivindicada total de 1.104,0087 ha (um mil, cento e quatro hectares e oitenta e sete centiares), dos quais: 1) a área de 870,2800 há (oitocentos e setenta hectares e vinte e oito ares) está registrada sob a matrícula de número 4118, junto ao cartório de registro de imóveis de Cerqueira César, 2) a área restante de 233.7287 ha (duzentos e trinta e três hectares, setenta e dois ares e sete centiares) encontra-se sem registro (Memória sobre Cutrale/Fazenda Santo Henrique APUD Dossiê Cutrale, 2011, p. 17).

Aliadas as informações, o MST novamente foi à luta e ocupou a Cutrale, no ano de 2011. Só que desta vez, nenhum rebuliço foi criado pela mídia, não aparecendo reportagens imbuídas de puro sensacionalismo, nenhuma crítica tendenciosa às ações do MST, apenas poucas notas do acontecido, mas de forma desconexa e fragmentada. Mas por que a mídia perderia essa oportunidade de formar a opinião da população brasileira contra os movimentos sociais?

Tanto foi verdade o uso político das cenas montadas, que no início de 2011, decisão unânime da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), determinou o trancamento do processo instaurado contra integrantes do MST, acusados da prática de crimes durante a ocupação da Fazenda Santo Henrique/Sucocitríco Cutrale entre setembro e outubro de 2009. (OLIVEIRA, 2010, p. 63)

Dessa vez não houve uma abordagem midiática sobre a ocupação da Cutrale, como das outras vezes, porque a justiça, em um de seus lampejos, decretou que eram falhas e inverídicas as acusações remetidas ao MST diante da ocupação de 2009. Entretanto, a

¹⁵ O cartório correspondente à Iaras se localiza em Cerqueira César-SP, sede da comarca, que compreende ainda o município de Águas de Santa Bárbara. Entretanto, algumas das escrituras podem estar nos cartórios de Avaré, Lençóis Paulista e Botucatu.

mesma mídia não noticia a vitória judicial do MST, ou mesmo o fracasso da CPMI contra o MST, proposta pela bancada ruralista. Os grandes veículos midiáticos optaram por se omitirem, ao não informar para o povo brasileiro que as terras da Cutrale em Iaras são patrimônio público, ou que os integrantes do MST foram acusados de algo que não cometeram.

Em 28 de setembro de 2009, um pouco mais de um mês depois da conversão em lei da MP 458, o MST de São Paulo ocupou a fazenda Santo Henrique grilada pela Cutrale no município de Borebi no interior paulista. Sobre a grilagem e a compra ilegal da fazenda pela empresa mundial, nenhum comentário na mídia, apenas a crítica virulenta contra o movimento. (OLIVEIRA, 2010, p. 62)

Essa prática visa defender os ideais e os interesses do agronegócio, forçando a formação de um senso comum voltado contra quaisquer reformas de base, e que de certa forma afetariam as estruturas econômicas e sociais do Brasil.

Tudo acontece de forma a subsidiar a expansão do agronegócio, e nesse caso específico, das citriculturas, que são explicitadas pela aquisição e arrendamento de terras para esta cultura, por três dos maiores grupos voltados à esta atividade no Brasil, como afirmam Welch e Fernandes (2008, p. 165), sendo elas o Grupo Fischer, representado pela Citrosuco, também a Cutrale, além do Grupo Votorantin, proprietária da Citrovida.

No setor de suco concentrado de laranja cabe destacar a já antiga aliança da Cutrale com a Coca Cola, fazendo com que ela assumisse plantas industriais da multinacional na Flórida nos Estados Unidos. Pode-se destacar também a proposta de fusão entre a Citrovida do grupo Votorantin e a Citrosuco do grupo Fischer. (OLIVEIRA, 2010, p. 83)

O setor citricultor é basicamente controlado pelo capital industrial, onde a presença de inúmeras multinacionais é marcante no que concerne à produção de suco concentrado, voltado para o mercado externo. (OLIVEIRA, 1981, p. 41).

O processo de inserção efetiva da citricultura na região é relativamente recente, remontando ao ano de 2005, quando a Cutrale alegou ter adquirido essas terras, tal como consta no processo do INCRA.

Tradicionalmente, as regiões com produções mais significativas da laranja no estado de São Paulo correspondem ao Baixo Tiete, mais especificamente nas proximidades de Bebedouro, Matão e Araraquara, mas tem-se que desde a década de 1970, como apontado por Oliveira (1986, p. 31), esta cultura vem se expandido para outras regiões de São Paulo. É

no seio deste processo que a citricultura se expande pela bacia do Rio Pardo, nas proximidades da Rodovia Castello Branco (SP-280), ocupando terras nos municípios vizinhos de Águas de Santa Bárbara, Avaré e Cerqueira César, indo também em direção ao eixo da Rodovia Marechal Rondon (SP-300), nos municípios de Agudos, Borebi e Lençóis Paulista.

E expansão do setor citrícola é um típico caso de Territorialização do Capital (OLIVEIRA, 1999, p. 105) e das relações de produção, tendo como melhor exemplo, o agronegócio e suas territorialidades. Como já indicado anteriormente, esse procedimento de uso do solo indica a ação intensa do capital nos setores produtivos. Nesse momento o capital se vale da renda capitalizada da terra e dos lucros obtidos pela exploração de trabalho alheio.

Trata-se da aliança terra-capital, em que o proprietário de terras é o mesmo sujeito capitalista que explora o trabalho visando a extração de mais-valia, principalmente na figura do boia-fria.

Por outro lado, a controversa territorialização de grande parte de nossa elite proprietária de terras, apoiada em processos altamente especulativos e fraudulentos, indica, na prática, os limites na aplicação da lei e as deficiências da atuação do Estado em relação ao mercado de terras. (MARQUES, 2004, p. 49)

Este processo é marcado pelo latifúndio e pela monocultura. É fato que no Brasil não se interessa a forma como se adquiriu a terra, importa que ela se apresente como um ponto a favor nos bastidores de poder e da extração da renda capitalizada da terra, e que enalteçam o discurso de que o agronegócio mantém a economia brasileira em índices favoráveis. E o caso da Cutrale em Iaras mostra o quão tendencioso vem a ser o trâmite para a ocupação do solo, em que há o claro favorecimento ao grupo empresarial em detrimento dos camponeses, mesmo que previstos em lei qual seriam as destinações para as terras públicas.

Uma ideia que permeia o senso comum em favor do agronegócio vem a ser a geração de empregos. Mas se paráramos para analisar, quantos empregos essa empresa gera na unidade Santo Henrique? Quais as relações de trabalho ali encontradas?

Essas reflexões não são feitas pela sociedade. Há um senso comum nos lugares marcados pelo agronegócio de que não há desemprego, de que toda sociedade é beneficiada com a oferta de trabalho. Mas em momento algum há a explicitação das condições de trabalho encontradas nesses lugares.

[...] uma nova orquestração de interesses, baseada numa intrínseca articulação de entidades, comparece no cenário organizativo do capital

industrial como um todo, em especial quanto às relações com o mundo do trabalho em substituição às formas tradicionais (corporativas). Assim, a industrialização da agricultura mina o ruralismo como ideologia, ou seja, deixa de representar os anseios expansionistas e os projetos de dominação do capital nesse setor da economia. (THOMAZ JR, 2002, p. 117-118)

Vivemos uma intensa investida em prol do convencimento ao conjunto de toda a sociedade, de que os lugares dominados pelo agronegócio são marcados pelo pleno emprego, o que não é verdade. Os índices de emprego dessas localidades são mascarados pela contratação temporária, onde, com a contratação da mesma pessoa várias vezes durante o ano, os dados acabam multiplicando-se, induzindo ao erro aqueles que fazem uma leitura superficial.

Figura 37: Período de colheita de diferentes espécies de laranja. Fonte: Citrusuco. Disponível em: <<http://www.cborio.com.br/fischer/fischer/sites/fischer/citrusuco/pomares/laranja/variedades.html>>.

Acessado em 06 de maio de 2013.

Ademais, quais as condições de trabalho no setor citrícola?

Como já mencionado, a Cutrale se vale de estratégias das mais variadas qualidades para se aproveitar do trabalho alheio. O grosso do montante de pessoas ocupadas na citricultura se dá no período de colheita. Os períodos de maior colheita se dão entre os meses de maio a agosto, sendo uma outra espécie comum a sua colheita até outubro e ainda laranjas que estão no ponto entre os meses de outubro à janeiro.

As condições de trabalho são demasiadamente precárias, aos quais os trabalhadores estão sujeitos à estafa, principalmente por receberem por produtividade de colheita. Tais informações foram denunciadas pelo MST, sobre a precariedade das condições de trabalho e a omissão da Cutrale aos seus trabalhadores.

Quadro 9

Trabalhadores sofrem acidente por causa de transporte precário da Cutrale

26 de fevereiro de 2013

Por José Coutinho Júnior, Da Página do MST

Na manhã desta terça (26/2), um ônibus que transportava 11 trabalhadores que apanham laranjas para a empresa **Cutrale** sofreu um acidente na ponte da estrada municipal que liga Iaras ao município de Agudos.

O freio do ônibus falhou na descida que leva à ponte e, para não bater de frente com um ônibus escolar que vinha no sentido oposto, o motorista jogou o ônibus contra a ponte, caindo no Rio Pardo.

Todos os 11 trabalhadores se feriram, sendo levados ao hospital do município de Cerqueira César.

Trabalho precário

Não é só o transporte que é precarizado na Cutrale. Trabalhadores da empresa estão sujeitos a más condições de trabalho.

Durante o Tribunal Popular da Terra ocorrido em 2012, **trabalhadores da empresa denunciaram as situações de exploração que viviam, como receber apenas 29 centavos por cada caixa de laranja colhida.**

A caixa pesa de 48 a 50 Kg e devem ser carregadas pelos próprios trabalhadores que realizam a colheita, resultando em problemas de coluna, LER (Lesão de Esforço Repetitivo) e outras doenças.

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/trabalhadores-da-cutrale-sofrem-acidente-devido-a-transporte-precario>.

<acessado em 21/12/2012>

Nesse ponto, o MST faz uma dura crítica sobre o descaso dessa empresa com seus trabalhadores, que são obrigados a utilizar meios de transportes precários, que colocam em risco a vida de todos, e ainda assim, a empresa se omite da responsabilidade.

Outro ponto a ser explicitado é sobre a quantia recebida pelo trabalho, em que, conforme o texto, o trabalhador recebe apenas R\$0,29 por cada caixa de até 50 quilos. É extremamente desumano e estafante as condições de trabalho em que estão sujeitos esses trabalhadores, que vendem a sua força de trabalho à uma grande empresa transnacional, que leva seu nome ao mundo, mas certamente não mostra a face das condições precárias que sujeita os trabalhadores (THOMAZ JR, 2002).

[...] a participação do Estado, especificamente nesse setor da economia, não se restringe apenas às instancias de planejamento e controle, bem como da fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está presente também, assim como para as demais esferas da atividade econômica, na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho. (THOMAZ JR, 2002, p. 55-56)

Dessa forma, é comum uma empresa se valer de subterfúgios legais para poder explorar ao máximo a mão de obra desses sujeitos, que por não terem outras oportunidades, se sujeitam às condições de trabalho degradante. A ação de sindicatos de trabalhadores rurais é quase nula na região, com pouca atuação e fiscalização. E assim, os trabalhadores acabam tendo que aceitar essas condições de trabalho.

Uma das argumentações do setor citrícola é de que a produção de laranja vive um revés econômico, uma vez que a produção nacional está perdendo o mercado estadunidense para a produção de lá. Se não pararmos para refletir, podemos cair nas armadilhas do agronegócio, que com a ajuda da mídia, tentam nos convencer da importância desse setor.

Interessante analisarmos alguns discursos ecoados pelos produtores de laranja nesta reportagem. Da mesma forma que o agronegócio é um termo forjado no seio do neoliberalismo que visa a livre-concorrência e o Estado mínimo, os produtores do mesmo agronegócio pedem auxílio ao Governo Federal, com a criação de políticas de subsídios e de compra de estoques excedentes. Estes posicionamentos soam no mínimo contraditórios.

Quadro 10

Citricultores marcam protesto contra crise da laranja em Taquaritinga, SP

Produtores se reunirão às 10h para pedir ações do governo estadual.

Setor busca estímulo ao consumo para evitar prejuízo de R\$ 80 milhões.

26/07/2012 07h00 - Atualizado em 27/07/2012 17h01

Rodolfo Tiengo

Do G1 Ribeirão e Franca

Produtores de laranja confirmaram um protesto em Taquaritinga (SP) para esta quinta-feira (26) para exigir do governo estadual medidas que estimulem o consumo de suco e garantam a venda da atual produção, que corre o risco de ser perdida por causa de um atraso na negociação da última safra com as indústrias.

A previsão é de que 500 citricultores, de polos como Itápolis, Ibitinga, Bebedouro, Matão, Araraquara e Catanduva, participem do manifesto na Praça Centenário a partir das 10h, depois de se reunirem em um posto no km 327 da Rodovia Washington Luiz às 9h – onde os protestos foram proibidos por uma liminar judicial concedida a pedido da concessionária responsável pelo trecho.

O foco do protesto é a criação de políticas públicas emergenciais que evitem um prejuízo estimado de R\$ 80 milhões aos produtores do Estado, que estão perdendo parte da safra 2012/2013 devido ao excesso de estoque nas processadoras de suco, segundo Marco Antônio dos Santos, membro da Câmara Setorial de Citricultura do Ministério da Agricultura e do Sindicato Rural de Taquaritinga.

"Ajudaria e muito. Absorveria o suco que está nos tanques e a indústria aproveitaria a laranja", disse o presidente, sobre as 8 milhões de caixas de frutas que segundo ele já estão "no chão" das lavouras de São Paulo e que representam 40 mil colhedores sem trabalhar em mais de 300 municípios produtores do Estado.

Crise

O excesso de suco estocado nas indústrias é resultado das sanções comerciais impostas pelos EUA, principal comprador do produto brasileiro, que proibiu a importação da bebida por causa da utilização do agrotóxico "Carbendazim" nos laranjais do país.

Trabalho perdido

"É o trabalho de quase um ano inteiro perdido", afirma o citricultor Frauzo Ruiz Sanches, 39 anos, que estima já ter perdido 50 mil caixas de laranja em sua propriedade em Ibitinga (SP), o que significa 20% do total programado por ele para a safra deste ano. Diante da falta de demanda no mercado, ele deixou de contratar 50 trabalhadores para a colheita. "Não contratei, porque não estou colhendo. É uma cadeia produtiva em que um depende do outro", disse.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2012/07/citricultores-marcam-protesto-contr-a-crise-da-laranja-em-taquaritinga-sp.html>. <acessado em 10/08/2012>

Entretanto, temos outras informações sobre a crise do setor citrícola, como informado pelo MST, que atribui a crise ao grande grau de concentração produtiva desse setor. Não raro era ver a safra de laranja do ano de 2012 apodrecerem nos pés. Além de quererem que o governo arcasse com a compra da safra, os produtores em vários momentos deixaram a produção sem colher, para que essas laranjas não fossem introduzidas no mercado, a fim de fazer com o preço do produto de elevasse.

Quadro 11

Agronegócio concentra produção de laranjas e abre crise no setor

2 de agosto de 2012

Por Péricles de Oliveira, Do Brasil de Fato

A citricultura de São Paulo passa por um momento grave. As frutas já estão sendo colhidas, mas por incrível que pareça não há mercado, nem preço. Ou seja, se os produtores (em sua maioria grandes fazendeiros) quiserem entregar para a indústria, ela recebe, mas sem compromisso de preço.

As indústrias esnobam cinicamente e dizem que deixarão de comprar ao redor de 30 milhões de caixas (de 40 quilos) da safra atual, devido ao aumento da produção no campo e a diminuição do mercado de consumo de sucos de laranja. E já há cerca de 10 milhões de caixas colhidas, porém recusadas pelas indústrias - por tanto começam a apodrecer nos galpões e laranjais, segundo denuncia o presidente do sindicato rural de Ibitinga e Tabatinga (SP), Frauzo Ruiz Sanches.

Os produtores calculam que o custo de produção de uma caixa de 40 quilos de laranjas é de aproximadamente de R\$ 10 a R\$ 12. Mas a indústria oferece apenas R\$ 7. Ou seja R\$ 0,17 centavos o quilo. Os pobres consumidores se forem aos supermercados de São Paulo, e tentarem comprar um saco de laranjas com 15 quilos, para sair mais em conta, pagarão mesmo assim: R\$ 19,90. Ou seja, R\$ 1,32 o quilo, 676% a mais para fazer 150 quilômetros, entre a região produtora e a capital paulista.

O governo federal, como sempre, está socorrendo os fazendeiros e assinou portaria adiando o pagamento do crédito rural até 15 de fevereiro de 2013. Mas isso só adia o vencimento da dívida. Nem a diminui, nem ajuda a aumentar os preços ao produtor e nem aumenta o consumo entre a população.

Porque isso está acontecendo?

Os grandes jornalões da burguesia escondem de que a crise se deve a um processo histórico dos últimos 15 anos, em que houve a concentração dos produtores de laranja. Foram à falência mais de 25 mil pequenos e médios agricultores, que tinham seus laranjais, porém diversificados com outros produtos da agricultura. E assim não ficavam tão dependentes de um só produto e de uma única empresa. Agora, restaram poucos fazendeiros, com áreas superiores a 500 hectares e totalmente dependentes do monocultivo da laranja.

Ao se tornar um monocultivo e destruir a biodiversidade natural, os laranjais ficam mais afetos a doenças e insetos, que leva à aplicação cada vez maior de agrotóxicos. O uso de inseticidas aumentou de tal forma, que até o governo dos Estados Unidos proibiu a importação de suco de laranja do Brasil no ano passado até que os produtores se comprometessem a não usar mais um inseticida que já está banido por lá, mas que por aqui, as empresas transnacionais como a Basf, Bayer, Syngenta e Monsanto seguem utilizando e ganhando dinheiro com a sua venda.

A outra razão é a concentração das indústrias que levou a um verdadeiro oligopólio da produção do suco com apenas três grupos econômicos, entre eles a Citrus, da Votorantim, e a Cutrale. E esses grupos além de controlarem a agroindústria passaram a comprar terras e terem seus próprios laranjais, a partir dos quais controla o preço de oferta das laranjas.

Fonte: <http://www.mst.org.br/Agronegocio-concentra-producao-de-laranjas-e-abre-crise-no-setor>.

<acessado em 10/08/2012>

Nesse contraponto de informação trazido aqui, podemos notar o qual concentrador é o setor citrícola, desde o que se refere às terras, como também às empresas que controlam o setor. Jogar a culpa em diversos fatores, como a queda da exportação para os EUA ou ainda a falta de mercado de interno é uma prática comum. E a qualquer possibilidade de quebra, produtores do agronegócio pressionam o governo a fim de que respaldos econômicos sejam dados, com o propósito de evitar perdas financeiras.

Como vimos, o setor é estritamente voltado à exportação, tanto o é, que a própria Cutrale possui um “sucoduto” para levar o suco concentrado até o cais no porto de Santos, onde também existe um terminal dessa empresa¹⁶.

Contudo, a alta concentração produtiva do setor acabou levando-o a essa crise, que também pode ser atribuída à rejeição das importações do suco brasileiro pelos EUA, o principal mercado consumidor, devido ao uso do agrotóxico Carbendazim, proibido naquele país há décadas. Certamente que essa proibição não era esperada pelos produtores, e acaba que o uso desse insumo pode acarretar sérios danos a saúde. Presenciamos nas idas ao campo que os citricultores deixavam apodrecer as laranjas nos pés, para fins de que os produtos colhidos sofressem um aumento de preço. Uma política pura do *laissez-faire*, da oferta e procura. Mas que se aparece de forma contraditória, uma vez que mesmos produtores que defendem o liberalismo econômico, também pedem a intervenção do Estado para gerir subsídios.

Entretanto, se olharmos por dentro das entrelinhas, saberemos que as plantações de laranja da Flórida estão se recuperando, e que o consumo de frutas do próprio país é mais interessante para aquecer o mercado interno estadunidense.

E de certa forma, não podemos deixar de mencionar o uso indiscriminado de agrotóxicos pelo agronegócio brasileiro, afetando diretamente os trabalhadores rurais, que os manuseiam, bem como os produtores vizinhos, que sofrem com as chuvas tóxicas de venenos, e por final, os consumidores, que ingerem produtos totalmente envenenados. A violência do agronegócio também usa a arma do agrotóxico.

Bombardi (2012, p. 1) afirma que desde 2009, o principal consumidor de agrotóxicos vem a ser o Brasil, que sozinho é responsável por 20% de todo o uso mundial. E

---

¹⁶ Tais informações podem ser comprovadas ao acessar o site do Porto de Santos (<http://www.portodesantos.com.br>)

ainda “o consumo médio de agrotóxicos no Brasil que era em torno de 7 quilos por hectare em 2005 passou a 10,1 quilos em 2011, ou seja, um aumento de 43,2%”.

Gráfico 3: Taxa de Crescimento de Vendas de Agrotóxicos

Fonte: BOMBARDI, 2012, p. 2

Observamos que o uso de agrotóxicos tem crescido vertiginosamente no Brasil, em um ritmo maior que o restante do mundo. O uso indiscriminado nas lavouras aliado à falta de treinamento e sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tem gerado uma série de transtornos aos trabalhadores, que estão sofrendo uma série de problemas de saúde. Não somente os trabalhadores rurais, estando eles com equipamentos e treinamentos, ou não. Mas como todo o conjunto da sociedade paga o ônus pelo uso de agrotóxicos, que envenenam os alimentos consumidos por nós e contaminam lençóis freáticos e mananciais de água.

Ao analisarmos a imagem a seguir, notamos que o estado de São Paulo é campeão em intoxicação por agrotóxicos, e que grande parte está ligada ao uso ocupacional, ou seja, em acidente durante a aplicação. Os baixos índices de intoxicação no estado do Mato Grosso, “berço” da agricultura que se vale do uso intenso de agrotóxicos se dá pela falta de obrigatoriedade de comunicação ao Ministério da Saúde.

Figura 38: Intoxicação por agrotóxicos no Brasil. Fonte: Bombardi (2011, p. 11)

A envergadura do problema é tal que no período de 1999 a 2009, segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde) houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no país; isto significa 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia

ou uma a cada 90 minutos. Neste mesmo período houve 25 mil tentativas de suicídio com uso de agrotóxico, um dado extremamente alarmante, pois significa que tivemos 2300 tentativas de suicídio por ano, ou, uma média de 6 por dia, tendo por “arma” algum tipo de agrotóxico. (BOMBARDI, 2011, p. 1)

Esses dados nos faz lembrar o relato de Dona Francisca, integrante do MST e principal líder do acampamento Rosa Luxemburgo. Ela nos contou em uma fala proferida para alunos do Ensino Médio, de que seu marido trabalha na Cutrale, principalmente nos períodos de preparação dos pomares e da colheita. Dessa forma, o contato com agrotóxicos é intenso, e sempre que o manuseia, é acometido de problemas respiratórios, digestivos e de uma intensa dor de cabeça. Ele nos afirmou que a empresa fornece alguns EPI's, mas não o treina, apenas dão algumas breves instruções.

Também foi mencionado um caso em que um acampado acabou sofrendo uma queda e entornou o veneno sobre seu corpo. A intoxicação foi tanta, que em menos de uma semana ele veio a falecer.

Contudo, o uso de agrotóxicos não afetam somente os trabalhadores da Cutrale, uma vez que as nuvens de agrotóxicos acabam sendo dispersas nas hortas dos assentados, o que acaba tirando quaisquer perspectivas de uma produção orgânica, sem mencionar a contaminação dos solos, e dos mananciais de águas superficiais e subterrâneas.

Dessa forma, o agrotóxico é mais uma arma do agronegócio contra os camponeses, que sofrem nos momentos que realizam o trabalho acessório, ou mesmo com a contaminação em geral do meio ambiente.

Mesmo diante de tantos desafios e ações contra a reforma agrária, os camponeses não desistem da luta. Mesmo com toda morosidade do Estado em resolver a questão da Cutrale, ou mesmo de oferecer uma série de infraestruturas na área do Assentamento Zumbi dos Palmares, a luta continua. Os integrantes do diretório do MST, juntamente com camponeses acampados e assentados sempre se mobilizam em prol de que sejam cumpridas as determinações legais sobre o uso de terras públicas.

Quadro 12

Os “vícios” que a Cutrale não consegue esconder

Para procuradora federal e coordenadora do estudo de cadeia dominial do Núcleo Monção, faltou ética aos advogados da empresa

14 de Março de 2010

Eduardo Sales de Lima, Da Reportagem: Postado Brasil de Fato

A empresa Suco Cítrico Cutrale ignorou as negociações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2007. Mesmo ao saber que as terras que iria comprar eram terras públicas. Um grupo de trabalho do Incra coordenado pela procuradora federal, Maria Cecília Ladeira de Almeida, concluiu que nos títulos dos imóveis rurais dessa região foi constatado a existência de diversos “vícios insanáveis”, ou seja, irregularidades que propiciaram a grilagem na região.

Brasil de Fato – O grupo de trabalho do Incra, coordenado pela senhora concluiu que nos títulos dos imóveis rurais do Núcleo Monção foi constatada a existência de diversos “vícios insanáveis”. Que são esses vícios?

Maria Cecília Ladeira de Almeida - Esses “vícios” se relacionam a títulos falsificados, grilados, criados sem um outro que o anteceda e assim por diante. Mas não só deve existir uma cadeia de pessoas titulares do imóvel, como a descrição tem que ser a mesma, a não ser que se desmembre em dois imóveis, ou você adquire um outro imóvel e acrescente ao seu. Se não houve nenhuma movimentação do espaço físico, nem desmembramento, nem agregação, aquilo que está descrito na primeira matrícula, tem que estar na segunda, na terceira, e assim por diante. Isso se chama Princípio da Continuidade dos Registros Públicos. Quando não há essa continuidade, o título é insanável frente ao poder público. Há situações no Núcleo Monção, em que encontramos imóveis que literalmente “escorregaram”. Eles têm como origem um inventário do lado de cá da serra, e a pessoa, com base nesse inventário, foi partilhando essa gleba enorme do lado de lá da serra. Então o imóvel está do outro lado do rio, do outro lado da montanha, às vezes mais de trinta quilômetros de distância da origem documentada.

Então houve inúmeras falsificações para a aquisição de terras no núcleo?

Principalmente quando a descrição é completamente diferente. Pode ser assim: lá na origem, o primeiro título veio por uma falsificação. Há casos de responsáveis por parte do governo federal, da criação do núcleo, que assinaram depois de mortos.

E o que aconteceu com as terras que a Cutrale ocupou?

É exatamente essa situação. A Cutrale ocupa uma área em que o que está descrito não é onde ela está. Não coincide uma coisa com outra. É um vício insanável na origem. Quando a Cutrale plantou na área já sabia que a terra era pública.

E o que ocorre especificamente com o título da fazenda Turvinho ocupada pela Cutrale?

A origem da cadeia dominial deles não existe. A Cutrale tem um título que não possui um outro que o anteceda. Quer dizer, o título tem um que antecede, tem outro, mas não existe, de fato.

A Cutrale permanece na área com base em algumas ações judiciais protelatórias. De que forma essas ações dão a segurança a sua permanência em terras públicas?

Quando eles constataram que tinham comprado terras que não são de domínio particular, que são da União, eles tomaram a seguinte medida. Como a área ocupada abrange dois municípios que tem cartórios de registro de imóveis, eles registraram toda a área nesses dois municípios. Um cartório se negou, dizendo que era necessário georreferenciar as terras, porque eram terras públicas. Um era de Cerqueira César e, outro, de Lençóis Paulista. Este último fez o registro sem o georreferenciamento. Está errado. Aí é problema do cartório com a Justiça.

Fonte: Brasil de Fato. <acesso em 23/09/2012>.

Nesta entrevista, a procuradora federal Maria Cecília Ladeira de Almeida demonstra que é de conhecimento da União os processos de falsificação de documentos pela Cutrale para se apropriar de forma ilegal das terras da Fazenda Turvinho. São inúmeros estudos que comprovam o processo de grilagem da Cutrale sobre a Fazenda Santo Henrique. Dessa forma, os camponeses do MST não poderiam deixar de reivindicar a reintegração de posse das terras do Núcleo Colonial Monção, irregularmente ocupadas pela Cutrale, para que seja realizado um projeto de assentamento. E mesmo após as duas ocupações, em 2009 e 2011, as manifestações continuam, de forma a pressionar os órgãos competentes para que seja realizada a desapropriação da Cutrale e a destinação das terras públicas para reforma agrária.

Quadro 13

Mulheres Sem Terra ocupam prédios do Incra e Itesp no interior de São Paulo

1 de março de 2012

Da Página do MST

Incra

Em Iaras, pela manhã, cerca de 200 famílias de assentados e acampados ocuparam escritório regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Águas de Santa Bárbara.

As famílias estão acampadas há mais de 10 anos na região, depois de promessa do Incra de viabilizar a criação de assentamentos em terras disponíveis. Por isso, cobram audiência com o superintendente do Incra em São Paulo, José Giacomo Baccarin.

A pauta principal é a arrecadação de terras para assentar os acampados, como a área grilada da Cutrale, e infraestrutura para os assentamentos e a liberação do agro centro, onde se localiza a Escola Popular Rosa Luxemburgo.

Fonte: www.mst.org.br. Org.: Ricardo M. Venturelli

Notamos que a força da luta feminina dentro do MST é de extrema importância. As mulheres camponesas, assentadas ou acampadas, são politizadas e entendem o seu papel frente às lutas sociais. O ano de 2012 foi um ano de intensas lutas na região, no início do ano as mulheres ocuparam o escritório do INCRA, para pressionar os dirigentes desse instituto a agilizar os processos de desapropriação da Fazenda Agrocentro, já mencionados aqui, para a criação de um assentamento aos acampados naquelas terras, bem como o caso das terras griladas da Cutrale de tantos problemas estruturais que acometem o Assentamento Zumbi dos Palmares.

Um mês após, houve a reunião do Tribunal Popular do MST, para que fosse julgado o caso Cutrale, a seguir, as principais reivindicações levantadas nessa reunião que condenou a empresa.

Quadro 14

Cutrale é condenada por grilagem e desrespeitar direitos em tribunal popular

23 de abril de 2012

Por José Coutinho Júnior, Da Página do MST

“O que a Cutrale faz é destruir a natureza visando lucro”. Foi assim que José de Arimatéa, dirigente estadual do MST e “promotor de justiça” definiu o papel da Cutrale na primeira sessão do Tribunal Popular da Terra em São Paulo, que colocou a empresa e o estado brasileiro no banco dos réus.

A ocupação da fazenda Capim pelo MST, em outubro de 2009, buscou levar à população as denúncias de que a Cutrale é uma empresa que se utiliza de terras griladas da União, explora seus trabalhadores e contamina o meio ambiente.

A repressão ao Movimento em 2009 foi grande, com forte presença policial e uma campanha midiática que fez de tudo para criminalizá-lo.

Willian Miranda, agricultor e membro do MST, em depoimento ao Tribunal, alegou que a violência policial na ocupação foi desmedida. “Participei da ocupação na Cutrale em 2009, pois os 30 mil hectares da empresa pertencem à União. Depois de emitido o mandado de prisão, 40 carros de polícia e um helicóptero foram enviados para prender 22 Sem Terra. Eu não fui preso porque corri de lá. A polícia, reprimindo o movimento, intimou as pessoas sem qualquer formalidade. Se o depoimento delas não fosse favorável à investigação policial, ele era modificado, e a pessoa forçada a assinar. A polícia invadiu casas, repreendeu famílias e confiscou seus bens, alegando que eram da Cutrale. Até hoje, mesmo apresentando nota fiscal, os bens não foram recuperados.”

Fonte: <http://www.mst.org.br/Cutrale-vai-ao-banco-dos-reus-no-Tribunal-Popular-da-Terra>.

<acesso em 14/08/2012>

As informações trazidas pelo Tribunal Popular do MST, e a opção por essa fonte é a de explicitar as críticas que o movimento tem sobre o Caso Cutrale. Os depoimentos desse “tribunal popular”, que não tem a oficialidade das leis, mas demonstram o grau de violência e desrespeito que a Cutrale, aliado ao Estado e seus meios repressores, empregam contra os movimentos sociais e trabalhadores. Baixos salários aos funcionários, trabalho degradante, uso de agrotóxicos são um dos principais problemas nas relações de trabalho.

Certamente que esses depoimentos servem para ilustrar o lado não ouvido nos episódios de ocupação da Cutrale, o movimento social. Os integrantes dos movimentos sociais são julgados pela lei, como no caso dos diversos inquéritos e até a CPMI criada. Mas também são pré-julgados por um conjunto da sociedade que compra os discursos contra quaisquer reivindicações sociais.

Quadro 15

Mulheres do MST ocupam terras da União invadidas pela Cutrale

11 de novembro de 2012

Por Jade Percassi, Da Página do MST

Neste domingo (11), cerca de 300 mulheres do MST ocuparam a Fazenda Santo Henrique, da empresa sucocítrico Cutrale, no município de Borebi, interior de São Paulo. A ocupação tem por objetivo denunciar a grilagem de terras públicas e o uso abusivo de agrotóxicos pela Cutrale, além de evidenciar a paralisia da Reforma Agrária em todo o país.

As terras que a Cutrale explora pertencem ao Núcleo Colonial Monções, criado a partir do ano de 1909, quando a União adquiriu, no Estado de São Paulo, terras para assentamento de colonos imigrantes.

Em 2007, a Justiça Federal cedeu a totalidade do imóvel ao Incra, mas a empresa permaneceu na área com base em ações judiciais protelatórias. “Desde que a Cutrale grilou as terras e passou a monopolizar a produção, milhares de pequenos e médios agricultores foram à falência e milhares de hectares de plantação de laranja foram destruídos”, denuncia Kelli Mafort, da direção nacional do MST.

Agrotóxicos

Segundo a dirigente, a Cutrale usa em larga escala toda espécie de venenos, pesticidas e agrotóxicos, causando poluição das águas, especialmente o lençol freático que abastece o Aquífero Guarani. Em 2011, a empresa foi condenada pelo MPT por terem sido flagrados mais de trinta trabalhadores em condições precárias, análogas à escravidão em seus alojamentos.

Em 2009, a ocupação desta área pelo MST teve grande repercussão nos meios de comunicação devido à derrubada de pés de laranja para a plantação de alimentos como feijão, milho, entre outros. “À época, a grande mídia optou por criminalizar a jornada nacional de luta pela Reforma Agrária, omitindo informações sobre inúmeros processos na Justiça contra a Cutrale por desrespeito aos direitos trabalhistas, crimes ambientais e pressão contra pequenos produtores através da formação de cartel”, relembra Kelli.

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/mulheres-do-mst-ocupam-terras-da-uni%C3%A3o-invadidas-pela-cutrale>.
 <acesso em 20/12/2012>

Está mais que comprovado que a empresa se localiza em terras públicas (INCRA, 2006), e as manifestações de 2009 e 2011 ainda não deram resultado. Pelo contrário, elas foram amplamente “julgadas” pela mídia, temos ainda a ação do judiciário, ao qual defendeu a propriedade privada, que nesse caso é constituída de forma ilegal, e ainda utilizou-se do aparelho repressor, nesse caso a Polícia Militar, que agiu com certa violência, para garantir a reintegração de posse em favor da Cutrale.

No final de 2012, as mulheres do MST fizeram nova investida nas terras da Fazenda Santo Henrique, para que os órgãos do governo atendam ao pedido de reintegração de posse dessas terras à União, e em seguida seja realizado um assentamento. Também foi denunciado o uso excessivo de agrotóxicos, que tanto tem afetado a saúde de toda a comunidade próxima.

Quadro 16

Mulheres do MST trancam rodovia após reintegração de posse na Cutrale

13 de novembro de 2012

Por Jade Percassi, Da Página do MST

Desde as 14h desta quarta-feira (13), as 300 mulheres do MST que **ocupavam a Fazenda Santo Henrique**, da empresa sucocítrico Cutrale, no município de Borebi, trancaram a Rodovia Presidente Castelo Branco (SP - 280), próximo a Iaras, interior de São Paulo.

Após receberem a reintegração de posse emitida pelo juiz da 2ª Vara de Lençóis Paulista no início da manhã desta quarta, as Sem Terra decidiram seguir lutando.

“A atuação da Cutrale é um exemplo completo do avanço do agronegócio: concentração de terras, monocultura para exportação, uso indiscriminado de agrotóxicos, desrespeito às leis trabalhistas e ao meio ambiente. No entanto, mesmo com a concordância do Incra e da Justiça Federal em recuperar a área grilada e incluí-la no programa de Reforma Agrária, nada acontece”, declarou a dirigente.

Fonte: <http://www.mst.org.br/Mulheres-do-MST-trancam-rodovia-apos-reintegracao-de-posse-na-Cutrale>.

<acesso em 20/12/2012>

Notamos novamente a ação do judiciário, através do Fórum de Lençóis Paulista, em atravancar os processos de reforma agrária na região. Mesmo de conhecimento do INCRA, do Patrimônio da União e da Justiça Federal, o judiciário paulista insiste em “proteger” o agronegócio, dando ganho de causa mesmo em casos em que há a comprovação de tomadas de terras públicas por procedimentos ilegais.

Figura 39: Mulheres do MST protestam e interditam a Rodovia Castello Branco.

Foto: Flávia Barbosa e Letícia Caetano – Nov/2012

A participação do poder judiciário na questão agrária geralmente ganha visibilidade para a sociedade, quando envolve o conflito direto pela posse da terra. Quando um grupo de camponeses sem-terra ocupa uma fazenda, imediatamente o juiz da comarca local é acionado pelo representante do proprietário, no caso, um advogado. Nos autos de decisão do poder judiciário, há uma relação temporal/especial totalmente diferenciada: de um lado, baseada na garantia do direito de manutenção da propriedade de um fazendeiro e, de outro, na solução de um direito à vida, liberdade e igualdade, às vezes, de centenas de famílias. São fundamentos que estão desigual e contraditoriamente colocados na Constituição Brasileira. (FELICIANO, 2009, p. 101)

Os integrantes do MST acreditam que vencerão pela pressão popular, mesmo vivenciando derrotas atrás de derrotas, demonstrando o privilégio que o agronegócio tem frente ao judiciário, e também pela omissão do governo federal em retomar suas terras, para que ali sejam realizados assentamento de camponeses sem-terra.

A única esperança que resta aos camponeses acampados é continuar lutando. Mesmo presenciando o papel do governo em prol de uma reforma agrária devagar, e feita em moldes tão frágeis, que nos parecem serem feitas para dar errado. Está ficando claro que o agronegócio tem um lugar cativo no governo brasileiro, e mesmo se valendo de meios ilegais, uso de venenos, exploração degradante de trabalho, produção de *commodities*, é o grande beneficiado das políticas agrícolas, em que o governo não mede esforços para o manter ativo.

Enquanto isso, o campesinato luta para ter acesso à terra, luta para se manter, luta para se reproduzir. E assim, está mais clara a omissão da sociedade e do Estado frente a essa modalidade de agricultura, dando-lhes um valor e uma posição marginalizada, mesmo frente a toda importância na ocupação e produção de alimentos. Por isso, presenciamos um momento em que os movimentos sociais levantam a bandeira da reforma agrária, enquanto que o restante da sociedade empunha as ações da contrarreforma agrária.

4.3 – A Contrarreforma Agrária do Estado Brasileiro

Após analisarmos as principais questões sobre os programas de reforma agrária no Brasil, concluímos que há uma conjuntura que nos permite entender que os objetivos

governamentais são de que a reforma agrária saia da pauta de reivindicações de nossa sociedade.

A reforma agrária no Brasil é incompleta e irrisória, sendo realizada de uma forma precária, expressando a vontade das elites. Está mais que explícito que pouco os governos têm feito para uma reforma ampla e consolidadora de transformações na sociedade. Os projetos de assentamentos, entre tantas outras modalidades de assentamentos e programa de reforma agrária, aparecem como algo artificial, delicado e incompleto.

A seguir traremos as principais considerações e críticas sobre os tramites da reforma agrária no Brasil, em que fica claro que tudo faz parte de inúmeras estratégias voltadas para o controle das pressões sociais, mas que no final, se aparecem como um verdadeiro retrocesso, uma contrarreforma agrária no Brasil.

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2006, p. 5)

Se a reforma agrária fosse algo a ser realizado com o propósito de modificar as estruturas fundiárias, que possibilitariam a distribuição de renda e o fim do monopólio da terra, certamente que não é assim que vemos acontecer no Brasil. Por mais que os movimentos sociais, como o MST, se engajem em lutas que vão além do acesso à terra, e se expressam como um importante ponto de fundamento ideológico e de cobranças governamentais, principalmente em assuntos de interesse nacional. A reforma agrária no Brasil é feita de forma irrisória, não atendendo as pressões sociais, e sim as criminalizando. Como também, quando cedem as pressões dos movimentos sociais, realizam projetos que de certa forma estarão fadados a diversas dificuldades.

Como aponta Accioly Borges (Apud Oliveira, 2006, p. 6-7), uma reforma agrária completa deveria atender os seguintes pontos:

1. A reforma agrária deve ser um processo amplo, geral e macivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas; deve ser amplo para poder atingir com suas metas em um curto prazo (no máximo dez anos) toda uma região ou todo o país; precisa também ser geral para

poder eliminar a estrutura latifundiária e desenvolver em seu lugar um plano de democratização de acesso a terra e a água, tendo por base a produção camponesa; e ser macivo para poder beneficiar a totalidade dos camponeses sem terra, dos que possuem pouca terra e dos demais trabalhadores que desejarem ter acesso a terra;

2. A reforma agrária deve ser parte de um programa de desenvolvimento agrário e de um plano geral de desenvolvimento econômico e social nos quais, tenha previamente assegurada sua cota-parte no total dos investimentos programados;
3. A reforma agrária deve ser planejada, coordenada e executada em todos os seus aspectos por um órgão ou entidade pública com poderes, prestígio político e dotada recursos financeiros e humanos suficientes, com uma estratégia de execução participativa e descentralizada;
4. A reforma agrária deve mobilizar todas as forças políticas existentes – movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, instituições, entidades e organizações populares - que representam a massa dos camponeses e demais trabalhadores interessados, para participarem direta e intensamente da elaboração, implantação e gestão dos seus planos, programas e projetos;
5. A reforma agrária deve ser executada em cada área prioritária (território reformado) tendo como princípio fundamental os fatores sociais, políticos, econômicos, técnicos e institucionais específicos; garantindo-se a ação integrada de todos os órgãos e entidades públicas na área reformada;
6. A reforma agrária deve incidir preferencialmente sobre as grandes propriedades que não cumprem a função social da terra e nas quais existam condições favoráveis de exploração;
7. A reforma agrária deve limitar ao mínimo o pagamento das indenizações pela desapropriação da terra, através de uma nova conceituação do que seja o ‘justo valor’; deve fixar de forma progressiva, prazos mais longos para o resgate dos títulos da dívida agrária, quanto mais baixos os índices de produtividade; e suprimir a cláusula de garantia contra eventual desvalorização da moeda;
8. A reforma agrária deve criar uma nova estrutura da propriedade fundiária, apoiada exclusivamente (I) na pequena propriedade familiar camponesa integrada ou não em cooperativa ou outra forma associativa de produção agrícola; e (II) em unidades de produção de camponeses baseadas no direito real de uso da terra de propriedade da União; face à existência da empresa agrícola capitalista (pequena, média ou grande) assim qualificada segundo o grau de utilização dos recursos da terra, o uso da tecnologia moderna, o capital investido por unidade de área, e do emprego de mão-de-obra assalariada;
9. A reforma agrária deve modificar as relações de trabalho existentes no campo, de sorte à assegurar (I) mais justa distribuição de renda agrícola; (II) cumprimento integral da legislação pertinente; e (III) defesa dos direitos e garantias do trabalhador assalariado;
10. A reforma agrária deve adotar um sistema econômico de investimento que priorize a utilização dos camponeses e demais trabalhadores beneficiários da mesma;

11. A reforma agrária deve conservar e ampliar as áreas de proteção ambiental, bem como desenvolver uma agricultura saudável que não comprometa o uso sustentável dos recursos naturais.

Ao observamos as principais características que uma reforma agrária tem que ter para ser eficaz. Já logo no primeiro ponto percebemos que no Brasil ela não é massiva e nem ampla o suficiente para mudar as estruturas agrárias concentradoras, pelo contrário, notamos que a reforma agrária é colocada em disputas com os latifúndios, cercando os assentamentos. Mencionando ainda que os assentamentos estão tomando uma face, a de serem criados onde não “atrapalhe” as estruturas fundiárias vigentes. Bem como a questão de que deveriam haver investimentos a fim de inserir os assentados no ciclo produtivo.

No terceiro ponto há a afirmação de que o governo deveria tomar a frente dos projetos de reforma agrária, o que há um tempo não tem sido mais verdade. Desde a reforma agrária de mercado, até as pressões do agronegócio, chegamos a conclusão de que quem determina os ditames da reforma agrária são aqueles em que a reforma agrária não interessa.

A reforma agrária é algo a ser pensado politicamente, em que haja o engajamento de toda a sociedade. O que acontece no Brasil, onde nossa população é estritamente alienada, o engajamento político fica restrito apenas aos movimentos sociais e a poucos meios de discussões.

As cobranças dos movimentos sociais, de tempos em tempos, refletem em ganhos. Mas isso não significa que seja uma supremacia dos movimentos em relação ao governo. Talvez sejam apenas algumas colocações, com o objetivo de amenizar os ânimos, de diminuir as reivindicações sociais.

Os movimentos sociais reivindicam cada vez mais melhores condições para os assentados, alcançando algumas conquistas importantes, apesar de sua abrangência limitada, como a reestruturação e ampliação do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária e a criação de um programa de assistência técnica especial para as áreas de assentamento denominado Projeto LUMIAR (MARQUES, 2004, p. 46)

Contudo, a reforma agrária no Brasil está parada, ou andando a passos lentos, seguindo um caminho fadado, propositalmente, ao insucesso. Como poderemos ver, desde o governo de Jango, a reforma agrária é algo secundário nas pautas das políticas territoriais.

Quadro 17

‘Projeto de reforma agrária mais avançada apresentada até hoje continua sendo a do governo João Goulart’

**Uma reforma republicana e democrática necessária para o Brasil
Mário Augusto Jakobskind**

Página 64 – Como anda o processo de reforma agrária no país?

João Pedro Stédile; A expressão reforma agrária gera sempre diferentes interpretações. E cada uma quem interpreta com seu grau de informação. Muita gente no povão influenciado pela televisão confunde sempre reforma agrária com conflitos de terra. Reforma agrária é um programa de política pública que determinado governo, em nome da sociedade, atua para democratizar o acesso à terra a todos os cidadãos daquela sociedade. E assim, a terra que é um bem da natureza, é democratizada, e sua propriedade distribuída da melhor maneira possível entre os membros da sociedade. Portanto, reforma agrária é sinônimo de democratização, de desconcentração, de distribuição da propriedade da terra.

Infelizmente no Brasil nunca houve um processo verdadeiro de reforma agrária. Tanto é que os últimos dados do censo revelaram que hoje (dados de 2006) a concentração da propriedade da terra no Brasil é maior do que em 1920, quando recém saíamos da escravidão.

O Brasil continua sendo o país do mundo de maior concentração da propriedade da terra. E, por isso, continua a luta pela terra, continuam se multiplicando movimentos sociais em todo país, que lutam pela democratização da terra. E o MST, modestamente procura fazer a sua parte, organizar os pobres do campo, para que tenham consciência dos seus direitos e lutem para que a terra seja dividida, como diz inclusive nossa Constituição.

P 64 - Nos últimos tempos o MST tem sido objeto de uma série de denúncias formuladas por ruralistas e com grande divulgação nos meios de comunicação. Como explica esta razzia? Você acha que esta ofensiva está enfraquecendo o movimento? O MST vem sendo então desacreditado daquilo que representou no início. Não seria hora de mostrar uma nova política de assentamento, deixando um pouco e lado o confronto pela razão política da necessidade da reforma agrária?

Stédile: As elites brasileiras sempre combateram e procuraram impedir que os pobres do campo e da cidade se organizassem para lutar por seus direitos. Em cada período histórico eles adotam uma tática diferente ou complementar. Lembra-se o que eles faziam durante os 400 anos de escravidão? Os trabalhadores que ariscavam fugir eram sumariamente condenados a morte. Ou então, se pegos em tentativa de fuga, eram sistematicamente torturados, açoitados nos pelourinhos que ainda se encontram nas fazendas por esse mundão a fora.

P64 - O episódio da empresa Cutrale, mesmo sendo ao que tudo indica as terras da empresa subtraídas ilegalmente da União, não serviu para indispor o MST com a opinião pública?. Qual o papel da Rede Globo nesta história? É fato que a empresa midiática tem ramificações no mundo do agronegócio?

Stédile: Claro. O exemplo é emblemático. A Cutrale faz parte do oligopólio que tem controle absoluto do mercado de laranjas no Brasil, juntamente com outras duas empresas. Ela vende 80% do suco para o mercado externo, em associação com a Coca-Cola. A Cutrale invadiu uma fazenda de terras da União, que estão registradas em cartório e tudo. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) entrou com processo de despejo para reaver as terras. Nós então ocupamos aquela fazenda até para denunciar a grilagem da empresa. A reação da Globo foi patética, aliada com o serviço de inteligência da PM do governo José Serra, produziram imagens que repetiram insistentemente para criar uma ojeriza contra o MST.

Aí estão interesses econômicos, pois a Coca-Cola é um dos maiores anunciantes da Globo, interesses políticos, que interessava ao governo Serra nos desmoralizar para a opinião pública, e interesses ideológicos da classe dominante. Não é por nada que a empresa Globo é também associada a Associação Brasileira de Agronegócio. Interessante, né? Por que será que uma empresa de televisão é associada a uma entidade de classe do agronegócio? E lá na associação há apenas umas 30 empresas, a maioria transnacionais, como a Monsanto, Bunge, Cargill, a Cutrale, e a Globo. A Globo se transformou na zeladora dos interesses ideológicos do capital instalado no Brasil.

João Pedro Stédile é um dos principais articuladores e líderes do MST, nessa entrevista deixa claro o seu descontentamento com o descaso dado à reforma agrária no Brasil. Afirma Stédile, que desde o governo de João Goulart, não há uma perspectiva de realização de reforma agrária ampla e profunda. Pelo contrário, recentemente há uma investida intensa em desmoralizar quaisquer movimentos sociais, em uma perspectiva de que se mantenha a ordem no país. Ordem essa pautada pelos interesses da oligarquia.

Tanto é verdade, que além dos governos tratarem a reforma agrária como uma ação secundária, há a ação maciça da bancada ruralista no congresso nacional em derrubar os movimentos sociais, principalmente o MST, pois, para o entendimento dos ruralistas, não se pode haver mudanças na estrutura fundiária, e toda manifestação popular será entendida como um ato de desordem. A criação de CPMI's e ação do judiciário estão demonstrando de forma clara, o lado que tendem a pender nas decisões e interesses políticos.

No rumo de nossa história, várias foram as oportunidades de realizar a reforma agrária geral e concisa. Mas sempre foram deixadas de lado. Certamente que o governo de João Goulart foi aquele que mais perto esteve de conseguir tais mudanças, o que acabou culminando com o golpe de 64. Em outros momentos, a reforma agrária foi esquecida por simples opção governamental, a fim de privilegiar o setor monocultor, latifundiário e voltado ao mercado externo.

E assim, o bojo de toda a sociedade não se mobiliza para tal, pelo contrário, fica alheia aos acontecimentos, como se fosse algo que não o afetaria, e por isso não importa que aconteça. Sem mencionar que a todo o momento a sociedade é levada a pensar a partir dos interesses da elite, e por assim, propagar os ideais de ordem, de que reformas não atinjam nossa sociedade.

Quando se pensou que algo poderia mudar, novamente não foi isso que aconteceu. Os anseios de mudanças assumidas com a eleição do PT ao governo federal não foram tão amplas assim.

Na contra-mão da história, o governo do PT no segundo mandato do governo de Luiz Inácio agiu como no passado Collor/Itamar e FHC, ou seja, terminado o II PNRA, sem que sequer a metade das metas das 540 mil famílias assentadas fosse atingida, o governo não elaborou o III PNRA. Assim, o segundo mandato começava revelar sua real intenção: **iniciar a contra-reforma agrária**. Ou seja, era a banda podre dos funcionários do INCRA, fazendo valer sua intenção de "vender" as terras públicas da reforma agrária para os grileiros das mesmas. Dessa forma, a contra-reforma

agrária do segundo mandato de Luiz Inácio, consagrou a regularização fundiária como política mestre do governo.(OLIVEIRA, 2010, p. 28)

Pelo contrário, a reforma agrária além de ser deixada de lado, assumiu um caráter de inimigo dos planos governamentais, uma vez que há a preferência por assumir o privilégio a todos aqueles fatores que levam os movimentos sociais a lutarem pela terra.

Mas, o INCRA continua iludindo a sociedade brasileira afirmando que nos oito anos do governo de Luiz Inácio ele teria assentado 614.093 famílias (JORNAL DO INCRA, DEZ/2010:3), na realidade essas foram as famílias beneficiárias, porém, o total de assentamentos novos foi de 162.387 famílias, e 146.588 famílias em posses regularizadas. Além, de 2.342 famílias reassentadas pois foram atingidas por barragens e o total de 302.776 famílias envolvidas em reordenação fundiária, ou seja, substituição de famílias em assentamentos antigos e reconhecimento de assentamentos estaduais e antigos, etc. Dessa forma, o governo de Luiz Inácio concluiu seus oito anos de dois mandatos cumprindo apenas um quarto das metas previstas no II PNRA. (OLIVEIRA, 2010, p. 74-75)

É o momento em que o latifúndio, a improdutividade e a grilagem de terras ganham o privilégio do governo. Como se não bastasse o governo federal não realizar a reforma agrária dentro dos moldes que visem a consolidação camponesa, e ainda não cumprir sequer as metas, que já eram limitadas perante as primeiras expectativas. O governo assume o papel de legalizador das falsificações de terras, do roubo ao patrimônio público. Aquelas terras públicas que deveriam ser destinadas para reforma agrária, passaram a ser legalizadas para os falsificadores e saqueadores. Tais afirmações podem ser corroboradas devido a emissão das Medidas Provisórias 422¹⁷ e 458¹⁸.

Como aponta Oliveira (2010, p. 65), trata-se do Decreto nº 6.992 de 28/10/2009. Ele regulamentou a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, ou seja, a famosa Medida Provisória nº 458 de 10/02/2009.

Na verdade a MP 458 prevê que as propriedades de terra com até um quilômetro quadrado (100 hectares), que representam 55% do total dos lotes, serão doadas aos

¹⁷ Vide Anexos – página XC: Lei nº 11.763, de 1º de Agosto de 2008 - Dá nova redação ao § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

¹⁸ Vide Anexos – página XCI: Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009 – Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal

posseiros. Quem tiver até 4 quilômetros quadrados (400 hectares) terá de pagar um valor simbólico, e os proprietários com até 15 quilômetros quadrados (1,5 mil hectares) pagam preço de mercado.

Na verdade, essas medidas atuam com o propósito da regularização das áreas griladas na Amazônia, ou seja, entrega de presente o patrimônio público.

O pressuposto político e jurídico da MP 458, e também da MP 422, sempre foi a implantação do processo de regularização fundiária na Amazônia Legal. E que, somente com ela é que este processo poderia ser realizado, o que não corresponde à verdade dos fatos e dos instrumentos legais vigentes. O país já possuía instrumentos legais que permitiam a legitimação das posses segundo os princípios constitucionais vigentes. Entre estes instrumentos legais estão os artigos 188 e 191 da Constituição Federal de 1988. (OLIVEIRA, 2010, p. 55)

Acontece que essas ações, ao invés de privilegiarem programas de reforma agrária, irão beneficiar aqueles que tomaram as terras de forma ilegal, e que são os principais responsáveis pelo desmatamento da Amazônia. Essas medidas marcam o privilégio pelo latifúndio, não importando a maneira como ele tenha sido constituído. O governo paulista não ficou para trás, e iniciou uma ação parecida de legalização dos grilos fundiários.

Quadro 18

Alckmin ameaça patrimônio público e deseja legalizar grilagem

22 de setembro de 2011

Por Vanessa Ramos, Da Página do MST

Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), no início desse mês, oficializou o desejo de vender terras, reivindicadas pelo próprio Estado como sua, para fazendeiros. Para iniciar a privatização das terras, ele pediu que os deputados se esforçassem para aprovar dois projetos de leis (PLs) que viabilizem a sua intenção.

Um deles é o Projeto de Lei 578, proposto pelo ex-governador José Serra, em 2007, que prevê regularização de propriedades acima de 500 hectares. O outro projeto foi aprovado em 2003, Lei Estadual 11.600, mas sofre alterações no momento. Esta lei torna legal a posse de terras devolutas até 500 hectares na região.

A iniciativa do Alckmin parece uma pequena mostra do projeto de privatização de terras do PSDB, iniciado em 1995 com o Plano de Ação para o Pontal do Paranapanema, que se perpetua até hoje, segundo informações de Carlos Alberto Feliciano, professor de geografia da Unesp.

Na época da elaboração do Plano de Ação para o Pontal, a equipe do então governador Mário Covas criou um projeto que previa ação estatal em três momentos distintos: a primeira fase tratava da arrecadação de áreas devolutas e de assentamento; a segunda, estabelecia acordos nas áreas ainda não discriminadas; e a terceira fase, criava a edição de uma Lei de Terras, informou Feliciano. No entanto, o projeto não vingou.

As medidas que Alckmin almeja aprovar não são apenas uma questão de venda de terras públicas. Vão muito além disso. Trata-se de violar patrimônios pertencentes ao Estado, sobretudo, à população, informou Sônia Moraes, vice-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). “É um desrespeito ao Estatuto da Terra, que determina que as terras públicas sejam destinadas à Reforma Agrária. Inclusive, essa determinação também está na Constituição Nacional”, declarou.

Perigo

Segundo Carlos Feliciano, se o PL nº 578 for aprovado, o estado, governado pelo PSDB desde 1995, efetiva as três fases de seu plano de ação, regularizando inúmeras práticas ilegais de grilagem de terras. Consequentemente, “a retomada de terras públicas, que já foram reconhecidas como tal, em grande parte pelo poder judiciário nas ações discriminatórias, desde a década de 1950, vão se tornar, com essa aprovação, em propriedade privadas”, alertou.

Carlos Feliciano acha que na década de 90, com a ação dos movimentos sociais, jamais essa proposta seria apresentada, pois a força dos camponeses impediria. Apesar disso, hoje, a correlação de força com a entrada do capital, travestido de agronegócio, é outra. “Para o capital torna-se importante a regularização, por isso o discurso do desenvolvimento (empresas) versus atraso (conflitos, assentamentos) é forte no argumento apresentado pelo governo Alckmin”, expressou Feliciano

Fonte: <http://www.mst.org.br/Geraldo-Alckmin-ameaca-patrimonio-publico-e-deseja-legalizar-grilagem-em-SP>.

<acessado em 10/01/2013>

Está cada vez mais nítido que os governos estão se fazendo de suas autoridades a fim de beneficiar as elites agrárias e excluir cada vez mais os camponeses. Os meios que a oligarquia rural traça para se manter no poder e barra quaisquer estimativas de mudança do padrão concentrador de terra partem para todos os braços do poder.

Dessa forma, o presidente Luiz Inácio entrou para a história da grilagem de terra do Brasil como o terceiro mandatário a realizar tal ato, passando a figurar junto com o Imperador D. Pedro II e com o ditador Getúlio Vargas na galeria do apoio aos grileiros de terras públicas. (OLIVEIRA, 2010, p. 59)

Agem sobre o executivo, em que vemos medidas provisórias, ou decretos-lei, que prezam pela concentração fundiária. São ações que se alinham ao capital, facilitando a acumulação, a produção de capital através de espoliações e saques. Em nada se diferencia a MP 458 das Sesmarias coloniais, pois, ambas privilegiam a concentração fundiária com o aval dos governantes.

Na realidade, o que está por trás da farsa do "novo escândalo" sobre a aquisição de terras por estrangeiros, é a grilagem das terras públicas, e a ação da banda podre dos funcionários do INCRA, para legalizá-la, via contrarreforma agrária no governo Luiz Inácio (MPs 422 e 458), e agora, de Dilma Rousseff, se ela permitir. (OLIVEIRA, 2010, p. 53)

O legislativo não fica alheio a tais estratégias, sendo que uma das bancadas mais ativas e poderosas é a ruralista, forjada no seio da UDR a fim de defender os interesses do agronegócio e do latifúndio a qualquer preço.

Assim como o judiciário, que age com o propósito de defender a propriedade privada, sem refletir sobre a sua função social. Muitas liminares e mandados

judiciais vão ao encontro dos interesses dos latifundiários, mesmo que em muitos casos, como o episódio da Curtale, este esteja errado. O judiciário acabará por ir ao seu favor, a fim de zelar pela ordem, e que nenhuma forma popular procure alterar o quadro.

Por muitas vezes a força policial é utilizada para fazer cumprir as determinações judiciais. A violência das balas dos policiais se confunde com as balas dos capangas, que agem como autoridade, e nunca são questionados. Mas a violência maior é a da caneta dos juízes, que protelam os pedidos populares e agilizam os interesses da elite.

Quadro 19

Judiciário faz ofensiva contra a Reforma Agrária, diz Gilmar Mauro

20 de dezembro de 2012

Por José Coutinho Júnior, Da Página do MST

O que representaria, para a Reforma Agrária, esse tipo de ameaça de despejo de famílias de assentamentos produtivos?

Estamos vivendo uma situação grave. Não é só o Milton Santos. Em Pernambuco, em Minas Gerais, na área de Felisburgo, em mais duas áreas em São Paulo, existem assentamentos em consolidação que podem sofrer revés por parte da Justiça. Além de estarmos num cenário de poucas desapropriações, com a Reforma Agrária fora da pauta do governo federal e do debate político, enfrentamos essa ofensiva muito grande do Judiciário em relação às áreas de assentamento. É uma articulação que envolve o Estado brasileiro, o agronegócio, os governos estadual e federal, impedindo o avanço da Reforma Agrária.

Quais atividades o MST planejou em defesa do assentamento?

Vamos fazer uma marcha até a Paulista nesta terça-feira. A ideia é mostrar para a população que o assentamento Milton Santos pode se transformar em um novo Pinheirinho [comunidade de São José dos Campos despejada violentamente pela Polícia Militar em janeiro] e fazer uma pressão em frente ao escritório da Dilma e do Tribunal Regional Federal. Depois do ato, vamos para o assentamento Milton Santos e montar um acampamento de resistência. Na sexta-feira, teremos um grande ato em Americana para divulgar à sociedade a situação do Milton Santos e pedir a solidariedade do povo local para nossa causa.

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/judici%C3%A1rio-faz-ofensiva-contra-reforma-agr%C3%A1ria-affirma-gilmar-mauro>. <acessado em 12/01/2013>

As terras do Núcleo Colonial Monção em Iaras, o Pontal do Paranapanema, o Assentamento Milton Santos, e tantos outros episódios marcam a ação do judiciário contra a reforma agrária. Os interesses do capital sempre se sobressaem aos interesses do campesinato quando se tratam de meios legais. As disputas territoriais entre o agronegócio e a agricultura camponesa são tão desleais, já que os latifúndios avançam sobre as terras de trabalho familiar, utilizando-se de todos os meios possíveis para garantir o seu controle total. E o Brasil é um país onde isso acontece de forma intensa, e com amplo apoio dos poderes e da sociedade.

É uma verdadeira ofensiva, como diz Gilmar Mauro, contra a reforma agrária, com o propósito de desestabilizar as lutas camponesas de todas as maneiras, dando amplos poderes ao agronegócio exportador.

Quadro 20

Não existe uma ação para democratizar a terra

10 de dezembro de 2012

Por José Coutinho Júnior, Da Página do MST

A Reforma Agrária parou em 2012 e foram poucos os investimentos do governo na produção dos camponeses e nos assentamentos.

Além disso, há um novo discurso de que “agora é preciso desenvolver os assentamentos já existentes, não desapropriar terras”.

Assim, o governo se afasta cada vez mais dos camponeses e dos movimentos sociais do campo.

“A Reforma Agrária está paralisada por causa do modelo de desenvolvimento em questão hoje no Brasil, o agronegócio”, analisa Marina dos Santos, da Coordenação Nacional do MST.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que 10.815 famílias foram assentadas de janeiro a novembro. O que esse número representa para a Reforma Agrária?

Esse número é irrisório, dada uma realidade tão complexa que temos no Brasil, com altíssimo nível de concentração de terra, que só aumenta com a ação das transnacionais, que vem se apropriando das terras no Brasil e na América do Sul.

É um número que reflete o aumento da concentração, da desnacionalização da terra e dos bens naturais. Por outro lado, o governo prioriza o agronegócio, o latifúndio, a produção de poucos produtos para exportação, em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar camponesa.

A opção do governo pelo agronegócio é clara, demonstra tanto o discurso político da maioria dos ministérios como a liberação de recursos para as grandes empresas. A Reforma Agrária está praticamente parada no país. Não existe uma ação do governo de democratizar a terra e para enfrentar o latifúndio improdutivo. Pelo contrário.

Essa atitude em relação à Reforma Agrária se agravou no governo Dilma?

Isso vem da década de 90, com a aceleração do modelo neoliberal e do surgimento e consolidação do agronegócio no Brasil. E nos últimos anos, todos os governos têm propagandeado que fizeram a maior Reforma Agrária de todos os tempos, mas há uma contradição enorme aí. E os grandes meios de comunicação ignoram isso. O índice Gini mostra que a concentração de terras não está mudando. É inexplicável os governos fazerem “a maior Reforma Agrária do mundo”, quando o Gini aponta a manutenção da concentração de terras. Você não pode democratizar a terra se ao mesmo tempo ela está concentrada. A Reforma Agrária está paralisada por causa do modelo de desenvolvimento em questão hoje no Brasil, o agronegócio.

A grande imprensa aponta que como o agronegócio gerou empregos para trabalhadores de baixa renda, que desistiram de lutar pela Reforma Agrária. Como você analisa isso?

É outra contradição. O que temos visto é que quem garante a produção de alimentos saudáveis e a geração de empregos é a agricultura familiar, não o agronegócio. Pelo contrário, o agronegócio estimula o êxodo rural, a saída das famílias do campo, que vão para as médias e grandes cidades urbanas tentar sobreviver. Essa é uma tese que não condiz com a realidade do campo brasileiro.

Que medidas seriam necessárias por parte do governo para colocar em curso uma Reforma Agrária efetiva?

A primeira medida deveria fazer uma reestruturação para fortalecer o Incra, que está completamente sucateado, com poucos funcionários, salários baixos e poucos recursos para realizar o trabalho de campo. Teria que renovar o quadro funcional, tirando pessoas desmotivadas e até contrárias à realização da Reforma Agrária, disponibilizando recursos para garantir o trabalho de campo.

O outro elemento é disponibilizar recursos de fato, aumentando a verba do Incra para a realização de desapropriações, aquisições de terras e vistorias. E fazer uma sinalização política para a sociedade de que o governo estaria disposto à realização da Reforma Agrária, com o enfrentamento do latifúndio.

Qual o papel dos movimentos sociais nesse contexto?

Os movimentos têm de continuar cumprindo seu papel organizador, mobilizador e de pressão. Devem continuar organizando os trabalhadores sem-terra pelo país. E pressionar os governos para que cumpram sua responsabilidade, punindo o latifúndio improdutivo e realizando a Reforma Agrária.

E na parte de apontar as contradições do agronegócio?

Outro desafio importante é denunciar para a sociedade o uso dos agrotóxicos, que é um grande vilão do agronegócio. A sociedade está ganhando uma consciência do mal que o agronegócio faz, com sérias consequências para as pessoas, o meio ambiente, para o conjunto da sociedade com o alto uso de venenos no campo.

Temos que ganhar a simpatia da sociedade para a realização da Reforma Agrária, porque ela não vai se concretizar apenas com a pressão dos movimentos do campo. Se o conjunto da sociedade brasileira não pautar, reivindicar e cobrar de fato a Reforma Agrária, não conseguiremos realizá-la.

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/marina-dos-santos-nao-existe-uma-acao-para-democratizar-terra-e-enfrentar-o-latifundio>. <acesso em 12/01/2013>

O Brasil optou pelo agronegócio. Essa afirmação pode ser entendida devido às ações governamentais a favor do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, quando da opção por não realizar uma reforma agrária consistente, além das linhas de créditos, financiamentos, investimentos públicos ao agronegócio, já que os mesmos pontos quando voltados à agricultura de base familiar, são rígidos e de juros mais altos.

Isso sem mencionar a complacência do Estado em relação às terras públicas, fazendo de conta que nenhuma grilagem existia, e quando sabe, o judiciário trabalha intensamente para manter a estrutura.

Entretanto, como se não bastasse tantos trâmites encontrados nas entrelinhas, o governo Lula acaba por legalizar as grilagens de terras na Amazônia, com a MP 458. Uma área de conflitos agrários intensos, fronteira agrícola, arco do desmatamento da floresta amazônica, e com essa legalização, a situação tende a ficar mais delicada. É uma clara opção por induzir ao agronegócio que avance sobre as terras amazônicas, enaltecendo o avanço do desmatamento.

Assim, o governo de Luiz Inácio e do Partido dos Trabalhadores revelou à sociedade brasileira sua verdadeira face em relação à reforma agrária: **não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio**. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio, quer dizer, da agricultura capitalista mundializada no Brasil. (OLIVEIRA, 2010, p. 76 grifo do autor)

Além dos meios legais para privilegiar o agronegócio, outras ações também são tomadas em uma frente dupla, a de fortalecer a imagem da agricultura de exportação, e

também a de desqualificar a agricultura de base familiar. São ações midiáticas, com o aval do governo, que visam formar um ideário de modernidade e importância econômica ao agronegócio exportador. Assim, a população esbraveja a favor de uma agricultura monocultura de soja, eucalipto ou cana, por exemplo. Enquanto que a agricultura camponesa e seu trabalho familiar certamente que não tem os maquinários mais modernos, mas é responsável por grande parte da produção de alimentos, para o abastecimento interno.

Tudo o que o agronegócio precisa é disso, de que o governo seja complacente às suas práticas e de que a população em um contexto geral admire-o.

Figura 40: Cartaz do MST sobre o uso de agrotóxicos pelo agronegócio.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Abril/2013

O modelo gerido pelo agronegócio brasileiro, além de ser altamente concentrador e excludente, também é danoso ao meio ambiente. Grande parte dos recursos hídricos é utilizada pela agricultura, principalmente aquela que se vale de técnicas de irrigação, comum nas grandes lavouras.

Tal uso demasiado torna-se mais preocupante ainda devido ao intenso uso de agrotóxicos pelo agronegócio. Existem diversos venenos produzidos pelas empresas transnacionais, como a Syngenta, Bayern, Monsanto, entre outras, que são proibidos a décadas na Europa e nos EUA. A saída para essas empresas foi a comercialização desses produtos no Brasil.

Quando pensamos nas ações políticas no Brasil, notamos uma dubiedade gritante. Primeiramente pelo fato de se existir dois ministérios que tratam da agricultura, mas com ações e recursos totalmente avessos.

Voltado ao agronegócio temos o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Em definição de sua política agrícola, esse ministério afirma ser foco:

Um conjunto de ações voltadas para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção constitui a base da Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Por meio de estudos na área de gestão de risco, linhas de créditos, subvenções econômicas e levantamentos de dados, o apoio do estado acompanha todas as fases do ciclo produtivo. Essas ações se dividem em três grandes linhas de atuação: gestão do risco rural, crédito e comercialização.

Vejamos que tais propostas de política agrícola convergem para créditos, subvenções econômicas e acompanhamento na produção. A produção de *commodities* é o carro chefe do MAPA, dando totais condições necessárias a garantir a exportação de produtos primários, a fim de manter o superávit da balança comercial brasileira.

De outro lado temos o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que em tese deveria agir em conformidade com a agricultura de base familiar, dando-lhes condições de produção e competitividade.

Um ponto delicado que merece atenção se dá pelo fato da destinação da produção do pequeno agricultor. Quando é interesse do capital ou do agronegócio, a produção camponesa recebe atenção. Entretanto, quando a produção não estará sujeita ao capital, e sim garantirá o autoconsumo, as linhas de crédito desaparecem, as orientações técnicas são escassas e o pequeno agricultor tem que se virar sozinho. Só que a produção camponesa sobrevive através da sua luta diária, luta pelo acesso a terra, luta para se manter na terra.

As diretrizes de política agrícola deste ministério são voltadas à uma agricultura de base familiar na produção. Entretanto, será que todas as determinações são realmente efetivadas? Vejamos o que diz a introdução dessas diretrizes.

Evoluiu bastante nos últimos anos a percepção social sobre as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Como muito atraso histórico, as elites brasileiras começam a identificar os agricultores familiares como um grupo social distinto e, sobretudo, a reconhecê-lo como um dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural. Por isso, talvez não seja exagerado

otimismo esperar que esse grupo social também venha a ser visto como o segmento importante da estratégia de desenvolvimento que o Brasil necessita, isto é, um dos protagonistas do lado rural da agenda de desenvolvimento que está emergindo com a renovação do debate público posterior à estabilização da economia.

No entanto, para que esse processo não seja truncado é imprescindível reformular a política agrária, principalmente no sentido de adequá-la às radicais mudanças das relações cidade-campo ocorridas na segunda metade deste século; mudanças que certamente serão aceleradas pelos novos horizontes abertos pelas inovações tecnológicas e institucionais contemporâneas. Por isso, o principal objetivo deste texto é propor diretrizes para uma política agrária que tenha alicerces na experiência dos países que conseguiram se desenvolver durante o século XX e, simultaneamente, esteja orientada para os possíveis futuros de um imenso país semi-periférico, nas circunstâncias concretas da provável fase de expansão da economia mundial que sucederá a presente crise.

Quadro 21

Eis as palavras do novo ministro em entrevista ao jornal Valor Econômico:

"a orientação do governo é fazer a reforma agrária nos termos da necessidade do país, tanto dos demandantes de terra para morar e trabalhar quanto da nação, que precisa de estabilidade demográfica

rural, produção de alimentos e paz no campo. O país tem experiência de governos anteriores ao presidente Lula, e não só do governo Lula, que a reforma agrária passa pelo monitoramento da dinâmica do agrário e do fundiário, mas tem a dimensão produtiva, da industrialização e da comercialização.. Temos como orientação aprofundar a reforma agrária com fortalecimento e aperfeiçoamento do MDA e do INCRA, mas buscando essa nova dinâmica.

Valor: Significa mudar o eixo e a localização da reforma?

Florence: É mudar tudo. Fazer uma reforma onde assentados se insiram em uma dinâmica produtiva, de geração de produção, produtividade, oportunidades, qualidade de vida e alimentos ao país, dentro de um novo contexto econômico e político, posterior aos oito anos de Lula. A liderança agora é da presidenta Dilma. Vamos buscar o bom gasto público, apurar a capacidade de obter terras com qualidade, assentar com qualidade, acelerar o processo de inclusão produtiva. Tudo com responsabilidade fiscal e do aperfeiçoamento da gestão pública, em particular no INCRA.

Valor: Mas ainda cabe a reforma agrária nos dias de hoje?

Florence: Depende de quem pensou e o quê pensou. Tem muitas formulações. Vamos fazer a reforma que o país precisa. Não é para atender luta política. É para garantir acesso à terra a quem nela precisa produzir e viver, garantir produção e produtividade aos assentados, alimentos para nutrir o país e também para conter a inflação. Criar um círculo virtuoso e dinâmico no rural.

Valor: E a relação com os movimentos sociais do campo?

Florence: Há mecanismos regulares de mediação isonômicos. Os movimentos sociais de luta pela terra e da agricultura familiar encontram no MDA e no INCRA mecanismos permanentes de mediação. Além disso, a presidenta Dilma determinou a consolidação dos processos de negociação, em todas as áreas, sob coordenação da Secretaria-Geral da Presidência, do ministro Gilberto Carvalho. A pauta dos movimentos contém muitos itens de responsabilidade de outros ministérios. Não é só terra.

O assunto foi veiculado pelo jornal O Estado de São Paulo em reportagem que tinha como manchete "Limite de terras para estrangeiro é obstáculo".

Fonte: VALOR ECONÔMICO, 22/06/2011:E1 Apud OLIVEIRA, 2010, p. 95-96

Concluimos que as política voltadas à agricultura de base familiar serão geridas em conformidade com o agronegócio, principalmente quando é afirmado que tais diretrizes serão desenvolvidas em simultaneidade com a realidade agrária do país. Isso pode ser comprovado nas palavras do então Ministro do MDA, Afonso Florence. Em entrevista a esse jornal, o então ministro foi questionado sobre a necessidade de reforma agrária atualmente. As ideologias envoltas nesse veículo de comunicação mostram o desprezo pelas mudanças nas estruturas agrárias do Brasil.

Foi mencionado o fato da reforma agrária atender as necessidades o país. Mas ora, as necessidades de um país com uma estrutura fundiária altamente concentrada, monoculturas de exportação, violência no campo, uso indiscriminado de terras públicas, exploração de trabalho degradante pelo agronegócio, inexistência de soberania e segurança alimentar, seriam quais?

Certamente a de mudar as estruturas vigentes e realizar uma reforma agrária intensa e efetiva. Acontece que seguindo as linhas de editorial desse jornal, temos que nos deparar com esse posicionamento conservador, que propaga a sociedade essas inverdades, e que acabam por serem absorvidas pelo senso comum.

As ofensivas contra a reforma agrária estão por todos os lados. Vivemos um momento em que a reforma agrária está sobre a mira de ser deixada para trás, mais ainda do que sempre foi desprezada.

Mídia, capital e governo se alinham para que as reivindicações e pressões populares pelas mudanças estruturais fundiárias e produtivas se esvaíam no ar, e se dissipem com todas as ideologias e esperanças camponesas. Manter o pacto de poder e as relações no campo são os objetivos da classe dominante.

De que adianta o país ter as mais modernas máquinas no campo, se as estruturas de concentração de terra, relações de trabalho e destinação da produção são tão arcaicas como sempre. A modernização conservadora é a marca do campo brasileiro, em que as máquinas são inseridas apenas para aumentar a produção, e não para mudar como tudo está sendo produzido.

Quadro 22

Carlos Marés: Ruralistas querem mudar lei para bloquear reforma agrária

12 de abril de 2013

Por Carlos Marés, Doutor em Direito do Estado

Especial para o Viomundo

Está para ser votado na Câmara dos Deputados o novo texto do Código de Processo Civil (CPC). Quero destacar, dentro do conjunto das discussões, pontos que procuram dar efetividade processual ao que ficou consagrado na Constituição Federal como função social do imóvel rural (arts. 184 e seguintes). Pontos estes que a bancada ruralista já se insurge contra qualquer normatização.

“É importante que o juiz requirite aos órgãos da administração direta ou indireta da União, do Estado ou do Distrito Federal e do município informações fiscais, previdenciárias, ambientais, fundiárias e trabalhistas referentes ao imóvel”, exatamente para que verifique o cumprimento da função social tão nobremente consagrada na Constituição Federal

Se os institutos jurídicos criados pela Constituição e pelas leis não têm forma processual de realização, tornam-se letra morta no sistema. O contrário disto incorre o princípio que há crime e, portanto, não deve ser chamado um juiz para dirimi-lo, mas apenas uma ordem judicial para a ação das milícias. Isso pode levar a decisões preconceituosas, ou mesmo à prévia criminalização do coletivo.

Carlos Marés é professor de Direito Agrário e Ambiental da PUC-PR. Autor do livro “Função Social da Terra”, pela Editora Sérgio Fabris.

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/carlos-mar%C3%A9s-ruralistas-querem-mudar-lei-para-bloquear-reforma-agr%C3%A1ria>. <acessado em 15/04/2013>

Desde o período colonial temos as mais modernas máquinas na produção agrícola. Os engenhos do nordeste açucareiro eram tão modernos quanto as colheitadeiras do centro-oeste do agronegócio. E quaisquer mudanças que possam vir, sempre serão atacadas, rechaçadas, a fim de que tudo continue como sempre foi.

A bancada ruralista está tentando de todas as formas sucumbir a reforma agrária no Brasil. A inserção de capital no campo, e recentemente capital estrangeiro, optando-se por um modelo pautado na concentração fundiária e em monoculturas de exportação só nos faz pensar que ainda não quebramos o pacto colonial, e que o papel do Brasil, aceito por sua sociedade, por seu governo e por sua elite é a de ser um simples país fornecedor de produto primário, secundário e frágil perante as dinâmicas econômicas mundiais.

Quadro 23

Os limites da política agrária no Brasil

Eduardo Paulon Girardi

A concentração da terra

Em 2003, de acordo com dados do Incra, os imóveis rurais brasileiros totalizavam 418,5 milhões de hectares, sendo os imóveis pequenos, de até 200 hectares, detentores de somente 28,4% da área total. Entre 1992 e 2003 foram acrescidos na estrutura fundiária 108,5 milhões de hectares e 1,4 milhões de novos imóveis rurais. Este acréscimo manteve o padrão concentrador da estrutura fundiária brasileira, cujo índice de Gini em 2003 era de 0,816, indicando grande concentração. Quanto mais próximo de 1 maior é a concentração. Entre 1992 e 2003 não houve desconcentração significativa da estrutura fundiária e o índice de Gini variou -0,010 (em 1992 o índice de Gini era de 0,826). Neste período, as áreas de ocupação antiga (centro-sul e Nordeste) permaneceram com a estrutura fundiária inalterada e as novas terras, incorporadas na fronteira agropecuária (Centro-Oeste, bordas da Amazônia e a porção ocidental da região Nordeste), foram acrescidas seguindo padrões de altíssima concentração: o território do latifúndio e do agronegócio. Esta é a primeira indicação da ineficácia da política de assentamentos rurais para a promoção da Reforma Agrária, pois não consegue solucionar sequer o problema mais básico: a concentração da terra. A política de assentamentos rurais segue o modelo do desenvolvimento possível e não vai além.

A ineficácia da política de assentamentos rurais

A política de assentamentos rurais adotada no Brasil não redistribui a terra na proporção que uma Reforma Agrária efetiva deve fazer. Entre 1996 e 2006, cerca de um milhão de famílias participaram de ocupações de terra e, no mesmo período, foram assentadas 913,046 famílias. À primeira vista, os números totais parecem mostrar que quase todas as famílias que lutaram pela terra foram beneficiadas, contudo, a análise mais detalhada da política de assentamentos rurais evidencia a negativa desta afirmação. Há uma oposição territorial entre as áreas onde ocorrem as ocupações de terra (áreas de ocupação mais antiga do centro-sul e Nordeste) e as áreas onde os assentamentos são criados: no norte do país. Os dados mostram esta oposição: entre 1988 e 2006, do total de famílias que participaram de ocupações de terra, apenas 13,4% o fizeram na Amazônia Legal, mas, ao contrário, 62% das famílias foram assentadas na Amazônia Legal. Isso ocorre porque a Amazônia tem sido utilizada há décadas como válvula de escape para não realizar a Reforma Agrária, sendo a política de assentamentos rurais mais uma face desta opção. Defendemos que a ocupação da região Amazônica deve ser cessada imediatamente e as políticas voltadas para a região sejam centradas na melhoria da qualidade de vida da sua população, incentivando o campesinato regional com suas particularidades e proibindo a grilagem de terras e as novas posses. A Reforma Agrária deve ser centrada no centro-sul e Nordeste.

Fonte: <http://enff.org.br/jornal/293/destaque>. <acessado em 10/01/2013>

E os resultados dessa opção serão cada vez mais nefastos a toda a sociedade. Não apenas aquela classe camponesa, que luta pelo acesso à terra, mas sim a todos, inclusive aqueles que propagam a ideologia do agronegócio, e que são os primeiros a sentir no bolso a alta dos alimentos, provocados por esse modelo agroexportador.

Com pesar concluímos que a reforma agrária está sendo deixada para trás no Brasil. Além do pouco que foi realizado em relação a reforma agrária ter sido incipiente e falho. Os assentamentos foram criados dessa forma, para darem errado, deixando a própria sorte dos camponeses assentados encontrarem as melhores maneiras de manter-se na terra.

Quadro 24

Cadê a Reforma Agrária?

24 de julho de 2012

Por João Pedro Stedile*

A expressão reforma agrária está no senso comum das pessoas, de que é o ato de desapropriação de latifúndios e a distribuição de terras para trabalhadores sem-terra. E está parcialmente correto. Como conceito mais amplo, reforma agrária é o conjunto de políticas do estado, que implanta um amplo programa de desapropriação das maiores propriedades, e as distribui para os trabalhadores sem terra, promovendo o acesso à terra, como bem da natureza, e provocando um processo de democratização da propriedade da terra na sociedade. Quanto mais concentrada a propriedade da terra num país, mais injusta e anti-democrática é a sociedade.

No Brasil, nunca tivemos um programa de reforma agrária verdadeiro. E o resultado é que somos a segunda sociedade de maior concentração da propriedade da terra, do mundo, medido pelo índice de *Gini*. Só perdemos para o Paraguai, onde as oligarquias rurais acabam de dar um golpe de estado.

O que houve no Brasil depois da redemocratização foram desapropriações pontuais, de alguns latifúndios, e um programa mais amplo de colonização de terras públicas na Amazônia, que não afetaram a estrutura da propriedade da terra.

Essas desapropriações de latifúndios que oscilam de governo a governo, tem sido muito mais fruto da pressão social dos movimentos, do que de um amplo programa de reforma agrária dos governos.

Assim, entra governo, sai governo, e a luta pela reforma agrária continua... sempre igual. Durante os governos Lula e Dilma, os movimentos sociais achavam que a reforma agrária, enquanto programa de governo poderia avançar. Mas infelizmente seguiu a mesma lógica. Só anda, nas regiões e locais aonde houver maior pressão social.

Mas como explicar que dois governos originários de longas lutas sociais das últimas duas décadas não tenham avançado para um verdadeiro programa de reforma agrária?

Arrisco apresentar algumas. Esses governos ascenderam ao poder executivo, fruto de alianças amplas, que lhes deram vitória eleitoral, mas não se constituíram em hegemonia política suficiente para construir mudanças estruturais na sociedade brasileira. Esses governos não foram frutos de um amplo processo de mobilização de massa. Chegaram ao governo, já num período histórico de refluxo das lutas sociais, e portanto, sem força da base, e ficaram reféns das artimanhas das elites.

O Governo Dilma continua refém de suas alianças conservadoras. Continuam refém da falta de debate sobre projeto para o país. Continua refém de desvios tecnocráticos, como se assentamento de sem-terra fosse apenas problema de orçamento público. Continua refém de sua pequenês.

Enquanto isso os problemas da agricultura, os problemas sociais no interior, continuam aumentando. E não adianta escondê-los com falsas propagandas ou iludir-se com falsas estatísticas de puxa-sacos de plantão. Por sorte, a história não para, e algum dia o povo voltará a se mobilizar...

Fonte: <http://www.mst.org.br/Cade-a-Reforma-Agraria>. <acessado em 12/01/2013>

O que nos deixa também ressabiado é o fato de que os movimentos sociais estão enfraquecendo, uma vez que a luta pela terra tem sido deixadas de lado por medidas assistencialistas, que em um primeiro momento acaba por convencer e impedir que o cidadão

saia da zona de conforto e lute pelos seus ideais e por mudanças no conjunto de toda a sociedade.

A contrarreforma agrária está dominando o campo brasileiro. Todas as investidas contra os movimentos sociais e contra a quebra do pacto de poder latifundiário no Brasil estão se mostrando intensas. Os movimentos sociais se organizam, legitimam suas ações através de estudos, de processos, de documentos, e mesmo assim tem que se deparar com tantas forças que agem contra a reforma agrária.

O refluxo do movimento de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais canalizados para as políticas compensatórias (bolsas de todo tipo e estilo, etc.), parecia que estavam aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos 30 anos. Mas, era preciso dizer também, que havia apenas um aparente silêncio das massas camponesas. E, aparentemente, tudo indicava que os dois processos intercambiavam-se. Mas, os dados da CPT do livro sobre conflitos no Campo foram mostrando uma nova face da luta pela terra no Brasil. Em primeiro lugar, de fato o número de ocupações de terras que bateu o recorde em 2004, com mais de 76 mil famílias, foi diminuindo e, em 2007, os números indicavam apenas 37 mil famílias mobilizadas, para chegar em 2010 com apenas 16.858 famílias mobilizadas. O número de novas famílias que foram para os novos acampamentos também despencou: em 2003, um total de 59 mil novas famílias foi para os acampamentos, enquanto que em 2010, os números indicavam apenas 3.579 famílias. Ou seja, os movimentos sócioterritoriais tinham mudado sua rota política construída desde a década de 80 do século passado. (OLIVEIRA, 2010, p. 75)

O conservadorismo está ganhando sobre as reformas de base. Nossa sociedade estará cada vez mais injusta e excludente enquanto aceitarmos esse modelo de imposição dos interesses da elite sobre os interesses coletivos. A opção pelo agronegócio exportador demonstra os interesses das políticas econômicas em privilegiar esse setor, e quem sabe, fazer perdurar o pacto colonial, colocando o Brasil no cenário mundial como um país fornecedor de produtos primários.

E aos movimentos sociais, não basta apenas bradar contra o latifúndio e a favor da reforma agrária. O retrocesso é tão grande, que agora terão que enfrentar a contrarreforma agrária do Brasil.

5 – O CAMPESINATO: “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR” E “LUTAR NÃO É CRIME”

A luta pela terra ocorre para que o campesinato continue a existir. É mais uma estratégia visando o acesso, mas que não se limita a esse ponto. O lema trazido pelo MST, enaltecendo as palavras de ordem “*Ocupar, Resistir e Produzir*”, mostram que a luta pela terra, pela reforma agrária, não acaba com o acesso a terra. Atualmente o MST traz outras palavras de ordem, como “*Lutar não é crime*” evidenciando que a luta pela terra é algo legítimo, que a nossa sociedade tem que entender.

De fato, a reforma agrária não pode se resumir apenas à desconcentração fundiária e distribuição após a realização da ocupação de terras públicas e devolutas, como também de terras improdutivas. O lote é uma etapa da reforma agrária, que só se efetivará de fato com a consolidação camponesa, possibilitando a sua manutenção e recriação.

É dentro dessas estratégias visando a manutenção e recriação camponesa que a resistência encara as suas primeiras dificuldades, acarretadas pelos entraves de dificuldade de produção, uma vez que a queixa generalizada em grande parte dos assentamentos locais são a falta de assistência técnica e condições financeiras para a produção.

Dessa forma, pensar no campesinato e na figura do camponês perante as suas estratégias de recriação e manutenção se mostra interessante, principalmente aquelas encontradas entre os assentados nas terras da antiga Fazenda Capivara.

Para subsidiar a observação empírica feita no Assentamento Zumbi dos Palmares, realizado nas terras da Fazenda Capivara, antigo Núcleo Colonial Monção, é importante delimitar quais interpretações teóricas são cruciais para entender os mecanismos que o campesinato encontra para a sua manutenção, pensando que esse momento de análise é posterior à concessão do lote.

Assim, é importante buscar as interpretações do campesinato enquanto classe contraditória no capitalismo, mas que coexiste dentro desse modo de produção, uma vez que é importante ao capital sujeitar relações de trabalho não capitalistas para a sua ampliação.

Contudo, o ponto central é entender o campesinato a partir da reforma agrária, da produção, dos mecanismos que visam o enraizamento com a terra fruto da luta. A figura do sujeito camponês em sua luta de classe é primordial também. Mas entender o campesinato enquanto agente territorial é de suma importância, principalmente quando está configurado uma fração do território não capitalista envolto pelo agronegócio.

5.1 – O Campesinato: a luta de classes

Existe a compreensão simples e superficial dentro do marxismo clássico de que o modo capitalista de produção seja formado apenas por duas classes sociais, a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2009, p. 53), sendo a primeira a proprietária dos meios e produção e a segunda aquela que vende a sua força de trabalho. Nesse movimento, o primeiro, por ser detentor dos meios, pode extrair mais-valia do segundo sujeito. É o típico processo de exploração alheia a fim de auferir lucro, e o que sustenta essa relação é a não identificação do sujeito dentro de sua classe social, o que Marx chamou de alienação (MARX, 1968) (MARX, 2009).

Neste contexto, o proprietário de terras é um sujeito que aparece contraditoriamente dentro do modo capitalista, uma vez que a terra não é fruto do trabalho humano, e não pode ser confundida como capital constante, tal como as máquinas, e nem como produto, onde seria extraído o lucro (MARTINS, 2010).

Então, como entender a questão do campesinato dentro do modo capitalista de produção, usando a abordagem dialética marxista? A resposta é simples, entender como o capital, ao criar seus mecanismos de produção e reprodução, utiliza-se de meios não capitalistas para garantir a acumulação, valendo-se de estratégias e relações produtivas não capitalistas (OLIVEIRA, 1990). E nesse bojo, a simples análise das duas classes oriundas de dentro do capitalismo, irão ser acompanhadas de duas mais, ligadas à terra, como os latifundiários e os camponeses.

Karl Marx (1818-1983) deixou um grande legado ao desenvolver em *O Capital* uma profunda análise sobre o Modo de Produção Capitalista, bem como também sobre a luta de classes em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (MARX, 1986). Entretanto, o

contexto de estudo de Marx era a ordem burguesa, sendo que suas análises sobre a industrialização inglesa e suas repercussões no capitalismo, e também por considerar que a agricultura europeia estava já interligada a indústria. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 44 e 46).

Marx pensa que, quando o sistema capitalista está plenamente consolidado, já terá deixado de existir a agricultura parcelaria ou camponesa na sua modalidade de “produção simples de mercadoria” e já se terá imposto a industrial. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 47)

No que se refere às considerações de estudos agrários, ou seja, a própria questão agrária, foram os discípulos de Marx, baseados em suas obras, que desenvolveram tais considerações. Para Marx, dentro dos processos históricos, um modo de produção substituiria o outro, e que somente a revolução proletária é que sucumbiria o capitalismo (MARX, 2009, p. 103), e dessa forma que seus discípulos desenvolveram os principais estudos agrários sob esta ótica. Partindo do pressuposto de que na agricultura a separação entre capital e trabalho também se processaria, ou seja, que alguns seriam empregados enquanto outros seriam donos dos meios de produção, o assalariamento seria um processo inevitável ante a inserção do capitalismo no campo, ocasionando assim o desaparecimento da classe camponesa. Karl Kautsky (1854-1938) e Wladimir Lênin (1870-1924), são uns dos primeiros a estudarem a questão agrária sob a égide do modo capitalista de produção, sendo que estes autores discorrem sobre a inserção do capitalismo no campo, como processo de desenvolvimento linear de tal.

Ademais, vale ressaltar que no último livro de Marx, publicado após a sua morte, o próprio Marx contemplou a existência de uma classe camponesa, baseada no trabalho familiar. Contudo, essas conceituações não são aceitas pelos marxistas ortodoxos, devido a publicação *post-mortem* de Marx. Mas o importante é notar que Marx já havia entendido a existência do campesinato como classe existente no capitalismo, mas não exclusiva desse.

Dentre aqueles que contemplaram a desintegração do campesinato sobre as ações do capital, temos Kautsky que afirmou que “se deve pesquisar se e como o capital se apodera de agricultura, revolucionado-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas” (KAUTSKY, 1980, p. 28).

A ideia principal da obra de Kautsky remete que a inserção do capitalismo em todos os setores produtivos, inclusive no campo, era irreversível. Assim, a interpretação que este autor tinha sobre o campo e, principalmente sobre as formas produtivas existentes no

espaço agrário, eram que o capitalismo iria destruir outras formas que não fossem naturais desse sistema, tal como o campesinato, uma vez que, o capitalismo só abangeria duas classes: a burguesia e o proletariado (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 114). Dessa forma, o campesinato aparecia como entrave, dentro da proposta socialista, rotulado por suposta inconstância política e aparecendo ora como burgueses, ora como proletariado. O socialismo só seria possível num país onde as forças de produção, sob as relações do capitalismo, estivessem completamente desenvolvidas.

Portanto, Kautsky acreditava que a indústria iria fazer sucumbir a classe camponesa, por mais que esta lutasse contra. Os camponeses acabariam por se tornarem trabalhadores assalariados em grandes explorações capitalistas, que por sua vez seriam as precursoras de cooperativas socialistas.

Outro pensador contemporâneo a Kautsky, também de base marxista, foi o russo Wladimir Lênin. Em síntese faz um diálogo muito próximo com Kautsky, no que se refere ao desaparecimento de uma classe campesina, mas discordam nos posicionamentos políticos sobre esta classe.

Basicamente, a tese central de Lênin diz respeito a uma análise do mercado interno russo no final do século XIX, dando atenção também a uma análise da economia rural, em que traz a diferenciação social como essência da tese do desaparecimento do campesinato. Essas diferenciações sociais dão margem a ocorrências de camponeses ricos, que de fato iria se transformar em burguesia, sendo que a maioria dos camponeses iria empobrecer a ponto de ter que se transformarem em proletários (LÊNIN, 1985)

Sobre a desintegração do campesinato, Lênin afirma que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista.” (LÊNIN, 1985, p. 35).

Lênin afirmou que a diferenciação social no campo apoiava-se nas bases de um processo inevitável que era a expansão capitalista no Ocidente. O evolucionismo e o materialismo histórico de Marx influenciaram as ideias de Lênin ao afirmar que, em seu país, a Rússia, não havia as condições de passar diretamente de um modo de vida feudal para uma sociedade socialista, de base agrária. Era preciso passar pelo modo de produção da sociedade moderna, cuja base econômica mercantil é a divisão social do trabalho. O avanço do capitalismo, progressivamente, gera divisão social do trabalho, o que constitui, conforme Lênin, o centro do processo de formação de um mercado interno numa economia capitalista

(LÊNIN, 1985). Fica evidente uma concepção de que seria necessária uma superação histórico-linear dos modos de produção anteriores para se chegar ao socialismo.

Para Lênin, primeiramente, a especialização da agricultura provocaria trocas entre várias regiões agrícolas e os vários produtores. Em seguida, quanto mais a agricultura adentra na circulação de mercadorias, tanto mais rapidamente cresce, da parte da população rural, a demanda de artigos de consumo pessoal produzidos pela indústria de transformação e tanto mais rapidamente.

[...] a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores “do campesinato”, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. (LÊNIN, 1985, p. 108)

A noção de que o campesinato está sujeito ao mercado encontra respaldo nos dados por ele analisados, ao afirmar que “o campesinato não pode viver sem compras e vendas: ele já depende totalmente do mercado, do poder do dinheiro.” (LÊNIN, 1985, p. 99).

Assim, é que Lênin desenvolve a sua tese de penetração do capitalismo e a mercantilização da agricultura.

A separação entre indústria e agricultura acompanha a desintegração do campesinato e se opera por vias distintas nos dois pólos da aldeia: a minoria rica cria empresas industriais, desenvolve-as, melhora a agricultura, emprega operários agrícolas, consagra a indústria uma parte progressivamente maior do ano e, quando a indústria chega a certo nível de desenvolvimento, estima que é mais lucrativo separar as empresas industriais das suas explorações agrícolas, [...] para se converter em pequenos burgueses ou comerciantes. (LÊNIN, 1985, p. 242)

Dessa forma, vemos que para Lênin, a agricultura e a indústria não se opõem, e sim se complementam. Kautsky e Lênin pressupõem que o desenvolvimento técnico da agricultura leva ao assalariamento dos pequenos produtores, que de acordo com ambos, não conseguiriam concorrer com a agricultura capitalista.

Entretanto há uma nuance que os diferencia, Kautsky considera que a superioridade técnica e produtiva da grande exploração capitalista é o que promove a expropriação de pequenos produtores rurais. Enquanto Lênin elege a diferenciação social dentro do campesinato como mecanismo que os levará ao assalariamento. De acordo com Paulino (2003, p. 29),

[...] ambos sentenciaram o desaparecimento do campesinato, em um momento crucial do desenvolvimento capitalista, em que a interpretação dos fenômenos sociais estava fundamentada em teses oriundas da profunda análise das transformações urbano-industriais.

Não podemos deixar de tratar algumas considerações de Rosa Luxemburgo (1871-1919), que embora concordasse com Kautsky e Lênin sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, que resultaria na eminente expropriação camponesa, a autora elucidou outro mecanismo no processo de acumulação capitalista, para o qual são indispensáveis estruturas não capitalistas.

Como já mencionado, Luxemburgo (1970), ressalta que as formações pré-capitalistas são base para a acumulação primitiva do capital, para que em um momento futuro, possa ser gerado a sua reprodução. Dessa forma, há uma via de mão dupla, uma vez que a acumulação do capital necessita das relações não capitalistas para acontecer, e estes se mantêm através dessa relação com o capital, como fruto de sua luta para garantir sua manutenção.

Elucidar os procedimentos de pilhagens, como pode ser entendido os casos de grilagens de terras, bem como a sujeição da produção camponesa pelo capital, devem partir das contribuições desenvolvidas por Rosa Luxemburgo sobre a sua análise do capital e de suas contradições, primordiais para a existência do campesinato. Nesse momento, é preciso analisar o processo de produção do capital, como forma de acumulação de capital através de processos tipicamente não capitalistas. Ao não empregar capital, não se pode afirmar que se trata de um processo de reprodução do capital, uma vez que não há a exploração de mais-valia, mas sim a sujeição sobre a produção camponesa e a renda da terra.

As contribuições de Rosa Luxemburgo são essenciais para o entendimento da classe camponesa no capitalismo, que se dá a partir das contradições expressas pelo capital para garantir a sua reprodução, uma vez que acaba por se valer de relações de produção tipicamente não capitalistas, como forma de reprodução e acumulação do capital. Dessa forma, a partir da dialética do capital é que o campesinato encontra maneiras de sobreviver.

Assim, concluímos que o campesinato surge como um entrave teórico para a compreensão do processo de inserção do capitalismo em todos os setores produtivos, uma vez que para o marxismo clássico, o capital precisaria mostrar toda a sua força, para que os proletários realizassem o seu rompimento, e a consequente implantação do socialismo. Nessa interpretação, o camponês seria um sujeito que não por não ter vivido a experiência do assalariamento, não viveria a revolução em todo seu contexto.

No bojo de se buscar entender o campesinato dentro do capitalismo, é que surge a visão *narodnista* na Rússia. Guzmán e Molina (2005) afirmam que a interpretação de que o campesinato apresentar relações de trabalho contraditório ao capital, cria condições de entender os processos históricos dentro de um processo multilinear.

É nesse paradigma que surgem as concepções desenvolvidas pelo também russo Alexander Visilievich Chayanov (1888-1937), que tem em sua tese central a relação entre o trabalho e o consumo, e assim a permanência de uma classe campesina.

As reflexões de Chayanov foram desenvolvidas na década de 1920, mas foram ignoradas por aqueles que fizeram a revolução russa. Assim, suas reflexões por muito tempo foram esquecidas e sequer mencionadas, fazendo com que a discussão sobre a reprodução camponesa ficasse restrita a poucos círculos acadêmicos. Theodor Shanin é o teórico contemporâneo ao qual se pode atribuir o feito de resgatá-las (SHANIN, 2009, p.83). Almeida e Paulino (2000, p. 116) afirmam que,

Para Chayanov, o fato de o trabalho familiar ser uma forma de produção ainda dominante no mundo, impunha a necessidade de uma análise mais aprofundada e cuidadosa de seu conteúdo, pois qualquer tentativa de construção de futuras forças econômicas deveria partir necessariamente da realidade existente.

Sua tese foi desenvolvida através de estudos realizados sobre os dados orçamentários das unidades de produção de pequena escala, ainda predominante na Rússia em seu tempo. Assim, pode-se explicar as características de produção que se baseiam em trabalho familiar, ou seja, pautada em relações de trabalho não capitalistas.

Chayanov não foi apenas um economista agrário em um país cuja população em sua grande maioria tinha sua vida vinculada ao campo, mas também um grande intelectual de Moscou, preocupado em suas diversas obras, sobre a questão campesina. Contudo, suas concepções não agradavam os Stalinistas e, por isso, foi exilado e morto. (SHANIN, 2009, p. 84-85).

O campesinato é uma classe transcendente, afirma Chayanov, não sendo vinculada a nenhum modo de produção específico, coexistindo em todos eles, tal como no capitalismo, em que as relações contraditórias de produção, abrem margem para uma produção não tipicamente capitalista. Diferentemente das teses de Kautsky e Lênin sobre o desaparecimento do campesinato, que culminaram nas teses contemporâneas de agricultura familiar. As teses contemporâneas herdadas de Chayanov correspondem à recriação

contraditória do campesinato e do capital. Paulino (2003, p. 37) afirma que “Chayanov não vislumbrou em suas reflexões qualquer indicio de desagregação da classe camponesa no ritmo e intensidade apontados pelos seus oponentes”.

Sua formulação primordial sobre a produção camponesa vem a ser a teoria do balanço entre trabalho e consumo, uma vez que devido a necessidade de sua família, o camponês acaba por trabalhar mais, ou seja, conforme as necessidades familiares de sustento aumentam, o camponês tem que produzir para saná-las, assim, *“la explotación domestica y del balance trabajo-consumo es una teoría de una unidad económica o, lo que es lo mismo, de la actividad económica de la fuerza de trabajo domestica y no lo es acerca de la producción agrícola campesina”* (CHAYANOV, 1974, p. 70). Para Chayanov o volume desta atividade vai depender do número de consumidores e nunca do número de trabalhadores.

Dessa forma, Chayanov traz uma simples, mas esclarecedora consideração sobre a diferença entre uma unidade de produção capitalista e uma unidade de produção camponesa, partindo do pressuposto do balanço entre o trabalho e consumo.

[...] podemos afirmar con certeza que mientras el tamaño de la unidad agraria capitalista es teóricamente ilimitada, la extensión de la unidad domestica de exploración agraria está naturalmente determinada por la relación entre las necesidades de consumo de la familia y su fuerza de trabajo. (CHAYANOV, 1974, p. 89)

É nesse contexto que temos que entender o papel do campesinato enquanto classe social. Como aponta Shanin (Apud Guzmán e Molina, 2005, p. 48), as últimas concepções de Marx já aceitavam o evolucionismo multilinear do processo histórico, e dessa forma, a coexistência de distintas formas de exploração, o que abre outras possibilidades de estudo dos processos que têm lugar na agricultura.

Dessa forma, aponta Bombardi (2004, p. 51) de que o “campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção”. E assim, podemos entender qual o papel do campesinato e suas estratégias de recriação, manutenção e reprodução frente à expansão do capital no campo.

Assim, o próprio Shanin, afirma que,

[...] há razões para definir camponês e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. (SHANIN, 1980, p. 43).

Uma das principais contribuições sobre as conceituações de camponês, dada pelo próprio Shanin, vem a ser sobre a sua mistificação, afirmando que “um camponês, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico” (SHANIN, 1980, p. 44), uma vez que o conceito de camponês tem que ser visto dentro de suas particularidades locais e temporais.

Entretanto, pode-se cair então na questão da generalização do conceito de camponês. Sobre tais elucidações é que Shanin (1980, p. 46) propõe uma orientação da especificidade de camponês sobre seis considerações básicas, em que os camponeses têm se distinguindo.

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como unidade básica de economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN, 1980, p. 51-52)

Para Martins o camponês brasileiro é diferente do camponês europeu, uma vez que o primeiro é fruto das contradições da expansão capitalista. O capitalismo engendra relações não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores onde se vinculam ao modo capitalista de produção através de relações comerciais. (MARTINS, 1981, p.14).

Contudo, ao retomarmos o caso *sui generis* da terra no Brasil, temos as mais concisas explicações para algumas colocações de como a terra é encarada dentro do modo de produção capitalista. O sentido do monopólio fundiário original, afirma Martins, está na necessidade de viabilizar a escravidão, e não o contrário. Seguindo também na linha de interpretação que nega os resquícios feudais no Brasil, Martins afirma que o campesinato brasileiro tradicional foi concebido junto ao sistema escravista/latifundiário/exportador, expresso pelo sistema de sesmarias, diferentemente do camponês europeu em que lhe foi dado o direito a terra. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 121).

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo se expressa de forma desigual e contraditória, tem-se então que o processo de destruição e recriação camponesa e o assalariamento de trabalhadores rurais são frutos de um processo em que há a intervenção do sujeito em tal. Assim, a permanência do camponês é um processo contraditório do capital, mas necessário para seu desenvolvimento.

Enfim, há que se considerar que por detrás do conceito de agricultura, há uma produção territorial bastante heterogênea, mas que está fundada em duas formas fundamentais de produzir, sendo elas a empresarial e a camponesa.

Essas duas formas de produzir vinculam-se diretamente às duas formas de propriedade, a propriedade privada capitalista da terra e a propriedade camponesa da terra. Sendo que os trabalhos encontrados no interior das duas agriculturas são de natureza oposta, em que na primeira o trabalho vem a ser alienado, pois é convertido em mercadoria na relação de assalariamento, e na segunda o trabalho não alienado, materializado em frutos palpáveis, os quais acabam por converter-se em mercadorias, mas não exclusivamente, pois uma parte deles vai para o autoconsumo.

Assim, a propriedade privada capitalista da terra está fundada no princípio do $D - M - D'$, ou seja, o dinheiro investido se torna mercadoria que é convertido em dinheiro expandido. Enquanto na propriedade camponesa da terra a lógica de produção vem a ser $M - D - M$, em outras palavras, a mercadoria se transforma em dinheiro que é convertida para a aquisição de novas mercadorias.

É nesse contexto, em que notamos que o campo é marcado por dois sujeitos proprietários de terras, um voltado ao capital e outro à sua família, e que a luta de classes se torna mais evidente, uma vez que esses agentes procuram criar condições para que a sua classe se torne homogênea, sendo essas ações através de violenta inserção de capital, no caso do primeiro tipo de proprietário fundiário, ou através da luta pela terra, e mesmo na luta cotidiana e inconsciente pela manutenção camponesa.

Inegavelmente há uma tendência no capitalismo em despojar as pessoas de suas terras e/ou meios de produção. Entretanto, contraditoriamente, há também necessidade de reprodução destas relações não capitalistas. Portanto, o campesinato ao mesmo tempo que é expulso, perdura. (BOMBARDI, 2004, p. 56)

Dessa forma, podemos entender o campesinato enquanto classe social, suas particularidades produtivas, e qual a sua relação com o capital, se mostrando de forma

contraditória, e logo se expressando contraditoriamente na disputa territorial contra o capital e na luta pela terra da família camponesa.

5.1.1 – A Família Camponesa

A família camponesa, para Chayanov, é aquela que não contrata mão de obra externa, e se a contrata é devido a um determinado período que exige maior dispêndio de força vital. A família vem a ser o motor da atividade produtiva camponesa, com importância fundamental na organização de tal, configurando a forma produtiva.

Cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideramos dominante, por mucho valor que atribuyamos a la influencia del mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de medios de producción y a la fertilidad natural, debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción (CHAYANOV, 1974, p. 47)

Mas de fato, quem são os camponeses, quem são os sujeitos que produzem para a alimentação de sua família? Para entendermos o campesinato, é importantíssimo adentrarmos nas estratégias desenvolvidas pela família camponesa e a sua relação de trabalho com a terra.

Um terceiro modelo de organização socioeconômica que existe é a economia informal, ou melhor, corresponde principalmente ao que poderíamos denominar de economia familiar. Ela é um tipo de economia que não é menos poderosa, relevante, influente e capaz de resolver problemas do que são a economia estatal e a economia de mercado. Não há forma de entender a economia nas sociedades capitalistas sem considerar o apoio que a economia familiar dá a esse sistema. (SHANIN, 2008, p. 26)

Não podemos enxergar dentro da unidade camponesa com as lentes dos esquemas produtivos empresariais. A família e a terra de trabalho são os pilares da identidade camponesa, e que o trabalho familiar é a expressão das relações de produção camponesa, onde a força de trabalho familiar é o motor produtivo (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 27).

Os camponeses são “donos/senhores” de suas unidades territoriais uma vez que têm liberdade de produzirem-nas/constituírem-nas, ou seja, eles são donos não apenas de seu tempo, como também de seu “espaço”, já que o transformam através do trabalho, não qualquer trabalho, mas do trabalho familiar. (BOMBARDI, 2004, p. 59)

Assim, o tamanho da família e a disponibilidade de mão de obra vêm a ser fatores determinantes no andamento da unidade camponesa, uma vez que a relação entre o número de pessoas a serem alimentadas e o total que trabalham, exercem vital importância para o equilíbrio rentável da produção, ou seja, “*el volumen de actividad económica*”. (CHAYANOV, 1974, p. 56).

En conocimiento de esta dependencia podemos tratar el problema del carácter interno de esta relación y suponer que nos es el tamaño de la familia lo que determina el volumen de la actividad económica familiar [...]; por le contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia. En otras palabras, el campesino se provee de una familia de acuerdo con su seguridad material. (CHAYANOV, 1974, p.61)

Chayanov explicita a questão do tamanho da família no processo da reprodução camponesa, uma vez que com as dinâmicas de reprodução sexual ocorrem o nascimento de crianças que não poderão trabalhar tão cedo, configurando assim, mais consumo, mas não mais trabalho, bem como o caso dos idosos. Contudo, também pode ocorrer a não permanência dos filhos na propriedade, uma vez que devido ao tamanho reduzido desta, dificilmente haverá a partilha das terras.

Figura 41: Produção camponesa de alimentos no Assentamento Zumbi dos Palmares. Notar que se trata de hortaliças, importante para a alimentação da família, bem como a destinação ao PNAE.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Out/2013

Nos trabalhos de campo realizados no Assentamento Zumbi dos Palmares, notamos que a família é realmente o norteador das atividades produtivas. Mesmo havendo a

destinação de grande parte de suas produções para os programas de merenda escolar e outra sujeita ao capital, a família camponesa se preocupa em reservar parte da produção para alimentação, realizando um processo de segurança alimentar.

As famílias se organizam para produzir o pouco que a terra arenosa possibilita produzir, como leite, mandioca e hortaliças. Desenvolvem suas produções através das limitações que são lhes dadas, procurando estabelecer teias de relações entre os assentados, de forma a garantir os tramites de produção.

Dessa forma, a produção de alimentos no assentamento requer mais dispêndio de trabalho do que o normal, uma vez que a baixa fertilidade natural, a ocorrência de pragas e as ações das intempéries, muito comum na região, são fatores que provocam alterações na jornada de trabalho camponesa. A quase totalidade dos lotes se ocupa com a produção de alimentos, sendo bem distribuídos entre o plantio de hortaliças e a criação de gado leiteiro.

A sua jornada de trabalho é um elemento que distingue o camponês do trabalhador assalariado, pois não há a rigidez de horário, variando conforme a época do ano e a sua produção, que em momentos expressam pouco trabalho, e em outros expressam intensa dedicação ao trabalho. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 60).

Quando afirmamos que os camponeses são livres, pois determinam seu trabalho e a intensidade do mesmo e são, portanto, donos de seu tempo, estamos afirmando, na mesma maneira, que também eles são donos de seu território, na medida que constroem uma unidade territorial que se diferencia daquela na qual as relações de trabalho se dão de forma tipicamente capitalistas. (BOMBARDI, 2004, p. 59)

Como o tempo de trabalho na unidade camponesa é outro em relação ao trabalho na unidade capitalista, cabe ao camponês vivenciar extremos, quando da ociosidade e também do sobretrabalho. Para as duas situações, o campesinato se vale de estratégias para garantir sua manutenção.

No período de ociosidade, ou menor dispêndio de trabalho na unidade camponesa, é comum que um membro da família procure uma atividade extra, fora do seu sítio. Trata-se do trabalho acessório, que tem o caráter positivo da ação pelos ganhos maiores, diante do dispêndio de esforço (CHAYANOV, 1974, p. 101). Pudemos notar isso em campo, quando fazíamos as visitas ao assentamento, uma vez que em algumas ocasiões os

camponeses não podiam conversar conosco, em outras ocasiões, batiam papo e até havia tempo para uma conversa informal em um barzinho dentro do próprio assentamento.

Assim, notamos que uma das saídas para a obtenção de renda extra nas unidades camponesas vem a ser a prática do trabalho acessório, tendo como intuito não o seu assalariamento, mas sim a auferição de ganhos nos momentos em que a produção agrícola não a proporcionarem. Está prática não pode ser entendida como extinção da figura camponesa, mas sim como uma estratégia de reprodução. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 37).

Um caso típico encontrado no Assentamento Zumbi dos Palmares é o assalariamento temporário na colheita da laranja. É um caso em que personagens antagônicos se aproximam e um se “aproveita” do outro. Nesse caso, os camponeses assentados acabam por vender sua forma de trabalho na colheita de laranjas para a Cutrale. Os mesmos agentes que disputam territórios se fazem valer de subterfúgios para garantir suas necessidades, que para o camponês é a renda extra, e para o capital, o lucro.

Entretanto, há uma normativa do INCRA que coíbe ao titular do lote e cônjuge o trabalho assalariado, mesmo que temporário. Ao saber disso, o setor citrícola se faz valer de tal prerrogativa, pagando baixíssimos salários, expondo os camponeses a condições precárias de trabalho, bem como a ausência de direitos trabalhistas. Nas conversas, muitos dos assentados têm receio de mencionar que se assalariam na época da colheita, com medo de perder o lote.

Figura 42: Criação de gado leiteiro no assentamento. Foto: Ricardo M. Venturelli – Set/2011

Outra prática comum é a destinação da produção. Essa destinação não se dá apenas através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), como também através da sujeição camponesa ao capital industrial, por exemplo, com na venda do leite para indústrias como a Gege, em Pardinho, e a Mococa, em Cerqueira César.

A criação de gado é outra estratégia camponesa de resistência, pois ao mesmo tempo aparece como produção de alimentos para a família, e também é fonte de renda. Nesse movimento dúbio, o camponês adquire renda, mas a indústria acaba por sujeitar a produção camponesa ao capital.

É dentro dessa lógica que se encontra então a sujeição de formas produtivas não capitalistas ao capital industrial, uma vez que essa é a única forma de se extrair algo desta relação, visto que a extração de mais-valia não se constitui no fundamento da atividade camponesa, ou seja, a sujeição camponesa não ocorre do assalariamento. E, neste sentido, logo teremos a compra da produção camponesa, uma vez que, concluindo que o trabalho é o criador de valor, os capitalistas se apropriam dessas mercadorias a um preço inferior ao trabalho nela contido. (PAULINO, 2006, p. 110)

A renda da terra na propriedade capitalista é gerada a partir de ganhos extraordinários, e nas unidades camponesas a renda da terra é fruto da exploração familiar, onde além de causar um aumento nos níveis de consumo, causam uma intensificação do trabalho. Assim, os elementos geradores de renda da terra para Chayanov são os de intensidade de trabalho e orçamento da família camponesa. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Podemos notar nas palavras de Chayanov a preocupação da inserção de capital no campo que pode acarretar em concentração fundiária, estabelecendo uma ditadura econômica sobre diversas áreas produtivas e culturas, ou subjugando a produção camponesa sobre os ditames do capital. Assim, Chayanov:

[...] classificou-a como um fenômeno real, econômico e social, criado a partir de uma gama de relações sociais oriundas das bases da produção agrícola. Entretanto, nas unidades camponesas os ganhos se realizariam sob a forma de rendimentos brutos, divididos entre renovação de capitais e satisfação das necessidades de consumo da família, o que tornava muito complexa a sua estimativa. Apesar da qualidade do solo e a situação geográfica da unidade ante os mercados interferir nos custos de produção, os resultados não se traduziriam em aumento ou diminuição de ganhos monetários de renda, mas no aumento da produtividade do trabalho, refletindo-se no nível de consumo e bem estar da família. (ALMEIDA e PAULINO, 2000, p. 118)

Nessas atribuições, é comum às famílias camponesas a destinação da produção quase que exclusivamente à indústria, deixando de lado a produção para o sustento da família, sofrendo a forte ação da sujeição da produção camponesa ao capital, que se vale de relações não capitalistas de produção para extrair renda capitalizada da terra.

Dessa forma, como pensar em estratégias de resistência camponesa, conquistadas através da luta pela terra, quando o capital se vale de todas as artimanhas para subjugar o campesinato? As armas do capital nas disputas territoriais são intensas, pressionando o campesinato de todas as formas, até o momento que adentra a unidade familiar e rompe com suas tradições e costumes, rompendo com as práticas de produção de alimento e valendo-se do trabalho familiar camponês para a extração de renda da terra.

Contudo, como estamos vendo, várias são estratégias empregadas pelos camponeses na resistência em manter as relações de trabalho familiar, que perduram e procuram manter de todas as formas um campesinato que se pauta na família e na produção de alimentos, frente ao avanço contínuo do capital.

5.2 – O Assentamento Zumbi dos Palmares: mecanismos de criação, manutenção e recriação camponesa

Distante aproximadamente 25 km dos centros urbanos mais próximos, como Águas de Santa Bárbara e Iaras, a área do assentamento é de difícil acesso, sem pavimentação, e em dias de chuvas se tornam intransitáveis. É interessante mencionar que o trecho da SP-261, que corta o assentamento e serve de via de deslocamento para os centros urbanos mais próximos, é totalmente sem pavimentação. Recentemente o governo do estado de São Paulo investiu quase 500 mil reais para a melhoria de vias dentro do assentamento Zumbi dos Palmares. Vale ressaltar que foram apenas seis quilômetros que sofreram melhorias, sendo esta, apenas uma cobertura de cascalho jogada na estrada de areia.

Figura 43: Placa mostrando investimento do governo estadual no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Abril/2013

Entre os camponeses assentados, as perspectivas futuras são as mais diversas, ocorrendo até a participação em associações e cooperativas distintas, que acabam ganhando o rótulo de adversários produtivos e políticos.

Não basta apenas conceder o lote à família assentada, tem que garantir a sua permanência. Essa é umas das principais colocações e indagações impostas pelos assentados. Como já mencionado, a ausência de assistência técnica e extensão rural, a dificuldade ao acesso a crédito, e as disputas políticas internas são os principais entraves para a consolidação desse território camponês. Além de ter que conviver com as pressões externas do capital, como a ofensiva nas terras e o uso de agrotóxicos que acabam sendo levados pelo vento ao assentamento, os camponeses assentados têm que lidar com situações de disputas de liderança e sujeição de um grupo sobre todos.

Entretanto, quando analisamos da porteira para dentro, a família camponesa, assentada, procura fazer de tudo para se manter e se reproduzir. Depois de tanta luta, mesmo com a concessão do lote, a batalha continua, agora não para ter acesso a terra, mas sim para se manter nela.

O INCRA é responsável pela assistência técnica na produção e distribuição de mercadorias dos assentados. Os assentados fundaram em 2008 a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária de Iaras e

Região (COCAFI). Entretanto, esta não é a única perspectiva de trabalho em conjunto que existe nas áreas de assentamento em Iaras e municípios vizinhos.

Como alternativa a essa cooperativa, outras associações foram fundadas com a perspectiva de novas alternativas para a comercialização da produção. Logo, no decorrer do ano de 2011, foram criadas duas associações, a ATAI (Associação da Torre dos Assentados de Iaras) e a APPAM (Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Maracy), este último já no município de Agudos. Ambas as associações contam com o apoio de técnicos do INCRA, mesmo que esse instituto não haja formalmente, e também de partidos políticos, como no caso de filiados e até de assessor de deputado do PT (Partidos dos Trabalhadores).

Contudo, ao invés de haver uma coletivização do trabalho camponês no assentamento, essas associações e cooperativas acabam se configurando como adversários. Tais rixas não são apenas pela procura da destinação da produção, e sim por interesses políticos. A oposição entre os grupos de assentados se torna clara, demonstrando um ponto frágil dentro desse assentamento, o que acaba por enfraquecer a luta pelo acesso e a manutenção camponesa.

Valendo-se de dois programas do Governo Federal, elaborados e realizados através do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), os assentados procuram criar condições de se inserirem competitivamente entre si.

Além dessa perspectiva, temos também o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Logo, a perspectiva da formação de novas associações, na busca de inserir os assentados em um circuito produtivo, que facilitem a venda das produções, principalmente através do programa de aquisição de merenda escolar oriundos de pequenos agricultores, que utilizem mão de obra familiar, conforme indica a Lei Federal 11.947, de 16 de Junho de 2009. Certamente que essa indicação é válida, pois, visa garantir a geração de renda aos camponeses.

Quando tratamos do PNAE, este programa existe desde a década de 1940, mas apenas recentemente foi reformulado a fim de atender todo o conjunto da educação básica. Nessa perspectiva, os assentados teriam uma nova oportunidade de geração de renda, uma vez que esse programa prevê que ao menos 30% dos fundos do recurso de aquisição de alimentos para merenda escolar devem vir de relações de produção pautadas no trabalho familiar.

Já quando nos referimos do PAA, temos que esse programa visa primeiramente à questão da segurança alimentar. Tanto no primeiro, como no segundo programa, a aquisição de alimentos se dá de forma mais eficaz quando intermediadas por cooperativas e/ou associações, uma vez que a criação de um registro jurídico apenas viabiliza monetariamente a circulação.

Entretanto, a coletividade dentro desse assentamento está enfraquecida, aparecendo grupos que em determinado momento, nos transparece que disputam os mercados consumidores.

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem, a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 161 e 162)

As disputas entre cooperativas e associações de assentados só tende a enfraquecer o processo de luta pela terra, que já enfrenta os ditames do poder e da política, para duramente conseguir o seu pedaço de chão, sem mencionar a falta de assistência técnica e investimentos.

Dessa forma, em muitos casos a comercialização é feita por intermediários, não existindo uma relação direta entre o produtor e consumidor, laços desfeitos, segundo Oliveira (1990, p.23), durante a “transformação da produção agrícola em produção de mercadorias”. Um fator importante na comercialização é a dependência que o produtor tem do “atravessador”, sujeitando-se à exploração desse intermediário.

Todavia, apesar de todas as estratégias de produção, visando a inserção em programas ou configuração de mercado consumidor, essas podem aparecer como sujeição da produção camponesa ao capital. Não somente a produção dos assentados, bem como a produção dos acampados também, assim como apontou Iha (2005, p. 120). Ainda é notado que os acampados produzem leite, servindo para o consumo de sua família, e também sendo destinada a indústria, em que a principal receptora vem a ser a Laticínios Gege SA. de Pardinho. Há na perspectiva dos acampados uma futura destinação do leite para a Mococa SA. em Cerqueira César.

É nesse momento que temos a *Monopolização do Território pelo Capital*, (OLIVEIRA, 1999, p. 105), em que expressam suas relações de produção, supondo a unidade entre a gestão e trabalho, ou seja, os controles dos meios de produção, por meio do próprio trabalho, típico da produção camponesa sujeita ao capital.

No entanto, ao não controlar as esferas de circulação dessa produção, o camponês tem parte da renda apropriada pelos que atuam no circuito intermediário entre produtor e o consumidor final. O resultado monetário dessa atividade é a renda.

Interessante é notar que o capital se instala em um território camponês, como no assentamento, para a extração da renda camponesa da terra, mas que também se vale de um território dinâmico e mutável, como o acampamento.

Sujeitar a agricultura aos seus ditames tem sido a prática do capital comercial, estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjugando, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

A sujeição da renda camponesa ao capital industrial não ocorre sempre da mesma maneira, pois não há a subordinação apenas no ato da comercialização, mas há também no momento da produção, quando da aquisição dos meios de produção, em que com exceção da terra, os instrumentos dos meios de produção são em parte adquiridos e em parte produzidos pelos camponeses, quando é obrigado a comprar suas ferramentas, o camponês se vê subordinado ao capital. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 54)

Com a entrada de capital multinacional, a produção agrícola começa a sofrer com as mudanças administrativas, levando muitos produtores a se modernizarem, com a aquisição de ordenhadeiras mecânicas, tanques de resfriamento e de armazenamento. Para o pequeno produtor que não possui condições de adquiri-los, cabe a ele o auxílio de associações e cooperativas. Quando os pequenos produtores não conseguem cumprir as exigências impostas pela indústria, vão ser os primeiros a sofrerem, pois, não teria para quem destinar sua produção. Assim, dentro da questão da monopolização do território e seus processos, temos que entender como que se dá a relação da renda pré-capitalista ao lado da renda capitalista, que a primeira comparece invariavelmente como um tributo pessoal, que se manifesta de três formas distintas, sendo a renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro.

A renda pré capitalista é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre sobre acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. Embora na origem as primeiras formas da renda da terra sejam pré-capitalistas, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter, à medida que entram no processo de produção do capital. [...] hoje elas devem ser entendidas dentro da lógica contraditória do capital. É através delas que o próprio capital, contraditoriamente, se produz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada. (OLIVEIRA, 1990, p. 76-77)

Entretanto, a própria dinâmica contraditória de reprodução do capital abre espaço para a reprodução camponesa, uma vez que naquela são as necessidades de produção que definem as normas de contratação e manutenção de trabalhadores. Enquanto que com os camponeses, devido ao trabalho familiar, o ritmo é outro, ou seja, o tempo destinado a produção agrícola tem que ser respeitado de acordo com os ciclos da natureza. (PAULINO, 2006, p 116)

A dependência das forças naturais interfere na criação de valor, que, [...], é um atributo exclusivo do trabalho. Dessa maneira, o tempo de sua realização se constitui um empecilho ao investimento capitalista, que tem por meta o retorno imediato. Essa seria uma das brechas abertas ao trabalho familiar camponês, envolto em uma temporalidade que mais se aproxima do tempo da natureza do que do tempo real do capital. (PAULINO, 2006, p. 117)

Concluimos o quão diferente vem a ser a produção camponesa daquela dita comercial, uma vez que, mesmo com relações produtivas não tipicamente capitalistas, expressa pelo trabalho familiar, a produção camponesa também se encontra vinculada ao mercado, principalmente com a consolidação de programas que visam a inserção produtiva baseada em relações de trabalho familiar.

Figura 44: Placas no Assentamento Zumbi dos Palmares indicando ação de infraestrutura pelo Governo Federal.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Set/2011

Além de todas as implicações da sujeição camponesa ao capital, temos que a localidade do assentamento apresenta condições precárias de infraestrutura. Além da

precariedade das vias de acesso e locomoção, as condições de vida são prejudicadas pela falta de distribuição de água e energia elétrica.

Mesmo com a construção dos poços com recursos federais, a água não chegou a todos os lotes, uma vez que era necessária a instalação de redes de energia elétrica para o bombeamento da água. Acontece, que dentre as propostas de distribuição de energia dentro do assentamento já havia sido aprovada há tempos o Programa Luz para Todos, mas que não saiu do projeto até recentemente.

Figura 45: Deputado Federal Paulo Teixeira (PT-SP) em reunião com os assentados. Foto: Ricardo M. Venturelli

Esta acabou sendo uma das principais reivindicações dos assentados. A luta pela terra foi somada à luta por energia elétrica. As verbas existiam para tais obras, mas não aconteciam, e os assentados ficavam sem saber o motivo de tanta morosidade.

Diversas manifestações foram feitas, tais como o bloqueio de estradas, reuniões dos líderes do assentamento com representantes do INCRA e até a presença do Deputado Federal Paulo Teixeira (PT-SP) foi agendada para a viabilização dessa obra de vital importância para a vida dos assentados.

A morosidade das iniciativas e assistência aos assentados foram as palavras de ordem das cobranças por parte dos assentados frente a esse representante do legislativo federal. É importante ressaltar que essa reunião aconteceu no mês de outubro de 2011, e que

foram indicadas ações de cobrança ao INCRA para agilizar os tramites judiciais e autorizar a instalação dos postes e linhas de transmissão.

Figuras 46 e 47: Caminhões da CPFL Sta. Cruz e postes de transmissão no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Abril/2013

Contudo, somente no mês de março de 2013 é que foram iniciadas as obras para a instalação das linhas de transmissão. Após tantas reuniões, manifestações e cobranças é que está sendo efetivada a distribuição de energia elétrica no Assentamento Zumbi dos Palmares, o que lhes dão uma nova esperança nas estratégias de manutenção e reprodução camponesa, pois, acreditam que a energia elétrica além de viabilizar a distribuição de água encanada vinda dos poços construídos pelo INCRA, poderão incrementar as atividades produtivas, como a produção de doces e compotas.

Nessa perspectiva, os assentados têm que enfrentar árduas batalhas para que resistam enquanto camponeses. A luta pela terra é apenas a primeira etapa de consolidação de uma classe camponesa, sendo que nos moldes que é realizada a reforma agrária no Brasil, os desafios continuam após o assentamento.

Sujeição ao capital, enfrentamentos e interesses políticos, morosidade de investimentos, falta de recursos e assistências são as principais dificuldades encontradas pelos assentados. Acontece que isso não faz crescer o descrédito com a crença da reforma agrária, pelo menos na maioria dos assentados, que procuram se articular e se valer de quaisquer estratégias para a manutenção da classe camponesa.

5.2.1 – A Pedagogia do MST no Assentamento Zumbi dos Palmares e a Escola Rosa Luxemburg

Outros pontos importantíssimos nas estratégias de manutenção e reprodução camponesa vêm a serem as práticas educacionais voltadas para a formação e aperfeiçoamento do assentado. Tais iniciativas visam aperfeiçoar as técnicas produtivas, procurando fortalecer o vínculo do camponês assentado com a terra, e também de incutir os ideais da reforma agrária e da educação no campo.

A iniciativa do MST e da Via Campesina, em proporcionar treinamentos e capacitações aos assentados é de boa aceitação, uma vez que visa consolidar a manutenção camponesa, garantindo o sucesso do programa de reforma agrária. Nesse caso temos a presença de profissionais das mais diversas áreas, mais principalmente das ciências agrárias, que oferecem cursos de extensão com o intuito de propiciar aos assentados o aperfeiçoamento das técnicas produtivas.

A antiga sede da Fazenda Agrocentro (Fazenda São Domingos), hoje abriga a escola de educação popular “Rosa Luxemburg”. Onde antes era utilizado como hangar, atualmente é o centro de formação. Muitos dos profissionais que oferecem treinamentos e capacitações aos assentados não são enviados por intermédio do INCRA ou da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada), vinculado a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo.

Figura 48: Reunião dos integrantes do MST com estudantes da região na Escola Popular Rosa Luxemburg.

Foto: Ricardo M. Venturelli – Abril/2013

Na maior parte do tempo as capacitações e treinamentos são ministrados por estudantes de agronomia da UNESP de Botucatu. Trata-se de um grupo de extensão desta universidade, que vem realizando um trabalho importantíssimo dentro das perspectivas de efetivação do assentamento através da melhoria das técnicas de produção. Há também um programa de graduação por meio do convenio entre a UNESP, INCRA e Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) que tem como objetivo a formação dos assentados em nível superior, proporcionando a difusão do conhecimento e a proliferação de práticas que auxiliam os assentados.

A “Escola do MST”, como é chamada pelos assentados e acampados, trata-se espaço democrático, em que além de funcionar como local de ensino e aperfeiçoamento produtivo, também é ponto de encontro para discussões políticas, reflexões e decisões sobre as lutas por reforma agrária.

Uma das experiências mais marcantes foi quando tivemos a oportunidade de levar um grupo de alunos que estão cursando o ensino médio, para conhecer *in lócus* a realidade da luta pela terra. Para esses alunos foi um aprendizado importantíssimo, não apenas sobre o ponto de vista de associar a prática com a teoria, como também um aprendizado de vida, em que puderam perceber o quão emergente é a luta pela terra no Brasil.

Figuras 49 e 50: Construção de escola estadual no Assentamento Zumbi dos Palmares e placa publicitária informando que há recursos estaduais. Foto: Ricardo M. Venturelli – Set/2011

Ademais, outra perspectiva que alegra os assentados e o MST em Iaras é a construção de uma escola estadual exclusiva ao assentamento. Buscando uma reflexão mais

detida sobre a formação dos sem-terra como experiência de formação humana, o que quer dizer compreendê-lo desde as preocupações específicas da pedagogia, aqui entendida como teoria e prática da formação humana, especialmente preocupada com a educação das novas gerações, é que desse esse ponto de vista, olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, coletividade e movimento, que é educativa e que atua internacionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem.

Ver o MST como sujeito pedagógico significa trazer duas dimensões importantes para a reflexão da pedagogia, que por sua vez também podem ser vistas como componentes do movimento sociocultural maior em que se insere a formação dos sem-terra. É também na pedagogia, pois, que podemos identificar os sinais dessa cultura com forte dimensão de projeto. (CALDART, 2004, p. 316)

A história da educação no MST é uma caminhada feita com teimosia e luta. Pela educação básica das crianças assentadas e acampadas, pais, professores, jovens e alunos muito têm trabalhado. Às vezes juntos, às vezes cada um do seu jeito e com as condições de cada momento.

Nesse caminhar da educação dentro do MST, muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas.

Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola que se educa partindo da realidade; uma escola onde professores e alunos são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando, uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor a causa do povo. Uma nova escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo. (MST, 2005, p. 31)

Com o fortalecimento do MST, temos também a sua consolidação enquanto movimento que tem uma preocupação social sobre a formação das crianças que vivem nos assentamentos regularizados pelo Governo Federal.

A preocupação básica dos coordenadores do movimento no que se refere a questão de criarem uma metodologia própria de ensino nas escolas dos assentamentos se refere ao fato de que: *“A escola da cidade não ensina nossos filhos a trabalhar como camponeses, mas sim, a conceberem valores que acabam por afastarem da terra. Na nossa*

escola, queremos que o aluno ao aprender algo novo, leve ao pai e a mãe o que aprendeu, criando um vínculo com a terra, pois é dela que todos dependemos”. Essa fala foi dita por um membro do MST, hoje assentado no Assentamento Zumbi dos Palmares.

É dessa maneira que vamos descobrindo o cotidiano dos assentados, suas relações produtivas, e a luta incessante pela terra, que não acaba quando o INCRA concede o lote, mas perdura por muito tempo, pois, a preocupação não é apenas manter aquela geração na terra, e sim, consolidar a força do campesinato, como uma nova estrutura territorial e produtiva no campo brasileiro.

Essa é a perspectiva dos assentados e integrantes do MST, de que o início das atividades da escola pública dentro do assentamento efetive as propostas da pedagogia camponesa, voltada à educação para o campo. Bem como a efetivação da Escola Popular Rosa Luxemburg, que de fato sirva para a capacitação dos assentados e se torne mais um instrumento de resistência na busca pela manutenção camponesa.

Manter-se no lote é outra luta enfrentada pelo camponês assentado. Depois de anos na luta pela terra, tem-se ainda que lutar para se manter. Mesmo estando sujeitos as forças e pressões externas, a família camponesa procura se valer de diversas estratégias a fim de criar condições para a sua reprodução.

A educação no campo é uma bandeira e esperança dos camponeses assentados, para que toda sua luta não seja desfragmentada na próxima geração. A terra não pode se uma conquista imediata, mas sim uma conquista definitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história das lutas sociais no Brasil, e dentre elas a luta pela terra, as elites sempre procuraram acabar com quaisquer estimativas de mudanças sociais, sufocando os movimentos e dizimando os envolvidos, para que servisse de exemplo a toda sociedade de que acreditar e brigar por mudanças é algo inaceitável, e que deverá ser intensamente punida.

Assim foi com Tiradentes na Inconfidência Mineira, Antonio Conselheiro e os sertanejos em Canudos, João Maria e os caboclos do Contestado, os marinheiros da Revolta da Chibata, Lampião e os cangaceiros, os camponeses nordestinos das Ligas Camponesas, os desabrigados do movimento dos sem-teto, e talvez aquela que ganhe maior destaque em uma repressão conservadora e de tentativas de criminalização, que são os camponeses do MST.

Não falamos em momento algum de revoluções, e isso talvez faça falta na história social de nosso país. Falamos em reformas, e sequer as reformas são aceitas pela sociedade conservadora brasileira. Na busca pela manutenção do *status quo* as elites brasileiras fazem alianças e artimanhas para manter as estruturas de poder e concentração de renda nos mesmos patamares. O Brasil é um país que se moderniza, mas não se torna moderno. Suas relações de produção e trabalho continuam a seguir o modelo arcaico.

Fruto da desinformação, uma parcela da sociedade não entende que reforma agrária não visa a alteração do sistema, como do capitalismo para o socialismo, mas sim alterações nas formas desse sistema, como a desconcentração fundiária, que se arrasta a séculos através dos processos mais nefastos de apropriação da terra, pautados no clientelismo, nas falsificações e na violência.

A reforma agrária não suprime a propriedade privada, apenas dá outra característica à estrutura fundiária, de forma mais justa e que reflitam em benefícios a toda sociedade, através da segurança e soberania alimentar, ocasionando o aumento da oferta de alimentos. Além de pensar na ocupação de milhares de pessoas que estão vivendo em condições excludentes, fruto de um processo de desapropriação camponesa e de um sistema que vive de especulações e lucros absurdos. O trabalho familiar camponês não visa o lucro, visa a produção de alimentos.

Contudo, para que tudo isso desse certo, uma reforma agrária eficaz e ampla deveria ser desenvolvida, e tudo isso, acabaria por mudar as estruturas de poder no Brasil, que é amplamente marcada pelo latifúndio.

E como a história nos mostrou, não seria nesse momento que a nossa sociedade passaria por tais mudanças, uma vez que as alianças entre as oligarquias fundiárias e capitalistas, que em muitas vezes se confundem na mesma pessoa, com os governantes, o judiciário e a mídia, optaram por manipular a população e as políticas públicas para que nada fosse alterado. Isso acontece através da ampla parcialidade midiática, que forja um ideal de ordem e conservadorismo no conjunto da sociedade, e assim, dá respaldo às ações políticas e judiciais.

Não é porque muitas ações estão nos campos da ideologia, que não haja mais ações repreensivas e conflitos. Pelo contrário, o campo brasileiro é marcado por uma extrema violência perante aos camponeses que questionam a estrutura fundiária. Quantas vezes as ocupações camponesas em latifúndios improdutivos, terras públicas e que não cumpram a função social da terra, são recepcionadas pelas balas dos capangas do fazendeiro, uma espécie de polícia do latifúndio, que faz o seu próprio julgamento de determinar as sentenças.

Entretanto, quando o judiciário pende a favor da manutenção da propriedade privada, decidindo de forma superficial e parcial sem avaliar os condicionantes da ocupação, a força repressora policial entra em cena para manter a ordem, expressando ações ofensivas contra os camponeses, muitas vezes de extrema violência contra cidadãos empunhados de suas ferramentas de trabalho e protegendo suas famílias.

Massacres como o de Corumbiara e Eldorado dos Carajás só nos mostram o quão truculentas são as ações policiais, atribuídas por um judiciário extremamente tendencioso. Mas esses não são episódios isolados, sendo que as reintegrações de posse sempre são marcadas por um abuso de autoridade em prol de uma ordem.

Ordem esta constituída sobre procedimentos ilegais e alianças.

Em nossa área de estudo não foi diferente, não fugindo a regra das ações que visam a manutenção de uma estrutura fundiária altamente excludente e concentrada. As terras do Núcleo Colonial Monção foram alvo de grilagens, trocas de favores e a ação do capital de forma que descumpriu seu objetivo primário, que seria a instalação de famílias estrangeiras pautadas no trabalho familiar.

Após a sua desestruturação, esse núcleo de colonização ficou a mercê de grileiros, que agiram intensamente, aproveitando-se da benevolência do Estado no descumprimento de fiscalizações e de desconhecer as suas próprias terras. Nenhuma ação sai de graça, e isso nos dá a entender que tudo se deu de forma proposital, a fim de beneficiar aqueles interessados em se apropriar de terras públicas de forma ilegal.

A terra como mercadoria e como reserva patrimonial só reforçou o caráter de poderio que a sua detenção o trás. O fruto objetivado não se limita ao cercamento, mas sim a extração de renda fundiária.

Coube ao INCRA investigar qual o patrimônio que pertence ao Estado, que o mesmo era incapaz de conhecer. E após ter conhecimento de seu patrimônio, como na área em estudo, o próprio Estado é omissos em reaver o que é seu, e fazer cumprir as determinações legais de destinação dessas terras a programas de reforma agrária.

Contudo, notamos que essa omissão em relação à reforma agrária é proposital, e vai ao encontro de políticas públicas que privilegiam o agronegócio monocultor, latifundiário e exportador.

A forma como que os camponeses e o MST foram intensamente massacrados pela mídia, pelos políticos e pelo judiciário no Caso Cutrale é mais um exemplo que podemos nos valer. Mesmo legitimados pelo direito previsto na Constituição Federal em relação a utilização de terras públicas, os camponeses nesse ato de reivindicação social, se tornaram personagens de ações que tinham como objetivo criminaliza-los.

Não bastassem todas as ações com o objetivo claro de desqualificar os movimentos sociais e induzir um jogo de valores a sociedade brasileira contra a reforma agrária, as ações políticas de efetivação visando à desconcentração fundiária estão aquém da suficiente para quaisquer perspectivas de mudança.

A reforma agrária no Brasil está sendo novamente deixada de lado, privilegiando o setor agroexportador. Em seu sentido ideológico e estrutural, nada está sendo realizado no Brasil. Quando há a realização de assentamentos, esses acontecem devido a pressões populares, em que o Estado cede parcial e estrategicamente para que o campesinato possa se recriar. Essa brecha dada ao campesinato não se dá na perspectiva de mudanças estruturais no campo, mas sim, de que haja o aproveitamento do capital sobre a produção camponesa.

Entretanto, o campesinato se aproveita dessa brecha para garantir os frutos de sua luta pelo acesso a terra e garantir os mecanismos de manutenção e reprodução da classe camponesa. O campesinato se reproduz e se mantém na terra através dos frutos de suas diversas lutas.

Dessa forma, a reforma agrária no Brasil acontece de maneira superficial e frágil, propositalmente assim a feita para que se dê errado as alternativas da agricultura frente ao agronegócio, ou seja, para que o campesinato não passe a concorrer em terras e atenção, como se somente o modelo agroexportador fosse o suficiente para a produção de alimentos no país, o que não é verdade.

Assim, a reforma agrária brasileira, quando feita em pequenas e localizadas ações, é maquinada para que não se atinja o sucesso e as mudanças estruturais no quadro fundiário e na sociedade que esta poderia trazer.

Os interesses da elite brasileira, da bancada ruralista, dos latifundiários do agronegócio, do capital nacional e internacional refletem as políticas de reforma agrária, ou melhor, de contrarreforma agrária, para que a ordem concentradora e excludente se perpetue no campo brasileiro.

Novamente optaram pelo modelo agroexportador, que se apresenta desde o período colonial, marcando o papel do Brasil na Divisão Internacional de Trabalho, de um mero exportador de produtos primários, um país de expressão secundária.

Essa opção marca o campo brasileiro através da concentração de terras, que acontece de todas as formas, inclusive as ilegais, como a apropriação da terra através de falsificações de documentos e a complacência do Estado. E como reflexo desse fenômeno, a violência contra todos que visam mudar essa estrutura é demasiada intensa, ocorrendo com a força mortal das balas das armas, como também da desfragmentação dos sonhos de muitos camponeses, com as assinaturas de juízes e governantes.

A realidade de luta pela terra no Brasil não está gerando a reforma agrária pedida, mas sim, uma série de estratégias que estão levando tudo à uma perspectiva de entendimento de que todas as ações estão se configurando como uma contrarreforma agrária.

A cada reivindicação de reforma agrária, a contrarreforma agrária é quem ganha mais investidas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY BORGES, Pompeu. *Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária*. CODECRI – IBASE, Rio de Janeiro, 1984.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos Teóricos para o Entendimento da Questão Agrária: Breves Considerações. *Geografia*, Londrina, vol. 09, n. 02, p. 113-128, jun/dez 2000.

ANDRANDE, Manuel Correia de, ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. São Paulo: Contexto, 1999.

ALVES, Juliete Miranda. *Hidrelétrica de Belo Monte: a apresentação de um projeto e as representações sociais que circulam em torno do conceito de desenvolvimento*. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5, 2010, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010. p. 1-14.

AYOUB, Ayoub Hanna. *A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética*. In: KATUTA, Ângela Massumi; et al. (Orgs.). *Geografia e Mídia Imprensa*. Londrina: Moriá, 2009, p. 241-258.

BALDI, César Augusto. *As comunidades quilombolas e seu reconhecimento jurídico*. 2008. Disponível em: < <http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/artigos/autores/cesar-augusto-baldi>>. Acessado em 18 fev. 2013

_____. *Constitucionalismo Mestiço: indígenas só querem reconhecimento de seu território*. 200-. Disponível em: < http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/docs_artigos/constitucionalismo_mestico.pdf/view>. Acessado em 25 maio 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2006). *Processo sobre Núcleo Colonial Monção apresentado do Ministério Público*.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. 2011. Disponível em: < <http://aao.org.br/aao/artigos-e-noticias.php>.> Acesso em 21/01/2013

_____. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

_____. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim Data Luta*, v. 45, p. 1-21, 2011.

_____. O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico Sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, USP, nº 14, 2003, p. 107-117.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. *Archivio di studi urbani e regionali*, Veneza, anno IV, n. 2, junho 1973, p. 1-12.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2000

_____. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 3º Edição, 2004

CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

CAUME, David José. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26 - 44, jan./abr. 2009.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do serão paulista*. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1923.

CUBAS, Tiago Egidio Avanço. *São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009*. 2012, Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT-UNESP, Presidente Prudente.

CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. *Geomorfologia do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2 Ed, 2001

DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constituiu no Brasil a Rede das Cidades. *Cidades*, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004.

_____. Regiões e Paisagens do estado de São Paulo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, n.25, ano III, p. 18-27, 1945.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos Sociais no Campo e outras Resistências Camponesas. IN. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular. 2008, p. 239-271

FELICIANO, Carlos Alberto. *Território em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. 2009, Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

FELISÁRIO, Adauto. *Três Ranchos*. São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima. 198-.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. *Publicações do Nera, Presidente Prudente*. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>>. Acesso em 06 de agosto de 2009.

FURTADO, Celso. *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Nacional das Letras, 27ª Edição, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles. *Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IHA, Mônica Hashimoto. *Territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os Acampamentos do MST em Iaras (SP)*. 2005, Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências-UNICAMP, Campinas.

KAUTSKY, Karl. *A questão Agrária*. São Paulo: Proposta, 1980.

LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LENIN, Vladimir Ilyich. *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Viagens Através do Brasil*. São Paulo. São Paulo: Melhoramentos, 1953, v 9.

LUZ, Luciano Ferreira da. *Os trilhos nas áreas urbanas: conflitos, desafios e oportunidades em dez cidades paulistas*. 2006, Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A Questão Agrária hoje e os Desafios do Governo Lula. *Agrária*, São Paulo, USP, n. 1, p. 37-54, 2004.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979

_____. *O Cativo da Terra*. 9º Ed. São Paulo: Contexto, 2010

_____. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1980

_____. *O Poder do Atraso*. 2ª Ed, São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983

MARX, Karl. *O Capital – Livro 3, volume 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974

_____. *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escrita, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2º Ed. São Paulo: Escala, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEMÓRIA SOBRE CUTRALE/FAZENDA SANTO HENRIQUE. 1) *Ação reivindicatória Proc. Nº2006.61.25.002729-2, da 1ª Vara Federal de Ourinhos/SP – Matrícula 4118.* 2) *Ação Querela Nullitatis Proc Nº 2009.61.08.004471-6, da 1ª Vara Federal de Bauru – Matrícula 5652.* Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal/Procuradoria Federal Especializada – INCRA/Procuradoria Jurídica de São Paulo.

MORAES, Sônia Helena Novais Guimarães. *Estado e Propriedade Agrária no Brasil: fórmulas jurídicas e vigência política.* 1987. Dissertação (Mestrado em Direito). FD – USP, São Paulo.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo.* Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MST. *Dossiê Cutrale.* Tribuna Popular, 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutrale.pdf>

MST. Setor de Educação do MST. Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990 – 2001. In: Caderno de Educação. São Paulo: Expressão Popular, n 13 Edição Especial, 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos Caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

_____. *A Geografia das Lutas no Campo.* São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula.* Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

_____. *A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. Agrária,* São Paulo, nº 12, pp. 3-113, 2010.

_____. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre,* São Paulo, AGB, ano 19, v. 2, n 21, p. 113-156, jul/dez 2003.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 15 (43) p. 185-206, 2001.

_____. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 465-540.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, nº 58, p. 5-64, 1981.

_____. O que é Renda Diferencial. *Orientação*, São Paulo, Instituto de Geografia - Departamento de Geografia – USP, nº 7, p. 93-104, 1986.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês Medeiros. *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

_____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática. 1990.

_____. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Avelino Rodrigues de. *O Avanço da Citricultura e os Conflitos Fundiários na Região de Avaré-SP: Uma análise geográfica da disputa pelo Território*. 2011, TCC (Graduação em Geografia). PRONERA-UNESP, Presidente Prudente.

PAOLIELO, Renata M. *Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo*. Texto baseado em _____. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. 1992, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas.

PAULINO, Eliane Tomiasi. (') *Terra e Vida: A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). FCT – UNESP, Presidente Prudente.

_____. *Por uma Geografia dos Camponeses*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Territórios em Disputa e Agricultura. IN. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular. 2008, p. 213-238

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULITSCH. Inge. *Para Maria in Amerika*. São Paulo: João Scortecci, 1996.

PORTO, José da Costa. *O Sistema Sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora UnB, s.d.

PRADO, Celso; PRADO, Junko Sato. *Historiografia para Santa Cruz do Rio Pardo: 1886-1886 Vias e meios de Transporte*. Disponível em: < <http://www.satoprado.com/2010/04/1886-1887-meios-de-transportes.html>>

PRADO Jr, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SÃO PAULO. Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo – ITESP.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980.

_____. Chayanov's treble death and tenuous resurrection: an essay about understanding about roots of plausibility and about rural Russia. *Journal of Peasant Studies*, London, Mortimer House, v. 36, n. 1, p. 83-101, 2009.

_____. *La Classe Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)*. Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial, 1983.

_____. Lições Camponesas. IN. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular. 2008, p. 23-48

SILVA, Lúcia Osório. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, SEADE, v. 11, n. 2, p. 15-25, abr./jun., 1997.

_____. Na Terra, as Raízes do Atraso. *História Viva*. São Paulo: Duetto Editorial, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/art17.htm>.

_____. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. *Terras Devolutas e Latifúndio*. 2º Ed. Campinas: Unicamp, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

STEFANI, Célia Regina Baider. *O Sistema Ferroviário Paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos*. 2007, Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Os Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

THOMAZ JR, Antônio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: AnnaBlume, 2002

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os Filhos da Lona Preta: Identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra*. 2003. Tese (Doutorado em História). UFPE, Recife.

WELCH, Cliford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2008, p. 161-190

ANEXOS

ANEXO I
LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Princípios e Definições

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

Art. 3º O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os estatutos das cooperativas e demais sociedades, que se organizarem na forma prevista neste artigo, deverão ser aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.) que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;

IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às

possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;

VII - "Parceleiro", aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada;

VIII - "Cooperativa Integral de Reforma Agrária (C.I.R.A.)", toda sociedade cooperativa mista, de natureza civil, ...Vetado... criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente;

IX - "Colonização", toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas ...Vetado...

Parágrafo único. Não se considera latifúndio:

a) o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;

b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.

Art. 5º A dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer.

Parágrafo único. No caso de exploração mista, o módulo será fixado pela média ponderada das partes do imóvel destinadas a cada um dos tipos de exploração considerados.

CAPÍTULO II

Dos Acordos e Convênios

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão unir seus esforços e recursos, mediante acordos, convênios ou contratos para a solução de problemas de interesse rural, principalmente os relacionados com a aplicação da presente Lei, visando a implantação da Reforma Agrária e à unidade de critérios na execução desta. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24.8.2001)

§ 1º Para os efeitos da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA representará a União nos acordos, convênios ou contratos multilaterais referidos neste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 2º A União, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas no seu território, bem como outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, observados os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 3º O convênio de que trata o **caput** será celebrado com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios que tenham instituído órgão colegiado, com a participação das organizações dos agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra, mantida a paridade de representação entre o poder público e a sociedade civil organizada, com a finalidade de formular propostas para a adequada implementação da política agrária. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 4º Para a realização da vistoria e avaliação do imóvel rural para fins de reforma agrária, poderá o Estado utilizar-se de força policial. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 5º O convênio de que trata o **caput** deverá prever que a União poderá utilizar servidores integrantes dos quadros de pessoal dos órgãos e das entidades da Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a execução das atividades referidas neste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

Art. 7º Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de Leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades, pertinentes aos problemas rurais, e, reciprocamente, a União poderá, em matéria de sua competência, cometer a funcionários estaduais, encargos análogos, provendo às necessárias despesas de conformidade com o disposto no parágrafo terceiro do artigo 18 da Constituição Federal.

Art. 8º Os acordos, convênios ou contratos poderão conter cláusula que permita expressamente a adesão de outras pessoas de direito público, interno ou externo, bem como de pessoas físicas nacionais ou estrangeiras, não participantes direta dos atos jurídicos celebrados.

Parágrafo único. A adesão efetivar-se-á com a só notificação oficial às partes contratantes, independentemente de condição ou termo.

CAPÍTULO III

Das Terras Públicas e Particulares

SEÇÃO I

Das Terras Públicas

Art. 9º Dentre as terras públicas, terão prioridade, subordinando-se aos itens previstos nesta Lei, as seguintes:

I - as de propriedade da União, que não tenham outra destinação específica;

II - as reservadas pelo Poder Público para serviços ou obras de qualquer natureza, ressalvadas as pertinentes à segurança nacional, desde que o órgão competente considere sua utilização econômica compatível com a atividade principal, sob a forma de exploração agrícola;

III - as devolutas da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 10. O Poder Público poderá explorar direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento, visando ao desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.

§ 1º Somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório, desde que não haja viabilidade de transferi-los para a propriedade privada.

§ 2º Executados os projetos de colonização nos imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório.

§ 3º Os imóveis rurais pertencentes à União, cuja utilização não se enquadre nos termos deste artigo, poderão ser transferidos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ou com ele permutados por ato do Poder Executivo.

Art. 11. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais,

restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas.

§ 1º Através de convênios, celebrados com os Estados e Municípios, iguais poderes poderão ser atribuídos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, quanto às terras devolutas estaduais e municipais, respeitada a legislação local, o regime jurídico próprio das terras situadas na faixa da fronteira nacional bem como a atividade dos órgãos de valorização regional.

§ 2º Tanto quanto possível, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária imprimirá ao instituto das terras devolutas orientação tendente a harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional visando a erradicar os males do minifúndio e do latifúndio.

SEÇÃO II

Das Terras Particulares

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social.

Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de associações de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agroindustrial, e promoverá a ampliação do sistema cooperativo, bem como de outras modalidades associativas e societárias que objetivem a democratização do capital. (Redação dada Medida Provisória nº 2.183-56, 2001)

§ 1º Para a implementação dos objetivos referidos neste artigo, os agricultores e trabalhadores rurais poderão constituir entidades societárias por cotas, em forma consorcial ou condominial, com a denominação de "consórcio" ou "condomínio", nos termos dos arts. 3º e 6º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 2º Os atos constitutivos dessas sociedades deverão ser arquivados na Junta Comercial, quando elas praticarem atos de comércio, e no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, quando não envolver essa atividade. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

Art. 15. A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.

TÍTULO II

Da Reforma Agrária

CAPÍTULO I

Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.

Art. 17. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas:

- a) desapropriação por interesse social;
- b) doação;
- c) compra e venda;
- d) arrecadação dos bens vagos;
- e) reversão à posse (Vetado) do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros;
- f) herança ou legado.

Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;
- c) obrigar a exploração racional da terra;
- d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;
- e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;
- f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;
- g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;
- h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias.

Art. 19. A desapropriação far-se-á na forma prevista na Constituição Federal, obedecidas as normas constantes da presente Lei.

§ 1º Se for intentada desapropriação parcial, o proprietário poderá optar pela desapropriação de todo o imóvel que lhe pertence, quando a área agricultável remanescente, inferior a cinquenta por cento da área original, ficar:

- a) reduzida a superfície inferior a três vezes a dimensão do módulo de propriedade; ou
- b) prejudicada substancialmente em suas condições de exploração econômica, caso seja o seu valor inferior ao da parte desapropriada.

§ 2º Para efeito de desapropriação observar-se-ão os seguintes princípios:

a) para a fixação da justa indenização, na forma do artigo 147, § 1º, da Constituição Federal, levar-se-ão em conta o valor declarado do imóvel para efeito do Imposto Territorial Rural, o valor constante do cadastro acrescido das benfeitorias com a correção monetária porventura cabível, apurada na forma da legislação específica, e o valor venal do mesmo;

b) o poder expropriante não será obrigado a consignar, para fins de imissão de posse dos bens, quantia superior à que lhes tiver sido atribuída pelo proprietário na sua última declaração, exigida pela Lei do Imposto de Renda, a partir de 1965, se se tratar de pessoa física ou o valor constante do ativo, se se tratar de pessoa jurídica, num e noutro caso com a correção monetária cabível;

c) efetuada a imissão de posse, fica assegurado ao expropriado o levantamento de oitenta por cento da quantia depositada para obtenção da medida possessória.

§ 3º Salvo por motivo de necessidade ou utilidade pública, estão isentos da desapropriação:

a) os imóveis rurais que, em cada zona, não excederem de três vezes o módulo de produto de propriedade, fixado nos termos do artigo 4º, inciso III;

b) os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural, enunciados no artigo 4º, inciso VI;

c) os imóveis que, embora não classificados como empresas rurais, situados fora da área prioritária de Reforma Agrária, tiverem aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e em execução projetos que em prazo determinado, os elevem àquela categoria.

§ 4º O foro competente para desapropriação é o da situação do imóvel.

§ 5º De toda decisão que fixar o preço em quantia superior à oferta formulada pelo órgão expropriante, haverá, obrigatoriamente, recurso de ofício para o Tribunal Federal de Recursos. Verificado, em ação expropriatório, ter o imóvel valor superior ao declarado pelo

expropriado, e apurada a má-fé ou o dolo deste, poderá a sentença condená-lo à penalidade prevista no artigo 49, § 3º, desta Lei, deduzindo-se do valor da indenização o montante da penalidade.

Art. 20. As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre:

- I - os minifúndios e latifúndios;
- II - as áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto;
- III - as áreas cujos proprietários desenvolverem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais;
- IV - as áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos;
- V - as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;
- VI - as terras cujo uso atual, estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o adequado à sua vocação de uso econômico.

Art. 21. Em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas.

Art. 22. É o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária autorizado, para todos os efeitos legais, a promover as desapropriações necessárias ao cumprimento da presente Lei.

Parágrafo único. A União poderá desapropriar, por interesse social, bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, precedido o ato, em qualquer caso, de autorização legislativa.

Art. 23. Os bens desapropriados por sentença definitiva, uma vez incorporados ao patrimônio público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Parágrafo único. A regra deste artigo aplica-se aos imóveis rurais incorporados ao domínio da União, em consequência de ações por motivo de enriquecimento ilícito em prejuízo do Patrimônio Federal, os quais transferidos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, serão aplicados aos objetivos desta Lei.

CAPÍTULO II

Da Distribuição de Terras

Art. 24. As terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária que, a qualquer título, vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respeitada a ocupação de terras devolutas federais manifestada em cultura efetiva e moradia habitual, só poderão ser distribuídas:

I - sob a forma de propriedade familiar, nos termos das normas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

II - a agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

III - para a formação de glebas destinadas à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo;

IV - para fins de realização, a cargo do Poder Público, de atividades de demonstração educativa, de pesquisa, experimentação, assistência técnica e de organização de colônias-escolas;

V - para fins de reflorestamento ou de conservação de reservas florestais a cargo da União, dos Estados ou dos Municípios.

Art. 25. As terras adquiridas pelo Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

I - ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela, diretamente ou por intermédio de sua família;

II - aos que trabalhem no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região;

IV - aos agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

V - aos tecnicamente habilitados na forma da legislação em vigor, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas.

§ 1º Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosas cujos membros se proponham a exercer atividade agrícola na área a ser distribuída.

§ 2º Só poderão adquirir lotes os trabalhadores sem terra, salvo as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Não poderá ser beneficiário da distribuição de terras a que se refere este artigo o proprietário rural, salvo nos casos dos incisos I, III e IV, nem quem exerça função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou se ache investido de atribuições parafiscais.

§ 4º Sob pena de nulidade, qualquer alienação ou concessão de terras públicas, nas regiões prioritárias, definidas na forma do artigo 43, será precedida de consulta ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que se pronunciará obrigatoriamente no prazo de sessenta dias.

Art. 26. Na distribuição de terras regulada por este Capítulo, ressaltar-se-á sempre a prioridade pública dos terrenos de marinha e seus acrescidos na orla oceânica e na faixa marginal dos rios federais, até onde se faça sentir a influência das marés, bem como a reserva à margem dos rios navegáveis e dos que formam os navegáveis.

CAPÍTULO III

Do Financiamento da Reforma Agrária

SEÇÃO I

Do Fundo Nacional de Reforma Agrária

Art. 27. É criado o Fundo Nacional de Reforma Agrária, destinado a fornecer os meios necessários para o financiamento da Reforma Agrária e dos órgãos incumbidos da sua execução.

Art. 28. O Fundo Nacional de Reforma Agrária será constituído:

I - do produto da arrecadação da Contribuição de Melhoria cobrada pela União de acordo com a legislação vigente;

II - da destinação específica de 3% (três por cento) da receita tributária da União;

III - dos recursos destinados em lei à Superintendência de Política Agrária (SUPRA), ressaltado o disposto no artigo 117;

IV - dos recursos oriundos das verbas de órgãos e de entidades vinculados por convênios ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

V - de doações recebidas;

VI - da receita do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 1º Os recursos de que tratam os incisos I e II, deste artigo, bem como os provenientes de quaisquer créditos adicionais destinados à execução dos planos nacional e regionais de Reforma Agrária, não poderão ser suprimidos, nem aplicados em outros fins.

§ 2º Os saldos dessas dotações em poder do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ou a seu favor, verificados no final de cada exercício, não prescrevem, e serão aplicados, na sua totalidade, em consonância com os objetivos da presente Lei.

§ 3º Os tributos, dotações e recursos referidos nos incisos deste artigo terão a destinação, durante vinte anos, vinculada à execução dos programas da Reforma Agrária.

§ 4º Os atos relativos à receita do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária constituída pelos recursos previstos no inciso II, e pelos resultados apurados no exercício anterior, nas hipóteses dos incisos I, III e IV, considerar-se-ão registrados, pelo Tribunal de Contas, a 1º de janeiro, e os respectivos recursos distribuídos ao Tesouro Nacional, que os depositará no Banco do Brasil, à disposição do referido Instituto, em quatro parcelas, até 31 de janeiro, 30 de abril, 31 de julho e 31 de outubro, respectivamente.

Art. 29. Além dos recursos do Fundo Nacional de Reforma Agrária, a execução dos projetos regionais contará com as contribuições financeiras dos órgãos e entidades vinculadas por convênios ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, notadamente os de valorização regional, como a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SUDOESTE), os quais deverão destinar, para este fim, vinte por cento, no mínimo de suas dotações globais.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo, depois de aprovados os planos para as respectivas regiões, serão entregues ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que, para a execução destes, contribuirá com igual quantia.

Art. 30. Para fins da presente Lei, é o Poder Executivo autorizado a receber doações, bem como a contrair empréstimos no país e no exterior, até o limite fixado no artigo 105.

Art. 31. É o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária autorizado a:

I - firmar convênios com os Estados, Municípios, entidades públicas e privadas, para financiamento, execução ou administração dos planos regionais de Reforma Agrária;

II - colocar os títulos da Dívida Agrária Nacional para os fins desta Lei;

III - realizar operações financeiras ou de compra e venda para os objetivos desta Lei;

IV - praticar atos, tanto no contencioso como no administrativo, inclusive os relativos à desapropriação por interesse social ou por utilidade ou necessidade públicas.

SEÇÃO II

Do Patrimônio do Órgão de Reforma Agrária

Art. 32. O Patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será constituído:

I - do Fundo Nacional de Reforma Agrária;

II - dos bens das entidades públicas incorporadas ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

III - das terras e demais bens adquiridos a qualquer título.

CAPÍTULO IV

Da Execução e da Administração da Reforma Agrária

SEÇÃO I

Dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária

Art. 33. A Reforma Agrária será realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados, de acordo com projetos específicos.

Art. 34. O Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e aprovado pelo Presidente da República, consignará necessariamente:

I - a delimitação de áreas regionais prioritárias;

II - a especificação dos órgãos regionais, zonas e locais, que vierem a ser criados para a execução e a administração da Reforma Agrária;

III - a determinação dos objetivos que deverão condicionar a elaboração dos Planos Regionais;

IV - a hierarquização das medidas a serem programadas pelos órgãos públicos, nas áreas prioritárias, nos setores de obras de saneamento, educação e assistência técnica;

V - a fixação dos limites das dotações destinadas à execução do Plano Nacional e de cada um dos planos regionais.

§ 1º Uma vez aprovados, os Planos terão prioridade absoluta para atuação dos órgãos e serviços federais já existentes nas áreas escolhidas.

§ 2º As entidades públicas e privadas que firmarem acordos, convênios ou tratados com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, nos termos desta Lei, assumirão, igualmente compromisso expresso, quanto à prioridade aludida no parágrafo anterior, relativamente aos assuntos e serviços de sua alçada nas respectivas áreas.

Art. 35. Os Planos Regionais de Reforma Agrária antecederão, sempre, qualquer desapropriação por interesse social, e serão elaborados pelas Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.), obedecidos os seguintes requisitos mínimos:

- I - delimitação da área de ação;
- II - determinação dos objetivos específicos da Reforma Agrária na região respectiva;
- III - fixação das prioridades regionais;
- IV - extensão e localização das áreas desapropriáveis;
- V - previsão das obras de melhoria;
- VI - estimativa das inversões necessárias e dos custos.

Art. 36. Os projetos elaborados para regiões geo-econômicas ou grupos de imóveis rurais, que possam ser tratados em comum, deverão consignar:

- I - o levantamento sócio-econômico da área;
- II - os tipos e as unidades de exploração econômica perfeitamente determinados e caracterizados;
- III - as obras de infra-estrutura e os órgãos de defesa econômica dos parceiros necessários à implementação do projeto;
- IV - o custo dos investimentos e o seu esquema de aplicação;
- V - os serviços essenciais a serem instalados no centro da comunidade;
- VI - a renda familiar que se pretende alcançar;
- VII - a colaboração a ser recebida dos órgãos públicos ou privados que celebrarem convênios ou acordos para a execução do projeto.

SEÇÃO II

Dos Órgãos Específicos

Art. 37. São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária: (Redação dada pela Decreto Lei nº 582, de 1969)

- I - O Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA); (Redação dada pela Decreto Lei nº 582, de 1969)
- II - O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), diretamente, ou através de suas Delegacias Regionais; (Redação dada pela Decreto Lei nº 582, de 1969)
- III - as Comissões Agrárias. (Redação dada pela Decreto Lei nº 582, de 1969)

Art. 38. O IBRA será dirigido por um Presidente nomeado pelo Presidente da República. (Redação dada pela Decreto Lei nº 582, de 1969)

§ 1º O Presidente do IBRA terá a remuneração correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do que percebem os Ministros de Estado. (Redação dada pela Decreto Lei nº 582, de 1969)

§ 2º Integrarão, ainda, a Administração Superior do IBRA Diretores, até o máximo de seis, de nomeação do Presidente do IBRA, mediante aprovação do GERA. (Redação dada pela Decreto Lei nº 582, de 1969)

Art. 39. Ao Conselho Técnico competirá discutir e propor as diretrizes dos planos nacional e regionais de Reforma Agrária, estudar e sugerir medidas de caráter legislativo e administrativo, necessárias à boa execução da Reforma.

Art. 40. À Secretaria Executiva competirá elaborar e promover a execução do plano nacional de Reforma Agrária, assessorar as Delegacias Regionais, analisar os projetos regionais e dirigir a vida administrativa do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 41. As Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.), cada qual dirigida por um Delegado Regional, nomeado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária dentre técnicos de comprovada experiência em problemas agrários e reconhecida idoneidade, são órgãos executores da Reforma nas regiões do país, com áreas de jurisdição, competência e funções que serão fixadas na regulamentação da presente Lei, compreendendo a elaboração do cadastro, classificação das terras, formas e condições de uso atual e potencial da propriedade, preparo das propostas de desapropriação, e seleção dos candidatos à aquisição das parcelas.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias, após a publicação do decreto que a criar, a Delegacia Regional apresentará ao Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária o plano regional de Reforma Agrária, na forma prevista nesta Lei.

Art. 42. A Comissão Agrária, constituída de um representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que a presidirá, de três representantes dos trabalhadores rurais, eleitos ou indicados pelos órgãos de classe respectivos, de três representantes dos proprietários rurais eleitos ou indicados pelos órgãos de classe respectivos, um representante categorizado de entidade pública vinculada à agricultura e um representante dos estabelecimentos de ensino agrícola, é o órgão competente para:

- I - instruir e encaminhar os pedidos de aquisição e de desapropriação de terras;
- II - manifestar-se sobre a lista de candidatos selecionados para a adjudicação de lotes;
- III - oferecer sugestões à Delegacia Regional na elaboração e execução dos programas regionais de Reforma Agrária;
- IV - acompanhar, até sua implantação, os programas de reformas nas áreas escolhidas, mantendo a Delegacia Regional informada sobre o andamento dos trabalhos.

§ 1º A Comissão Agrária será constituída quando estiver definida a área prioritária regional de reforma agrária e terá vigência até a implantação dos respectivos projetos.

§ 2º Vetado.

SEÇÃO III

Do Zoneamento e dos Cadastros

Art. 43. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a realização de estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, visando a definir:

I - as regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e dos latifúndios;

II - as regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico, em que não ocorram tenções nas estruturas demográficas e agrárias;

III - as regiões já economicamente ocupadas em que predomine economia de subsistência e cujos lavradores e pecuaristas careçam de assistência adequada;

IV - as regiões ainda em fase de ocupação econômica, carentes de programa de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras.

§ 1º Para a elaboração do zoneamento e caracterização das áreas prioritárias, serão levados em conta, essencialmente, os seguintes elementos:

a) a posição geográfica das áreas, em relação aos centros econômicos de várias ordens, existentes no país;

b) o grau de intensidade de ocorrência de áreas em imóveis rurais acima de mil hectares e abaixo de cinquenta hectares;

c) o número médio de hectares por pessoa ocupada;

d) as populações rurais, seu incremento anual e a densidade específica da população agrícola;

e) a relação entre o número de proprietários e o número de rendeiros, parceiros e assalariados em cada área.

§ 2º A declaração de áreas prioritárias será feita por decreto do Presidente da República, mencionando:

a) a criação da Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com a exata delimitação de sua área de jurisdição;

b) a duração do período de intervenção governamental na área;

c) os objetivos a alcançar, principalmente o número de unidades familiares e cooperativas a serem criadas;

d) outras medidas destinadas a atender a peculiaridades regionais.

Art. 44. São objetivos dos zoneamentos definidos no artigo anterior:

I - estabelecer as diretrizes da política agrária a ser adotada em cada tipo de região;

II - programar a ação dos órgãos governamentais, para desenvolvimento do setor rural, nas regiões delimitadas como de maior significação econômica e social.

Art. 45. A fim de completar os trabalhos de zoneamento serão elaborados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária levantamentos e análises para:

I - orientar as disponibilidades agropecuárias nas áreas sob o controle do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária quanto à melhor destinação econômica das terras, adoção de práticas adequadas segundo as condições ecológicas, capacidade potencial de uso e mercados interno e externo;

II - recuperar, diretamente, mediante projetos especiais, as áreas degradadas em virtude de uso predatório e ausência de medidas de proteção dos recursos naturais renováveis e que se situem em regiões de elevado valor econômico.

Art. 46. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá levantamentos, com utilização, nos casos indicados, dos meios previstos no Capítulo II do Título I, para a elaboração do cadastro dos imóveis rurais em todo o país, mencionando:

I - dados para caracterização dos imóveis rurais com indicação:

a) do proprietário e de sua família;

b) dos títulos de domínio, da natureza da posse e da forma de administração;

c) da localização geográfica;

d) da área com descrição das linhas de divisas e nome dos respectivos confrontantes;

e) das dimensões das testadas para vias públicas;

f) do valor das terras, das benfeitorias, dos equipamentos e das instalações existentes discriminadamente;

II - natureza e condições das vias de acesso e respectivas distâncias dos centros demográficos mais próximos com população:

a) até 5.000 habitantes;

b) de mais de 5.000 a 10.000 habitantes;

c) de mais de 10.000 a 20.000 habitantes;

d) de mais de 20.000 a 50.000 habitantes;

e) de mais de 50.000 a 100.000 habitantes;

f) de mais de 100.000 habitantes;

III - condições da exploração e do uso da terra, indicando:

a) as percentagens da superfície total em cerrados, matas, pastagens, glebas de cultivo (especificadamente em exploração e inexplorados) e em áreas inaproveitáveis;

b) os tipos de cultivo e de criação, as formas de proteção e comercialização dos produtos;

c) os sistemas de contrato de trabalho, com discriminação de arrendatários, parceiros e trabalhadores rurais;

d) as práticas conservacionistas empregadas e o grau de mecanização;

e) os volumes e os índices médios relativos à produção obtida;

f) as condições para o beneficiamento dos produtos agropecuários.

§ 1º Nas áreas prioritárias de reforma agrária serão complementadas as fichas cadastrais elaboradas para atender às finalidades fiscais, com dados relativos ao relevo, às pendentes, à drenagem, aos solos e a outras características ecológicas que permitam avaliar a capacidade do uso atual e potencial, e fixar uma classificação das terras para os fins de realização de estudos micro-econômicos, visando, essencialmente, à determinação por amostragem para cada zona e forma de exploração:

a) das áreas mínimas ou módulos de propriedade rural determinados de acordo com elementos enumerados neste parágrafo e, mais a força de trabalho do conjunto familiar médio, o nível tecnológico predominante e a renda familiar a ser obtida;

b) dos limites máximos permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona;

c) das dimensões ótimas do imóvel rural do ponto de vista do rendimento econômico;

d) do valor das terras em função das características do imóvel rural, da classificação da capacidade potencial de uso e da vocação agrícola das terras;

e) dos limites mínimos de produtividade agrícola para confronto com os mesmos índices obtidos em cada imóvel nas áreas prioritárias de reforma agrária.

§ 2º Os cadastros serão organizados de acordo com normas e fichas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária na forma indicada no regulamento, e poderão ser executados centralizadamente pelos órgãos de valorização regional, pelos Estados ou pelos Municípios, caso em que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária lhes prestará assistência

técnica e financeira com o objetivo de acelerar sua realização em áreas prioritárias de Reforma Agrária.

§ 3º Os cadastros terão em vista a possibilidade de garantir a classificação, a identificação e o grupamento dos vários imóveis rurais que pertençam a um único proprietário, ainda que situados em municípios distintos, sendo fornecido ao proprietário o certificado de cadastro na forma indicada na regulamentação desta Lei.

§ 4º Os cadastros serão continuamente atualizados para inclusão das novas propriedades que forem sendo constituídas e, no mínimo, de cinco em cinco anos serão feitas revisões gerais para atualização das fichas já levantadas.

§ 5º Poderão os proprietários requerer a atualização de suas fichas, dentro de um ano da data das modificações substanciais relativas aos respectivos imóveis rurais, desde que comprovadas as alterações, a critério do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

§ 6º No caso de imóvel rural em comum por força de herança, as partes ideais, para os fins desta Lei, serão consideradas como se divisão houvesse, devendo ser cadastrada a área que, na partilha, tocara a cada herdeiro e admitidos os demais dados médios verificados na área total do imóvel rural.

§ 7º O cadastro inscreverá o valor de cada imóvel de acordo com os elementos enumerados neste artigo, com base na declaração do proprietário relativa ao valor da terra nua, quando não impugnado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ou o valor que resultar da avaliação cadastral.

TÍTULO III

Da Política de Desenvolvimento Rural

CAPÍTULO

I

(Regulamento)

Da Tributação da Terra

SEÇÃO I

Critérios Básicos

Art. 47. Para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do Imposto de Renda, da colonização pública e particular, da assistência e proteção à economia rural e ao cooperativismo e, finalmente, da regulamentação do uso e posse temporários da terra, objetivando:

I - desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra;

II - estimular a racionalização da atividade agropecuária dentro dos princípios de conservação dos recursos naturais renováveis;

III - proporcionar recursos à União, aos Estados e Municípios para financiar os projetos de Reforma Agrária;

IV - aperfeiçoar os sistemas de controle da arrecadação dos impostos.

SEÇÃO II

Do Imposto Territorial Rural

Art. 48. Observar-se-ão, quanto ao Imposto Territorial Rural, os seguintes princípios:

I - a União poderá atribuir, por convênio, aos Estados e Municípios, o lançamento, tendo por base os levantamentos cadastrais executados e periodicamente atualizados;

II - a União também poderá atribuir, por convênio, aos Municípios, a arrecadação, ficando a eles garantida a utilização da importância arrecadada;

III quando a arrecadação for atribuída, por convênio, ao Município, à União caberá o controle da cobrança;

IV - as épocas de cobrança deverão ser fixadas em regulamento, de tal forma que, em cada região, se ajustem, o mais possível, aos períodos normais de comercialização da produção;

V - o imposto arrecadado será contabilizado diariamente como depósito à ordem, exclusivamente, do Município, a que pertencer e a ele entregue diretamente pelas repartições arrecadoras, no último dia útil de cada mês;

VI - o imposto não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultive só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel (artigo 29, parágrafo único, da Constituição Federal).

Art. 49. As normas gerais para a fixação do imposto sobre a propriedade territorial rural obedecerão a critérios de progressividade e regressividade, levando-se em conta os seguintes fatores: (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

I - o valor da terra nua; (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

II - a área do imóvel rural; (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

III - o grau de utilização da terra na exploração agrícola, pecuária e florestal; (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

IV - o grau de eficiência obtido nas diferentes explorações; (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

V - a área total, no País, do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 1º Os fatores mencionados neste artigo serão estabelecidos com base nas informações apresentadas pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais, obrigados a prestar declaração para cadastro, nos prazos e segundo normas fixadas na regulamentação desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 2º O órgão responsável pelo lançamento do imposto poderá efetuar o levantamento e a revisão das declarações prestadas pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais, procedendo-se a verificações "*in loco*" se necessário. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 3º As declarações previstas no parágrafo primeiro serão apresentadas sob inteira responsabilidade dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel rural, e, no caso de dolo ou má-fé, os obrigará ao pagamento em dobro dos tributos devidos, além das multas decorrentes e das despesas com as verificações necessárias. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 4º Fica facultado ao órgão responsável pelo lançamento, quando houver omissão dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel rural, na prestação da declaração para cadastro, proceder ao lançamento do imposto com a utilização de dados indiciários, além da cobrança de multas e despesas necessárias à apuração dos referidos dados. (Incluído pela Lei nº 6.746, de 1979)

Art. 50. Para cálculo do imposto, aplicar-se-á sobre o valor da terra nua, constante da declaração para cadastro, e não impugnado pelo órgão competente, ou resultante de avaliação, a alíquota correspondente ao número de módulos fiscais do imóvel, de acordo com a tabela adiante: (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 1º O imposto não incidirá sobre o imóvel rural, ou conjunto de imóveis rurais, de área igual ou inferior a um módulo fiscal, desde que seu proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, o cultive só ou com sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 2º O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores: (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

a) o tipo de exploração predominante no Município:

I - hortifrutigranjeira;

II - cultura permanente;

III - cultura temporária;

IV - pecuária;

V - florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do artigo 4º desta Lei.

§ 3º O número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 4º Para os efeitos desta Lei; constitui área aproveitável do imóvel rural a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal. Não se considera aproveitável: (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

a) a área ocupada por benfeitoria;

b) a área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essências nativas;

c) a área comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

§ 5º O imposto calculado na forma do *caput* deste artigo poderá ser objeto de redução de até 90% (noventa por cento) a título de estímulo fiscal, segundo o grau de utilização econômica do imóvel rural, da forma seguinte: (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

a) redução de até 45% (quarenta e cinco por cento), pelo grau de utilização da terra, medido pela relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel rural;

b) redução de até 45% (quarenta e cinco por cento), pelo grau de eficiência na exploração, medido pela relação entre o rendimento obtido por hectare para cada produto explorado e os correspondentes índices regionais fixados pelo Poder Executivo e multiplicado pelo grau de utilização da terra, referido na alínea "a" deste parágrafo.

§ 6º A redução do imposto de que trata o § 5º deste artigo não se aplicará para o imóvel que, na data do lançamento, não esteja com o imposto de exercícios anteriores devidamente

quitado, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 151 do Código Tributário Nacional.
(Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 7º O Poder Executivo poderá, mantido o limite máximo de 90% (noventa por cento), alterar a distribuição percentual prevista nas alíneas *a* e *b* do § 5º deste artigo, ajustando-a à política agrícola adotada para as diversas regiões do País. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 8º Nos casos de intempérie ou calamidade de que resulte frustração de safras ou mesmo destruição de pastos, para o cálculo da redução prevista nas alíneas "*a*" e "*b*" do § 5º deste artigo, poderão ser utilizados os dados do período anterior ao da ocorrência, podendo ainda o Ministro da Agricultura fixar as percentagens de redução do imposto que serão utilizadas. (Redação dada pela Lei nº 6.746, de 1979)

§ 9º Para os imóveis rurais que apresentarem grau de utilização da terra, calculado na forma da alínea *a* § 5º deste artigo, inferior aos limites fixados no § 11, a alíquota a ser aplicada será multiplicada pelos seguintes coeficientes: (Incluído pela Lei nº 6.746, de 1979)

- a) no primeiro ano: 2,0 (dois);
- b) no segundo ano: 3,0 (três);
- c) no terceiro ano e seguintes: 4,0 (quatro).

§ 10. Em qualquer hipótese, a aplicação do disposto no § 9º não resultará em alíquotas inferiores a: (Incluído pela Lei nº 6.746, de 1979)

- a) no primeiro ano: 2% (dois por cento);
- b) no segundo ano: 3% (três por cento);
- c) no terceiro ano e seguintes: 4% (quatro por cento).

§ 11. Os limites referidos no § 9º são fixados segundo o tamanho do módulo fiscal do Município de localização do imóvel rural, da seguinte forma: (Incluído pela Lei nº 6.746, de 1979)

ÁREA DO MÓDULO FISCAL	GRAU DE UTILIZAÇÃO DA TERRA
Até 25 hectares	30%
Acima de 25 hectares até 50 hectares	25%
Acima de 50 hectares até 80 hectares	18%
Acima de 80 hectares	10%

§ 12. Nos casos de projetos agropecuários, a suspensão da aplicação do disposto nos §§ 9º 10 e 11 deste artigo, poderá ser requerida por um período de até 3 (três) anos. (Incluído pela Lei nº 6.746, de 1979)

Art. 51. Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

CAPÍTULO II

Da Colonização

SEÇÃO I

Da Colonização Oficial

Art. 55. Na colonização oficial, o Poder Público tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agro-industriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos.

Art. 56. A colonização oficial deverá ser realizada em terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo. Ela será efetuada, preferencialmente, nas áreas:

I - ociosas ou de aproveitamento inadequado;

II - próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento;

III - de êxodo, em locais de fácil acesso e comunicação, de acordo com os planos nacionais e regionais de vias de transporte;

IV - de colonização predominantemente estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturação;

V - de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do país.

Art. 57. Os programas de colonização têm em vista, além dos objetivos especificados no artigo 56:

I - a integração e o progresso social e econômico do parceleiro;

II - o levantamento do nível de vida do trabalhador rural;

III - a conservação dos recursos naturais e a recuperação social e econômica de determinadas áreas;

IV - o aumento da produção e da produtividade no setor primário.

Art. 58. Nas regiões prioritárias definidas pelo zoneamento e na fixação de suas populações em outras regiões, caberão ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária as atividades colonizadoras.

§ 1º Nas demais regiões, a colonização oficial obedecerá à metodologia observada nos projetos realizados nas áreas prioritárias, e será coordenada pelo Órgão do Ministério da Agricultura referido no artigo 74, e executada por este, pelos Governos Estaduais ou por entidades de valorização regional, mediante convênios.

§ 2º As atribuições referentes à seleção de imigrantes são da competência do Ministério das Relações Exteriores, conforme diretrizes fixadas pelo Ministério da Agricultura, em articulação com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, cabendo ao órgão referido no artigo 74 a recepção e o encaminhamento dos imigrantes.

Art. 59. O órgão competente do Ministério da Agricultura referido no artigo 74, poderá criar núcleos de colonização, visando a fins especiais, e deverá igualmente entrar em entendimentos com o Ministério da Guerra para o estabelecimento de colônias, com assistência militar, na fronteira continental.

SEÇÃO II

Da Colonização Particular

Art. 60. Para os efeitos desta Lei, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programa de valorização de área ou distribuição de terras. (Redação dada pela Lei nº 5.709, de 19/01/71)

§ 1º É dever do Estado estimular, pelos meios enumerados no artigo 73, as iniciativas particulares de colonização.

§ 2º A empresa rural, definida no inciso VI do artigo 4º, desde que incluída em projeto de colonização, deverá permitir a livre participação em seu capital dos respectivos parceiros.

Art. 61. Os projetos de colonização particular, quanto à metodologia, deverão ser previamente examinados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que inscreverá a entidade e o respectivo projeto em registro próprio. Tais projetos serão aprovados pelo Ministério da Agricultura, cujo órgão próprio coordenará a respectiva execução.

§ 1º Sem prévio registro da entidade colonizadora e do projeto e sem a aprovação deste, nenhuma parcela poderá ser vendida em programas particulares de colonização.

§ 2º O proprietário de terras próprias para a lavoura ou pecuária, interessados em loteá-las para fins de urbanização ou formação de sítios de recreio, deverá submeter o respectivo

projeto à prévia aprovação e fiscalização do órgão competente do Ministério da Agricultura ou do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, conforme o caso.

§ 3º A fim de possibilitar o cadastro, o controle e a fiscalização dos loteamentos rurais, os Cartórios de Registro de Imóveis são obrigados a comunicar aos órgãos competentes, referidos no parágrafo anterior, os registros efetuados nas respectivas circunscrições, nos termos da legislação em vigor, informando o nome do proprietário, a denominação do imóvel e sua localização, bem como a área, o número de lotes, e a data do registro nos citados órgãos.

§ 4º Nenhum projeto de colonização particular será aprovado para gozar das vantagens desta Lei, se não consignar para a empresa colonizadora as seguintes obrigações mínimas:

- a) abertura de estradas de acesso e de penetração à área a ser colonizada;
- b) divisão dos lotes e respectivo piqueteamento, obedecendo a divisão, tanto quanto possível, ao critério de acompanhar as vertentes, partindo a sua orientação no sentido do espigão para as águas, de modo a todos os lotes possuírem água própria ou comum;
- c) manutenção de uma reserva florestal nos vértices dos espigões e nas nascentes;
- d) prestação de assistência médica e técnica aos adquirentes de lotes e aos membros de suas famílias;
- e) fomento da produção de uma determinada cultura agrícola já predominante na região ou ecologicamente aconselhada pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ou do Ministério da Agricultura;
- f) entrega de documentação legalizada e em ordem aos adquirentes de lotes.

§§ 5º - 6º - 7º - 8º - Vetados.

Art. 62. Os interessados em projetos de colonização destinados à ocupação e valorização econômica da terra, em que predominem o trabalho assalariado ou contratos de arrendamento e parceria, não gozarão dos benefícios previstos nesta Lei.

SEÇÃO III

Da Organização da Colonização

Art. 63. Para atender aos objetivos da presente Lei e garantir as melhores condições de fixação do homem à terra e seu progresso social e econômico, os programas de colonização serão elaborados prevendo-se os grupamentos de lotes em núcleos de colonização, e destes em distritos, e associação dos parceiros em cooperativas.

Art. 64. Os lotes de colonização podem ser:

I - parcelas, quando se destinem ao trabalho agrícola do parceleiro e de sua família cuja moradia, quando não for no próprio local, há de ser no centro da comunidade a que elas correspondam;

II - urbanos, quando se destinem a constituir o centro da comunidade, incluindo as residências dos trabalhadores dos vários serviços implantados no núcleo ou distritos, eventualmente às dos próprios parceiros, e as instalações necessárias à localização dos serviços administrativos assistenciais, bem como das atividades cooperativas, comerciais, artesanais e industriais.

§ 1º Sempre que o órgão competente do Ministério da Agricultura ou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária não manifestarem, dentro de noventa dias da consulta, a preferência a que terão direito, os lotes de colonização poderão ser alienados:

a) a pessoas que se enquadrem nas condições e ordem de preferência, previstas no artigo 25; ou

b) livremente, após cinco anos, contados da data de sua transcrição.

§ 2º No caso em que o adquirente ou seu sucessor venha a desistir da exploração direta, os imóveis rurais, vendidos nos termos desta Lei, reverterão ao patrimônio do alienante, podendo o regulamento prever as condições em que se dará essa reversão, resguardada a restituição da quantia já paga pelo adquirente, com a correção monetária de acordo com os índices do Conselho Nacional de Economia, apurados entre a data do pagamento e da restituição, se tal cláusula constar do contrato de venda respectivo.

§ 3º Se os adquirentes mantiverem inexploradas áreas suscetíveis de aproveitamento, desde que à sua disposição existam condições objetivas para explorá-las, perderão o direito a essas áreas, que reverterão ao patrimônio do alienante, com a simples devolução das despesas feitas.

§ 4º Na regulamentação das matérias de que trata este capítulo, com a observância das primazias já codificadas, se estipularão:

a) as exigências quanto aos títulos de domínio e à demarcação de divisas;

b) os critérios para fixação das áreas-limites de parcelas, lotes urbanos e glebas de uso comum, bem como dos preços, condições de financiamento e pagamento;

c) o sistema de seleção dos parceiros e artesãos;

d) as limitações para distribuição, desmembramentos, alienação e transmissão dos lotes;

e) as sanções pelo inadimplemento das cláusulas contratuais;

f) os serviços que devam ser assegurados aos promitentes compradores, bem como os encargos e isenções tributárias que, nos termos da lei, lhes sejam conferidos.

Art. 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural. (Regulamento)

§ 1º Em caso de sucessão causa mortis e nas partilhas judiciais ou amigáveis, não se poderão dividir imóveis em áreas inferiores às da dimensão do módulo de propriedade rural.

§ 2º Os herdeiros ou os legatários, que adquirirem por sucessão o domínio de imóveis rurais, não poderão dividi-los em outros de dimensão inferior ao módulo de propriedade rural.

§ 3º No caso de um ou mais herdeiros ou legatários desejar explorar as terras assim havidas, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária poderá prover no sentido de o requerente ou requerentes obterem financiamentos que lhes facultem o numerário para indenizar os demais condôminos.

§ 4º O financiamento referido no parágrafo anterior só poderá ser concedido mediante prova de que o requerente não possui recursos para adquirir o respectivo lote.

§ 5º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos parcelamentos de imóveis rurais em dimensão inferior à do módulo, fixada pelo órgão fundiário federal, quando promovidos pelo Poder Público, em programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar, cujos beneficiários sejam agricultores que não possuam outro imóvel rural ou urbano. (Incluído pela Lei nº 11.446, de 2007).

§ 6º Nenhum imóvel rural adquirido na forma do § 5º deste artigo poderá ser desmembrado ou dividido. (Incluído pela Lei nº 11.446, de 2007).

Art. 66. Os compradores e promitentes compradores de parcelas resultantes de colonização oficial ou particular, ficam isentos do pagamento dos tributos federais que incidam diretamente sobre o imóvel durante o período de cinco anos, a contar da data da compra ou compromisso.

Parágrafo único. O órgão competente firmará convênios com o fim de obter, para os compradores e promitentes compradores, idênticas isenções de tributos estaduais e municipais.

Art. 67. O Núcleo de Colonização, como unidade básica, caracteriza-se por um conjunto de parcelas integradas por uma sede administrativa e serviços comunitários.

Parágrafo único. O número de parcelas de um núcleo será condicionado essencialmente pela possibilidade de conhecimento mútuo entre os parceleiros e de sua identificação pelo administrador, em função das dimensões adequadas a cada região.

Art. 68. A emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma, e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares.

Art. 69. O custo operacional do núcleo de colonização será progressivamente transferido aos proprietários das parcelas, através de cooperativas ou outras entidades que os congreguem. O prazo para essa transferência, nunca superior a cinco anos, contar-se-á:

- a) a partir de sua emancipação;
- b) desde quando a maioria dos parceleiros já tenha recebido os títulos definitivos, embora o núcleo não tenha adquirido condições de vida autônoma.

Art. 70. O Distrito de Colonização caracteriza-se como unidade constituída por três ou mais núcleos interligados, subordinados a uma única chefia, integrado por serviços gerais administrativos e comunitários.

Art. 71. Nos casos de regiões muito afastadas dos centros urbanos e dos mercados consumidores, só se permitirá a organização de Distrito de Colonização.

Art. 72. A regulamentação deste capítulo estabelecerá, para os projetos de colonização que venham a gozar dos benefícios desta Lei:

- a) a forma de administração, a composição, a área de jurisdição e os critérios de vinculação, desmembramento e incorporação dos núcleos aos Distritos de Colonização;
- b) os serviços gerais administrativos e comunitários indispensáveis para a implantação de núcleos e Distrito de Colonizações;
- c) os serviços complementares de assistência educacional, sanitária, social, técnica e creditícia;
- d) os serviços de produção, de beneficiamento e de industrialização e de eletrificação rural, de comercialização e transportes;
- e) os serviços de planejamento e execução de obras que, em cada caso, sejam aconselháveis e devam ser considerados para a eficácia dos programas.

CAPÍTULO IV

Do Uso ou da Posse Temporária da Terra

SEÇÃO I

Das Normas Gerais

Art. 92. A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola

ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, nos termos desta Lei.

§ 1º O proprietário garantirá ao arrendatário ou parceiro o uso e gozo do imóvel arrendado ou cedido em parceria.

§ 2º Os preços de arrendamento e de parceria fixados em contrato ...Vetado.. serão reajustados periodicamente, de acordo com os índices aprovados pelo Conselho Nacional de Economia. Nos casos em que ocorra exploração de produtos com preço oficialmente fixado, a relação entre os preços reajustados e os iniciais não pode ultrapassar a relação entre o novo preço fixado para os produtos e o respectivo preço na época do contrato, obedecidas as normas do Regulamento desta Lei.

§ 3º No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercer o direito de perempção dentro de trinta dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.

§ 4º O arrendatário a quem não se notificar a venda poderá, depositando o preço, haver para si o imóvel arrendado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar da transcrição do ato de alienação no Registro de Imóveis.

§ 5º A alienação ou a imposição de ônus real ao imóvel não interrompe a vigência dos contratos de arrendamento ou de parceria ficando o adquirente sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante.

§ 6º O inadimplemento das obrigações assumidas por qualquer das partes dará lugar, facultativamente, à rescisão do contrato de arrendamento ou de parceria. observado o disposto em lei.

§ 7º Qualquer simulação ou fraude do proprietário nos contratos de arrendamento ou de parceria, em que o preço seja satisfeito em produtos agrícolas, dará ao arrendatário ou ao parceiro o direito de pagar pelas taxas mínimas vigorantes na região para cada tipo de contrato.

§ 8º Para prova dos contratos previstos neste artigo, será permitida a produção de testemunhas. A ausência de contrato não poderá elidir a aplicação dos princípios estabelecidos neste Capítulo e nas normas regulamentares.

§ 9º Para solução dos casos omissos na presente Lei, prevalecerá o disposto no Código Civil.

Art. 93. Ao proprietário é vedado exigir do arrendatário ou do parceiro:

I - prestação de serviço gratuito;

II - exclusividade da venda da colheita;

III - obrigatoriedade do beneficiamento da produção em seu estabelecimento;

IV - obrigatoriedade da aquisição de gêneros e utilidades em seus armazéns ou barracões;

V - aceitação de pagamento em "ordens", "vales", "borós" ou outras formas regionais substitutivas da moeda.

Parágrafo único. Ao proprietário que houver financiado o arrendatário ou parceiro, por inexistência de financiamento direto, será facultado exigir a venda da colheita até o limite do financiamento concedido, observados os níveis de preços do mercado local.

Art. 94. É vedado contrato de arrendamento ou parceria na exploração de terras de propriedade pública, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser arrendadas ou dadas em parceria terras de propriedade pública, quando:

a) razões de segurança nacional o determinarem;

b) áreas de núcleos de colonização pioneira, na sua fase de implantação, forem organizadas para fins de demonstração;

c) forem motivo de posse pacífica e a justo título, reconhecida pelo Poder Público, antes da vigência desta Lei.

SEÇÃO II

Do Arrendamento Rural

Art. 95. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios:

I - os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive a de plantas forrageiras temporárias cultiváveis. No caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições, até sua ultimação;

II - presume-se feito, no prazo mínimo de três anos, o arrendamento por tempo indeterminado, observada a regra do item anterior;

III - o arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

IV - em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendador, nos 30 (trinta) dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

V - os direitos assegurados no inciso IV do caput deste artigo não prevalecerão se, no prazo de 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, o proprietário, por via de notificação extrajudicial, declarar sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente ou por intermédio de descendente seu; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

VI - sem expresse consentimento do proprietário é vedado o subarrendamento;

VII - poderá ser acertada, entre o proprietário e arrendatário, cláusula que permita a substituição de área arrendada por outra equivalente no mesmo imóvel rural, desde que respeitadas as condições de arrendamento e os direitos do arrendatário;

VIII - o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis; será indenizado das benfeitorias voluptuárias quando autorizadas pelo proprietário do solo; e, enquanto o arrendatário não for indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá permanecer no imóvel, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e das disposições do inciso I deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

IX - constando do contrato de arrendamento animais de cria, de corte ou de trabalho, cuja forma de restituição não tenha sido expressamente regulada, o arrendatário é obrigado, findo ou rescindido o contrato, a restituí-los em igual número, espécie e valor;

X - o arrendatário não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tiver dado causa;

XI - na regulamentação desta Lei, serão complementadas as seguintes condições que, obrigatoriamente, constarão dos contratos de arrendamento:

a) limites da remuneração e formas de pagamento em dinheiro ou no seu equivalente em produtos; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

b) prazos mínimos de arrendamento e limites de vigência para os vários tipos de atividades agrícolas; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

c) bases para as renovações convencionadas;

d) formas de extinção ou rescisão;

e) direito e formas de indenização ajustadas quanto às benfeitorias realizadas;

XII - a remuneração do arrendamento, sob qualquer forma de pagamento, não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor cadastral do imóvel, incluídas as benfeitorias que entrarem na composição do contrato, salvo se o arrendamento for parcial e recair apenas em glebas selecionadas para fins de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que a remuneração poderá ir até o limite de 30% (trinta por cento) (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

XIII - a todo aquele que ocupar, sob qualquer forma de arrendamento, por mais de cinco anos, um imóvel rural desapropriado, em área prioritária de Reforma Agrária, é assegurado o direito preferencial de acesso à terra ..Vetado...

Art. 95-A. Fica instituído o Programa de Arrendamento Rural, destinado ao atendimento complementar de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais qualificados para participar do Programa Nacional de Reforma Agrária, na forma estabelecida em regulamento.(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Regulamento)

Parágrafo único. Os imóveis que integrem o Programa de Arrendamento Rural não serão objeto de desapropriação para fins de reforma agrária enquanto se mantiverem arrendados, desde que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

[...]

SEÇÃO IV

Dos Ocupantes de Terras Públicas Federais

Art. 97. Quanto aos legítimos possuidores de terras devolutas federais, observar-se-á o seguinte:

I - o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a discriminação das áreas ocupadas por posseiros, para a progressiva regularização de suas condições de uso e posse da terra, providenciando, nos casos e condições previstos nesta Lei, a emissão dos títulos de domínio;

II - todo o trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural, que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da lei.

Art. 98. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por

seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Art. 99. A transferência do domínio ao posseiro de terras devolutas federais efetivar-se-á no competente processo administrativo de legitimação de posse, cujos atos e termos obedecerão às normas do Regulamento da presente Lei.

Art. 100. O título de domínio expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será, dentro do prazo que o Regulamento estabelecer, transcrito no competente Registro Geral de Imóveis.

Art. 101. As taxas devidas pelo legitimante de posse em terras devolutas federais, constarão de tabela a ser periodicamente expedida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, atendendo-se à ancianidade da posse, bem como às diversificações das regiões em que se verificar a respectiva discriminação.

Art. 102. Os direitos dos legítimos possuidores de terras devolutas federais estão condicionados ao implemento dos requisitos absolutamente indispensáveis da cultura efetiva e da morada habitual.

[...]

Parágrafo único. São transferidos para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e para o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, quando for o caso, os saldos das dotações orçamentárias e dos créditos especiais destinados à Superintendência de Política Agrária, inclusive os recursos financeiro arrecadados e os que forem a ela devidos até a data da promulgação da presente Lei.

[...]

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Presidente da República

ANEXO II

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos

setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

ANEXO III

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Dispõe sobre o uso de terras devolutas do Império

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, comprehenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, comtanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2º As posses em circumstancias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em commisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito á indemnização pelas bemfeitorias.

Exceptua-se desta regra o caso do verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hypotheses: 1ª, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionarios e os posseiros; 2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos.

§ 3º Dada a excepção do paragrapho antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1º, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionario ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se tambem posseiro para entrar em rateio igual com elles.

§ 4º Os campos de uso commum dos moradores de uma ou mais freguezias, municipios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, emquanto por Lei não se dispuzer o contrario.

Art. 6º Não se haverá por principio do cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de mattos ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura effectiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quaes deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, attendendo ás circumstancias de cada Provincia, comarca e municipio, o podendo prorogar os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que comprehenda todos os possuidores da mesma Provincia, comarca e municipio, onde a prorrogação convier.

Art. 8º Os possuidores que deixarem de proceder á medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados cahidos em commisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus titulos, ou por favor da presente Lei, conservando-o sómente para serem mantidos na posse do terreno que occuparem com effectiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Art. 9º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder á medição das terras devolutas, respeitando-se no acto da medição os limites das concessões e posses que acharem nas circumstancias dos arts. 4º e 5º.

Qualquer opposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas, ultimada esta, se continuará vista aos oppoentes para deduzirem seus embargos em termo breve.

As questões judiciais entre os mesmos possuidores não impedirão tão pouco as diligencias tendentes á execução da presente Lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o dominio publico do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução ás autoridades que julgar mais convenientes, ou a commissarios especiaes, os quaes procederão administrativamente, fazendo decidir por arbitros as questões e duvidas de facto, e dando de suas proprias decisões recurso para o Presidente da Provincia, do qual o haverá tambem para o Governo.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar titulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por effeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienal-os por qualquer modo.

Esses titulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$ de feitio, sem mais emolumentos ou sello.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguezias o registro das terras possuidas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas áquelles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexactas.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes:

§ 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permittirem as circumstancias locaes, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente.

§ 2º Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço minimo, fixado antecipadamente e pago á vista, de meio real, um real, real e meio, e dous réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3º A venda fóra da hasta publica será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do minimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Thesouro Publico, com assistencia do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Provincia do Rio de Janeiro, e ante as Thesourarias, com assistencia de um delegado do dito Chefe, e com approvação do respectivo Presidente, nas outras Provincias do Imperio.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o titulo de sua aquisição, terão preferencia na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, comtanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessarios para aproveitá-las.

Art. 16. As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos onus seguintes:

§ 1º Ceder o terreno preciso para estradas publicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque, salvo o direito de indemnização das bemfeitorias e do terreno occupado.

§ 2º Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensavel para sahirem á uma estrada publica, povoação ou porto de embarque, e com indemnização quando lhes for proveitosa por incurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º Consentir a tirada de aguas desaproveitadas e a passagem dellas, precedendo a indemnização das bemfeitorias e terreno occupado.

§ 4º Sujeitar ás disposições das Leis respectivas quaesquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalisados querendo, depois de dous annos de residencia pela fôrma por que o foram os da colonia de S, Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são applicaveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19. O producto dos direitos de Chancellaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1º, á ulterior medição das terras devolutas e 2º, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20. Emquanto o referido producto não for sufficiente para as despezas a que é destinado, o Governo exigirá annualmento os creditos necessarios para as mesmas despezas, ás quaes applicará desde já as sobras que existirem dos creditos anteriormente dados a favor da colonisação, e mais a somma de 200\$000.

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessario Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Publicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descripção das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalisar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonisação nacional e estrangeira.

Art. 22. O Governo fica autorizado igualmente a impor nos Regulamentos que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até tres mezes, e de multa até 200\$000.

Art. 23. Ficam derogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 18 dias do mez do Setembro de 1850, 29º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com a rubrica e guarda.

Visconde de Mont'alegre.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonisação.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

João Gonçalves de Araujo a fez. Euzebio de Queiroz Coituihu Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 20 de Setembro de 1850. - Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 20 de setembro de 1850.
- José de Paiva Magalhães Calvet.

Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 2 de outubro de 1850. - Bernardo José de Castro

ANEXO IV

LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras
Devolutas da União, e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º - O processo discriminatório das terras devolutas da União será regulado por esta Lei.

Parágrafo único. O processo discriminatório será administrativo ou judicial.

CAPÍTULO II - Do Processo Administrativo

Art. 2º - O processo discriminatório administrativo será instaurado por Comissões Especiais constituídas de três membros, a saber: um bacharel em direito do Serviço Jurídico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que a presidirá; um engenheiro agrônomo e um outro funcionário que exercerá as funções de secretário.

§ 1º - As Comissões Especiais serão criadas por ato do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

- INCRA, e terão jurisdição e sede estabelecidas no respectivo ato de criação, ficando os seus presidentes investidos de poderes de representação da União, para promover o processo discriminatório administrativo previsto nesta Lei.

§ 2º - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no prazo de 30 (trinta) dias após a vigência desta Lei, baixará Instruções Normativas, dispondo, inclusive, sobre o apoio administrativo às Comissões Especiais.

Art. 3º - A Comissão Especial instruirá inicialmente o processo com memorial descritivo da área, no qual constará:

I - o perímetro com suas características e confinância, certa ou aproximada, aproveitando, em princípio, os acidentes naturais;

II - a indicação de registro da transcrição das propriedades;

III - o rol das ocupações conhecidas;

IV - o esboço circunstanciado da gleba a ser discriminada ou seu levantamento aerofotogramétrico;

V - outras informações de interesse.

Art. 4º - O presidente da Comissão Especial convocará os interessados para apresentarem, no prazo de 60 (sessenta) dias e em local a ser fixado no edital de convocação, seus títulos, documentos, informações de interesse e, se for o caso, testemunhas.

§ 1º - Consideram-se de interesse as informações relativas à origem e seqüência dos títulos, localização, valor estimado e área certa ou aproximada das terras de quem se julgar legítimo proprietário ou ocupante; suas confrontações e nome dos confrontantes; natureza, qualidade e valor das benfeitorias; culturas e criações nelas existentes; financiamento e ônus incidentes sobre o imóvel e comprovantes de impostos pagos, se houver.

§ 2º - O edital de convocação conterá a delimitação perimétrica da área a ser discriminada com suas características e será dirigido, nominalmente, a todos os interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como aos demais interessados incertos ou desconhecidos.

§ 3º - O edital deverá ter a maior divulgação possível, observado o seguinte procedimento:

a) afixação em lugar público na sede dos municípios e distritos, onde se situar a área nele indicada;

b) publicação simultânea, por duas vezes, no Diário Oficial da União, nos órgãos oficiais do Estado ou Território Federal e na imprensa local, onde houver, com intervalo mínimo de 8 (oito) e máximo de 15 (quinze) dias entre a primeira e a segunda.

§ 4º - O prazo de apresentação dos interessados será contado a partir da segunda publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º - A Comissão Especial autuará e processará a documentação recebida de cada interessado, em separado, de modo a ficar bem caracterizado o domínio ou a ocupação com suas respectivas confrontações.

§ 1º - Quando se apresentarem dois ou mais interessados no mesmo imóvel, ou parte dele, a Comissão Especial procederá à apensação dos processos.

§ 2º - Serão tomadas por termo as declarações dos interessados e, se for o caso, os depoimentos de testemunhas previamente arroladas.

Art. 6º - Constituído o processo, deverá ser realizada, desde logo, obrigatoriamente, a vistoria para identificação dos imóveis e, se forem necessárias, outras diligências.

Art. 7º - Encerrado o prazo estabelecido no edital de convocação, o presidente da Comissão Especial, dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis, deverá pronunciar-se sobre as alegações, títulos de domínio, documentos dos interessados e boa-fé das ocupações, mandando lavrar os respectivos termos.

Art. 8º - Reconhecida a existência de dúvida sobre a legitimidade do título, o presidente da Comissão Especial reduzirá a termo as irregularidades encontradas, encaminhando-o à Procuradoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para propositura da ação competente.

Art. 9º - Encontradas ocupações, legitimáveis ou não, serão lavrados os respectivos termos de identificação, que serão encaminhados ao órgão competente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para as providências cabíveis.

Art. 10 - Serão notificados, por ofício, os interessados e seus cônjuges para, no prazo não inferior a 8 (oito) nem superior a 30 (trinta) dias, a contar da juntada ao processo do recibo de notificação, celebrarem com a União os termos cabíveis.

Art. 11 - Celebrado, em cada caso, o termo que couber, o presidente da Comissão Especial designará agrimensor para, em dia e hora avençados com os interessados, iniciar o levantamento geodésico e topográfico das terras objeto de discriminação, ao fim da qual determinará a demarcação das terras devolutas, bem como, se for o caso, das retificações objeto de acordo.

§ 1º - Aos interessados será permitido indicar um perito para colaborar com o agrimensor designado.

§ 2º - A designação do perito, a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser feita até a véspera do dia fixado para início do levantamento geodésico e topográfico.

Art. 12 - Concluídos os trabalhos demarcatórios, o presidente da Comissão Especial mandará lavrar o termo de encerramento da discriminação administrativa, do qual constarão, obrigatoriamente:

- I - o mapa detalhado da área discriminada;
- II - o rol de terras devolutas apuradas, com suas respectivas confrontações;
- III - a descrição dos acordos realizados;
- IV - a relação das áreas com titulação transcrita no Registro de Imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam ao edital de convocação ou à notificação (artigos 4º e 10 desta Lei);
- V - o rol das ocupações legitimáveis;
- VI - o rol das propriedades reconhecidas; e
- VII - a relação dos imóveis cujos títulos suscitaram dúvidas.

Art. 13 - Encerrado o processo discriminatório, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA providenciará o registro, em nome da União, das terras devolutas discriminadas, definidas em lei, como bens da União.

Parágrafo único. Caberá ao oficial do Registro de Imóveis proceder à matrícula e ao registro da área devoluta discriminada em nome da União.

Art. 14 - O não-atendimento ao edital de convocação ou à notificação (artigos 4º e 10 da presente Lei) estabelece a presunção de discordância e acarretará imediata propositura da ação judicial prevista no art. 19, II.

Parágrafo único. Os presumíveis proprietários e ocupantes, nas condições do presente artigo, não terão acesso ao crédito oficial ou aos benefícios de incentivos fiscais, bem como terão cancelados os respectivos cadastros rurais junto ao órgão competente.

Art. 15 - O presidente da Comissão Especial comunicará a instauração do processo discriminatório administrativo a todos os oficiais de Registro de Imóveis da jurisdição.

Art. 16 - Uma vez instaurado o processo discriminatório administrativo, o oficial do Registro de Imóveis não efetuará matrícula, registro, inscrição ou averbação estranhas à discriminação, relativamente aos imóveis situados, total ou parcialmente, dentro da área discriminada, sem que desses atos tome prévio conhecimento o presidente da Comissão Especial.

Parágrafo único. Contra os atos praticados com infração do disposto no presente artigo, o presidente da Comissão Especial solicitará que a Procuradoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA utilize os instrumentos previstos no Código de Processo Civil, incorrendo o oficial do Registro de Imóveis infrator nas penas do crime de prevaricação.

Art. 17 - Os particulares não pagam custas no processo administrativo, salvo para serviços de demarcação e diligências a seu exclusivo interesse.

CAPÍTULO III - Do Processo Judicial

Art. 18 - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação judicial das terras devolutas da União.

Art. 19 - O processo discriminatório judicial será promovido:

I - quando o processo discriminatório administrativo for dispensado ou interrompido por presumida ineficácia;

II - contra aqueles que não atenderem ao edital de convocação ou à notificação (artigos 4º e 10 da presente Lei); e

III - quando configurada a hipótese do art. 25 desta Lei.

Parágrafo único. Compete à Justiça Federal processar e julgar o processo discriminatório judicial regulado nesta Lei.

Art. 20 - No processo discriminatório judicial será observado o procedimento sumaríssimo de que trata o Código de Processo Civil.

§ 1º - A petição inicial será instruída com o memorial descritivo da área, de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 2º - A citação será feita por edital, observados os prazos e condições estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 21 - Da sentença proferida caberá apelação somente no efeito devolutivo, facultada a execução provisória.

Art. 22 - A demarcação da área será procedida, ainda que em execução provisória da sentença, valendo esta, para efeitos de registro, como título de propriedade.

Parágrafo único. Na demarcação observar-se-á, no que couber, o procedimento prescrito nos artigos 959 a 966 do Código de Processo Civil.

Art. 23 - O processo discriminatório judicial tem caráter preferencial e prejudicial em relação às ações em andamento, referentes a domínio ou posse de imóveis situados, no todo ou em parte, na área discriminada, determinando o imediato deslocamento da competência para a Justiça Federal.

Parágrafo único. Nas ações em que a União não for parte, dar-se-á, para os efeitos previstos neste artigo, a sua intervenção.

CAPÍTULO IV - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 24 - Iniciado o processo discriminatório, não poderão alterar-se quaisquer divisas na área discriminada, sendo defesa a derrubada da cobertura vegetal, a construção de cercas e transferências de benfeitorias a qualquer título, sem assentimento do representante da União.

Art. 25 - A infração ao disposto no artigo anterior constituirá atentado, cabendo a aplicação das medidas cautelares previstas no Código de Processo Civil.

Art. 26 - No processo discriminatório judicial os vencidos pagarão as custas a que houverem dado causa e participarão pro rata das despesas da demarcação, considerada a extensão da linha ou linhas de confrontação com as áreas públicas.

Art. 27 - O processo discriminatório previsto nesta Lei aplicar-se-á, no que couber, às terras devolutas estaduais, observado o seguinte:

I - na instância administrativa, por intermédio de órgão estadual específico, ou através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mediante convênio;

II - na instância judicial, na conformidade do que dispuser a Lei de Organização Judiciária local.

Art. 28 - Sempre que se apurar, através de pesquisa nos registros públicos, a inexistência de domínio particular em áreas rurais declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, a União, desde logo, as arrecadará mediante ato do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do qual constará:

I - a circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local;

II - a eventual denominação, as características e confrontações do imóvel.

§ 1º - A autoridade que promover a pesquisa, para fins deste artigo, instruirá o processo de arrecadação com certidão negativa comprobatória da inexistência de domínio particular, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, certidões do Serviço do Patrimônio da União e do órgão estadual competente que comprovem não haver contestação ou reclamação administrativa promovida por terceiros, quanto ao domínio e posse do imóvel.

§ 2º - As certidões negativas mencionadas neste artigo consignarão expressamente a sua finalidade.

Art. 29 - O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos:

I - não seja proprietário de imóvel rural;

II - comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1º A regularização da ocupação de que trata este artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais quatro anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote pelo valor mínimo estabelecido em planilha referencial de preços, a ser periodicamente atualizada pelo INCRA, utilizando-se dos critérios relativos à ancianidade da ocupação, às diversificações das regiões em que se situar a respectiva ocupação e à dimensão de área. (Redação dada pela Medida Provisória nº 458, de 2009)

§ 2º - Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3º - A Licença de Ocupação será intransferível inter vivos e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

Art. 30 - A Licença de Ocupação dará acesso aos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural.

§ 1º - As obrigações assumidas pelo detentor de Licença de Ocupação serão garantidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 2º - Ocorrendo inadimplência do favorecido, o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária - INCRA cancelará a Licença de Ocupação e providenciará a alienação do imóvel, na forma da lei, a fim de ressarcir-se do que houver assegurado.

Art. 31 - A União poderá, por necessidade ou utilidade pública, em qualquer tempo que necessitar do imóvel, cancelar a Licença de Ocupação e imitir-se na posse do mesmo, promovendo, sumariamente, a sua desocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - As benfeitorias existentes serão indenizadas pela importância fixada através de avaliação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, considerados os valores declarados para fins de cadastro.

§ 2º - Caso o interessado se recuse a receber o valor estipulado, o mesmo será depositado em juízo.

§ 3º - O portador da Licença de Ocupação, na hipótese prevista no presente artigo, fará jus, se o desejar, à instalação em outra gleba da União, assegurada a indenização, de que trata o § 1º deste artigo, e computados os prazos de morada habitual e cultura efetiva da antiga ocupação.

Art. 32 - Não se aplica aos imóveis rurais o disposto nos artigos 19 a 31, 127 a 133, 139, 140 e 159 a 174 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 33 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, desde logo, aos processos pendentes.

Art. 34 - Revogam-se a Lei nº 3.081, de 22 de dezembro de 1956, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Alysson Paulinelli

Hugo de Andrade Abreu

ANEXO V

LEI Nº 11.763, DE 1º DE AGOSTO DE 2008.

[Mensagem de veto](#)

[Conversão da MPV nº 422, de 25.3.2008](#)

Dá nova redação ao § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do **caput** do art. 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O [§ 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

[II](#) – fica limitada a áreas de até quinze módulos fiscais, desde que não exceda mil e quinhentos hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 1º de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.8.2008

ANEXO VI

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 458, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009.

Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO

I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

Art. 2º Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se por:

I-ocupação direta: aquela exercida pelo ocupante e sua família;

II-ocupação indireta: aquela exercida somente por interposta pessoa;

III-exploração direta: atividade econômica exercida em imóvel rural, praticada diretamente pelo ocupante, ou com auxílio de seus familiares e, eventualmente, com ajuda de terceiros;

IV-exploração indireta: atividade econômica exercida em imóvel rural, por meio de preposto ou assalariado;

V-cultura efetiva: exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal, pesqueira ou outra atividade similar, mantida no imóvel rural e com o objetivo de prover subsistência dos ocupantes, por meio da produção e da geração de renda;

VI-ocupação mansa e pacífica: aquela exercida sem oposição e de forma contínua;

VII-áreas urbanas consolidadas: aquelas que apresentem sistema viário implantado e densidade ocupacional característica, na data de publicação desta Medida Provisória, conforme regulamento;

VIII-plano de ordenamento territorial da área de expansão urbana: planejamento da expansão urbana elaborado em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) estudo de viabilidade da expansão urbana ou da implantação de novas áreas urbanas;
- b) delimitação de zonas especiais de interesse social em quantidade compatível com a demanda de habitação de interesse social do Município;
- c) delimitação do perímetro das áreas urbanas e de expansão urbana;
- d) diretrizes e parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
- e) diretrizes para infra-estrutura e equipamentos urbanos e comunitários; e
- f) diretrizes para proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

IX-áreas de expansão urbana: aquelas contempladas no plano de ordenamento territorial da área de expansão urbana definido no plano diretor do Município ou em lei municipal específica, conforme regulamento;

X-concessão de direito real de uso: cessão de direito real de uso, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, para fins específicos de regularização fundiária; e

XI-alienação: doação, venda direta ou mediante licitação, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, do domínio pleno das terras previstas no art. 1º.

Art. 3º São passíveis de regularização fundiária nos termos desta Medida Provisória as terras:

I-discriminadas, arrecadadas e registradas em nome da União entre as devolutas situadas nas áreas declaradas de interesse à segurança e ao desenvolvimento nacionais com base no art. 1º do Decreto-Lei 1.164, de 1º de abril de 1971;

II-abrangidas pelas exceções do parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei 2.375, de 24 de novembro de 1987, ainda que não discriminadas, arrecadadas ou registradas;

III-remanescentes de núcleos de colonização ou de projetos de reforma agrária que tiverem perdido a vocação agrícola e se destinem à utilização urbana; e

IV-registradas em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Art. 4º Não serão passíveis de alienação ou concessão de direito real de uso, nos termos desta Medida Provisória, as ocupações que recaiam sobre áreas:

I-reservadas à administração militar federal e a outras finalidades de interesse público ou social a cargo da União;

II-tradicionalmente ocupadas por população indígena, comunidades quilombolas e tradicionais;

III-de florestas públicas, nos termos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, de unidades de conservação ou de interesse para sua criação, conforme regulamento; e

IV-que contenham acessões ou benfeitorias federais.

Parágrafo único. As áreas ocupadas que abranjam parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação, poderão ser regularizadas mediante outorga de título de concessão de direito real de uso.

CAPÍTULO

II

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS RURAIS

Art. 5º São passíveis de regularização fundiária as ocupações incidentes em terras públicas da União, previstas nos incisos I, II e IV do art. 3º, situadas em áreas rurais, desde que o ocupante preencha os seguintes requisitos:

I-pratique cultura efetiva; e

II-exerça ocupação e exploração direta, mansa e pacífica ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004.

Art. 6º Para regularização da ocupação, nos termos desta Medida Provisória, o ocupante e seu cônjuge ou companheiro deverão atender aos seguintes requisitos:

I-ser brasileiro nato ou naturalizado; II-não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional; III-não ter sido beneficiado por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural, ressalvadas as situações admitidas pelo INCRA;

IV-ter sua principal atividade econômica advinda da exploração do imóvel; e V-não exercer cargo ou emprego público.

§ 1º Não será objeto de regularização a área rural ocupada por pessoa jurídica.

§ 2º Os requisitos previstos nos incisos IV e V poderão ser excetuados para um dos cônjuges ou companheiros, conforme regulamento.

Art. 7º Preenchidos os requisitos previstos nos arts. 5º e 6º, o Ministério do Desenvolvimento Agrário regularizará as áreas ocupadas mediante alienação ou outorga de concessão de direito real de uso.

§ 1º Serão regularizadas as ocupações de áreas de até quinze módulos fiscais e não superior a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento.

§ 2º Serão passíveis de alienação as áreas ocupadas, demarcadas e que não abranjam as áreas previstas no art. 4º.

§ 3º A concessão de direito real de uso nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 4º será outorgada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, após a identificação da área, nos termos de regulamento.

Art. 8º A identificação do título de domínio destacado originariamente do patrimônio público será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com

a devida Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro.

Parágrafo único. O memorial descritivo de que trata este artigo será elaborado de acordo com ato normativo a ser expedido pelo INCRA.

Art. 9º A certificação do memorial descritivo não será exigida no ato da abertura de matrícula baseada em título de domínio de imóvel destacado do patrimônio público, nos termos desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os atos registrares subsequentes deverão ser feitos em observância ao art. 176 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 10. Na ocupação de área contínua de até um módulo fiscal, a alienação e a concessão de direito real de uso dar-se-ão de forma gratuita, dispensada a licitação.

Art. 11. Na ocupação de área contínua acima de um módulo fiscal e até quinze módulos fiscais, desde que inferior a mil e quinhentos hectares, a alienação ou a concessão de direito real de uso dar-se-á de forma onerosa, dispensada a licitação.

§1º O valor de referência para avaliação terá como base o valor mínimo estabelecido em planilha referencial de preços, observando-se os critérios de anterioridade da ocupação, especificidades de cada região em que se situar a respectiva ocupação e dimensão da área, conforme regulamento.

§2º Ao valor de referência para alienação previsto no § 1º serão acrescidos os custos relativos à execução dos serviços topográficos, se executados pelo Poder Público, salvo em áreas onde as ocupações não excedam a quatro módulos fiscais.

§3º Poderão ser aplicados índices diferenciados, quanto aos critérios mencionados no § 1º, para a alienação ou concessão de direito real de uso das áreas onde as ocupações não excedam a quatro módulos fiscais.

§4º O ocupante de área de até quatro módulos fiscais terá direito aos benefícios do “Programa Nossa Terra - Nossa Escola”, instituído na forma do art. 5º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.

Art. 12. Os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até quatro módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, dispensada a vistoria prévia.

Parágrafo único. É facultado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário determinar a realização de vistoria de fiscalização do imóvel rural, nas hipóteses de dispensa de vistoria prévia.

Art. 13. Ressalvadas as hipóteses previstas no art. 4º, incisos I a III, as áreas ocupadas insuscetíveis de regularização, nos termos do art. 7º, somente poderão ser alienadas e concedidas por meio de processo licitatório, na forma prevista na Lei 8.666, de 1993.

§1º Nos casos em que, preenchidos os requisitos previstos nos arts. 5º e 6º, a área ocupada exceder os limites constantes do art. 7º, § 1º, o ocupante poderá optar:

I-pela titulação parcial, nos moldes desta Medida Provisória, de área de até quinze módulos fiscais, observado o limite máximo de mil e quinhentos hectares; ou

II-pela aquisição do domínio ou direito real de uso da totalidade da área, mediante participação em processo licitatório, sendo a ele garantido o direito de preferência.

§2º A opção pela titulação, nos termos do inciso I do § 1º, será condicionada à desocupação da área excedente.

§3º Ao valor do imóvel serão acrescidos os custos relativos à execução dos serviços topográficos, se executados pelo Poder Público.

Art. 14. O título de domínio e o termo de concessão de direito real de uso deverão conter, entre outras, cláusulas sob condição resolutiva pelo prazo de dez anos, que determinem:

I-a impossibilidade de negociação do título;

II-o aproveitamento racional e adequado da área;

III-a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente;

IV-a averbação da reserva legal;

V-identificação das áreas de preservação permanente e recuperação de áreas eventualmente degradadas, conforme regulamento;

VI-a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e

VII-as condições e forma de pagamento.

§1º Os títulos a que se refere esta Medida Provisória serão intransferíveis e inegociáveis por ato entre vivos e, salvo nas operações de crédito rural, não poderão ser objeto de qualquer direito real de garantia.

§2º Na hipótese de pagamento por prazo superior a dez anos, a eficácia da cláusula resolutiva prevista no inciso VII estender-se-á até a integral quitação.

§3º O descumprimento da legislação ambiental, durante o prazo de vigência da cláusula resolutiva, implica rescisão imediata do título de domínio ou do termo de concessão, com a conseqüente reversão da área em favor da União, declarada no processo administrativo que apurar a prática da infração ambiental.

Art. 15. As condições resolutivas do título de domínio e do termo de concessão de uso somente serão liberadas após vistoria.

Art. 16. O valor do imóvel fixado na forma do art. 11 será pago pelo beneficiário da regularização fundiária em prestações amortizáveis em até vinte anos, com carência de até três anos e corrigidas monetariamente por índice a ser definido pelo INCRA.

§1º Poderá ser concedido desconto ao beneficiário da regularização fundiária, de até vinte por cento, nos casos de pagamento à vista, conforme regulamento.

§2º No caso de títulos emitidos pelo INCRA, a partir de maio de 2008, para ocupantes em terras públicas federais no âmbito da Amazônia Legal, os valores dos títulos serão passíveis de enquadramento ao previsto nesta Medida Provisória, desde que requerido pelo interessado e nos termos do regulamento.

Art. 17. O não-cumprimento das condições resolutivas pelo titulado implicará reversão automática do bem ao patrimônio público, conforme regulamento.

Art. 18. No caso de inadimplemento de contrato firmado com o INCRA em data anterior à publicação desta Medida Provisória, ou de não-observância de requisito imposto em termo de concessão de uso ou de licença de ocupação, o ocupante terá prazo de três anos, contados a partir de 11 de fevereiro de 2009, para adimplir ao que foi descumprido, sob pena de ser retomada a área ocupada, conforme regulamento.

Art. 19. São nulas todas as cessões de direitos a terceiros que envolvam contratos firmados entre o INCRA e o ocupante, antes da data de publicação desta Medida Provisória.

§1º A cessão de direitos mencionada no caput servirá somente para fins de comprovação da ocupação atual do imóvel pelo terceiro cessionário.

§2º O terceiro cessionário mencionado no § 1º somente poderá regularizar a área ocupada nos termos desta Medida Provisória.

§3º Os imóveis que não puderem ser regularizados na forma desta Medida Provisória serão revertidos, total ou parcialmente, ao patrimônio da União.

Art. 20. Nos casos previstos nos arts. 17 e 19, não caberá pagamento de indenização de benfeitorias pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

CAPÍTULO

III

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS ARRECADADAS PELO INCRA

Art. 21. São passíveis de regularização fundiária as ocupações incidentes em terras públicas da União, previstas no art. 3º, situadas em áreas urbanas consolidadas ou de expansão urbana.

Parágrafo único. A regularização prevista no caput poderá ser efetivada mediante a doação ou concessão de direito real de uso das terras aos respectivos Municípios, para as quais fica o Poder Executivo autorizado, sob a condição de que sejam realizados os atos necessários à regularização das áreas ocupadas, nos termos desta Medida Provisória.

Art. 22. Para as áreas urbanas consolidadas, ocupadas por população de baixa renda e que forem incontestavelmente da União, localizadas em acrescidos de marinha e marginal de rios, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão lavrará o auto de demarcação.

§ 1º Consideram-se áreas incontestavelmente da União:

I-várzeas;

II-leitos de rio;

III-aterros; e

IV-ilhas fluviais e costeiras.

§ 2º O auto de demarcação será instruído apenas pela planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, fornecida pelo Município, observado o disposto no art. 18-A, § 2º, inciso I, do Decreto-Lei 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 23. São requisitos para que o Município seja beneficiário da doação ou da concessão de direito real de uso prevista no art. 21:

I-plano diretor ou lei municipal específica de ordenamento territorial; e

II-plano de ordenamento territorial da área de expansão urbana, na forma prevista no inciso VIII, do art. 2º.

Parágrafo único. Caso o Município não preencha o requisito previsto no inciso I, a doação ou a concessão de direito real de uso limitar-se-á às áreas urbanas consolidadas, até que a condição seja implementada.

Art. 24. O pedido de doação ou de concessão de direito real de uso de terras para regularização fundiária de área urbana ou de expansão urbana será dirigido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 1º Os procedimentos de doação ou de concessão de direito real de uso deverão ser instruídos pelo Município com as seguintes peças, além de outros documentos que poderão ser exigidos em regulamento:

I-pedido de doação devidamente fundamentado e assinado pelo seu representante;

II-comprovação das condições de ocupação;

III-planta e memorial descritivo do perímetro da área pretendida, cuja precisão posicional será fixada por norma técnica de georreferenciamento de imóveis rurais elaborada pelo INCRA;

IV-cópia do plano diretor ou da lei municipal a que se refere o art. 23, inciso I, quando for o caso; e

V-relação de acessões e benfeitorias federais existentes na área pretendida, contendo identificação e localização.

§2º Caberá ao INCRA analisar se a planta e o memorial descritivo apresentados atendem às exigências técnicas fixadas.

§3º O Ministério das Cidades participará da análise do pedido de doação e emitirá parecer sobre sua adequação aos termos da Lei 10.257, de 2001.

Art. 25. Quando necessária a prévia arrecadação ou a discriminação da área, o INCRA procederá à sua demarcação, com a cooperação do Município interessado e de outros órgãos públicos federais e estaduais, promovendo, em seguida, o registro imobiliário em nome da União.

Art. 26. O Ministério do Desenvolvimento Agrário formalizará a doação ou a concessão de direito real de uso em favor do Município, com a expedição de título que será levado a registro, nos termos do art. 167, inciso I, da Lei 6.015, de 1973.

§1º A formalização da concessão de direito real de uso nas ocupações incidentes nas áreas previstas no parágrafo único do art. 4º será efetivada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§2º Caso a área requerida abranja parte das áreas previstas nos incisos I a IV do art. 4º, poderá ser expedido título de doação ou de concessão de direito real de uso, que será averbado no registro imobiliário competente, nos termos do art. 167, inciso II, da Lei 6.015, de 1973.

§3º Nas hipóteses mencionadas no § 2º, o registro do título será condicionado à exclusão das áreas públicas não abrangidas pela doação, conforme previsto no art. 4º.

§4º A delimitação das áreas de acessões, benfeitorias, terrenos de marinha e terrenos marginais será de competência dos órgãos federais, facultada a realização de parceria com o Município.

§5º A doação ou a concessão de direito real de uso será precedida de avaliação da terra nua elaborada pelo INCRA com base em planilha referencial de preços, sendo dispensada a vistoria da área.

§6º A abertura de matrícula referente à área independerá do georreferenciamento do remanescente da gleba, nos termos do art. 176, § 3º, da [Lei](#) 6.015, de 1973, desde que a doação ou concessão de direito real de uso seja precedida do reconhecimento dos limites da gleba pelo INCRA, garantindo que a área esteja nela localizada.

Art. 27. A doação e a concessão de direito real de uso a um mesmo Município de terras que venham a perfazer quantitativo superior a dois mil e quinhentos hectares, em uma ou mais parcelas, deverá previamente ser submetida à aprovação do Congresso Nacional.

Art. 28. A doação e a concessão de direito real de uso implicará o automático cancelamento, total ou parcial, das autorizações e licenças de ocupação e quaisquer outros títulos não definitivos outorgados pelo INCRA e que incidam na área.

§1º As novas pretensões de justificação ou legitimação de posse existentes sobre as áreas alcançadas pelo cancelamento deverão ser submetidas ao Município.

§2º Para o cumprimento do disposto no caput, o Ministério do Desenvolvimento Agrário fará publicar extrato dos títulos expedidos em nome do Município, com indicação do número do processo administrativo e dos locais para consulta ou obtenção de cópias das peças técnicas necessárias à identificação da área doada.

§3º Garantir-se-á às pessoas atingidas pelos efeitos do cancelamento a que se refere o caput:

I-a opção de aquisição de lote urbano incidente na área do título cancelado, desde que preencham os requisitos fixados para qualquer das hipóteses do art. 30; e

II-o direito de receber do Município indenização pelas acessões e benfeitorias que houver erigido em boa-fé nas áreas de que tiver que se retirar.

§4º A União não responderá pelas acessões e benfeitorias erigidas de boa-fé nas áreas doadas ou concedidas.

Art. 29. Incumbe ao Município dispensar às terras recebidas a destinação prevista nesta Medida Provisória, observadas as condições nela previstas e aquelas fixadas no título, cabendo-lhe, em qualquer caso:

I-regularizar as ocupações nas áreas urbanas; e

II-indenizar as benfeitorias de boa-fé erigidas nas áreas insuscetíveis de regularização.

Art. 30. O Município deverá realizar a regularização fundiária dos lotes ocupados, observados os seguintes requisitos:

I-alienação gratuita para pessoa natural que tenha ingressado na área antes da data de publicação desta Medida Provisória, atendidas as seguintes condições:

a) não possua renda familiar mensal superior a cinco salários mínimos;

b) ocupe área urbana de até mil metros quadrados, sem oposição, por, no mínimo, seis meses ininterruptos;

c) utilize o imóvel como única moradia ou como meio lícito de subsistência, exceto locação ou assemelhado; e

d) não seja proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano ou de imóvel rural acima de quatro módulos fiscais, mediante declaração pessoal, sob pena de responsabilidade;

II-alienação gratuita para órgãos e entidades da administração pública estadual, instalados na data de publicação desta Medida Provisória;

III-alienação onerosa, precedida de licitação, com direito de preferência àquele que comprove a ocupação, por um ano ininterrupto, sem oposição, até a data de publicação desta Medida Provisória, de área urbana superior a mil metros quadrados e inferior a cinco mil metros quadrados; e

IV-nas demais situações, a alienação observará as disposições da [Lei 8.666](#), de 1993.

Parágrafo único. Ressalvados os casos previstos no inciso I, o Município poderá regularizar a área recebida mediante concessão de direito real de uso.

Art. 31. Não haverá reversão do imóvel ao patrimônio da União em caso de descumprimento das disposições desta Medida Provisória pelo Município.

Art. 32. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, os desvios da aplicação desta Medida Provisória incorrerão nas sanções previstas na [Lei](#) 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 33. Os processos de doação em curso na data de publicação desta Medida Provisória passarão a ser por ela regidos.

CAPÍTULO

IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Medida Provisória, poderão ser firmados acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres entre a União, Estados e Municípios.

Art. 35. Ficam transferidas do INCRA para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos de regulamento, em caráter extraordinário, as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedir os títulos de domínio ou de concessão de direito real de uso correspondentes e efetivar a doação prevista no parágrafo único do art. 21.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento Agrário exercerá as competências referidas no caput pelo prazo de cinco anos, renováveis por igual período, cabendo ao INCRA, por meio de seus servidores e dos órgãos integrantes de sua estrutura regimental, executar as medidas administrativas e as atividades de natureza operacional a elas relacionadas.

Art. 36. O Ministério do Desenvolvimento Agrário criará sistema informatizado a ser disponibilizado na rede mundial de computadores-Internet, visando assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta Medida Provisória.

Art. 37. Ficam transformadas, sem aumento de despesa, no âmbito do Poder Executivo, para fins de atendimento ao disposto nesta Medida Provisória, duzentas e dezesseis Funções Comissionadas Técnicas, criadas pelo art. 58 da Medica Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, sendo três FCT-1, sete FCT-2, dez FCT-3, oito FCT-4, quatorze FCT-9, setenta e cinco FCT-10, trinta e quatro FCT-11, vinte quatro FCT-12, trinta FCT-13 e onze FCT-15, em setenta e um cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo um DAS-6, um DAS-5, onze DAS-4, vinte e nove DAS-3 e vinte e nove DAS-2.

§1º Os cargos referidos no caput serão destinados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§2º O Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos em comissão, transformados por esta Medida Provisória, na estrutura regimental dos órgãos referidos no § 1º.

§3º *Fica o Poder Executivo autorizado a transformar, no âmbito do INCRA, dez DAS-1 e um DAS-3 em três DAS-4 e dois DAS-2.*

Art. 38. A [Lei 8.666](#), de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 17**

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas “F”, “h” e “i”;

g) procedimentos de regularização fundiária de que trata o art. 29 da [Lei 6.383](#), de 7 de dezembro de 1976;

i) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de quinze módulos fiscais ou mil e quinhentos hectares, para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais;

II-a pessoa física que, nos termos da lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural situada na região da Amazônia Legal, definida no art. 1º, § 2º, inciso VI, da [Lei 4.771](#), de 22 de setembro de 1965, superior a um módulo fiscal e limitada a áreas de até quinze módulos fiscais, desde que não exceda mil e quinhentos hectares;

§2º-A. As hipóteses do inciso II do § 2º ficam dispensadas de autorização legislativa, porém submetem-se aos seguintes condicionamentos:

Art. 39. A [Lei 6.015](#), de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 167.**

24. do destaque de imóvel de gleba pública originária;

25. do título de doação ou de concessão de direito real de uso, previstos no § 2º do art.

26 da Medida Provisória 458. de 10 de fevereiro de 2009.” (NR)

“**Art. 176.**

§5º Nas hipóteses do § 3º, caberá ao INCRA certificar que a poligonal objeto do memorial descritivo não se sobrepõe a nenhuma outra constante de seu cadastro georreferenciado e que o memorial atende às exigências técnicas, conforme ato normativo próprio.

§6º A certificação do memorial descritivo de glebas públicas será referente apenas ao seu perímetro originário.

§7º Não se exigirá, quando da efetivação do registro do imóvel destacado de glebas públicas, a retificação do memorial descritivo da área remanescente, que somente ocorrerá a cada três anos, contados a partir do primeiro destaque, englobando todos os destaques realizados no período.” (NR)

Art. 40. O § 1º do art. 29 da Lei . 6.383, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º A regularização da ocupação de que trata este artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais quatro anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote pelo valor mínimo estabelecido em planilha referencial de preços, a ser periodicamente atualizada pelo INCRA, utilizando-se dos critérios relativos à ancianidade da ocupação, às diversificações das regiões em que se situar a respectiva ocupação e à dimensão de área.” (NR)

Art. 41. O art. 3º da Lei . 6.925, de 29 de junho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** Fica o Ministério do Desenvolvimento Agrário autorizado a doar, nas condições estipuladas pela Medida Provisória . 458, de 10 de fevereiro de 2009, aos Municípios situados na faixa de fronteira e fora da Amazônia Legal, definida no art. 1º, § 2º, inciso VI, da Lei 4.771, de 22 de setembro de 1965, porções de terras devolutas ou de terras a qualquer título incorporadas ao seu patrimônio, que se destinem à regularização fundiária de área urbana consolidada ou para expansão urbana, segundo o interesse das administrações municipais.” (NR)

Art. 42. Fica revogada a Lei . 6.431, de 11 de julho de 1977.

Art. 43. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Paulo Bernardo Silva

Guilherme Cassel

Marcio Fortes de Almeida

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.2.2009